The background of the cover is a light blue gradient. A diagonal line runs from the top left towards the bottom right. Along this line, there are numerous rectangular blocks of various colors, including shades of teal, purple, pink, and red, creating a sense of depth and movement.

Intersecções transdisciplinares: ensaios críticos sobre o universo da língua portuguesa

Redação, coordenação e organização
Renata Diaz-Szmidt, Anna Działak-Szubińska,
Samuel Figueira-Cardoso, Jakub Jankowski

Intersecções transdisciplinares:

ensaios críticos sobre
o universo da língua
portuguesa

Redação, coordenação e organização

Renata Diaz-Szmidt

Anna Działak-Szubińska

Samuel Figueira-Cardoso

Jakub Jankowski

Varsóvia 2020

Resenha crítica do livro

Professor Doutor Wojciech Charchalis

Correção linguística

Carlos Romualdo Mascarenhas, José Albuquerque da Costa Dias, António Xavier.

Autor da fotografia na capa

Joshua Fuller (Unsplash)

Projeto da capa, diagramação

Bartosz Mielnikow – Fogar

Editora

Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia

rua Oboźna 8, 00-927 Varsóvia

tel. (22) 552 04 29; (22) 552 06 83; tel./fax (22) 828 29 62

e-mail: j.mazurek2@uw.edu.pl

ISBN 978-83-65911-71-1

ÍNDICE

Introdução 7

I. Linguística

1. Priscilla Lopes d'El Rei, *A Metamorfose da Língua Portuguesa no Brasil: sua trajetória, encontros e desencontros* 11
2. Afonso Henrique Novaes Menezes, *As Orações Relativas Cortadoras: um estudo sociolinguístico entre falantes do Português em uma cidade do Nordeste brasileiro* 23
3. Samuel Figueira-Cardoso, *Ensino de Português Língua Estrangeira: discutindo a elaboração de unidades didáticas numa perspectiva intercultural* 43
4. Joanna Drzazgowska, *Algumas observações acerca das formas de tratamento no Português Europeu* 57
5. Aleksandra Wilkos, *Os neologismos em pajubá como portadores de valores* 73

II. Literatura

6. Augusto Santos Silva, *Portugal representado por poetas: deambulação em busca de um discurso luminoso sobre identidades* 83
7. Magdalena Doktorska, *Atitudes dos intelectuais portugueses perante a Revolução dos Cravos. O caso de Vergílio Ferreira e Eduardo Lourenço* 99
8. Magdalena Doktorska, *Ékhprasis do Corpo – «Na Tua Face» (1993) de Vergílio Ferreira* 111
9. Elisa Nunes Esteves, *Diálogo transatlântico: a correspondência entre Vergílio Ferreira e Maria Lúcia Dal Farra* 121
10. Teresa Coelho, *Regressar do mundo - uma leitura de «O retorno», de Dulce Maria Cardoso* 133

11. Yana Andreeva, *Representações da migração na autobiografia romanceada de Maria Ondina Braga* 147
12. Maísa Medeiros Pacheco de Andrade, *Sob o olhar da Górgona: poesia e modernidade em Luís Quintais* 155
13. Maria da Graça Gomes de Pina, *Era uma vez... uma fábula que não foi censurada* 167
14. Réka Dorcsák, *O romance experimental na literatura brasileira pós-moderna* 183
15. Tito Eugênio Santos Souza, *Do cruzamento de margens e linguagens: a crônica jornalística como gênero narrativo e materialidade discursiva* 203
16. Anna Działak-Szubińska, *Textos literários da época clássica: investigação e abordagens interdisciplinares* 219
17. Cleunismar Silva, *O Feminismo de Amílcar Cabral. Uma leitura de Cartas de Amílcar Cabral a Maria Helena: a Outra Face do Homem à Luz das Teorias Feministas* 233

III. História e Cultura

18. Agata Bloch, Demival Vasques Filho, Michał Bojanowski, *Identidade Portuguesa Ultramarina - as oportunidades e os desafios na aplicação da Análise de Redes Sociais e Digital Humanities aos estudos historiográficos* 251
19. Joanna Popielska-Grzybowska, *A viagem ao Egipto de Eça de Queiroz pelo olhar duma egiptóloga e não só...* 271
20. Paulo de Carvalho, Jarosław Jura, *Percepção da China e dos chineses em Angola* 291
21. Margarida Rendeiro, *Uma Leitura de «Tanto Mar» (1975, 1978) e de «Meu Caro Amigo Chico» (2012): Utopia num Diálogo entre Amigos sobre a Revolução?* 319
22. Anna Kalewska, *As mulheres que prepararam o 25 de Abril* 337
23. Federica Lupati, *Entre Portugal e Brasil: o rap como língua franca* 357

Introdução

A monografia que deixamos nas mãos dos leitores é de várias maneiras simbólica. No período que compreende a segunda década do século XXI, o Departamento de Língua e Cultura Luso-brasileira do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia, trabalhou na preparação de vários eventos académicos. Dentre essas iniciativas, destacam-se dois congressos importantes ligados ao mundo da língua portuguesa, ou seja, duas conferências inclusivas que reuniram especialistas de universidades do interior e exterior da Polónia, de diversas áreas académicas, ocupados dos assuntos do mundo de língua portuguesa.

Em 2014, tivemos a honra de *(Re)pensar Abril* no Colóquio Comemorativo dos 40 anos do 25 de Abril. Nesta ocasião, o então Presidente da República da Polónia, Bronisław Komorowski, achou simbólico que no mesmo ano celebravam-se dois aniversários marcantes para Portugal e para a Polónia. No caso da Polónia, foram 25 anos desde as primeiras eleições parcialmente livres depois de ter sido derrubado o regime comunista. Desta forma, duas datas, 1974 e 1989, que trouxeram duas liberdades, uniram duas nações nos dois extremos da União Europeia.

No quadragésimo aniversário do 25 de Abril da Revolução dos Cravos, quisemos, nas palavras da professora do nosso departamento, Anna Kalewska, “trocar opiniões, pontos de incandescência de olhares, chamar a uma amena tempestade de cérebros, proporcionar uma fervorosa (re)dignificação de ativas, banir a censura em tudo no que os bons hábitos académicos democraticamente consentem”.

Achamos que conseguimos (e daí em frente fomos pescar as palavras do nosso professor José Carlos Dias) “criar um espaço de diálogo luso-polaco para uma análise e uma discussão frontal que nos permitiu (*pelo menos permitiu-o um bocadinho mais*) compreender as mudanças ocorridas na sociedade, na cultura e na história portuguesas e dos países de língua portuguesa.”

Em 2018, foi organizado mais um encontro dos pesquisadores de língua portuguesa: daquela vez (relembramos ligeiramente retocadas as nossas palavras dirigidas aos participantes) por ocasião do quadragésimo aniversário do

Departamento de Língua e Cultura Luso-Brasileira do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia, decidimos realizar um encontro que nos iria levar numa viagem inesquecível. Ao longo dos quarenta anos, vários foram os contactos estabelecidos entre professores, doutorandos e estudantes, várias amizades institucionais cresceram, amores aparentemente impossíveis, colaborações frutíferas e afins viçaram. Todas as viagens à volta ao mundo têm talvez apenas um limite — a língua. Mas no nosso caso é um belo limite, a língua portuguesa, que permite que nos desloquemos entre continentes e troquemos ideias com todos os que a falam em diferentes ritmos, sabores e culturas. Convidámos todos para mais uma viagem (no tempo, no espaço, em mais dimensões). Enocontrámo-nos para falar sobre o nosso passado, mas principalmente sobre o presente e o futuro da língua portuguesa.

Acaba por ser simbólico que o Departamento de Língua e Cultura Luso-brasileira do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia, que organizou os dois eventos supramencionados com as mãos e os cérebros dos brasilianistas, dos lusitanistas e dos palopeanistas, desdobrou-se no ano 2020 em: Departamento de Estudos Brasileiros e Departamento de Estudos Interdisciplinares dos Países de Língua Portuguesa.

Desta forma, a presente monografia fecha uma fase (e apenas *uma* fase), ao mesmo tempo, abrindo novos e ilimitadíssimos caminhos, do esforço académico que fazemos na rede mundial das pesquisas em língua portuguesa. O nosso presente mútuo é a monografia que está nas mãos dos leitores. O nosso futuro é tentar perceber mais e mais, cada vez mais, a língua e as culturas que estudamos há tantos anos.

A presente obra encontra-se dividida em três secções: a primeira, engloba os estudos de 'Linguística' e compreende cinco textos; a segunda, composta por estudos de 'Literatura' contém doze textos; e na terceira, 'História e Cultura', encontram-se outros seis textos. Todos os artigos refletem as pesquisas dos autores e, sendo muitos deles inter- transdisciplinares, permitem repensar vários assuntos relacionados à cultura dos países de língua portuguesa e demonstram a sua diversidade. Esperamos que esta publicação contribua para o debate sobre a dimensão pluridisciplinar e transdisciplinar dos estudos portugueses no espaço universitário polaco. Por fim, deixamos o convite para apreciação dos textos que constituem esta obra.

Redatores: Renata Díaz-Szmidt, Anna Działak-Szubińska, Samuel Figueira-Cardoso, Jakub Jankowski

I. Lingüística

A Metamorfose da Língua Portuguesa no Brasil: sua trajetória, encontros e desencontros.

Priscilla Lopes d' El Rei

UAB – Universidade Autônoma de Barcelona

Resumo: A Metamorfose da Língua Portuguesa no Brasil: sua trajetória, encontros e desencontros

O presente artigo tem por objetivo apresentar um breve panorama histórico-cultural da língua portuguesa no Brasil. Devido aos encontros e desencontros da língua portuguesas com outras línguas em território nacional, assim como a característica sociocultural dos falantes e de seus descendentes, o português, aprendido em grande maioria apenas de oitiva, sofreu mudanças drásticas em terras brasileiras, o que explica o fato de que, a variante do português no Brasil veio a se distanciar do Português Europeu de maneira mais radical do que as outras variantes da língua.

Palavras-chaves: Dialeto; Português do Brasil; Língua Portuguesa;

Abstract: The Metamorphosis of the Portuguese Language in Brazil: the trajectory, meetings and disagreements

The present article aims to present a brief historical-cultural panorama of the Portuguese language in Brazil. Due to the relation of the Portuguese language with other languages in the national territory, as well as the socio-cultural characteristic of the speakers and their descendants, the Portuguese, learned at most only by hearing, has undergone drastic changes in Brazilian territory, which explains the fact that the variant of Portuguese in Brazil came to distance itself from European Portuguese in a more radical way than other variants of the language.

Keywords: Dialect; Brazilian Portuguese; Portuguese language;

Introdução

Bem é conhecida as diferenças entre a variante de língua portuguesa em Portugal e no Brasil. Os estudos linguísticos comprovam também uma distinção gramatical e fonética maior entre essas duas variantes em relação às variantes luso-africanas. O objetivo do presente artigo é esclarecer um pouco o porquê dessas diferenças.

Primeiramente, ressaltar-se-á algo, que a nós da academia parece claro, mas que no senso comum ainda levanta muitos debates. A língua é um organismo

vivo, autônomo e que não “pertence a ninguém” (Saussure 2006), por mais que as academias de letras tenham depositado um grande esforço no decorrer da história para tentar frear e controlar as mudanças, isso provou-se impossível. Segundo Ferdinand Saussure, a língua é um fenômeno social, e não pertence ao indivíduo (Saussure 2006), “ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo (...) ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (Saussure 2006: 22). De forma mais geral a língua é um conjunto de signos (letras/sons) a qual se foi atribuído um significado. Essa “língua é a linguagem particularmente usada por um povo” (Coutinho 2011: 24). Entretanto a língua não é algo particular de um povo, pode pertencer a várias nacionalidades, assim como uma nação pode também ter várias línguas, oficiais ou não coexistindo em um mesmo território.

A sociolinguística estuda a língua em toda a sua variedade. Ela considera a variação linguística um fato que deve ser explicado. Para isso ela tenta responder a algumas questões tais como: “Quais são as formas de variação de uma língua? Quais são as causas da variação? Quais são as funções de tanta variação nas línguas? Qual é a relação entre essa variedade e o uso social que é feito da língua?” (McCleary 2007: 5).

Respondendo rapidamente essas questões, as mudanças ou evoluções da língua ocorrem numa relação de tempo e espaço. A variação diacrônica, “etimologicamente: aquela que se dá através do tempo” (Basso e Illari 2006: 152), pode ocorrer tanto no nível fonológico, como no sintático e morfológico e dependendo da distância e da variação pode chegar a gerar outra língua. Já as mudanças chamadas sincrônicas, são aquelas encontradas dentro de um mesmo espaço de tempo e são determinadas por fatores diversos como: regiões geográficas, gênero, faixa etária, e camadas sociais. “Nesse caso, se uma variação da língua é relativa ao espaço geográfico, ela é chamada de variação diatópica e se for de natureza social, chama-se diastrática” (Sell e Gonçalves 2011 citado em Fernandes 2013: 81).

Ao encararmos a língua como um fenômeno social, podemos nos questionar também se cada grupo humano, seja ele um grupo étnico, sociocultural, tribal etc., tem uma língua específica. Essa questão tão ampla acaba por gerar outra pergunta pertinente ao presente trabalho; afinal, o que separa a língua de um dialeto e quais são as barreiras entre um dialeto e um regionalismo?

Nos falares regionais, há muitas diferenças principalmente fonéticas e fonológicas, há “sotaques”, ou pronúncias diferentes na fala de pessoas de outras regiões do mesmo país. Quando as diferenças entre o jeito de falar de uma

região e outra são poucas, podemos chamar essas maneiras diferentes de falar de “falares”. Quando as diferenças são numerosas e sistemáticas, e atingem não só a pronúncia e o léxico, mas também a gramática, podemos chamar as variedades regionais “dialetos”¹ (McClearly 2007: 11). O grande problema que permeia as discussões é o grau de diferenciação necessário para se distinguir um dialeto de uma língua. Além disso, a palavra “dialeto” é problemática para a linguística, já que popularmente ela é usada para designar uma língua de segunda classe, uma espécie de sublingual. “Neste sentido popular, quando ouvimos que uma pessoa «fala dialeto», quer dizer que a pessoa «não sabe falar corretamente», ou que fala uma versão da língua meio esquisita, da região rural, típica de pessoas que não foram à escola. Esse uso popular da palavra «dialeto» é pejorativo” (McClearly 2007:11). Mas para a sociolinguística, “dialeto” quer dizer, simplesmente, uma variação regional:

A conceituação de dialetos ou falares regionais sempre é melhor entendida a partir da definição de língua. Língua pode ser definida como um sistema de oposições funcionais serve de instrumento de comunicação, suporte de pensamento e meio de expressão dos indivíduos de um determinado grupo social. A língua é sempre vista como uma unidade, um todo indivisível. No entanto, esta unidade é composta de infinitas variações – regionais grupais ou individuais – que podem ser estudadas através dos níveis de análise fonético-fonológico, morfológico, sintático e semântico. Cada língua, ou sistema linguístico, é constituído de subsistemas que apresentam pontos de interseção e de disjunção. Esses subsistemas são os dialetos (Aragão citado em Cordeiro e Custodio 2014: 86).

Em suma, podemos concluir que os dialetos são idênticos às línguas, do ponto de vista linguístico eles têm tudo o que as línguas têm, não são menores ou mais simples ou menos perfeitos. Os dialetos, do ponto de vista linguístico, são línguas. Mas do ponto de vista da sociolinguística, são línguas que não atingiram a autonomia na imaginação popular.

Voltando a língua portuguesa. Devido ao grande movimento migratório lusitano e sua vasta área de colonização no decorrer da história, a língua portuguesa aportou em diversas regiões do mundo e lá encontrou-se com a terra,

1 “Dialeto vem do grego *diálekto*, composto de *diá*, «através», e *lékto* «fala»” (Bizzocchi 2006: 1).

como diz o escritor Mia Couto, “a língua portuguesa enamorou-se e sujou-se com a terra que encontrou e com isso ganhou novas cores” (*Línguas – Vidas em português* 2002: 6’02).

A Língua Portuguesa no Brasil – percurso histórico

Segundo o artigo intitulado *A Língua Portuguesa no Brasil* do linguista Eduardo Guimarães podemos diferenciar quatro períodos importantes para o desenvolvimento do português do Brasil segundo a sua relação com as línguas indígenas e outras línguas no território (Guimarães 2005: 24).

O primeiro começa com a colonização do país em 1532 e dura até 1654 com a “saída dos holandeses” do território brasileiro (Guimarães 2005:24). Guimarães destaca o fato de que neste período a língua portuguesa “convive com as línguas indígenas, com as *línguas gerais* e com o holandês” (Guimarães 2005: 24). Criadas pelos jesuítas, as línguas gerais eram um conjunto de línguas baseadas no tupi e que eram utilizadas pela maioria da população como língua franca, principalmente para a comunicação entre as tribos e entre os índios e os portugueses e seus descendentes no território brasileiro. O português, como *língua oficial* do Estado português, era a língua apenas empregada em documentos oficiais e praticada por aqueles que estavam ligados à administração da colônia.

O segundo período começou em 1654 e durou até a chegada da família real portuguesa em 1808. Com a saída dos holandeses a concorrência acabou, e o português ficou definitivamente como língua oficial e administrativa. A população do Brasil, que era predominantemente de índios, passa a receber um número crescente de portugueses assim como de negros que vinham para o Brasil como escravos para trabalhar nas plantações e nas minas. No século XVI foram trazidos para o Brasil 100 mil negros. Este número salta para 600 mil no século XVII e 1,3 milhão no século XVIII. Também chegaram portugueses de diferentes regiões de Portugal e acabaram por trazer dialetos diferentes do português. Em 1757 Portugal toma algumas medidas para diminuir a força e influência de outras línguas. O império português proíbe o uso da língua geral nas escolas. Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, estabelece o Diretório dos Índios que proíbe o uso da língua geral na colônia, assim, os índios não poderiam mais usar nenhuma outra língua que não a portuguesa. Desta forma, o português que já era a língua oficial do Estado passa a ser a língua mais falada no Brasil (Guimarães 2005: 25). Até aqui, podemos perceber

então que, até a segunda metade do século XVIII o português não foi a língua mais usada em território brasileiro.

O terceiro período inicia-se com a chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808 e durou até 1825, chegaram com a família real no Rio de Janeiro em torno de 15 mil portugueses, o que proporciona um aumento, em curto espaço de tempo, da população portuguesa no Brasil. a transformação do Rio de Janeiro em capital do Império. Dom João VI, descontente com a situação educacional no Brasil, que agora tornara-se a capital do Império, criou a imprensa no e fundou a Biblioteca Nacional, mudando o quadro da vida cultural brasileira. Esses fatos produzem um certo efeito de unidade do português para o Brasil, enquanto língua do rei e da corte, mas as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal já eram grandes demais (Guimarães 2005: 25). Como data final deste quarto período, pode-se usar também o ano de 1826. Esse é o ano que se formula a questão da língua nacional do Brasil no parlamento brasileiro. O quarto período começa em 1826, nesse ano o deputado José Clemente propôs que os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em “língua brasileira”, popularizando a discussão sobre a conscientização de uma língua nacional diferente e autônoma. Em 1827, houve um grande número de discussões sobre o fato de que os professores deveriam ensinar a ler e a escrever utilizando a gramática da língua nacional, desta forma, a transformação da língua do colonizador em língua da nação brasileira começa a ser pauta de discussão. Temos aí constituída a sobreposição da *língua oficial* e da *língua nacional*.

Um outro fator histórico importante que veio a influenciar a língua portuguesa no Brasil foi o fluxo de imigração no final do século XIX que aumentou significativamente. Inicia-se 1818 com a vinda de alemães para Ilhéus (1818) e para Nova Friburgo (1820). A partir desse momento entraram no Brasil não só falantes de língua alemã, mas também italiano, japonês, coreano, holandês, inglês entre outros. Deste modo o espaço de enunciação do Brasil passa a ter, em torno da língua oficial e nacional, duas relações significativamente distintas: de um lado as línguas indígenas e as línguas africanas e de outro as línguas de imigração.

Percurso histórico-literário

Os primeiros escritores e intelectuais a manifestar sua vontade de distinção e separação da língua portuguesa no Brasil, foram os românticos. Coerentes com o pensamento da época, o positivismo linguístico, que excluiu o espírito

humano no processo da elaboração linguística, afirmavam a independência da língua em relação ao homem, entendendo-a como organismo regido por leis próprias de evolução infalíveis em seu determinismo cego, assim acreditavam que, como do latim saíra o português, assim este, nas plagas americanas, geraria o brasileiro:

O primeiro trabalho teórico a respeito, informa-nos João Ribeiro, se deve a Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, que o publicou num atlas francês de 1826. Depois, em 1879, José Jorge Paranhos da Silva publica o seu *O idioma do hodierno Portugal* comparado com o do Brasil (Castilho 1962: 13).

Essas questões tomam espaços importantes tanto na literatura quanto na constituição de um conhecimento brasileiro sobre o português no Brasil e caracterizam um processo pelo qual os brasileiros começaram a legitimar suas gramáticas para o ensino de português e seus dicionários. É dessa época a literatura que estimula debates importantes com escritores portugueses e brasileiros que não aceitavam o modo como alguns escritores brasileiros escreviam.

(...) enquanto José de Alencar sofria ataques do filólogo Pinheiro Chagas por registrar um vocabulário típico de certas construções gramaticais à brasileira, e Gonçalves Dias defendia o bom aproveitamento da «língua do povo» já dicionarizada e lapidada pelo «arredondamento» eufônico peculiar à tarefa do artista, escritores como Taunay, Euclides da Cunha, Olavo Bilac combatiam a existência de um dialeto brasileiro e se dedicavam à tarefa de reafirmar a norma literária purista. Em 1789, também centrada na polarização purismo/nacionalismo, o escritor brasileiro Carlos de Laet enceta polêmica com o escritor português Camilo Castelo Branco (Varejão 2009: 122).

Para Castilho, “o Modernismo seria renovador, à feição do Romantismo, pois começou-se por combater a geração de 1900 que, segundo os modernistas, voltara as costas ao Brasil” (Castilho 1962).

Depois da Semana de arte Moderna em 1922, o primeiro sinal de alarme fora dado por Graça Aranha em 1924, depois da conferência na qual afirma que a fundação da Academia Brasileira de Letras, em que ele próprio foi co-fundador, foi um erro e propõe uma reforma e o projeto de um dicionário expungido de todos os “portuguesismos” e que acolhesse todos os vocábulos e frases da

linguagem corrente brasileira, impropriamente chamados “brasileirismos”. A apresentação desse projeto à Academia valeu-lhe o rompimento com a mesma.

Na literatura, os escritores clamavam pela necessidade duma expressão literária própria, que refletisse de forma mais fiel o português falado no Brasil. Esses esforços seguiram até o pós-modernismo, no qual a língua portuguesa do Brasil foi finalmente firmada como uma variante oficial da Língua Portuguesa.

A Transmissão irregular do português como característica primária da formação do Português Brasileiro

O que podemos concluir é que, em termos gerais, as mudanças significativas ocorridas no português do Brasil e em suas variedades dentro do país, deu-se principalmente através do contato com outras línguas. No Brasil, isso se deu principalmente através do fenômeno da aloglotia². Esse fenômeno interferiu muito na formação de diferentes falares no Brasil, a princípio os índios que junto com a língua geral aprenderam o português de ouvido e também os africanos trazidos para o Brasil desde 1538:

(...)(No) Brasil, não ocorreram processos típicos de criouliização, é exatamente aí que se localiza a origem das mais importantes consequências do extenso e maciço contato entre línguas que marca essa história. A aquisição precária do português pelos escravos trazidos da África e pelos índios integrados na sociedade brasileira e a nativização desse modelo defeutivo de português como língua segunda nas gerações seguintes de seus descendentes endógamos e mestiços desencadearam um processo de transmissão linguística irregular que teve importantes consequências para a formação da atual realidade linguística brasileira, nomeadamente para as suas variedades populares (Lucchesi 2009: 71).

Esse processo de transmissão irregular da língua “se caracteriza fundamentalmente pela simplificação e/ou eliminação de certas estruturas gramaticais; ou ainda, em outras palavras, pelo aumento na frequência de uso das formas não marcadas, bem como a sua generalização paradigmática” (Lucchesi 2009: 71-72).

Para exemplificar usaremos algumas características do falar Caipira. A fala caipira formou-se a partir de elementos do tupi e da influência de outras línguas,

2 Aloglota: [linguística] Que fala outra língua, que aprendeu de outiva, simplificando-a brusca e extremamente. Pessoa que se encontra subitamente diante de uma língua nova e que deve aprender de outiva e falar sem a necessária preparação (Dicionário online de Português).

como as de origem africanas e a castelhana e das criações que emergiram no próprio meio caipira e, fundamentalmente, do português arcaico dos séculos XV e XVI.

Amaral, afirma que esse dialeto já foi utilizado em grande parte do território Paulistano (Amaral 1920), mas devido ao surgimento do capitalismo que provocou um afunilamento social distanciando assim a classe trabalhadora, pobre e sem acesso ao ensino formal, que foram “atirados à margem da vida coletiva, a ter uma interferência cada vez menor nos costumes e na organização da nova ordem de coisas” (Amaral 1976: 1). O falar mais utilizado nesta região ganhou o estigma de proletário e passou a ser evitado por aqueles que queriam se distinguir socialmente. Por isso, o dialeto caipira hoje no Brasil encontra-se limitado a algumas regiões, embora algumas características deste falar continuem influenciando outras variantes dentro do estado. Mas quem é o caipira hoje?

Segundo Castro, “costuma-se atribuir a designação de caipira ao interiorano, particularmente o de zona rural, inculto e que tem hábitos diversos dos que se veem nos grandes centros” (Castro 2006: 39 citado em Silva 2012: 47), mas, atualmente, moradores de certas regiões interioranas, principalmente do estado de São Paulo e Minas Gerais, utilizam o dialeto caipira, ou algumas características do seu falar, independente da classe social e do grau de estudo do falante, mesmo assim, o caipira ainda é bem estigmatizado no Brasil.

Uma das características mais marcantes e existente apenas no dialeto caipira, o que faz com que ele seja facilmente reconhecido, é o /r/ retroflexo inter- e post-vocálico que possui um valor peculiar: é linguopalatal e guturalizado. Para o ouvido, este “r” caipira assemelha-se bastante ao /r/ inglês pós-vocálico.

Na sua prolação, em vez de projetar a ponta contra a arcada dentária superior, movimento este que produz a modalidade portuguesa, a língua leva os bordos laterais mais ou menos até os pequenos molares da arcada superior e vira a extremidade para cima, sem tocá-la na abóbada palatal. Não há quase nenhuma vibração tremulante (Amaral 1976: 5).

Acredita-se que o surgimento deste /r/ seja fruto da tentativa dos índios em produzir o som português: “Observe-se que o tupi original não tinha os fonemas /d/, /f/, /l/, /r/ e /v/, que, quando da adoção de lusitanismos, em geral, passaram respectivamente para /r/, /p/, /r/, /r/ e /b/ (...) (Robl 1985: 161).

Quanto às generalidades da língua em comparação com o português europeu, Amaral ainda ressalta as seguintes características: a prosódia caipira tem um tom muito mais lento, as vogais são pronunciadas de forma mais lenta e

cantada devido ao “estiramento das vogais”. As vogais átonas são pronunciadas de forma mais claras se o encurtamento típico português (Amaral 1976: 3-4).

Outra característica típica é a vocalização do linguopalatal /lh/ que se transforma na semivogal /y/. Ex: melhor = *meyor*; folha = *foya*. Ocorre também a apócope dos /r/ nasais. Ex.: esquecer = *esquecê*; chegar = *chega*. Essas características também podem ser encontradas nas línguas crioulas de vários países afro-luso falantes.

Amaral atenta também para o fato de que alguns arcaísmos tanto de forma quanto de sentido, foram preservados no falar caipira. Como por exemplo “Eigreja” ao invés de igreja e “fruta” para fruta (Amaral 1976: 12) como arcaísmo de forma e “aério” para perplexo e “dona” para senhora conservando o mesmo sentido (Amaral 1976: 13).

O caso do dialeto caipira é apenas um dentre os muitos falares brasileiros derivados do contato, maior ou menor, do português com outras línguas.

Os Falares Brasileiros

O estudo de dialetologia no Brasil inicia-se na primeira metade do século XIX com as primeiras considerações sobre o léxico do Brasil escrita pelo o Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Barros, na publicadas na obra francesa *Atlas Ethnographique du Globe* (Mota e Cardoso 2000: 41). Desde então prossegue-se durante os séculos pesquisas que buscam diferenciar e constatar não só a diferença entre o português brasileiro do português europeu, como também ressaltar a diversidade do próprio português brasileiro.

Um último projeto que engloba um vasto estudo na área de dialetologia realizado por várias universidades brasileiras e chefiado pela Universidade Federal da Bahia, o ALiB, Atlas Linguístico Brasileiro, iniciado em 1996, é a primeira tentativa de descrever, a nível nacional, o português do Brasil através de dados coletados em várias localidades de todo o território nacional (Cardoso e Motta 2012: 855). Como localidades foram escolhidas “além da distribuição espacial, consideram-se os critérios: (a) a existência de zonas dialetais já delimitadas através de pesquisas anteriores (...); (b) a importância da localidade no Estado ou região (...); (c) os limites interestaduais e internacionais” (Motta e Cardoso 2000: 5). Dois volumes do atlas já foram publicados, mas não se sabe ao certo ainda quantos mais serão necessários para contemplar toda a pesquisa realizada.

Um último exemplo que demonstra a proporção pluralidade dentro do modo dos falares brasileiros, são as diferentes formas de pronunciar o /r/ em diferentes regiões do Brasil.

No início da sílaba o “padrão” do português Brasileiro indica sua pronúncia como /r/ aspirado, mas em algumas regiões do sul usa-se o /r/ vibrante. Já no final da sílaba, ocorre uma variedade maior como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1:Diferenças na pronúncia da letra 'r' em diferentes regiões brasileiras.

• R – retroflexo (Caipira, /r/ genuinamente Brasileiro)
• R – aspirado (Carioca, veio com a corte portuguesa que usava o /r/ francês por considerarem chique)
• R – vibrante suave - gutural (variação mais suave do /r/ carioca falado em Belo Horizonte e algumas capitais do norte e nordeste – Recife – Belém - Fortaleza)
• R- Vibrante – feito com a ponta da língua. (São Paulo – Curitiba – e parte dos gaúchos)
• R – Vibrante forte (Gaúcho – Sul do Brasil)

Em suma, sendo o desenvolvimento e a transformação de uma língua um movimento natural e junto com as condições históricas dadas, o português brasileiro é, e tinha de ser, diferente do português falado em Portugal. O português brasileiro e os seus falares representam uma parte do que temos de mais rico em nosso país, a nossa diversidade cultural. Desde 1988, essas variações são consideradas como patrimônio cultural imaterial do nosso país.

Referências Bibliográficas

- Amaral, Amadeus (1976): *O Dialeto Caipira*. Internet. Disponível em http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edic_ao13/pdfs/dialeto.pdf (consultado em 24 de julho de 2018).
- Basso, Renato e Illari, Rodolfo (2006): “Português do Brasil: a variação que vemos e a variação que esquecemos de ver”. In: Basso, Renato e Illari, Rodolfo. *O Português da gente. A língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto.
- Castilho, Ataliba T (1962): “A Língua Portuguesa no Brasil”. In: *Alfa – Revista de Linguística*. v. 1. Internet. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3129/2860> (consultado em 27 de julho de 2018).
- Cardoso, Suzana Alice e Mota, Jacira Andrade (2012): “Projeto Atlas Linguístico do Brasil: Antecedentes e Estágio Atual”. In: *Alfa*, São Paulo, 56. Internet. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v56n3/a06v56n3.pdf> (consultado em 10 de julho 2018).

- Cordeiro, Jade Ribeiro e Custodio Maraluce Maria. (2014): “Dialeto e Falares Brasileiros: Como um patrimônio cultural imaterial do Brasil”. In: *Letras Jurídicas*, N.3, Centro Universitário Newton Paiva. Internet. Disponível em <http://npa.newtonpaiva.br/letrasjuridicas/wp-content/uploads/2015/06/LJ-0312.pdf> (consultado em 30 de julho de 2018).
- Coutinho, Ismael de Lima (2011): *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio.
- Fernandes, Márcia Regina (2014): “Língua e Dialeto: uma discussão teórica sobre a variação e o preconceito”. In: *Maiêutica - Estudos Linguísticos, Literários e Formação Docente*. v. 2, n. 1. Internet. Disponível em https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/LED_EaD/article/view/1202/362 (consultado em 28 de julho de 2018).
- Guimarães, Eduardo (2005): “A língua portuguesa no Brasil”. In: *Ciência e Cultura*, vol. 57, n. 2. Internet. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a15v57n2.pdf> (consultado em 10 junho 2018).
- Línguas – Vidas em Português* (2003): Screenplay by Victor Lopes, Ulysses Nadruz Dir. Victor Lopes. [filme?] Costa do Castelo Filmes, Sambascope e TV Zero.
- Lucchesi, Dante, Baxter, Alan, e Ribeiro, Ilza, orgs (2009): *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA. Internet. Disponível em: <http://books.scielo.org> (consultado em 15 de Abril de 2017).
- McCleary, Leland, (2009): *Apostila de Sociolinguística*. Florianópolis: UFSC. Internet. Disponível em http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/sociolinguistica/assets/547/TEXT0-BASE_Sociolinguistica.pdf (consultado em 30 de julho de 2018).
- Robl, Affonso (1985): “A Influência tupi no português popular do Brasil”. In: *Letras*, Curitiba, 34, 145-154, UFPR. Internet. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19304/12590> (consultado em 30 de julho de 2018).
- Saussure, Ferdinand de (2006): *Curso de Linguística Geral*. 2.ed. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein São Paulo: Cultrix.
- Silva, Hélen Cristina da. (2019): *O /R/ Caipira no Triângulo Mineiro: Um Estudo Dialectológico e de Atitudes Linguísticas*. Dissertação de Mestrado no publicada. Londrina. UEL.
- Varejão, Filomena de Oliveira Azevedo (2009): “O Português do Brasil: Revisitando a História”. In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, n. 39, p. 119-137. Internet. Disponível em <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/39/artigo6.pdf> (consultado em 30 de julho de 2018).

As Orações Relativas Cortadoras: um estudo sociolinguístico entre falantes do Português em uma cidade do Nordeste brasileiro

Afonso Henrique Novaes Menezes

Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)

Resumo: As Orações Relativas Cortadoras: um estudo sociolinguístico entre falantes do Português em uma cidade do Nordeste brasileiro.

Este artigo tem como objetivo analisar o juízo de gramaticalidade sobre Orações Relativas Cortadoras (ORC) em falantes do Português Brasileiro (PB). Optou-se pela abordagem quantitativa de análise. Foram selecionados 38 informantes de acordo com as variáveis de sexo, idade e escolaridade. Para cada informante foram apresentadas 3 pares de orações relativas, cada parte do par com uma Oração Relativa Preposicionada (ORP) e uma Oração Relativa Cortadora. Utilizaram-se conceitos teóricos de Tarallo (1983), Peres e Mória (1995), Kenedy (2008) e Ribeiro (2009). Os resultados mostraram que há uma tendência de aceitação para as ORC para a população mais jovem e que as ORP têm mais aceitação por pessoas com escolaridade alta.

Palavras-chave: orações relativas; orações relativas cortadoras; orações relativas preposicionadas.

Abstract: The pp-chopping relative clauses: a sociolinguistic study among Portuguese speakers in a Brazilian northeast town

This paper aims to analyze Brazilian Portuguese (BP) speakers grammaticalization judgment's on prepositional chopping relative clauses through a quantitative approach. It was selected 38 volunteers according to sex, age and education level variables. Three couples of relative clauses, identified as Prepositional chopping relative clause (PP-chopping) and Prepositional relative clause (piedpipping), were presented to each volunteer. It was used theoretic conceptions of Tarallo (1983), Peres e Mória (1995), Kenedy (2008) and Ribeiro (2009) on this subject for data analyze. Results showed there is a strong acceptance of chopping relative clauses by young speakers and that people with high education level tend to accept prepositional relative clauses (piedpiping).

Keywords: Relative clauses; PP-chopping relative clauses; piedpipping relative clauses.

Introdução

Este artigo visa apresentar o estudo a respeito de juízos de gramaticalidade de falantes de Português brasileiro (PB) de uma cidade do interior do Nordeste brasileiro a respeito de sentenças com Orações relativas (OR) canônicas (neste

estudo representadas pelas Orações Relativas Preposicionadas (ORP)) e as denominadas Orações Relativas Cortadoras (ORC). Como recorte sociolinguístico, foram definidas as variáveis sexo, idade e escolaridade.

A estrutura deste artigo divide-se em seis partes: a primeira introduz o tema das OR; a segunda apresenta as estratégias de relativização destas orações; a terceira trata de contribuições teóricas acerca deste tema, enfatizando estudos para o Português Europeu (PE) e para o Português Brasileiro (PB); a quarta descreve o método e os procedimentos para a coleta de dados e a descrição dos informantes; a quinta parte apresenta os resultados e a análise dos fenômenos, antecipando a última parte, referente às Considerações finais.

Muitas são as investigações a respeito das Orações relativas (OR), em que se destacam as de perspectiva gerativista ou sociolinguística de alinhamento paramétrico cujo pioneirismo, no Brasil, se deve a Tarallo (1983). Neste autor, há uma análise das OR a partir de uma classificação conceitual tripartite da qual se destaca aquilo que a tradição de outros estudos linguísticos a respeito deste tipo de oração apresenta com sutis mudanças terminológicas. A existência da ORC é um fator de discussão muito rico, pois levanta pontos fomentadores de análises e interpretações que podem se afinar entre si, corroborando estudos anteriores, ou apresentar novas possibilidades de entendimento deste fenômeno.

Isso se faz notar quando se comparam o Português Brasileiro (PB) e o PE (Português Europeu) ou quando são consideradas variáveis sociais, como faixa etária, sexo e escolaridade. Além disso, há autores que defendem a antinaturalidade de construções com as ORP, em contraste às construções espontâneas das cortadoras (Kenedy 2008), enquanto investigadores portugueses argumentam a presença cada vez maior destas em relação àquelas no PE (Peres e Móia 1995; Arim *et al.* 2005).

As Orações relativas

Segundo Brito e Duarte (2003: 655), as Orações Relativas (OR) têm a função de modificar, seja um nome, como em:

- (a) **As obras [que foram expostas] geraram escândalo.**

nome oração relativa

uma outra oração:

- (b) **As pessoas vaiaram as obras, [o que provocou uma grande confusão]**

oração principal

oração relativa

ou um nome que não se realiza na estrutura, como em:

- (c) **O Ø [que foi exposto] gerou escândalo.**
oração relativa

Portanto, as OR ligam-se a um elemento antecedente e sempre trazem uma nova informação a respeito dele. Esse acréscimo informativo do antecedente ao qual a OR se liga pode ter traços restritivos ou explicativos.

Brito e Duarte nomeiam as OR restritivas também como determinativas e as OR explicativas como apositivas ou não restritivas. Para essas autoras, o que distingue um tipo de oração de outro é que as primeiras “restringem a extensão do conceito expresso pelo nome que a oração modifica” (Brito e Duarte 2003: 668), como em:

- (e) **O aluno [que tirou a nota mais alta] não fez a seleção.**
nome ORRestritiva

enquanto que as OR explicativas servem de comentário para este nome:

- (f) **Clarice Lispector, [que nasceu na Ucrânia], se considerava brasileira.**
nome ORExplicativa

As estratégias de relativização das orações relativas O Português apresenta três estratégias de relativização para as OR: as canônicas ou padrão, as resumptivas ou copadoras e as cortadoras (Castilho 2010: 367). Destas, apenas a primeira é aceita como correta pela gramática normativa. As demais são associadas a desvios da norma e têm gerado muitas investigações entre pesquisadores brasileiros e portugueses que buscam analisar e interpretar as razões de uso destas variantes.

As orações resumptivas são as que trazem pronomes pessoais e demonstrativos ou advérbios em retomada anafórica do antecedente da frase anterior, como em:

- (g) **A moça [que falei com ela ontem] ainda não apareceu.**
nome ORResumptiva

Em forma canônica, haveria uma Oração Relativa Preposicionada (ORP), sem anáfora do pronome pessoal, como em:

- (h) **A moça [com quem falei ontem] ainda não apareceu.**
 nome ORPreposicionada

As Orações Relativas Cortadoras (ORC), como o próprio nome sugere, corta a preposição que antecede o pronome relativo “que”, como em:

- (i) **A moça [que falei ontem] ainda não apareceu.**
 nome ORCortadora

Como não é aceita pela norma-padrão, essa estrutura tem seu equivalente canônico na ORP similar à apresentada em (h).

Em ORC, além do corte da preposição que antecede o pronome, há ocorrência de “que” como única forma pronominal. Peres e Mória observam que isto ocorre por este pronome ter “uma espécie de forma neutra”, diferente dos demais pronomes relativos (Peres e Mória 1995: 276).

As Orações relativas sob as análises do PE e do PB

a) As orações relativas no Português Europeu

Dentre as três formas de relativização acima referidas, no Português Europeu (PE) a mais comum é a canônica; no entanto, as outras duas formas se fazem presentes também entre os falantes portugueses, especialmente na oralidade. Peres e Mória (1995) citam o gramático português Mario Barreto o qual, no início do século 20, afirmava que as formas não-canônicas já existiam no PE. Peres e Mória ressaltam que as cortadoras “são cada vez mais frequentes no discurso oral e escrito das novas gerações.” (Peres e Mória 1995: 277).

A frequência das cortadoras no PE também é um fato atestado por Brito e Duarte (2003). Para estas autoras, essa forma de relativização “faz actualmente parte do registo oral de falantes altamente escolarizados, o que permite supor que estamos perante uma tendência de mudança, mesmo no português europeu” (Brito e Duarte 2003: 667). Destes estudos, dentre as duas estratégias de relativização, a Oração Relativa Cortadora (ORC) tem sido mais frequente que a Oração Relativa Resumptiva (ORR).

A tendência de mudança nas estratégias de relativização no PE também foi observada por Arim *et al.* (2005). Em um estudo das mídias portuguesas (jornais

escritos e falados), a investigação destes autores mostrou que das duas formas não-canônicas, a resumptiva ocorre com frequência baixa (1%) enquanto as cortadoras tiveram 28% de ocorrência. Ainda que as canônicas tenham um alto percentual (71%), é de se considerar relevante o percentual das cortadoras em um meio (jornalístico) onde se usaria a forma canônica com mais exclusividade, o que corrobora as afirmações de Telmo e Mória (1995) e Brito e Duarte (2003) a respeito das mudanças em curso no PE.

Deste modo, observa-se que as duas formas não-canônicas das ORs (a resumptiva e a cortadora) estão mais associadas à oralidade do que à escrita e não são exclusivas do Português brasileiro (PB), ainda que ocorra em frequência maior entre os falantes daquele país. Investigações recentes confirmam essa tendência, já antevista em trabalhos pioneiros sobre o tema feitos no Brasil.

b) As orações relativas no Português Brasileiro

Em um estudo pioneiro das OR entre os falantes da cidade de São Paulo, Tarallo observou que, dentre as formas não-canônicas, as cortadoras tinham mais frequência do que as resumptivas. Dos informantes de sua pesquisa, em uma perspectiva sociolinguística, os da classe baixa traziam uma maior frequência das ORR, com 21%, enquanto os falantes das classes média e alta traziam, respectivamente, um percentual de frequência de 11,2% e 9%, para este tipo de relativização (Tarallo 1983).

Para os ORC, as frequências eram altas em todas as classes analisadas, com destaque para a média, com 83,2% em contraste com uma quase equiparação de valores entre a classe baixa (77,7%) e alta (73,1%). A respeito disso, Tarallo afirma que “nós queremos mostrar que a estratégia cortadora é menos estigmatizada para os dois grupos sociais mais altos do que a estratégia resumptiva”¹. (Tarallo 1983: 132). Deste estudo, portanto, observa-se que as ORC têm mais aceitação do que as ORR entre os falantes brasileiros, especialmente quando são consideradas as classes sociais supostamente mais escolarizadas (média e alta).

Em um estudo recente a respeito das OR entre os falantes do chamado “português afro-brasileiro”, residentes em uma comunidade de descendentes de escravos no interior da Bahia, Ribeiro (2009) observou que nas falas dos informantes, analfabetos ou semialfabetizados, há uma frequência alta para as ORC e baixa para as ORR. A respeito das ORC ela ressalta que “relativa

1 Original em inglês: we want to show that the PP-chopping strategy is less stigmatized for the two higher social groups than the resumptive pronoun strategy

cortadora é a estratégia presente nos dialetos do PB em geral; a estratégia *pied piping* [OR iniciada por preposição, equivalente à ORP] é um recurso adquirido via escolarização” (Ribeiro 2009: 194, grifo da autora).

Kenedy também defende que as ORP são adquiridas através da escolarização. Em uma análise comparativa de estudos de investigadores portugueses acerca das construções com OR em crianças, ele observou que as ORP não são frequentes entre as crianças de 5 a 10 anos solicitadas a construir frases a partir de experimentos com narrativas. Nestas narrativas, em lugar de uma ORP, elas produziam uma ORC. Em outro estudo do PE analisado por Kenedy, os resultados mostram que crianças menores de 10 anos solicitadas a repetir sentenças com OR também não respondem com ORP quando a estrutura pede; em seu lugar, usam ORC (Kenedy 2008).

Estes resultados para o PE e para o PB também são reforçados no estudo do próprio Kenedy. Ao realizar uma investigação de juízos de gramaticalidade de orações relativas preposicionadas e cortadoras em falantes do PE do PB, ele observou que há poucas diferenças percentuais em aceitação de ORC entre portugueses (70%) e brasileiros (72%), o que levou a concluir que estas orações “sejam percebidas como uma derivação natural em português, tanto entre brasileiros como entre portugueses.” (Kenedy 2008: 108).

Quanto às ORP (por ele chamadas Ppp [Pied Pipping]), Kenedy observa que, ao serem apresentados à ORP com estruturas gramaticais e agramaticais, tanto os informantes brasileiros quanto os europeus mostraram dificuldades em julgar como aceitáveis as duas formas: as ORP gramaticais tiveram 90% de aceitação enquanto as ORP agramaticais tiveram 72% como aceitáveis para os falantes de PE; entre os falantes do PB, os percentuais são menores, mas equivalentes com 65% de aceitação para ORP gramaticais e 61% para ORP agramaticais (Kenedy 2008).

Para esse autor, esta equivalência percentual para as ORP demonstra que os portugueses e brasileiros não conseguem identificar de imediato a agramaticalidade de uma delas (Kenedy 2008). Devido a isto, ele observa que a estrutura desta oração é estranha para os falantes porque “os julgamentos dessa condição não são emitidos com a precisão característica dos juízos sustentados na intuição natural do falante nativo” (Kenedy 2008: 108).

Dada a diferença de maior aceitação das ORP em falantes do PE do que entre os falantes do PB, Kenedy (2008) observa que no PE este tipo de OR é ainda a mais frequente, mesmo com o crescimento das ORC entre os falantes portugueses, como atestado por Peres e Móia (1995), Brito e Duarte (2003) e

Arim *et al.* (2005). No caso do PB, segundo Kenedy, as ORPs são mais frequentes entre os mais escolarizados, o que atesta a hipótese deste autor de que tais estruturas relativas são antinaturais, pois, para ele, apenas as ORC e as ORR fazem parte da gramática natural dos falantes.

Método

Neste estudo foi utilizada a abordagem quantitativa, uma vez que os dados coletados visavam produzir resultados percentuais para a compreensão do problema.

a) Os informantes

Foram selecionados 38 informantes que moram em uma pequena cidade do Nordeste brasileiro. Nesta seleção, optou-se por uma amostra por conveniência ou não-probabilística e não houve uma escolha de equivalência numérica entre as variáveis a partir do conjunto de informantes. Os critérios de inclusão foram: viver ou ter vivido e estudar ou ter estudado na cidade.

b) As variáveis

As variáveis estudadas foram sexo (masculino ou feminino), faixa etária (18 a 29 anos, 30 a 39 anos, 40 a 59 anos ou 60 anos e mais) e escolaridade (ensino fundamental 1 incompleto e ensino fundamental 1 completo; ensino fundamental 2 incompleto e ensino fundamental 2 completo; ensino médio incompleto e ensino médio completo; ensino superior incompleto e ensino superior completo). A divisão das faixas de idade se deu para contemplar os jovens, adultos jovens, adultos maduros e idosos, respectivamente. Na escolaridade, se considerou a classificação educacional vigente no Brasil: ensino fundamental 1 (da 1ª a 5ª série); ensino Fundamental 2 (da 6ª a 8ª série); do ensino médio (do 1º ao 3º ano) e do ensino superior, distinguindo entre o incompleto e o completo.

c) Instrumentos

O instrumento consistiu em uma tabela com seis pares de orações, três deles com a distribuição entre uma Oração relativa preposicionada (ORP) e a mesma oração sem preposição (Oração relativa cortadora - ORC). Cada ORP era iniciada com um Sintagma preposicionado (SPrep) diferente: “de quem”, “em quem” e “da qual”. Para cada par de orações com ORP e ORC era apresentado outro par com estruturas oracionais diferentes, como distratoras. Isso foi feito a fim de se evitarem respostas automáticas dos informantes em suas avaliações.

d) Procedimentos

O investigador apresentava a lista de orações e esclarecia ao informante que ele deveria ouvir cuidadosamente a leitura para, em seguida, avaliar cada oração ouvida. Foi escolhido a binômio Adequada/Inadequada para avaliar as orações de cada par. Cada par de orações era lido duas vezes e em tom lento e sem variação prosódica. Após a leitura, ao informante era solicitado que avaliasse aquela estrutura de acordo com um dos itens do binômio (Aceitável/Inaceitável). Ao informante era dada a possibilidade de considerar apenas um dos itens para cada par de orações.

Dos pares apresentados, foram consideradas apenas as estruturas oracionais contendo os pares de ORs. Destes, cada par foi lido entre um par das orações distratoras, na sequência de leitura para os informantes. Assim, o primeiro par de ORs foi enumerado como 1A e 1B, em que a primeira trazia uma Oração Relativa Preposicionada (ORP): “A pessoa de quem te falei veio aqui hoje”; e a segunda uma Oração Relativa Cortadora (ORC): “A pessoa que te falei veio aqui hoje”.

O segundo par de ORs foi enumerado como 3A e 3B em que a primeira trazia uma ORP: “Ela é a pessoa em quem confio”; e a segunda uma ORC: “Ela é a pessoa que confio”. Por fim, o último par foi enumerado como 5A e 5B e trouxe uma ORP para a primeira: “A cidade da qual ele veio é muito longe”; e uma ORC para a segunda: “A cidade que ele veio é muito longe”.

Análises e resultados

a) Caracterização sociodemográfica dos informantes

Os resultados percentuais das variáveis deste estudo podem ser observados na Tabela 1, a qual apresenta uma caracterização sociodemográfica dos informantes. Quase dois terços dos indivíduos estudados eram do sexo feminino. Na distribuição etária, a maior proporção tinha entre 40 e 59 anos de idade e houve distribuição semelhante entre os demais grupos de idade. A maioria dos entrevistados tinha concluído o ensino superior (39,5%), seguido do ensino médio incompleto (21,1%).

Na variável Faixa etária, houve uma equivalência numérica entre os jovens e os idosos e uma pequena diferença nos adultos maduros. O número distintivo de mais informantes nesta variável é a de adultos maduros, com 12 informantes (31,6%). Nas tabelas 3, 4 e 5, optou-se por reduzir essas variáveis em 3 grupos, assim definidos como jovens (de 18 a 29 anos); adultos (de 30 a 59 anos) e idosos (a partir dos 60 anos).

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica dos informantes

Variáveis	N	%
Sexo		
Masculino	13	34,2
Feminino	25	65,8
Faixa etária		
De 18 a 29 anos	9	23,7
De 30 a 39 anos	8	21,1
De 40 a 59 anos	12	31,6
60 anos ou mais	9	23,7
Escolaridade		
Ensino Fundamental 1 Incompleto	0	0,0
Ensino Fundamental 1 Completo	1	2,6
Ensino Fundamental 2 Incompleto	3	7,9
Ensino Fundamental 2 completo	0	0,0
Ensino Médio Incompleto	8	21,1
Ensino Médio Completo	6	15,8
Ensino Superior Incompleto	5	13,2
Ensino Superior Completo	15	39,5

Desta classificação, considerou-se ainda a diferença incompleto/completo para cada variável. Destas variáveis, apenas duas mostraram categorias resultado igual a zero (Ensino fundamental 1 incompleto e Ensino fundamental 2 completo). Na soma das classificações e das variáveis, destacou-se o Ensino superior com 15 informantes para completo (39,5%) e 5 para incompleto (13,2%).

b) Julgamento dos informantes para as Orações relativas por Sintagma Preposicionado (SPrep)

Os resultados demonstram uma variação avaliativa dentre os informantes em julgar apenas a Oração Relativa Preposicionada (ORP) como adequada, apenas a Oração Relativa Cortadora (ORC) adequada e ambas como adequadas. O desvio desses resultados ocorreu apenas em um informante que considerou as orações 1A e 1B como inadequadas, como mostra a Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Distribuição dos informantes segundo a classificação de Adequada e Inadequada para as Orações Relativas Preposicionada (ORP) e as Orações Relativas Cortadoras (ORC)

	Adequada apenas para a ORP		Adequada para a ORC		Adequada para ambas		Inadequada para ambas		Total	
SPrep	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
De quem	14	36,8	11	28,9	12	31,6	1	2,6	38	100,0
Em quem	14	36,8	10	26,3	14	36,8	0	0,0	38	100,0
Da qual	14	36,8	13	34,2	11	28,9	0	0,0	38	100,0

Nesta tabela, observa-se que a variação ocorre entre o julgamento de Adequada para as ORC e de Adequada para ambas (ORP e ORC), uma vez que o julgamento de Adequada para as ORP tem o mesmo percentual para os 3 pares (36,8%). Ao observar o desvio que se faz das estruturas mais canônicas (aqui representadas pela ORP e licenciada pela gramática normativa), evidencia-se que as variações apresentam uma tendência dos informantes em julgar adequadas tanto as formas com ORP quanto as com ORC, destacando o índice percentual similar com o julgamento das ORP para o Sintagma preposicionado (SPrep) EM QUEM (também 36,8%).

Das três estruturas da ORP iniciadas com SPrep (“de quem”; “em quem” e “da qual”), a que tem maior variação para o julgamento de Adequada para as ORC é “da qual” (34,2%), seguida por “de quem” (28,9%) e “em quem” (26,3%). O percentual alto para aceitar uma oração que corta a preposição neste tipo de SPrep mostra uma possível tendência do PB em usar menos formas pronominais do que outras. Neste caso, justifica-se o uso do pronome “que” como elemento neutro na escolha do falante ao usar uma ORC em lugar de um SPrep, como já indicados por Peres e Mória (1995) para o PE.

O SPrep “da qual” também apresenta um percentual baixo quando se observa a avaliação de Adequada para ambas as OR (ORP e ORC), o que reforça a afirmação acima do pronome neutralizador “que” como substitutivo de pronomes de concordância de gênero e número. Neste item (Adequada para ambas), o alto percentual para o SPrep “em quem” (36,8%) e para o SPrep “de quem” (31,6%) e a menor aceitação de ambos para a ORC (26,3% e 28,9%, respectivamente) mostra que este pronome, com neutralidade de gênero e com traço [+humano], pode ser reforçado pelo antecedente (apenas com traço +humano), influenciando nas escolhas do falante.

c) Relação entre orações relativas e perfis sociodemográficos dos informantes para o SPrep “de quem”

Partindo das variáveis sociodemográficas dos informantes, através da avaliação do SPrep “de quem” em uma ORP, da avaliação da ORC e da aceitação das duas formas no PB, observou-se que os resultados das avaliações dos informantes para estas orações expõem um fenômeno ainda não estabilizado na língua. A seguir, serão feitos comentários destacando os percentuais mais elevados para cada variável, de acordo com a Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição de informantes por variáveis sociodemográficas segundo a classificação de Adequada e Inadequada para o SPrep DE QUEM na ORP e na ORC

Variáveis	Adequada apenas para o SPrep DE QUEM		Adequada apenas para a cortadora		Adequada para ambas		Inadequada para ambas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sexo										
Masculino	4	30,8	4	30,8	5	38,5	0	0,0	13	100,0
Feminino	10	40,0	7	28,0	7	28,0	1	4,0	25	100,0
Faixa etária										
De 18 a 29 anos	2	22,2	2	22,2	5	55,6	0	0,0	9	100,0
De 30 a 59 anos	6	30,0	8	40,0	6	30,0	0	0,0	20	100,0
60 anos ou mais	6	66,7	1	11,1	1	11,1	1	11,1	9	100,0
Escolaridade										
Ensino Fundamental 1 Incompleto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	100,0
Ensino Fundamental 1 Completo	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	1	100,0
Ensino Fundamental 2 Incompleto	3	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	100,0
Ensino Fundamental 2 completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	100,0
Ensino Médio Incompleto	2	25,0	3	37,5	3	37,5	0	0,0	8	100,0
Ensino Médio Completo	2	33,3	3	50,0	1	16,7	0	0,0	6	100,0
Ensino Superior Incompleto	1	20,0	1	20,0	3	60,0	0	0,0	5	100,0
Ensino Superior Completo	6	40,0	4	26,7	4	26,7	1	6,7	15	100,0

Dentre os informantes do sexo feminino, observou-se uma tendência para aceitar a ORP

(40%) mais do que a ORC (28%). Entre os informantes do sexo masculino, observou-se que a tendência a aceitar as duas formas é maior do que entre as mulheres (38,5% para os informantes e 28% para as informantes), o que é reforçado também na avaliação das ORC, em que há um número maior de aceitação entre os homens, com 30,8% em relação aos 28% das mulheres.

Considerando que a faixa etária dos 18 aos 29 anos pertencem à juventude; os de 30 a 59 anos à idade adulta e os de 60 anos acima aos idosos, observou-se que este último grupo traz uma tendência conservadora em relação às OR, com 66,7% para uma avaliação como adequada para as ORPs com o SPrep “de quem”.

Entre os jovens, observou-se que há uma aceitação para as duas formas, com 55,6%, o que sugere um movimento da população que tende a inovar a língua. Se se comparam tais resultados com os adultos jovens, evidencia-se o crescimento das ORC neste grupo, pois 40% dos informantes as aceitam, equilibrando-se de modo equitativo entre aceitar as ORPs (30%) e aceitar ambas (30%).

Os resultados referentes à escolaridade dos informantes mostram que, entre as 3 faixas de ensino (Fundamental, Médio e Superior), a que traz uma maior aceitação da ORP com o SPrep “de quem” está entre os que têm Ensino Superior, seguido pelos que têm Ensino médio. Esse resultado se amplia e mantém sua distinção se são considerados aqueles informantes que ainda não completaram sua formação com 60% para os de Ensino superior e 58,3% para os de Ensino médio.

Considerando a avaliação para ambos os tipos de OR neste grupo em sua totalidade, obtém-se um número elevado (86,7%) em contraste para a aceitação das ORC, com 46,7%. Em contraste, os resultados dos informantes do Ensino médio apresentam em sua totalidade (incompleto e completo) um número elevado para a aceitação das cortadoras com 87,5%; entre a aceitação das ORP e de ambas as formas ocorre uma quase equidade numérica (58,3% para a primeira e 54,2% para a segunda).

Comparando-se os dois grupos acima, evidencia-se que o alto percentual dos informantes do Ensino superior com avaliação adequada tanto para as ORP quanto para as ORC se deve a um maior domínio e influência da gramática normativa, o que não impede uma permuta de uso com o desvio da norma padrão através da aceitação das ORC. A alta aceitação deste tipo de OR entre os informantes do Ensino médio em sua totalidade reforça a sua crescente

aceitação entre pessoas escolarizadas e com escolaridade maior do que o Ensino fundamental, fato já atestado nos estudos de Kenedy (2008) e Ribeiro (2009).

d) Relação entre orações relativas e perfis sociodemográficos dos informantes para o SPrep “em quem”

Tabela 4 - Distribuição de informantes por variáveis sociodemográficas segundo a classificação de Adequada e Inadequada para o SPrep EM QUEM na ORP) e na ORC.

Variáveis	Adequada apenas para o SPrep EM QUEM		Adequada apenas para a cortadora		Adequada para ambas		Inadequada para ambas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sexo										
Masculino	5	38,5	3	23,1	5	38,5	0	0	13	100,0
Feminino	9	36,0	7	28,0	9	36,0	0	0	25	100,0
Faixa etária										
De 18 a 29 anos	3	33,3	4	44,4	2	22,2	0	0	9	100,0
De 30 a 59 anos	6	30,0	3	15,0	11	55,0	0	0	20	100,0
60 anos ou mais	5	55,6	3	33,3	1	11,1	0	0	9	100,0
Escolaridade										
Ensino Fundamental 1 Incompleto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	100,0
Ensino Fundamental 1 Completo	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0	1	100,0
Ensino Fundamental 2 Incompleto	0	0,0	2	66,7	1	33,3	0	0	3	100,0
Ensino Fundamental 2 completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	100,0
Ensino Médio Incompleto	3	37,5	2	25,0	3	37,5	0	0	8	100,0
Ensino Médio Completo	3	50,0	1	16,7	2	33,3	0	0	6	100,0
Ensino Superior Incompleto	1	20,0	1	20,0	3	60,0	0	0	5	100,0
Ensino Superior Completo	7	46,7	4	26,7	4	26,7	0	0	15	100,0

Considerando a avaliação da ORP com o SPrep “em quem”, a variação avaliativa para a ORC e a avaliação como adequada para ambas as formas, observa-se que, dentre as variáveis destacadas, para a ORP há uma quase equidade de valores entre os informantes do sexo feminino (36%) e masculino (38,5%) que a consideraram adequada; a mesma quase equidade se observa também na avaliação de adequada para ambas as orações, com 38,5% para os homens e 36% para as mulheres como mostra a tabela abaixo:

Uma pequena alteração de valores se nota na avaliação como adequada para as ORC com 28% para as mulheres e 23% para os homens. Neste caso, não se pode falar de um perfil conservador para uma das representações da variável, pois a quase similiaridade de resultados percentuais pode ser um índice de pouco uso deste SPrep em PB, o que traz equilíbrio nas demais avaliações.

Considerando a faixa etária em sua tripartição (jovens, adultos e idosos), observa-se que há uma maior aceitação dos idosos para a ORP com o SPrep “em quem”, com 55,6% de frequência para esta oração; este mesmo grupo apresenta uma baixa aceitação para as duas formas de OR (11%), mesmo trazendo um percentual de 33,3% para as ORC.

Nas demais faixas etárias, observa-se uma maior aceitação das ORC (44%) entre os jovens enquanto os adultos tendem a aceitar as duas formas de OR para este SPrep (com 55%). Reforça-se também neste tipo de SPrep uma dinâmica de uso entre faixas etárias jovens em contraste com a tendência a uma conservação da norma, através das ORP, entre os idosos.

Os valores de escolaridade trazem maior relevo entre os informantes do Ensino médio e do Ensino superior, considerando aqui a totalidade de informantes de cada grupo entre ter ou não completado os estudos no momento da investigação. Destes dois grupos, houve uma maior aceitação das ORP entre os informantes do Ensino médio (87,5%) em contraste com o índice numérico das ORC, com 41,7%; o percentual sobe mais para a aceitação deste grupo para ambas as estruturas, com 70,8%.

Em contraste, os informantes do Ensino superior completo em sua totalidade mostram uma maior aceitação para ambas as estruturas (tanto a ORP quanto a ORC) com um percentual de 86,7%, seguido para uma maior aceitação das ORP, com 66,7%. Comparando o resultado dos dois grupos para a avaliação das ORC, observa-se uma quase equidade entre eles para esta forma de oração relativa, com 46,7% enquanto os de Ensino médio apresentaram 41,7%.

Através da análise destes resultados, reforça-se, portanto, a forte influência da escolaridade na avaliação de orações canônicas. No caso do SPrep “em

quem”, seu uso pouco frequente pelos falantes do PB, em troca pelo pronome “que”, é ressaltado pelo alto índice de concordar com ambos, presentes nos informantes de Ensino superior.

Dentre os informantes do Ensino médio, a alta frequência de avaliação positiva para as ORP não indica necessariamente que se faça seu uso frequente na oralidade, mas, por contraste, o seu possível pouco uso em situações do cotidiano reforça o conhecimento de regras gramaticais, mas uma flexibilidade de um uso desviante da norma (através das ORC), o que se faz notar na frequência também alta para uma aceitação de tanto uma oração quanto outra.

e) Relação entre orações relativas e perfis sociodemográficos dos informantes para o SPrep “da qual”

Para o SPrep “da qual”, a tabela 5 mostra que as mulheres apresentaram uma tendência maior para avaliar como adequada ORP com este SPrep, com 40% de frequência. Valor similar ocorreu entre os homens para as ORC, com 38,5%. Em observação a este SPrep, notou-se que as mulheres tendem a uma avaliação mais próxima da conservadora, em consonância com a gramática normativa enquanto os homens tendem a valorizar a variação, aceitando sobretudo as duas formas.

Tabela 5 - Distribuição de informantes por variáveis sociodemográficas segundo a classificação de Adequada e Inadequada para o SPrep DA QUAL na ORP) e na ORC

Variáveis	Adequada apenas para o SPrep DA QUAL		Adequada apenas para a cortadora		Adequada para ambas		Inadequada para ambas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sexo										
Masculino	4	30,8	5	38,5	4	30,8	0	0,0	13	100,0
Feminino	10	40,0	8	32,0	7	28,0	0	0,0	25	100,0
Faixa etária										
De 18 a 29 anos	1	11,1	5	55,6	3	33,3	0	0,0	9	100,0
De 30 a 59 anos	7	35,0	6	30,0	7	35,0	0	0,0	20	100,0
60 anos ou mais	6	66,7	2	22,2	1	11,1	0	0,0	9	100,0

Escolaridade

Ensino Fundamental 1 Incompleto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	100,0
Ensino Fundamental 1 Completo	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	1	100,0
Ensino Fundamental 2 Incompleto	2	66,7	1	33,3	0	0,0	0	0,0	3	100,0
Ensino Fundamental 2 completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	100,0
Ensino Médio Incompleto	1	12,5	6	75,0	1	12,5	0	0,0	8	100,0
Ensino Médio Completo	2	33,3	3	50,0	1	16,7	0	0,0	6	100,0
Ensino Superior Incompleto	1	20,0	1	20,0	3	60,0	0	0,0	5	100,0
Ensino Superior Completo	8	53,3	2	13,3	5	33,3	0	0,0	15	100,0

Na variável da Faixa etária, reforça-se a tendência dos mais idosos em conservarem a norma, com uma aceitação de 66,7% para a ORP; neste grupo, ressalta-se ainda a baixa aceitação para ambas as formas (com 11%), ainda que as cortadoras sejam de maior número (com 22%). Entre os adultos jovens, há uma equiparação numérica (35%) entre a aceitação pela ORP e a aceitação para ambas. Em valores percentuais, há uma aproximação de valores para as ORC, com 30%.

É entre os jovens que se observa um valor bastante diferencial, tanto em comparação com os demais grupos quanto entre as variações da ORP. Este tipo de oração tem apenas 11,1% de aceitação entre os informantes de 18 a 29 anos em contraste com as ORC, que são avaliadas de modo aceitável por 55,6% dos informantes dessa faixa etária; em seguida, a aceitação de ambas as formas também supera a forma canônica, com 33,3%.

O alto índice das ORC e de ambas as estruturas por essa faixa etária pode ter ocorrido em decorrência da baixa frequência de uso do SPrep “da qual” em ORP. O contraste destes resultados com o outro extremo etário (os idosos) reforça a noção de que os jovens tendem a dinamizar o uso da língua através de variações e possíveis mudanças, algo que, neste caso, tem seu ponto de equilíbrio com os adultos.

Na variável da Escolaridade, se sobressai o percentual representativo de avaliação da ORC como adequada (75%) para os informantes de Ensino médio incompleto; neste grupo, o percentual de avaliação como adequada é o mesmo (12,5%) tanto para as ORP quanto para ambas as estruturas. Para os informantes do Ensino médio completo, as ORP sobem de frequência (33,3%), mas as ORC ainda detêm uma maior aceitação, com 50%, seguida da avaliação de adequada

para ambas com 16%. A alta frequência na avaliação como adequada das ORC, assim como a baixa frequência das duas outras formas, reforça a ideia de que o SPrep “da qual” seja de uso pouco frequente no PB, sendo substituído pelo pronome “que”, resultando na ORC.

O efeito inverso ocorre nos resultados dos informantes com Ensino superior. Os que têm o ensino já concluído avaliam de modo adequado o uso das ORP para o SPrep “da qual”, com 53,3%, em contraste com a baixa frequência para as ORC, com 13,3%; o percentual sobe quando estes informantes avaliam ambas as estruturas oracionais como adequadas, com 33,3%. Para os informantes de Ensino superior incompleto ocorre uma avaliação de igual valor para as ORP e as ORC, com 20% para as duas; o maior percentual localiza-se na avaliação adequada para as duas formas, com 60%.

Ao se observar os resultados dos dois grupos acima, considerando seus subgrupos (incompleto e completo), evidencia-se uma mudança avaliativa em curso, mediada pela presença da gramática normativa, e suas prescrições, em coocorrência com uma gramática da oralidade. Devido a isto, a norma se sobressai à medida que se avança nos estratos da escolaridade, sem, no entanto, apagar a presença da variação, representada pela ORC.

Esta variedade se reflete nos índices de julgamento de adequação para ambas as formas, os quais crescem nas ORP do Ensino médio ao superior completo, caem nas ORC e sofrem mudanças para encerrar um valor numérico menor que a ORP quando se considera avaliar ambas as estruturas, no mesmo movimento de um grupo a outro. Isto evidencia, portanto, a forte influência que o ensino regular e a Gramática normativa têm no juízo avaliativo dos falantes de PB, ainda que provavelmente eles utilizem com frequência baixa estruturas oracionais canônicas para as relativas em sua fala cotidiana.

Considerações finais

Os resultados aqui apresentados demonstram apenas uma parte do fenômeno em sua problemática, pois considerou juízos avaliativos de gramaticalidade de informantes sob diversas variáveis, não destacando a observação e análise da fala e da escrita destes informantes. Ao fazer uma análise destas modalidades destes mesmos informantes, provavelmente haverá resultados bastante significativos entre o uso de gramática normativa e as formas não-canônicas das orações relativas e que podem mostrar diferenças importantes entre a fala, a escrita e a avaliação do mesmo fenômeno.

Através dos dados sociodemográficos deste estudo, observou-se a conservação de uma forma normatizada (a ORP) por uma faixa etária idosa e a flexibilidade de aceitação de uma forma não-canônica (a ORC) entre faixas etárias mais jovens, demonstrando um fenômeno ainda em mudança, especificamente se se considera que a gramática normativa determina como forma padronizada a ORP, mas não aceita a ORC. Além disso, a porcentagem mais alta da aceitação para ambas as formas entre os mais jovens não somente dá relevo a essa mudança em contínuo como demonstra uma possibilidade de maior aceitação das ORC de modo gradativo, como se faz notar entre os informantes adultos.

Dos resultados obtidos em face das análises dos juízos avaliativos na variável da escolaridade, evidencia-se a afirmação de Ribeiro a respeito da influência da escolarização no uso das ORP (Ribeiro 2009) e o que Kenedy considera sobre esta relativa como uma estrutura não natural da língua e que é adquirida também através da escolarização (Kenedy 2009). Isto se observa nos índices mais altos para uma avaliação positiva das estruturas com ORP entre os informantes com ensino superior completo, independente do SPrep que a introduzisse no período. Isto, no entanto, não inviabiliza a presença de ORC, seja em uma avaliação adequada apenas para ela seja em ambas as formas.

O crescimento deste fenômeno pode ser confirmado entre as faixas etárias de pessoas mais jovens ou de adultos jovens, pois a primeira traz uma forte tendência à aceitação das ORC ou de ambas as orações relativas enquanto o outro mostra uma estabilidade entre as ORC e as ORP. Os idosos demonstram uma avaliação mais conservadora e estabilizada, o que sedimenta a presença das ORP. Os jovens, por sua vez, apresentam uma melhor avaliação tanto para a ORC quanto para as duas formas.

Mesmo tendo um valor numérico não igual entre os informantes do sexo masculino e feminino, observa-se uma tendência deste grupo em ser mais conservador do que aquele, avaliando como mais adequadas as ORP em relação às ORC.

Diante destes resultados, considera-se que o fenômeno das Orações Relativas Cortadoras (ORC) na avaliação de falantes do PB apresenta duas características relevantes: (1) a opção por formas simples e sintéticas de uso das relativas, optando por apenas um pronome relativo neutro (que), sem perder a força semântica das relações interfrasais; (2) a evidência de um fenômeno ainda dinâmico e em mudança, especialmente quando se observam os índices referentes às avaliações de adequadas para as duas formas presentes e uma maior aceitação das ORCs entre falantes jovens escolarizados.

Ao competir com a estrutura canônica, representada pelas Orações Relativas Preposicionadas (ORP), as Orações relativas cortadoras (ORC) acabam por expor uma bipartição entre estruturas e entre gramáticas, mediada por fatores sociais diversos e que inevitavelmente se refletem na língua. Resta, portanto, compreender em outras investigações como essa competição ocorre na oralidade e na escrita dos utentes do PB.

Referências Bibliográficas

- Arim, Eva, Ramillo, Maria Celeste e Freitas, Tiago (2005): “Mudanças em curso e os média: o caso das relativas”. In: Mateus, Maria Helena Mira, & Nascimento, Fernanda Bacelar do (orgs). *A Língua portuguesa em mudança*. Lisboa: Editorial Caminho: 67-80.
- Brito, Ana Maria, e Duarte, Inês (2003): “Orações relativas e construções aparentadas”. In: Mateus, Maria Helena Mira, Brito, Ana Maria & Duarte, Inês (orgs), *Gramática da Língua Portuguesa*. 6a ed. Lisboa: Ed. Caminho: 653-694.
- Castilho, Ataliba (2010): *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- Kenedy, Eduardo (2008): “As orações relativas preposicionadas e a hipótese de anti-naturalidade de pied-piping”. In: *Revista Veredas* 2: 92-111.
- Luchesi, Dante, Baxter, Alan & Ribeiro, Ilza. (orgs) (2009): *O português afro-brasileiro*. Salvador; EDUFBA.
- Peres, João Andrade & Móia, Telmo (1995): “Orações relativas”. In: _____, *Áreas críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho, 269-369.
- Tarallo, F. L. (1983): *Relativization strategies in brazilian portuguese* (Dissertação de Doutorado). University of Pennsylvania, USA.

Ensino de Português Língua Estrangeira: discutindo a elaboração de unidades didáticas numa perspectiva intercultural

Samuel Figueira-Cardoso

Escola Doutoral de Humanidades/Instituto de Estudos Ibéricos
e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia

Resumo: Ensino de Português Língua Estrangeira: discutindo a elaboração de unidades didáticas numa perspectiva intercultural

Neste artigo discutimos alguns conceitos relacionados com a interculturalidade na aula de língua estrangeira e o processo de elaboração de materiais didáticos. A unidade didática teve como objetivo familiarizar os alunos com a temática e aumentar a capacidade dos alunos nos usos da linguagem e práticas da oralidade e leitura numa perspectiva intercultural, ao mesmo tempo que permitiu ao professor a possibilidade de produzir os seus próprios materiais, num exercício reflexivo que une a teoria à prática.

Palavras-chaves: Sequência didática; aprendizagem intercultural; ensino de língua.

Abstract: Teaching Portuguese as a Foreign Language: discussing the development of teaching units from an intercultural perspective

In this paper, we discuss some concepts related to interculturality in the foreign language class and the process of preparing teaching materials. The didactic unit aimed to familiarize students with the theme and increase students' ability to use language and oral and reading practices in an intercultural perspective while allowing them to produce their materials, in an exercise reflective that unites theory to practice.

Keywords: Didactic sequence; intercultural learning; language teaching.

Introdução

Este texto versa sobre o ensino-aprendizagem uma língua pluricêntrica, a língua portuguesa, como língua estrangeira. Descreveremos uma experiência didática numa sala de aula de alunos adultos com grande diversidade linguística e cultural em contexto de imersão para adultos. Ao mesmo tempo, teceremos algumas considerações sobre uma sequência didática para uma aprendizagem intercultural e comunicativa de aprendizes adultos.

As tantas variedades linguísticas e culturais dos países de língua portuguesa nos dão imensas possibilidades de incorporar temáticas pouco trabalhadas

em sala de aula. Uma dessas temáticas escassas nos programas de ensino e manuais didáticos são aspectos linguísticos e culturais da região amazônica para além das florestas e grandes rios. Defendemos, pois, que o trabalho com as narrativas orais oriundas das vivências, experiências e saberes dos povos indígenas e ribeirinhos, por exemplo são temas profícuos para o ensino de cultura e língua portuguesa. Conhecer e compreender os modos de vida, práticas sociais e discursivas desses povos é fundamental para uma formação mais humanista da língua que se aprende.

Neste artigo, descrevemos uma unidade didática trabalhada em aula. Esta sequência tem como tema geral as *Amazônia brasileira*, e faz parte de um conjunto de seis unidades didáticas que tem como elemento estruturador as lendas amazônicas. Cabe lembrar estas unidades, são uma sequência didática, parte de estudo desenvolvido no âmbito do curso de mestrado. Esse estudo surge, primeiro, por uma inquietação pessoal em aprofundar os conhecimentos sobre as narrativas orais em um contexto científico, sobretudo, numa perspectiva discursivo-textual. Segundo, porque defendemos a hipótese de que a lenda, enquanto gênero do discurso, mesmo usada numa sala de língua estrangeira com grande diversidade linguística e cultural, permite que os alunos compartilhem um mesmo imaginário coletivo, que se manifesta em diferentes gêneros textuais, nomeadamente conto popular, mito e outras histórias.

Tendo em conta o contexto da prática pedagógica, houve um aspecto comum a que fomos sensíveis. Esse aspecto deriva do fato de a aprendizagem da língua portuguesa que os alunos se encontravam a realizar decorrer em Portugal, em imersão, portanto, de ter como contexto institucional uma instituição de ensino superior portuguesa. Referimo-nos ao predomínio da variedade europeia do português e, nesta, da norma-padrão do português europeu. Embora seja legítimo e defensável este predomínio, verificamos que o contato com a diversidade linguística e a multiplicidade cultural da língua portuguesa, neste contexto de aprendizagem, é naturalmente escasso, o que abre a possibilidade para uma intervenção didática orientada para um alargamento linguístico e cultural da aprendizagem do português, bem como a criação de materiais didáticos diversificados e dinâmicos, constituídos com atividades nas duas variedades da língua. Esta sequência didática teve como objetivo familiarizar os alunos com a temática e aumentar a capacidade dos alunos nos usos da linguagem e práticas da oralidade, leitura e escrita ao mesmo tempo que permitiu ao professor a possibilidade de produzir os seus próprios materiais, num exercício reflexivo que une a teoria à prática.

A abordagem intercultural no ensino de Português Língua Estrangeira

No ensino-aprendizagem de português língua estrangeira (PLE) em contextos multiculturais e multilíngues a questão intercultural merece atenção, uma vez que na multiplicidade dos atos comunicativos alguns gêneros textuais podem ou não ter mesma circulação situacional nas mesmas culturas, como mostra um estudo realizado por Gunthner (1991) que analisou o gênero provérbio em contextos de negócios entre alemães e chineses. Foi na tentativa de conhecer e compreender quais eram os conhecimentos dos alunos sobre aspectos linguísticos e culturais da Amazônia brasileira que criamos a sequência didática descrita neste texto.

Esta reflexão é fundamental, porque nota-se que há diferenças interculturais na circulação dos gêneros. Esta discussão recebe muitas outras nuances e é objeto de análise para outro texto, quando se foca nas características e singularidades linguístico-discursivas das narrativas orais à luz dos estudos linguísticos.

Procuramos adotar uma abordagem intercultural no ensino da língua. Neste sentido, convém esclarecer que o termo *abordagem* é usado neste artigo na perspectiva de Almeida Filho (2008: 19), que o define como um “conjunto de disposições, conhecimentos, crenças, pressupostos e eventualmente princípios sobre o que é linguagem humana, LE, o que é aprender e ensinar uma língua-alvo”. Este autor, afirma em outro texto que no ensino de língua estrangeira cronologicamente podemos identificar diferentes abordagens no ensino de línguas, o que dá ao termo um sentido mais abrangente variando de acordo com as noções de língua adotadas nos programas educacionais e nas práticas docentes.

O objetivo desta seção é discorrer sobre a abordagem intercultural, ainda que de forma breve, reivindicada neste texto, compreendendo a importância de ensinar língua sem desassociá-la da cultura materna ou da língua que se aprende. Para tanto, buscamos o estudo de Santos (2004), quem cunhou o termo Abordagem Comunicativa Intercultural. A autora defende que esta abordagem é

uma força potencial que pretende orientar as ações de professores, alunos e de outros envolvidos no processo de ensino/aprendizagem de uma nova língua-cultura, o planejamento de cursos, a produção de materiais e a avaliação da aprendizagem, com o objetivo de promover a construção conjunta de significados para um diálogo entre culturas (Santos 2004: 155)

É pensando neste diálogo entre culturas que procuramos sequenciar a nossa proposta de unidade didática.

As aulas de língua estrangeira são espaços privilegiados para um trabalho sistematizado sobre a dimensão intercultural, dado que frequentemente as turmas são constituídas por alunos de culturas e línguas diferentes, o que favorece o ambiente ideal para o desenvolvimento da competência comunicativa e intercultural. Nesse contexto, quando falamos com o outro, efetivamos uma comunicação que vai além do ato ilocutório: também podemos perceber que o nosso interlocutor pertence a um grupo diferente.

Nesse cenário multi e pluricultural e linguístico, em particular no espaço europeu, o Conselho da Europa e a Comissão Europeia (2001) citados em Teixeira (2013) defendem a importância do pluriculturalismo e o reconhecimento da diversidade linguística, para a construção da cidadania democrática e para a formação da coesão social destacando que “a aprendizagem intercultural interessa-se pela diversidade e pela diferença, pelo pluralismo, pela complexidade e pelas questões em aberto e, por fim, pela reflexão e pela mudança. A aprendizagem intercultural diz respeito à formação e à alteração da identidade pessoal, à percepção das mudanças de significado, na aceitação das tensões e das contradições. A aprendizagem intercultural está essencialmente baseada na diferença, na diversidade de contextos de vida e no relativismo cultural. A aprendizagem intercultural diz respeito à democracia e à cidadania, implica a tomada de posição contra a opressão, a exclusão e os seus mecanismos de suporte” (Conselho da Europa e a Comissão Europeia 2001 *apud* Teixeira 2013: 41).

Construímos identidades sociais, partilhamos mundividências culturais e sociais associadas às diferentes línguas. Assim, o aluno precisa de adquirir o conhecimento do que é “apropriado” na linguagem que está aprendendo. Este conhecimento deve ser incentivado pelo professor, a quem cabe a responsabilidade de aplicar nas aulas uma abordagem comunicativa intercultural, a fim de ampliar as interações entre as culturas dos alunos, estimulando um trabalho de cooperação, desfazendo estereótipos e noções de privilégio de cultura A ou B, fomentando uma identidade (re) contruída a partir de uma compreensão de si e do *outro*. Convém reter que

o encontro com o outro, particularmente de outras culturas, favorece uma tomada de consciência de si e da própria realidade social. De fato, «descobrir a relatividade da própria cultura abre caminho para o descentramento do ponto de vista. Com esta expressão, pretende-se indicar a atitude de quem tenta colocar-se na roupa do outro, posicionando-se a partir do ponto de vista do outro, e procura resistir, ao menos temporariamente, à tentação de

expressar juízos, para procurar conhecer a diversidade, contextualizando os seus aspetos e suas pegadas, com os quais se defrontou. Interessante é também o reflexo que a atitude descrita produz na consciência de si: descentrar o ponto de vista permite voltar à própria realidade com um olhar diferente, capaz de compreender a historicidade e a relatividade da cultura de origem e capaz de iluminar a realidade em que se vive, porque a desbanaliza, descolando-a da opacidade do óbvio (Fleuri 2006 *apud* Teixeira 2013: 92)

O professor de língua deve proporcionar um ambiente em que o Eu temporariamente se transforme no outro, explorando um espaço intermédio, detetando o modo de fazer fronteira e de cruzar fronteiras com o Outro estrangeiro, a fim de estimular a reflexão sobre ambas as culturas, a cultura materna e a cultura alvo (Outeirinho 2006). Assim como, estimular a conscientização de relativizar os pontos de vista, isto é, deixar de reduzir o aluno ao indivíduo, mas encarando-o como um ser humano complexo e promovendo-o a alguém que é visto como representativo de um país ou “cultura”.

Os alunos, que já possuem uma cultura materna, adicionam uma nova cultura, uma nova identidade social, construída num processo de negociação com o outro. Nesse processo de comunicação intercultural é fundamental o respeito pelos indivíduos e pela igualdade dos direitos humanos como base democrática para a interação social. Outeirinho acrescenta que a língua é um instrumento de mediação entre o Eu e o Outro e a autoperceção cultural é a visão do aluno baseada na cultura materna em crenças, comportamentos e valores, enquanto as pressuposições podem ser as experiências, sentimentos e opiniões da cultura alvo, correspondendo ou não a esta.

A sala de aula é, portanto, um lugar privilegiado para o desenvolvimento de relações sociais. Este processo é dinâmico e interativo baseado na troca, aproximação e negociação de significado no sentido da coconstrução de conhecimento. É possível criar uma dimensão intercultural capaz de garantir um desenvolvimento de um conhecimento compartilhado por pessoas de diferentes identidades sociais, interagindo como seres humanos complexos com múltiplas identidades e sua própria individualidade.

O professor é o mediador e quem deve estimular este tipo de relação em sala de aula, desenvolvendo no aluno a consciência intercultural. Este estímulo passa pela escolha e produção de materiais didáticos, a seguir descrevemos uma sequência de atividades com exercícios diversificados atendendo às necessidades dos aprendentes.

Unidade didática

Nesta seção descrevemos uma unidade didática que compõe o conjunto de seis unidades do plano de ação da pesquisa supracitada. Pretendemos apenas fazer a descrição das atividades num diálogo com os pressupostos teóricos que embasam este estudo.

A unidade didática intitulada *Amazônia... já ouvi falar* composta por duas aulas de sessenta minutos cada, teve como objetivos:

- i) desenvolver a competência comunicativa e a competência intercultural;
- ii) ampliar a capacidade de compreensão/produção oral e ampliar a capacidade de compreensão/produção escrita.

E os conteúdos trabalhados foram os seguintes:

Quadro 1: Conteúdos da SD

Competência comunicativa:

- produção oral: interação inicial em turma e diálogo intercultural acerca da Amazônia a partir de imagens;
- compreensão escrita: textos acerca da culinária amazônica.

Abordagem intercultural:

- interação acerca de um vídeo sobre turismo em Manaus.

Competência linguístico-gramatical:

- léxico: diferenças entre português europeu e português do Brasil;
- presente do conjuntivo/subjuntivo.

Optamos por um tema mais amplo sobre a Amazônia, para perceber quais eram os conhecimentos prévios da turma sobre a Amazônia (povos indígenas e ribeirinhos, aspectos sociais, linguísticos e culturais) antes de, nas aulas seguintes, trabalhar as sequências didáticas baseadas no gênero lenda.

A primeira proposta foi uma pergunta dirigida aos alunos: O que você sabe sobre a Amazônia? Após essa interação, apresentamos três imagens referentes à Amazônia brasileira, a saber: o rio Amazonas representado na primeira imagem; a segunda imagem era a zona urbana da capital do estado do Pará e a última era um retrato dos povos indígenas brasileiros na sua diversidade cultural. Se seguida, pediu-se aos alunos para observarem e comentarem. Com este exercício, procuramos verificar os conhecimentos prévios sobre a Amazônia brasileira, pois esse tipo de conhecimento constitui os seus esquemas de conhecimento (Solé 1998). E com base nessa multiplicidade de conhecimentos que estimulamos a produção oral do aluno e, sobretudo, desfazer alguns estereótipos presente no *imaginário*

de alguns alunos. Além disso, discutimos algumas diferenças fonéticas e lexicais entre as variedades brasileiras e europeia do português.

A segunda atividade consistiu na apresentação de um pequeno vídeo, intitulado *Amazônia – a melhor maneira de conhecer*. Este vídeo de dois minutos com informações sobre o turismo na Amazônia, em Manaus, no estado do Amazonas. No material audiovisual, havia referência a vários temas culturais, entre eles o da culinária. A seleção deste suporte, deu-se no entendimento que é “(...) através do uso da tecnologia, é possível descentralizar o papel do educador, passando-se para uma prática colaborativa, em que o foco é a construção do conhecimento e não do conteúdo (...)” (Barcellos 2015: 390). O vídeo foi utilizado para trabalhar com os alunos a compreensão oral através de um questionário escrito e de um questionário oral.

Quadro 2: Segunda atividade da SD

Questionário oral feito pelo professor:			
- É o Primeiro impacto do Português oral e escrito do Brasil. O que achas?			
- Primeira exploração do vocabulário desconhecido. Os usos do “você”.			
- Assunto do vídeo. Pequena interação oral.			
- Nova visualização do vídeo.			
- Questionário escrito:			
a) Quais as duas possibilidades que o turista tem de fazer turismo no Amazonas?			
b) Qual a capital do Amazonas e que locais especiais se podem aí visitar?			
c) Segundo o vídeo, a indústria do turismo está pouco ou muito desenvolvida?			
d) Que animais ou plantas é possível observar na Amazônia? (refere o que se vê nas imagens e o que diz o narrador)			
e) No final do vídeo, que recomendações sugere o narrador ao visitante para um turismo pleno (=completo) na região da Amazônia?			
f) Consegues detetar diferenças entre o português europeu e o português brasileiro?			
	Pronúncia	Vocabular	Frásica

Em seguida, foi discutido um texto sobre a Amazônia escrito em português europeu. O tema central do texto era a culinária da Amazônia, o que permitiu a ligação temática entre esta atividade e a anterior. O texto faz referência a um concurso de chefes de cozinha em Lisboa; com destaque para o trabalho de um chefe de cozinha brasileiro que trabalha na região amazônica e que utiliza ingredientes naturais de receitas indígenas para a confecção de pratos típicos desta região.

A atualidade do texto, a variante do português em que foi escrito e a possibilidade de trabalhar em paralelo com aspectos do português europeu e do português brasileiro, a temática e o conteúdo do texto foi produtivo na medida que estimulou a curiosidade e a imaginação dos aprendizes.

Quadro 3: Terceira atividade da SD

Texto: “A melhor forma de traduzir a Amazónia é pela comida”



O chef Felipe Schaedler esteve no [restaurante] “Peixe em Lisboa” numa missão que assumiu como sua: dar a conhecer a Amazónia ao mundo através da comida.

(...) Bem longe do cenário criado pelas novelas brasileiras e dos rodízios de carne assada, estão nomes [de peixes] como tambaqui ou pirarucu. E se falarmos em formigas servidas como aperitivo? Mas, vamos dizer, um Portugal que tem como petiscos mão de vaca, rabo de boi, tripas e mioleira, não tem direito de dizer que os alimentos insólitos não devem ser comidos ou que são próprios de gente estranha... Por isso, abramos os horizontes a um Brasil desconhecido. (...)

Amazónia no prato

De cabelo loiro, olhos azuis e apelido alemão, Felipe Schaedler está bem longe do ideal indígena. Mas a verdade é que poucos sabem tanto desta cultura como ele.

Felipe apresentou duas receitas e falou sobre muitas mais. «Os índios usam poucos ingredientes, mas com eles conseguem chegar a grandes sabores e fazer pratos incríveis», garante. Da banca de gelo escolhe um tambaqui [um peixe comum na bacia amazónica] pega nele com as duas mãos. «Esse aqui é o rei». Prova disso é a ementa dos três restaurantes que tem em Manaus e que contam com pratos como ‘caldeirada de costela de tambaqui’, ‘costela de tambaqui frita’, ‘tambaqui com crosta de castanha e banana assada’ ou ‘picadinho de tambaqui’.

Mas já que falamos em refeições completas, não podemos deixar escapar as entradas, por mais estranha que elas possam parecer. «Se os índios comem formiga, nós também podemos comer». O *chef* garante que «é delicioso» e que, apesar da degustação de formigas ter passado por uma fase experimental, restrita a pequenos grupos, não há nada melhor do que uma ‘formiga sauva e espuma de mandioca’.

Texto adaptado. Retirado do Jornal *online* Sol.

Consultado em 02/12/2017.

(<https://sol.sapo.pt/artigo/559394/felipe-schaedler-a-melhor-forma-de-traduzir-a-amazonia-e-pela-comida>)

A história de vida do chefe de cozinha, os pratos escolhidos e a proveniência dos alimentos demonstraram a importância da preservação de práticas culturais das comunidades indígenas da Amazônia, a riqueza da culinária da região e a diversidade dos povos tão presente no Brasil. Embora muitos desses alunos não tenham planos para conhecer a Amazônia, o conhecimento da diversidade cultural associada a língua portuguesa permite-lhes uma visão mais ampla da língua-cultura que estão a aprender.

O texto escolhido permitiu abordar numerosos aspectos, em coerência com o tema proposto para a aula. Em primeiro lugar, permitiu ensinar aos alunos um conjunto de estratégias que facilitaram a compreensão de qualquer texto, pois a leitura é um “processo feito de múltiplos processos, que ocorrem tanto simultânea como sequencialmente; esses processos incluem desde habilidades de baixo nível, executadas de modo automático na leitura proficiente, até estratégias de alto nível, executadas de modo consciente” (Leffa 1996: 17-18). O título do texto *A melhor forma de traduzir a Amazônia é pela comida* e a ilustração que o acompanha possibilitaram trabalhar esses processos e conhecimentos prévios, incentivando os alunos a ler (compreender e interpretar). Outro aspecto levado em conta para a escolha dessa temática reside no fato de que no conjunto de lendas escolhidas para a estruturação das demais unidades didáticas têm como temática alguns alimentos símbolos da região amazônica, a saber: lenda do guaraná, da mandioca, do açaí. E o protetor da flora e da fauna amazônica – o Curupira.

A decifração lexical do texto fez-se, após uma segunda leitura do texto, por meio de um questionário oral sobre as palavras desconhecidas, com comparações entre o português europeu e português brasileiro. Esperou-se dos alunos a utilização de seus conhecimentos prévios, aspectos comuns na língua e cultura materna, servindo-se da interação e do contexto para decifrar o sentido das palavras em questão.

Em segundo lugar, este texto permitiu ativar os conhecimentos do funcionamento da língua trabalhados em aulas anteriores, concretamente sobre o presente do subjuntivo, uma vez que existiam ocorrências de formas verbais conjugadas nesse tempo e modo verbal.

Quadro 4: Quarta atividade da SD

Vamos continuar com um exercício de funcionamento da língua...

a) Indicativo ou Conjuntivo?

- Quando cheguei ao hotel, em zona muito arborizada, _____ (deparar-se) logo com uma preguiça, que só tinha visto em documentários sobre o Amazonas.
- Espero que amanhã _____ (estar) bom tempo, porque para mau tempo já bastou a semana passada. Foi horrível.
- Queres que eu te _____ (ajudar) a subir a um coqueiro ou _____ (preferir) subir sozinho.
- Lamentamos que vocês não _____ (poder) ficar por mais tempo na selva. Ainda _____ (haver) tanta coisa para visitar!
- Duvido que ele _____ (ter) razão quando diz que _____ (poder) a desflorestação da Amazónia, o pulmão do planeta, não _____ (ter) consequências no clima da terra.
- Receio bem que eles se _____ (perder) na cidade de Manaus, não só porque _____ (ser) grande, mas também por não _____ (saber) português e não _____ (ter) a quem perguntar.
- Prefiro que eles _____ (chegar) 10 minutos mais cedo do que 5 minutos depois do prazo limite e _____ (perder) o barco para o Rio Preto.
- Os turistas pedem que o guia turístico _____ (falar) mais alto para _____ (conseguir) ouvi-lo bem, pois o baralho das águas é ensurdecedor.
- Não é aconselhável que tu _____ (vestir-se) dessa maneira para visitar a floresta densa. _____ (vestir) antes uns calções e uma T-shirt.

Nas atividades sobre o funcionamento da língua, isto é, nos conteúdos gramaticais da variedade padrão da língua que estuda, precisamos sempre de tornar os alunos conscientes da necessidade de mobilizar conhecimento que eles aprendem nas aulas de língua e aplicam nas interações linguísticas, embora às vezes sem se aperceberem disso.

Na atividade seguinte, apresentamos um texto lacunar com onze palavras à parte e embaralhadas para o aluno colocar no espaço adequado. Esta atividade de compreensão textual implica que o aluno se envolva no processo de leitura e possibilita a ampliação do léxico.

Quadro 5: Quinta atividade da SD

Complete o texto com as palavras que faltam. A cada espaço corresponde apenas uma palavra. São elas: *“pasto, adjacentes, liderado, ganhar, revista, fundamental, derrubadas, mostra, doce, aumento, desmatamento”*

A conversão da floresta amazônica em áreas de plantio e de _____ tem sido apontada como responsável por redução das chuvas, _____ das secas e degradação dos ecossistemas aquáticos. Agora, um novo estudo _____ por um cientista brasileiro mostra que o _____ também tem impactos na produção comercial de peixes.

A pesquisa, publicada numa _____ científica, revela uma queda na produtividade da produção pesqueira em rios _____ a áreas desmatadas. O trabalho foi liderado por Leandro Castello, especialista em ecologia e conservação da pesca na Amazônia. Disse que a pesquisa _____ que a qualidade de conservação das áreas de florestas adjacentes aos rios – as chamadas várzeas, ou planícies de inundação da Amazônia – têm um papel _____ para a produção de peixes:

“As planícies de inundação produzem mais peixe que qualquer outro sistema de água _____ no mundo. Neste momento, a Amazônia é um caso único, já que a maior parte das suas várzeas ainda está intacta. Mas, se as florestas continuarem sendo _____ e os habitats modificados, isso reduzirá a quantidade de peixes que as pessoas têm para se alimentar e _____ a vida. Se não protegermos essas áreas, vamos perder os rios e os peixes”, afirmou Castello.

Mantendo a coerência com o tema da aula, solicitamos aos alunos a produção de uma carta para um amigo que vive na Amazônia, numa situação hipotética. Deste modo, permitiu-se que o aluno se baseasse em conteúdos trabalhados nas aulas anteriores (o gênero carta) integrando conhecimentos adquiridos com as atividades desta aula, integrando os conteúdos do programa regular do curso com os conteúdos e temática deste estudo. Contudo, consciente da dificuldade que implica o ato de escrever, bem como a rejeição do mesmo por parte de muitos alunos, e sobretudo entendendo a escrita como um processo (cf. Koch 1997) esta atividade foi planejada para ser realizada em casa, numa primeira versão do texto, e ser entregue no encontro seguinte reservado ao desenvolvimento da escrita. Por fim, foi reservado dez minutos para realizar o *feedback* sistematizando os aspectos trabalhados na aula.

Conclusão

Neste breve artigo procuramos apresentar parte de um estudo na área do ensino de português como língua estrangeira. Partindo dos pressupostos teóricos da pesquisa-ação, sequências didáticas, discussão de gêneros discursivos-textuais e abordagem intercultural. Desenvolvemos um plano didático constituído por unidades didáticas com exercícios diversificados implementadas num curso de língua estrangeira em contexto de imersão, em Portugal.

Este artigo deve ser entendido como uma possibilidade de contribuir para o entendimento e divulgação das estratégias e modos didáticos adotados no ensino e aprendizagem de português língua estrangeira numa perspectiva comunicativa e intercultural e dar a conhecer as culturas e línguas brasileiras.

Este primeiro exercício de análise aponta que temáticas como a região amazônica (as narrativas orais, nas manifestações culturais, a culinária) à luz dos estudos linguísticos – gêneros discursivos-textuais, na aula de língua estrangeira, permite não apenas abordar questões linguísticas (gramaticais), mas também, considerando o contexto das turmas, explorar questões da identidade e pontos de encontro da língua-cultura que se estuda na língua-cultura materna.

Outro aspecto explorado neste estudo é a abordagem intercultural no ensino de português como língua estrangeira, sobretudo quando este ensino é voltado para estudantes adultos com formação escolar conhecimentos prévios de outras línguas e culturas. Um contexto que permite abordar questões de argumentação, questões político-sociais, para além das sequências narrativas e organização das ideias em português.

Referências bibliográficas

- Almeida, José Domingues de *et al.* (2016): *Projetos de investigação-ação: orientações gerais para a elaboração do relatório de estágio em ensino de Português e de Língua Estrangeira*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Almeida Filho, José Carlos Paes de (2008): *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. 5. ed. Campinas: Pontes.
- Barcellos, Renata da Silva de (2015): “O uso da tecnologia na aula de língua portuguesa”. *Cadernos do CNLF*, Vol. XIX, Nº 03 – Ensino de Língua e Literatura. Recuperado em http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/03/_Cad_CNLF_XIX_03.pdf. Consultado em 04/06/2018.

- Gunthner, Susanne (1991): "A language with taste: uses of proverbial sayings in intercultural communication." In: *Text & Talk*, 11(3):399-418. DOI: <https://doi.org/10.1515/text.1.1991.11.3.399>
- Koch, Ingedore Grunfeld Villaça (1997): *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto.
- Leffa, Vilson (1996): *Aspectos da leitura: uma perspectiva psicolinguística*. Porto Alegre: Sagra – D.C. Luzzatto.
- Outeirinho, Maria de Fátima (2006): "A perspectiva comparatista no ensino duma cultura estrangeira: reflexões sobre uma abordagem intercultural". In: Bizarro, Rosa (ed). *Como abordar... a escola e a diversidade cultural: multiculturalismo, interculturalismo e educação*. Porto: Areal Editores: 172-177.
- Santos, Edleise Mendes Oliveira (2004): *A Abordagem Comunicativa Intercultural: uma proposta para ensinar e aprender língua no diálogo de culturas*. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Solé, Isabel (1998): *Estratégias de leitura*. Porto Alegre: Artmed.
- Teixeira, Ana Paula Gonçalves de Amorim (2013): *O desenvolvimento da competência comunicativa intercultural na aula de PLE: representações e práticas (inter) culturais. Um estudo de caso*. Tese de Doutorado não publicada. Porto: FLUP/UP.

Algumas observações acerca das formas de tratamento no Português Europeu

Joanna Drzazgowska
Universidade de Gdańsk

Resumo: Algumas observações acerca das formas de tratamento no Português Europeu

O artigo é uma tentativa de analisar alguns aspetos do sistema de formas de tratamento no Português Europeu contemporâneo. O objetivo principal da autora é determinar o contexto enunciativo em que ocorrem as formas de tratamento nominais e verbais. O *corpus* é constituído pelos diálogos provenientes de um filme português.

Palavras-chave: formas de tratamento, pragmática linguística, Português Europeu

Abstract: Some observations about forms of address in European Portuguese

The article is an attempt to analyse some aspects of the system of forms of address in contemporary European Portuguese. The main goal of the author is to establish the context of enunciation in which the pronominal and verbal forms of address occur. The *corpus* consists of dialogues from one Portuguese movie.

Keywords: forms of address, Pragmatics, European Portuguese

O presente artigo visa apresentar algumas observações acerca do sistema de formas de tratamento no Português Europeu contemporâneo. O sistema em causa põe muitas dificuldades quanto ao seu uso nem somente aos alunos de língua portuguesa, estrangeiros residentes em Portugal, mas também aos falantes nativos. Por um lado, é porque o sistema é muito complexo, ou seja, existem diferentes formas que podem ser usadas em diferentes situações de comunicação. Por outro lado, o uso de diferentes formas de tratamento varia conforme a idade, nível de educação, posição económica e região geográfica do locutor. Todos estes fatores influenciam a escolha da forma de tratamento no momento da enunciação. Temos de sublinhar que, numa sociedade mais ou menos hierarquizada, é importante todos os membros conhecerem a sua posição em relação a outras pessoas e saberem, conforme a sua posição social em diferentes ambientes, empregar as formas de tratamento.

O sistema de formas de tratamento português, quando comparado com os sistemas de outras línguas europeias, mostra muitas características peculiares. No entanto, devido ao carácter limitado do artigo, o objetivo do presente estudo é de-

terminar apenas o contexto enunciativo em que ocorrem as formas de tratamento pronominais e verbais sem sujeito expreso. Sobretudo, tentar-se-á estabelecer as diferenças no uso de “tu”, “você” e formas nulas de sujeito.

Estudos dedicados à análise das formas de tratamento em Portugal

Antes de prosseguirmos à análise das formas de tratamento no nosso *corpus*, achamos pertinente apresentar uma breve história dos estudos dedicados às formas em causa e referentes a PE. Não pretendemos apresentar uma análise exaustiva, indicaremos apenas alguns trabalhos. A nossa intenção é mostrar o interesse dos linguistas pelas formas de tratamento e apresentar a variedade das análises realizadas neste contexto.

Um dos trabalhos mais antigos sobre as formas de tratamento e publicados em Portugal é o artigo de Cláudio Basto (Basto 1932). O autor apresenta uma lista de diferentes formas de tratamento indicando a região de Portugal ou outra parte do mundo lusófono (África, Ásia, Brasil) onde são usadas. Simultaneamente, indica as variedades diatópicas (fonéticas e ortográficas) de algumas formas de tratamento. Desta forma, o trabalho ganha o valor de um estudo dialetológico. Os exemplos dados pelo linguista provêm da literatura portuguesa, mas também da linguagem coloquial e servem para exemplificar o uso tanto das formas cerimoniais e oficiais como daquelas usadas no ambiente familiar.

Marilina dos Santos Luz, por seu turno, apresenta um estudo de fórmulas de tratamento no português arcaico analisando os textos medievais (tanto literários como documentos). O objetivo da autora é o de investigar uma época passada, penetrar o ambiente social e descobrir os aspetos da vida íntima daqueles tempos (Santos Luz 1958).

Os trabalhos mais pormenorizados foram publicados nos anos 70 do século XX. Em primeiro lugar, temos de mencionar o estudo de Luís F. Lindley Cintra, onde, entre outros, o autor apresenta a análise diacrónica, ou seja, as origens e a evolução das formas de tratamento do português para, depois, passar a mostrar as tendências nos anos 70 quanto ao uso (ou desuso) das formas em causa (Cintra 1972). Na gramática de Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, estamos perante uma análise sincrónica. As autoras apresentam as fórmulas de tratamento em Portugal e no Brasil e, ao mesmo tempo, descrevem o contexto enunciativo. As observações das linguistas têm também carácter contrastivo, pois, comparam alguns elementos do sistema português com o sistema espanhol. Uma atenção especial merece a análise das formas de

tratamento nominais, uma das peculiaridades da língua portuguesa (Vázquez Cuesta, Mendes da Luz 1971).

Além dos trabalhos já mencionados, podemos apontar também o estudo de Eberhard Axel Wilhelm, onde foram analisados os pronomes de distância no seu contexto enunciativo no Português Europeu e no português do Brasil (Wilhelm 1979).

Nos anos seguintes, surgiram muitos estudos, entre os quais merecem a nossa atenção especial os numerosos trabalhos de Carreira (Carreira 1997, 1998, 2001, 2004, entre outros), onde a linguista propôs uma delimitação semântico-pragmática das formas de tratamento e sublinhou que a componente pragmática não podia ser ignorada na sua análise. Simultaneamente, apareceram vários trabalhos que analisavam as formas de tratamento no âmbito da cortesia verbal (p. ex. Rodrigues 2002), ou na didática de português (p.ex. Duarte 2011, Manole, Teletin 2014). Além disso, foram publicados os trabalhos de carácter comparativo português-espanhol (p.ex. Oliveira Medeiros 1996), português-francês (p.ex. Duarte 2008) ou português-romeno (p. ex. Manole 2012). Quanto aos estudos dedicados à análise pormenorizada de uma das formas de tratamento, podemos mencionar o trabalho de Joanna Drzazgowska que constitui uma tentativa de descrever o uso de “você” no português atual (Drzazgowska 2016).

No entanto, temos de sublinhar que não conseguimos encontrar nenhum estudo que analise de forma exaustiva o sistema das formas de tratamento no português europeu contemporâneo. Portanto, devido ao facto de ser um tema pertinente, merece a atenção dos linguistas e dos didáticos de Português Língua Materna (PLM) e Português Língua Estrangeira (PLE).

Classificação das formas de tratamento no Português Europeu
Passemos agora à apresentação dos tipos de formas de tratamento no Português Europeu. No âmbito das classificações das formas em causa existem várias propostas. Nas classificações de Cintra (Cintra 1972: 11-12) e de Carreira (Carreira 1998: 149), é apresentada uma **perspetiva morfossintática**. Esta perspetiva é a mais antiga e pode ser aplicada à maioria das línguas:

- **formas de tratamento pronominais** (*tu, você, vocês, V. Ex.a*)
- **formas de tratamento nominais** (*o senhor, a senhora, os senhores, as senhoras; o pai, a mãe, o avô; o António, a Maria; o meu amigo, patrão*)
- **formas de tratamento verbais** (*Queres? Querem?*)

É preciso repararmos que as formas de tratamento pronominais e nominais podem ser seguidas das formas verbais da segunda ou terceira pessoa singular ou plural. No caso das formas de tratamento verbais, trata-se apenas da utilização da desinência do verbo (segunda ou terceira pessoa singular ou plural) como referência ao interlocutor-sujeito. Cintra sublinha que cada tipo (cada classe) apresenta diferente valor. A este propósito, os tratamentos pronominais têm uma função limitada de chamar a atenção do interlocutor (*Tu já leste este livro?*) e os tratamentos nominais, além de chamarem a atenção do interlocutor, mostram alguns traços característicos dele (sexo, categoria social, profissão, parentesco, nome próprio). Outra distinção observada é a que os tratamentos pronominais e verbais são mais abstratos (o linguista diz que são elementos puramente gramaticais) e os tratamentos nominais fazem referência a traços concretos e individualizadores (Cintra 1972: 13). A classe dos tratamentos nominais (chamados também por Cintra – caracterizadores), por seu turno, embora exista em outras línguas, e nem somente românicas, é bem rica e o seu emprego é o mais corrente na língua falada e escrita em Portugal (Cintra 1972: 13).

Contudo, na classificação referida, achamos surpreendentes dois factos. Um é que o linguista incluiu na categoria de tratamentos pronominais as formas “Vossa Excelência” e “Vossas Excelências” que, segundo a nossa opinião, não são nada neutras e, até, de certa forma, podem caracterizar as pessoas a que se referem. Outra questão interessante é que Cintra, quando se refere aos tratamentos verbais, não distingue as formas na segunda pessoa singular das formas na terceira pessoa singular. No português europeu contemporâneo, existe uma clara distinção entre as duas formas mencionadas. Por exemplo, no caso da forma “falas”, trata-se simplesmente da elipse do pronome “tu” e, no caso de “fala”, ou estamos perante a omissão do pronome “você” (ou outra forma nominal, p.ex. “senhor”, “senhora”), ou é uma forma independente desprovida do sujeito (forma nula de sujeito) e com valor diferente.

A proposta de Cintra não foi aceite por todos os linguistas. Neste contexto, Oliveira Medeiros faz a crítica da divisão de Cintra por ela não captar a essência das inter-relações das formas pronominais e nominais (Oliveira Medeiros 1985 citada por Lesková 2012: 15). A linguista propõe uma nova classificação, ou seja, substitui a designação morfossintática de Cintra e enumera três classes:

- **pronomes puros** [*pure pronouns*] (*tu, você, vossemecê* e os seus plurais)
- **pró-pronomes** [*pro-pronouns*] (nomes e sintagmas nominais usados como pronomes)
- **formas zero** [*zero forms*] (verbos sem sujeito expresso)

As formas zero correspondem aos tratamentos verbais de Cintra. No entanto, Oliveira Medeiros não distingue, a modo de Cintra, os tratamentos nominais e pronominais, mas divide o grupo de pronomes em dois grupos: pronomes puros e pró-pronomes que inclui os tratamentos cerimoniais e os tratamentos nominais.

Além da classificação já apresentada, Cintra apresenta uma divisão da **perspetiva semântico-pragmática** (Cintra 1972: 14-15). É uma perspetiva muito subjetiva, visto que a escolha da forma de tratamento depende de ponto de vista do falante. Muitas vezes são os interlocutores que estabelecem e/ou modificam as relações utilizando uma ou outra forma. O linguista aponta diferentes formas de tratamento em diferentes situações de comunicação:

- formas próprias de intimidade (*tu*)
- formas usadas no tratamento de igual para igual (ou de superior para inferior) e que não implicam intimidade (*você*)
- formas chamadas “de reverência” ou “de cortesia” (*Vossa Excelência, o senhor, o senhor Doutor, o António, a Maria, o Senhor António, a Senhora Maria, a Dona Maria, etc.*)

Segundo Cintra, a riqueza das formas de cortesia estava relacionada com a sociedade portuguesa que, por um lado, era fortemente hierarquizada e, por outro lado, com um certo gosto na própria hierarquização e na matização estilística ou, até, com uma dificuldade inconsciente ou subconsciente em aceitar uma nivelação maior (como é no caso do Brasil) (Cintra 1972: 15).

Outra classificação, neste caso, uma **perspetiva semântico-lexical**, é apresentada por Oliveira Medeiros (Oliveira Medeiros 1985 citada por Lesková 2012: 17). A autora enumera diferentes classes de nomes que podem desempenhar a função de forma de tratamento.

1. **nome próprio** e/ou **apelido**: *Maria, Joaquim, Marques, Maria Marques*
2. nome de **parentesco**: *pai, filha, avó, tio, primo*
3. nome de **afecto**: *querido, caro, lindo, amor*
4. nome de **profissão**: *carpinteiro, enfermeira, taxista, professor*
5. **título**
 - a) académico: *engenheiro, professor, arquiteto, doutor*
 - b) político: *ministro, presidente, deputado, secretário de estado*
 - c) civil: *chefe, administrador, secretária*

- d) militar: *sargento, coronel, general, capitão*
- e) religioso: *padre, frade, cônego, bispo*
- 6. título **nobiliárquico**: *duque, conde, barão, fidalgo, majestade*
- 7. título **honorífico**: *Vossa Magnificência, Vossa Santidade, Vossa Excelência*
- 8. **senhor/a, dona**: *senhor, senhora, dona, senhora dona*
- 9. nomes de **relação especial**: *camarada, vizinho, amigo, menino*
- 10. **insultos**: *burro/a, estúpido/a, palerma, cabra*

Convém mencionarmos que, devido à sua riqueza e diversidade, as formas de tratamento nominais constituem uma peculiaridade da língua portuguesa. Não há outra língua europeia que tenha tantas formas ao seu dispor. Além disso, os tratamentos supracitados podem ser acompanhados de artigos definidos, possessivos, adjetivos, e, também, de partículas interjetivas. A escolha do determinante pode modificar a relação entre os interlocutores, ou seja, o determinante tem uma função de reforçar ou diminuir a proximidade ou o distanciamento existente entre as pessoas.

Metodologias de investigação

Antes de passarmos à descrição do nosso *corpus*, queríamos apresentar, de forma muito breve e simplificada, as metodologias que existem no âmbito da análise das formas de tratamento. Nos estudos sociolinguísticos, existem três metodologias diferentes conforme o ponto de partida da investigação (Oliveira Medeiros 1993: 330-331):

1. **contexto social primeiro**
2. **forma linguística primeiro**
3. **processo cognitivo primeiro**

Até 1960, nos estudos dedicados às formas de tratamento, foi aplicado o primeiro método, ou seja, os trabalhos limitavam-se apenas a descrições etnográficas (a análise do contexto foi seguida pela análise das formas). Em 1960, foi publicado o famoso estudo de Roger Brown e Albert Gilman (Brown e Gilman 1960: 253-276). Foi um trabalho crucial, e a sua publicação pode ser considerada o início dos estudos sobre as formas de tratamento. O novo modelo, em que se parte da forma linguística para depois analisar o contexto social, baseia-se na ideia de que a seleção da forma de tratamento pelo interlocutor está ligada à interação de “Poder” e “Solidariedade”. Mais tarde, foram publicados muitos

artigos, nos quais se tentava encontrar explicação deste fenómeno. Contudo, o modelo não é universal. Os exemplos citados pelos autores vêm das línguas com somente duas formas, como é no caso do francês com a oposição básica *tu* vs. *Vous*. Portanto, segundo Peter Mühlhäuser e Rom Harré, o modelo em causa limita-se a um grupo pequeno de línguas europeias (Mühlhäuser e Harré 1990 citados por Oliveira Medeiros 1993: 330) e, segundo Oliveira Medeiros, não se aplica à língua portuguesa (Oliveira Medeiros 1993: 330). A terceira metodologia mencionada refere-se ao processo cognitivo e, especialmente, ao modelo matemático de processamento cognitivo de Geoghegan adaptado e popularizado por Ervin-Trip (Geoghegan 1971, Ervin-Trip 1972 citados em Oliveira Medeiros 1993: 331). Tratava-se de diagramar o processo de decisão que ocorre na hora de escolher a forma de tratamento no ato de comunicação. Os linguistas utilizaram fluxogramas, e todas as decisões foram feitas através de escolhas binárias (pergunta: resposta sim/não)

Os modelos gerais nem sempre são universais e podem ser aplicados a todas as línguas. Neste contexto, para a língua portuguesa, Oliveira Medeiros propôs dois modelos modificados. O primeiro modelo (Oliveira Medeiros 1985 citada em Oliveira Medeiros 1993: 332) foi influenciado pelos conceitos de Dell H. Hymes (Hymes 1975 citado em Oliveira Medeiros 1993: 333) e de Carol Myers Scotton (Scotton 1983 citado em Oliveira Medeiros 1993: 333). Segundo Hymes, as relações sociais e os lugares têm valores que são marcados ou não-marcados, e cada forma de tratamento e cada situação têm um valor semântico (p. ex. [+ Cerimónia]). Quando a forma e a situação têm o mesmo valor, diz-se que o padrão é “não-marcado” (p. ex. o uso de *Vossa Excelência* no jantar de protocolo na Residência Presidencial). Quando os dois valores são diferentes, o padrão é “marcado”. Scotton, por seu turno, introduziu os termos “convencionado” que se referia ao tratamento condicionado pelas normas da sociedade e “negociado” devido ao facto de podermos negociar um tratamento que é diferente do convencionado. No seu modelo de 1985, Oliveira Medeiros alargou os conceitos de Hymes e Scotton e utilizava os seguintes termos: “convencionado não-marcado”, “convencionado marcado”, “negociado não-marcado”, “negociado marcado”.

A outra proposta de Oliveira Medeiros (Oliveira Medeiros 1993: 335) é um modelo psico-sociolinguístico que se baseia na ideia de que os falantes chegam a utilizar (conscientemente e, às vezes, subconscientemente) estratégias para “negociar” as formas de tratamento que vão utilizar entre si. O modelo em causa consiste em três tipos de processamento cognitivo: 1.º escolhas binárias,

2.º um processamento não-binário e particular a cada falante para concretizar a hierarquização dos fatores mais importantes para selecionar as formas, 3.º o ir buscar à memória uma forma não-marcada usada habitualmente, sem a reavaliação dos fatores.

Quanto à metodologia usada na nossa análise, trata-se de partir da forma de tratamento para depois analisar o contexto, ou seja, baseamo-nos nos conceitos de Brown e Gilman suprarreferidos. No entanto, por tentar explicar a seleção da forma pelos interlocutores, aproveitamos também, de certa forma, da análise psico-sociolinguística.

Análise de *corpus*

O nosso *corpus* é constituído pelos diálogos provenientes do filme português intitulado *Sei lá* do realizador Joaquim Leitão. A guionista é Margarida Rebelo Pinto, a autora do livro com o mesmo título. A ação do filme tem lugar em Lisboa em 1998 e os protagonistas principais são pessoas novas, nomeadamente, na casa dos 30.

A escolha do *corpus* deste género baseia-se na ideia de analisar a linguagem viva, até coloquial, a linguagem usada nas situações quotidianas. Neste contexto, interessava-nos especialmente a oposição “tu” vs. “você”, ou seja, tuteamento vs. voceamento. Além disso, um filme com muitas personagens e diferentes relações interpessoais proporciona um campo de pesquisa bastante vasto. Ao contrário da literatura, as caras dos atores também “falam”, o que, às vezes, pode facilitar a análise do contexto sociolinguístico e psicolinguístico, ou, na realidade, a dedução das relações entre as personagens. O conhecimento das relações interpessoais é imprescindível para explicar o uso das formas de tratamento usadas pelos interlocutores.

Em primeiro lugar, queríamos mostrar como as formas analisadas foram identificadas. Vejam-se os seguintes exemplos:

1. Gostas? (1:52)¹
2. E **tu**? (12:50)
3. Que **te** parece? (1:56)
4. **Tu** ficas bem (2:00)
5. Como é que **te** chamas? (4:05)

¹ Indicamos o momento exato, ou seja, minutos e segundos em que a forma de tratamento em causa aparece no filme que constitui o nosso *corpus*.

“Tu” foi reconhecido pela desinência verbal (1), pelo pronome na função do sujeito (2) e pelo pronome de complemento (3). Além disso, na mesma enunciação, pode aparecer mais do que um identificador, por exemplo, a desinência verbal e o pronome (4) e (5).

Quanto a “você”, a análise foi diferente. Observámos a presença de “você” no início da conversa e, depois, geralmente, o pronome passa a ser omitido e é utilizado somente o verbo na forma da terceira pessoa singular. A este respeito, veja o que se segue:

6. Odete: Como é que te chamas? (4:05)
Madalena. E **você**? (...) Ah, desculpe, pensei que estava a falar da universidade (4:43) (...) Mas ... **tem** experiência como jornalista, é isso? (4:53)

No caso das formas de tratamento verbais, como já mencionámos, estamos perante um problema de interpretação. Para se dirigir ao alocutário, o locutor serviu-se da forma nula de sujeito (7). A pergunta que pode ser feita aqui é: estamos perante a omissão do sujeito na forma de tratamento verbal (“você” ou “senhor”, “senhora”, etc.), como em (6), ou estamos perante uma outra forma de valor diferente. Ou seja, a omissão é acidental ou intencional? Visto que a conversa entre os interlocutores é uma entrevista de trabalho, no nosso parecer, a escolha da forma nula (ou zero), por ser mais formal e mais adequada nesta situação, é feita de propósito. A omissão, por seu turno, é quando a forma de tratamento pronominal ou nominal ocorre no início da conversa para depois, por razões da economia da linguagem, desaparecer.

7. Paulo: Madalena Sousa e Sá? (...) Sente-**se**. (6:00) (...)
Madalena: Para **lhe** dizer a verdade (...) (6:40)

Descrito o método da identificação, passemos agora à análise do contexto sociolinguístico em que apareceram diferentes formas de tratamento. Em primeiro, vejamos os exemplos referentes à vida pessoal:

8. Não **achas**? (1:56)
9. **Tu** importas-**te** se nós formos beber um copo? (17:17)
10. Dá-me só um bocadinho (...) (19:00)
11. **És** uma chata! (18:45)

Foi determinado o uso de “tu” nas relações pessoais entre noivos (8), esposos (9), amantes (10) e amigas (11). Todas estas relações pressupõem a proximidade entre as pessoas, seja proximidade psíquica e intimidade física ((8), (9)), seja puramente física (10) ou emocional (11).

Na vida profissional, neste caso entre os polícias, foram encontrados dois exemplos. Em (12) é o chefe que se dirige a um dos seus subordinados e em (13) estamos perante a conversa de dois colegas e, ao mesmo tempo, amigos. Em (12) observa-se, então, o uso de “tu” de superior para inferior quanto à idade e ao cargo profissional, e em (13) as relações entre os interlocutores têm caráter igualitário.

12. Tens a certeza que ninguém o vê há mais de um ano? (...) Leva o Gonçalo contigo. (10:13)
13. Tu é que tens jeito para essas coisas (20:17)

No que diz respeito ao uso de “você”, assim como no caso de “tu”, foram identificadas ocorrências tanto nas relações pessoais como profissionais. No entanto, em número muito mais reduzido. Vejam-se os exemplos:

14. Catarina (...) **você** não se lembra de mim? Eu sou irmão da Carlota Braga. Da Totixa, vocês eram amigas. (38:10)
15. De qualquer maneira é como **você** mesmo diz. (29:31)

O exemplo (14) refere-se ao encontro de duas pessoas de diferente sexo, mas de idade parecida, numa discoteca. Não se sabe se realmente já se conheceram antes, ou se é um jogo do homem para conquistar a mulher, ou, pelo menos, para atrair a sua atenção. Provavelmente, o uso de “você” exprimia, segundo o locutor, mais respeito e consideração. Se calhar, queria parecer uma pessoa bem-educada. O exemplo (15), por seu turno, provém do diálogo numa situação profissional. A forma “você” é usada pela empregada na conversa com o chefe. Os dois têm idade parecida, então há escolha da forma foi ditada, talvez, pela hierarquia no trabalho.

Um grupo bastante numeroso e diferenciado, quanto ao contexto em que aparecem as formas, são as formas de tratamento verbais sem sujeito (já indicadas formas nulas ou formas zero) identificadas pelo verbo na terceira pessoa singular (ou pelo pronome de complemento direto ou indireto da terceira pessoa singular).

16. Olá, **está** boa? (2:25)
17. Olá, **ligou** para a Madalena. Deixe mensagem depois do sinal. (9:02)
18. **Vai** sair? (2:48)
19. Paulo: Deixe-me falar-**lhe** daquilo que pretendo (...) **Quer** fazer parte desta geração de ouro? (6:00)
Madalena: Para **lhe** dizer a verdade...

Nos exemplos acima mostram que as formas nulas de sujeito podem ocorrer em diferentes situações, tanto na vida pessoal ((16), (17), (18)) como na vida profissional (19). Em (16) são duas vizinhas de diferente idade que se cumprimentam, e a forma em causa foi usada pela mais jovem. Em (17), é uma mensagem no atendedor de chamadas, ou seja, pode destinar-se tanto às pessoas conhecidas como desconhecidas. Podia-se supor que a forma foi usada para exprimir mais respeito para com a pessoa que telefona, mas o cumprimento “olá”, que aparece na mesma enunciação, pertence às formas informais e podia, na nossa opinião, combinar-se melhor com “tu”. Neste contexto, devido a esta incompatibilidade, é difícil avaliarmos o valor da forma de tratamento usada, ou seja, decidirmos se o locutor a considera uma forma de tratamento formal ou informal.

Em (18), a forma de tratamento verbal é usada em relação a uma pessoa desconhecida de sexo diferente, mas da mesma idade. Portanto, o fator decisivo na escolha da forma foi, na nossa opinião, falta da relação interpessoal, falta de qualquer proximidade entre interlocutores.

Em (19), os interlocutores são as mesmas pessoas que no exemplo (15). Devido ao facto de que a forma “você” não foi usada em relação ao potencial chefe durante o primeiro encontro, cujo fragmento vemos em (20), mas depois, quando a interlocutora começou a trabalhar para ele (15), podemos supor que “você” é uma forma menos formal do que a forma de tratamento verbal. Temos que sublinhar que, neste contexto, “você” somente apareceu na relação de inferior para superior, enquanto na relação de superior para inferior continua a ser usada a forma verbal de terceira pessoa singular.

Como já foi indicado acima, é possível, em alguns contextos, negociar a forma de tratamento, ou seja, alterá-la conforme a situação e as circunstâncias. Neste contexto, vejam-se os exemplos abaixo:

20. Gonçalo: Boa noite! (20:35)
Luísa: Olá.

Gonçalo: Estávamos a adivinhar **os vossos** nomes.

Luísa: Mas e **você**, como é que **se** chama? (...) Mas não **quer** chamar o **seu** amigo, está ali tão sozinho. (...) Então e eu, diga-me lá, como é que **acha** que eu me chamo?

(...)

Gonçalo: **Vocês** costumam vir muito aqui? Nunca **as** tinha visto cá.

(...)

Luísa: E o menino? Trouxe carro ou a mãe vem buscá-lo? (24:31) (...)

Então hoje a tia leva-o!

Gonçalo: Leva para onde!?

Luísa: Já vês!

(...)

Luísa: Também **tocas** música, é? (26:01)

Gonçalo: **Tens** mais amigas é..., ela é assim tão gira como **tu**, é isso?

21. Chefe: Ainda cá está? (15:06)

Assistente: Ya...

Chefe: **Queres** boleia?

Em (20), a Luísa e o Gonçalo, da mesma idade, encontram-se pela primeira vez numa discoteca. Os dois estão na companhia dos amigos. As formas de tratamento usadas são “você” (explícito ou elíptico) e “vocês”. Depois de terem saído da discoteca, quando a Luísa já tem planos de passar a noite com o Gonçalo, começa a tratá-lo por “tu”. O mesmo faz ele, quando se encontram em casa da Luísa. O distanciamento do primeiro encontro e, se calhar, mais respeito expressos por “você” desaparecem quando a relação ganha um valor de proximidade sexual. Relativamente ao exemplo (20), vale a pena apontarmos mais uma questão. O Gonçalo, quando se dirige à Luísa e às suas amigas, utiliza a forma “vocês”, a forma que é, devido ao uso bastante limitado de “vós”, o plural tanto de “tu” como de “você”. Portanto, no plural, a diferença existente no singular desaparece. A única possibilidade de determinar o verdadeiro valor de “vocês” é graças à presença dos pronomes. Em (20), aparece o pronome de complemento direto “as”, que é o plural de “a”, ou seja, a forma do complemento direto de “você”. Então, podemos supor que, neste caso, “vocês” é o plural de “você”. Na nossa opinião, se a forma “vocês” estivesse acompanhada de “vos”, originalmente referente a “vós”, apontaria o outro significado de “vocês”, isto é o plural de “tu”.

O exemplo (21) é bastante semelhante, mas, ao contrário de (20), é a conversa entre o chefe e a sua empregada (assistente). O chefe inicia a conversa dirigindo-se à assistente utilizando a forma verbal na terceira pessoa (forma nula de sujeito), e mantendo, desta forma, o distanciamento na vida profissional entre superior e inferior. A situação muda, quando olhando, com desejo nos olhos, para as nádegas da assistente, o chefe, provavelmente, começa a fazer os planos para a noite. Uma situação profissional tornou-se numa situação mais pessoal, a assistente tornou-se, potencialmente, na amante. Tal situação exigiu a alteração da forma de tratamento, pois o tuteamento é uma das marcas da proximidade.

Além dos exemplos já mencionados, veja-se o diálogo (22). A situação descrita tem lugar na sala de espera dum escritório antes da entrevista de emprego. As interlocutoras são duas jovens (de idade parecida) que se encontram pela primeira vez. No entanto, usam formas de tratamento diferentes. A Odete, uma mulher aberta e direta, mas com poucas habilitações literárias usa a forma “tu”, e a Madalena, menos aberta e com mais distanciamento, usa a forma “você”. Mesmo que tenham reparado na forma utilizada pela interlocutora, durante toda a conversa, continuam a usar a forma selecionada no início.

22. Odete: Como é que **te** chamas? (4:05)

Madalena: Madalena. E **você**?

Conclusões

Este artigo não pretende de forma nenhuma ser um estudo exaustivo, são apenas algumas observações acerca das formas de tratamento. Portanto, os dados recolhidos não permitem tirarmos conclusões finais acerca do uso das formas em causa. Nem somente devido ao *corpus* bastante limitado, mas também por a análise não incluir as formas de tratamento nominais.

Quanto à utilização de “tu”, foram encontradas as ocorrências no ambiente familiar e entre amigos e, neste contexto, a forma tem carácter igualitário. Na vida profissional, “tu” foi usado tanto de superior para inferior (diferença entre interlocutores na idade e no cargo profissional), como entre colegas na mesma idade e com a mesma função no trabalho.

Embora a análise não tenha carácter quantitativo, podemos constatar que, devido a poucas ocorrências de “você”, o uso desta forma de tratamento é bastante limitado. Provavelmente, a questão está relacionada com as mudanças

sociais, com o facto de que a sociedade se vai tornando mais igualitária. No entanto, foi observado o uso de “você” em diferentes contextos: entre pessoas desconhecidas, com o carácter igualitário, e entre pessoas que se conhecem, tanto de inferior para superior (relações profissionais), como de superior para inferior (habilitações literárias).

As formas nulas de sujeito foram observadas, assim como “você”, entre as pessoas que se desconhecem, com o carácter igualitário, e entre os conhecidos: de inferior para superior (idade) e de superior para inferior (relações profissionais).

Temos de sublinhar que a análise realizada é apenas uma amostra, uma introdução ao estudo, que começámos a realizar há pouco tempo, cujo objetivo é uma tentativa de descrever as formas de tratamento no português europeu contemporâneo. Alargando o corpus, e também o seu tipo e carácter, tentaremos verificar se no mesmo contexto sociolinguístico é usada a mesma forma. Assim, tentar-se-á investigar os fatores que influenciam a seleção determinada.

Referências Bibliográficas

- Basto, Cláudio (1932): “Formas de tratamento, em português”. In: *Separata da «Revista Lusitana»* vol. XXIX. Porto: Imprensa Portuguesa, 5-24.
- Biderman, Maria Tereza Camargo (1972-1973): “Formas de tratamento e estruturas sociais”. In: *Alfa* 18/19: 339-382.
- Brown, Roger, e Gilman, Albert (1960): “The pronouns of power and solidarity”. In: Thomas A. Sebeok (org.), *Style in Language*. Cambridge Mass.: MIT Press, 253-276.
- Carreira, Maria Helena Araújo (1997): *Modalisation Linguistique en situation d’interlocution: proxémie verbale et modalités en portugais*. Paris: Peeter
- (1998): “Délimitation sémantico-pragmatique des formes d’adresse en portugais”. In: Gilles Luquet (dir.) *Travaux de linguistique hispanique : Actes du VIIe Colloque de linguistique hispanique*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 147-155.
- (2001): *Semântica e Discurso. Estudos de Linguística Portuguesa e Comparativa (Português/Francês)*. Porto: Porto Editora.
- (2004): *Les formes d’allocation du portugais européen: valeurs et fonctionnements discursifs*. Internet. Disponível em https://cvc.cervantes.es/lengua/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_araujo.pdf (consultado em 25 de julho de 2018).
- Cintra, Luís F. Lindley (1972): *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Dantas-Ferreira, Fernanda (1997): “De «Por Senhor, que ainda há respeito» a «Por Tu, como havia de ser?» Um estudo de variação em tempo aparente”. In: Ivo Castro (ed.) *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 117-123.
- Drzazgowska, Joanna (2016): „Formas de tratamento no Português Europeu: o caso de *você*”. In: Barbara Hlibowicka-Węglarz, Justyna Wiśniewska & Edyta Jablonka (reds.) *Língua Portuguesa. Unidade na Diversidade*. Lublin: Editora da Universidade Marie Curie-Skłodowska, 271-281.
- Duarte, Isabel Margarida (2010): “Formas de tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna”. In: Ana Maria Brito (org.), *Gramática: história, teorias aplicações*. Porto: Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 133-146.
- (2011): “Formas de tratamento em português: entre léxico e discurso”. In: *Matraga* vol. 18 n.º 28. Rio de Janeiro: UERJ, 84-101.
- Gouveia, Carlos A. M. (2008): “As dimensões da mudança do uso das formas de tratamento em Português Europeu”. In: Isabel Margarida Duarte & Fátima Oliveira (orgs), *O fascínio da Linguagem*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 91-100.
- Hammermüller, Gunter (2004): *Adresser ou éviter, c'est la question... Comment s'adresser à quelqu'un en portugais sans avoir recours à un pronom ou à une autre forme équivalente*. Internet. Disponível em https://cvc.cervantes.es/lengua/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_hammermuller.pdf (consultado em 25 de julho de 2018).
- Lesková, Jana (2012): *As formas de tratamento em Português Europeu*. Tese de [diploma] não publicada. Olomouc: Universidade Palacky. Internet. Disponível em: https://theses.cz/id/lfal0x/diplomov_prce.pdf (consultado em 9 de abril de 2018).
- Luz, Marilina dos Santos (1958). “Fórmulas de tratamento no português arcaico (subsídios para seu estudo)”. In: *Separata da «Revista Portuguesa de Filologia» VII, VIII e IX*. Coimbra: Casa do Castelo, 251-273.
- Manole, Veronica (2012): “Formas pronominais de tratamento: uma análise comparativa português/romeno”. In: *Studia Universitatis Babeș-Bolyai: Philologia*, N.º 1: 237-248.
- Manole, Veronica, e Teletin, Andreea (2014): “As formas pronominais de tratamento no ensino de PLE: uma abordagem comparativa Português Europeu/Português Brasileiro”. In: Patrícia Infante da Câmara (org), *Atas da III Edição das Jornadas de Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas da Europa Central e do Leste*, CD-ROM, Budapeste: Universidade Eötvös Loránd, 105-115.
- Nascentes, Antenor (1956): “O tratamento de «você» no Brasil”. In: *Separata de «Letras»* 5-6. Curitiba, 114-122.

- Oliveira, Sandi Michele de (1996): “Contribuição para um estudo comparativo de formas de tratamento em Espanha e Portugal”, In: Juan M. Carrasco González & Antonio Viudas Camarasa (eds.), *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera*. Tomo II. Cáceres: Universidade de Extremadura, 123-139.
- Oliveira Medeiros, Sandi Michele de (1993): “Um modelo psico-linguístico de formas de tratamento”. In: Direcção da Associação Portuguesa de Linguística (orgs), *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 330-343.
- Rodrigues, David Fernandes (2002): *Cortesia linguística: uma competência discursivo-textual: formas verbais corteses e descorteses em português*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Santos, Armindo dos (1985): “O tratamento por «você» e por «tu» nas relações de parentesco: o exemplo da Beira Baixa”. In: *Recortes do JL*. Ano V (168). Lisboa: Publicações Projornal, s/p.
- Sousa, Eduardo Monteiro de *et al.* (1970): *Análise dos dados do inquérito sobre formas de tratamento de âmbito familiar no português actual*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa.
- Wilhelm, Eberhard Axel (1979): *Pronomes de distância do português actual em Portugal e no Brasil*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Filme DVD:

- Sei lá* (2014). Argumento de Margarida Rebelo Pinto. Realização de Joaquim Leitão. Com Leonor Seixas, António Pedro Cerdeira, Ana Rita Clara, Gabriela Barros, Patrícia Bull e David Mora. MGN Filmes.

Os neologismos em pajubá como portadores de valores

Aleksandra Wilkos

Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia

Resumo: Os neologismos em pajubá como portadores de valores

Os neologismos têm papel muito importante em cada língua. As palavras novas refletem as ideias, os valores e os fenómenos novos. Consequentemente, a dinâmica de língua reflete a dinâmica social. Partindo desta perspetiva, analisaremos como os neologismos funcionam em pajubá e como refletem os valores dos falantes. Para alcançar este objetivo, categorizaremos os neologismos de acordo com a sua função e analisaremos os valores que evocam.

Summary: The neologisms in pajubá as value transmitters

The neologisms have a very important role to play in every language. New words reflect new ideas, values and new phenomena. Consequently, the dynamics of language reflect social dynamics. Taking this into consideration, we will analyse how the neologisms work in pajubá and how they reflect the values of their speakers. In order to fulfill this task, we will categorize the neologisms according to their functions and we will analyse values they evoke.

«That's a great deal to make a word mean»
(L. Carroll (1871) Through the Looking Glass)

Cada língua natural, para sobreviver, tem que servir para comunicação. Para cumprir este objetivo, a língua tem de evoluir e o seu vocabulário mudar. A presença dos neologismos e a possibilidade de criá-los é, então, uma das condições de manter a língua viva. Isto significa que o vocabulário de língua muda e algumas palavras nascem quando outras caem no esquecimento. Os neologismos não são aleatórios, mas refletem as necessidades dos falantes. O neologismo é definido tanto como um ato linguístico, como um fruto dele. No Dicionário Online Português neologismo define-se como “1) [Linguística] Utilização de novas palavras, compostas a partir de outras que já existem (num mesmo idioma ou não) ou 2) Ação de atribuir novos significados (ou sentidos) a palavras que já existem na língua».

As palavras podem ser, porém, vestígios do mundo não-linguístico. A aparição das palavras novas indicava as novas invenções, o progresso das ciências, o contato com os fenômenos e culturas novas. Acreditamos profundamente que as mudanças na língua, em particular o nascimento das palavras novas, são fortemente motivadas pelas mudanças na realidade extralinguística dos falantes. Alguns observam que todas as palavras eram uma vez neologismos, passaram a ser classificadas diferentemente quanto o *signified* deixa de ser conceitualmente novo. Nem sempre os neologismos nomeiam os conceitos novos. Às vezes possibilitam chamar os fenômenos já conhecidos de forma nova. Este caso particular será o foco da nossa atenção. Primeiro falaremos da tipologia dos neologismos, das funções mais convencionais deles e, depois, das funções importantes no caso de pajubá. Assim veremos qual é a relação entre os neologismos pajubianos e os valores.

Os neologismos podem ser divididos morfológicamente. Vejamos como exemplo a tipologia proposta de Maria Teresa Cabré Castellví. Segundo a autora, podemos distinguir os neologismos formais (morfológicos), p.ex.: bioética, neologismos sintáticos, p.ex.: a presidenta, neologismos semânticos, p.ex.: navegar (informática), empréstimos, p.ex.: sushi e outros (Cabré Castellví 2006: 231

tipo	palavra	significado
morfológicos	biconfusa (32) ¹	muito confusa
sintáticos	a dicionária (1)	o dicionário pajubiano
semânticos	atender (21)	tem uma relação sexual
empréstimos	adé (17)	um homossexual, palavra de iorubá
outros	culé (45)	mudança fonológica e de escrita da palavra <i>colega</i>

Achamos esta tipologia tradicional inadequada, então iremos categorizar os neologismos segundo a função que têm no discurso. A nossa decisão é motivada pela intenção do presente artigo – mostrar como a língua funciona numa sociedade. A tipologia tradicional concentra-se na forma que não é o foco do nosso interesse. Esta tipologia não tem a relação com a semântica nem a pragmática de uso, então não revela a função dos neologismos pajubianos.

1 Os números entre parênteses são números de página de dicionário Aurélia. Todas as referências ao dicionário Aurélia depois da tabela terão forma de (2006: número de página).

Como a tipologia concentrada o aspecto semântico-pragmático adequada para nós não foi encontrada, nesta publicação proporemos a classificação nossa.

As funções dos neologismos de pajubá entrelaçam-se e frequentemente co-existem, por isso alguns neologismos podem mostrar mais do que uma função. Devido à complexidade de tema, concentrar-nos-emos nas funções características e originais de pajubá. Para explicar a nossa aproximação, olhemos as funções de neologismos típicos. Como neologismos geralmente referem-se às pessoas, coisas, aos períodos ou acontecimentos específicos (Bakhtiyorovna 2013: 12), servem para descrever os novos elementos do mundo extralinguístico dos falantes. Além disso os neologismos podem descrever os fenômenos velhos de forma nova, por exemplo recontextualizados culturalmente. Por exemplo, o conceito de fim de semana existia na mentalidade polaca, mas a popularização da palavra *weekend* em polaco atribuiu um significado novo cultural a este período temporal e acompanhava uma mudança cultural na Polónia. A outra função dos neologismos pode ser não descritiva, mas sim prescritiva. Os neologismos prescritivos chamam-se protologismos (Bakhtiyorovna 2013:15) e não nascem espontaneamente, mas têm um autor particular.

Importa perguntar então se há um limite na criação das palavras ou sentidos novos. Michael Hancher analisa o diálogo filosófico entre Alice e Humpty Dumpty e tira as conclusões muito interessantes sobre os limites de semântica. Chama Humpty Dumpty um monstro da língua privada (1981: 49), referindo-se a um conceito de Ludwig Wittgenstein. Para este filósofo austríaco a língua é um ato social, portanto a língua absolutamente individual não merece ser chamada como tal. Portanto, um neologismo tem de seguir as regras de cooperação discursiva para fazer parte da língua. Curiosamente, Humpty Dumpty revela-nos as regras de língua quebrando-as. Uma das observações que captou a nossa atenção é a observação de Michael Hancher que um código pode ser um ato de violência (1981: 52).

Recapitulando, os neologismos têm funções cognitivas (servem para organizar e criar conceitos) e podem aspirar a ter funções sociais (a intenção de introduzir um conceito novo). Acreditamos que estas reflexões sobre neologismos nos aproximam ao pensar sobre funções sociais de neologismos, também no caso de pajubá. Os neologismos de pajubá formam uma constelação muito deliberada, então a sua análise exige uma lente focada nas funções.

As funções sociais e os valores atrás deles

Como a língua tem de servir para a comunicação, o seu carácter social é indispensável. Marília Amorim observa que um enunciado sempre é um ato social e a palavra funciona como mais sensível de todas as transformações sociais (Marília Amorim 2012). Neste olhar social, a palavra é um indicador das normas sociais e um código secreto é relacionado de alguma forma com exclusão, rejeição e violência.

Olhemos então como os neologismos em pajubá funcionam neste sistema linguístico e como se situam em referência à língua portuguesa. O socioleto pajubá baseia-se na língua portuguesa da variedade brasileira, com muitos empréstimos de iorubá, francês e inglês (Cruz e Tito 2016: 10). Além disso possui as características interessantes como as expressões idiomáticas próprias e a atribuição dos significados novos às palavras já existentes em português num processo chamado hiperlexicalização. Como já sabemos, o nascimento de palavras novas é motivado, então o nascimento dum socioleto também é. O socioleto pajubá é principalmente falado pela comunidade LGBT brasileira (Cruz, Tito 2016: 9). Aqui importa situar a comunidade LGBT no contexto discursivo. Predomina a heteronormatividade de discurso, que torna os discursos não-heteronormativos subversivos e representantes de contracultura (Meehan Kelly 2013). A transfobia e homofobia manifestam-se no vocabulário derogatório, alguns deles reapropriados pelos falantes de pajubá.

Podemos nomear várias funções de neologismos pajubianos: neologismo pode servir como uma capa de invisibilidade, como uma armadura contra violência, como um ato de solidariedade e, enfim, como um ato de reidentificação. Os valores atrás destas funções são: importância da solidariedade dentro dum grupo, autoconfiança, expressividade, liberdade, perseverança. A existência do código, cuja parte grande fazem neologismos, impossibilita o entendimento das pessoas fora do grupo, então protege o grupo contra a violência homo- e transfóbica.

As palavras ferem, isto é algo óbvio. Não obstante, pouco se fala de estratégias como a gente lida com as feridas verbais. Uma delas é um reuso da palavra dolorosa para que perca o seu teor pejorativo. Reconquista semântica espelha um processo de reuso da palavra pejorativa para revê-la como uma palavra positiva. «Power grab», como diz Gary Nunn, é um ato de reapropriação linguística (2015). É um ato de empoderamento linguístico quando a palavra usada para condenar, criticar e alienar é usada no contexto diferente – o teor negativo rarefaz-se e o seu poder debilitador enfraquece.

Termos derogatórios frequentemente são expressos morfologicamente pelos diminutivos. Além disso os diminutivos são frequentes para expressões de carinho (Guglielmo 2015: 68). Eis a relação com a violência: a comunidade LGBT, sofrendo preconceito, desenvolveu um código para falar da sua identidade e criar um espaço linguístico e cultural próprio impenetrável pelas pessoas inadequadas. A função dos termos autoderrogatórios mostram o valor de solidariedade e intimidade dentro de comunidade. Além disso o uso deles é frequentemente irônico.

Um falante de pajubá pode denominar um homossexual de várias formas. Grande leque de vocabulário para os membros da comunidade (mais de três páginas de vários tipos de bichas) mostra uma estratificação interna social. Pode chamá-lo de forma quase médica e muito seca («um homossexual»), de forma mais coloquial e neutral («um gay»), optar pela palavra depreciativa (por exemplo «maricas», «laricas», «bicha» ou até «puta»). Dentro duma comunidade dos falantes de pajubá, um falante também pode usar os termos mais específicos como «bofe escândalo», «catreva», «cachorra», «dragonete», «abusada», «alice», «biba», «bigode», «bicharoca». Os termos podem especificar qual é o tipo de comportamento sexual, caráter, idade ou aspeto físico duma pessoa denominada. Além de facilitar a comunicação, em geral o intercâmbio de fofocas, a fluidez linguística mostra que o falante é um membro de grupo. O pajubá tem também os termos para a pessoa que confunde o vocabulário pajubiano, «bicha de blair» (2006: 30).

As funções culturais e os valores atrás deles

A função subversiva é muito visível em pajubá. O pajubá repensa os assuntos tabu, relacionados com a opressão dos falantes: o tema do sexo, da identidade não-heteronormativa, dos assuntos de gênero. Uma das estratégias aplicadas é detabuizar os assuntos tabus, também não relacionados com sexo. O léxico pajubiano detabuiza o sexo, é rico tanto em eufemismos como cacofemismos (por exemplo cheque - restos de fezes (Lip e Vip 2006: 41)) e mostra atos sexuais de forma humorística, criativa e positiva.

A existência dos neologismos pajubá mostra uma postura aberta perante a temática de sexo, uma visão prazerosa de sexo e atração física. Os atos sexuais e as pessoas são frequentemente comparadas à comida, por exemplo cookie, bolacha, chocolateiro, biscoito etc. Borboletinha (2006: 37) é um neologismo para um sexo oral entre as mulheres.

O pajubá contextualiza de novo o termo *puta*, atribuindo a conotação positiva à palavra e usando-a às vezes como um sinônimo de homossexual. No pajubá a feminização é uma forma de brincadeira: denomina-se e autodenomina-se as pessoas com identidade masculina com as palavras de gênero feminino. Além disso os diminutivos e os aumentativos têm papel importante.

Os neologismos pajubianos eliminam o estigma de identidade não-heteronormativa, principalmente pelo uso de neologismos-aumentativos e diminutivos: «bicharada» (2006: 31), «boi» (2006: 36), «bozinho» (2006: 37), «sapatilha» ou «sapatão» (Dicionário Informal).

Geralmente os aumentativos expressam: tamanho grande, intensificação, ironia, negatividade e diferenciação (Prieto 2005:95). Os diminutivos podem expressar carinho ou ironia, dependendo de contexto. Os aumentativos podem servir para expressar a afetividade ou interesse sexual, e para lidar com os temas relacionados com tabu, suavizando-os (2005: 98). A frequência dos diminutivos é maior nos enunciados das mulheres e este facto supostamente é relacionado com a posição submissa das mulheres na sociedade e reflete o sexismo na sociedade (2005: 175).

As palavras derogatórias servem para expressão afetiva e não são designados para representar a realidade extralinguística objetivamente, mas para atribuir as qualidades negativas a todo um grupo para o derogar (Croom 2013: 179). Um ato linguístico derogativo é então performativamente um ato de violência perante um grupo e impõe uma hierarquia social.

Uma observação curiosa de Hornsby citada por Adam Croom é que para cada palavra derogatória existe uma alternativa neutral (Croom 2013: 180). Como a alternativa existe, o falante está perante uma decisão qual termo vai usar e assim revela a sua postura perante uma pessoa descrita. Consequentemente, observamos a manifestação de valores e crenças sobre hierarquia social expressos mediante as escolhas de termos usados. Falando do comportamento linguístico-social, os termos derogatórios podem servir como um capital social que estabelece uma estrutura social (Croom 2013: 180).

Alguns académicos sugerem que o uso de termos derogatórios dentro dum grupo dos discriminados é uma internalização de preconceito (Croom 2013: 190). Outros designam este comportamento linguístico como uma forma de contracultura. A outra função de uso de termos derogatórios neste contexto é fortalecer intimidade e solidariedade entre o falante e os interlocutores (2013: 192). Além disso nota-se que as piadas autoderrogatórias servem como um rito social e mostra a partilha dos mesmos valores.

A feminização do discurso é uma das formas de repensar os valores culturais e subvertê-las. A feminização do discurso ocorre em duas formas distintas: de autoidentificação e de forma humorística. As pessoas que se identificam como mulheres, geralmente as mulheres trans, usam abertamente as formas que enfatizam a sua autoidentificação. Além dos adjetivos de forma feminina usam os elementos de «fala feminina», por exemplo William Leap observa a tendência para o uso de hiperbolização, intonação, descrições muito imaginativas, metáforas (citado por Caskey 2011: 26-28).

Importa sublinhar que os homossexuais e os bissexuais também usam a fala feminina, mas neste caso a função é diferente. Como homens homossexuais e bissexuais são homofobicamente representados como não masculinos, o discurso feminino é uma forma de ironia e paródia. Este processo é semelhante ao discurso feminista que recontextualiza os termos derogatórios que rebaixam a posição da mulher (Nunn 2015).

Os valores atrás destas estratégias são: rebeldia (contra a heteronormatividade), sensualidade, humor, ironia, curiosidade, criatividade, empatia perante os outros membros de comunidade, empoderamento.

Conclusões

Para resumir, os neologismos em pajubá servem para repensar vários elementos da cultura dominante heteronormativa. Oferecem nova valorização do feminino, da sexualidade livre, apoiam isolacionismo e integridade dentro da comunidade. Além disso, possibilitam um leque de terminologia muito rica para se redefinir dentro da comunidade e recontextualizar o seu lugar na sociedade. Assim oferece uma narrativa nova para a comunidade oprimida e, consequentemente, se liberar linguisticamente. É um fundamento para uma identidade não-heteronormativa contestadora.

Referências Bibliográficas

- Croom, Adam (2013): "How to do things with slurs: Studies in the way of derogatory words". In: *Language and Communication* 33: 177-204.
- Hancher, Michael (1981) "Humpty Dumpty and Verbal Meaning". In: *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, v. 40, n. 1: 49-58.

Internet:

- Amorim, Marília (2012): "Language and memory as a way of power and resistance". In

- http://www.scielo.br/pdf/bak/v7n2/en_03.pdf (consultado em 20 de setembro de 2018).
- Bakhtiyorovna, Radjapova Madina (2013): “*Semantic and functional characteristics of neologisms in Modern English*”. Disponível em <http://library.ziyonet.uz/ru/book/download/2078> (consultado em 20 de setembro de 2018).
- Caskey III, David “Forrest” (2011): “Speak like a (wo)man: A corpus linguistic and discourse analysis of gendered speech”. Disponível em <https://libres.uncg.edu/ir/wcu/f/Caskey2011.pdf> (consultado em 20 de setembro de 2018).
- Carroll, Lewis (1871): “Through the Looking Glass”. Disponível em http://sabian.org/looking_glass6.php (consultado em 20 de setembro de 2018).
- Cabré Castellví, Maria Teresa (2006): “La clasificación de neologismos: una tarea compleja”. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1421> (consultado em 20 de setembro de 2018).
- Cinque, Guglielmo (2015): “Augmentative, pejorative, diminutive and endearing heads in the extended nominal projection”. Disponível em [http://arcaold.unive.it/bits-tream/10278/45731/1/BellettiFest\(pdf\).pdf](http://arcaold.unive.it/bits-tream/10278/45731/1/BellettiFest(pdf).pdf) (consultado em 20 de setembro de 2018).
- Cruz, Luan da e Tito, Raphael de Paula: “A comunidade LGBT no desdobramento da língua iorubá”. Disponível em http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_12/001.pdf (consultado em 20 de setembro de 2018).
- Kelly, Meehan (2013): “Gender variant neologisms”. Disponível em http://sdsu-dspace.calstate.edu/bitstream/handle/10211.10/4199/Meehan_Kelly.pdf;sequence=1 (consultado em 20 de setembro de 2018).
- Nunn, Gary (2015): “Power grab: reclaiming words can be such a bitch”. Disponível em <https://www.theguardian.com/media/mind-your-language/2015/oct/30/power-grab-reclaiming-words-can-be-such-a-bitch> (consultado em 20 de setembro de 2018).
- Prieto, Victor Moises (2005): “Spanish evaluative morphology: pragmatic, sociolinguistic, and semantic issues”. Disponível em http://etd.fcla.edu/UF/UFE0010940/prieto_v.pdf (consultado em 20 de setembro de 2018).

Dicionários:

- Lib, Fred e Vitor Angelo, *Aurélia*, Editora Clara, São Paulo 2006.
- Dicionário Priberam Online. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/neologismo> (consultado em 20 de setembro de 2018).
- Dicionário Informal. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/sapatilha/sapat%C3%A3o/> (consultado em 20 de setembro de 2018).

II. Literatura

Portugal representado por poetas: deambulações em busca de um discurso luminoso sobre identidades¹

Augusto Santos Silva

Faculdade de Economia da Universidade do Porto,

Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal

Resumo: Portugal representado por poetas: deambulações em busca de um discurso luminoso sobre identidades

O artigo considera, a propósito de Portugal, a questão da identidade nacional a partir das obras de oito poetas fundamentais do século XX. O objetivo é mostrar a diversidade das representações poéticas sobre a identidade. Numa época tão marcada pelas concepções fechadas e exclusivas, é muito importante que frequentemos o trabalho dos poetas, que mostram a plasticidade, abertura e complexidade das identidades.

Palavras-chave: Identidade nacional, poesia, Portugal, século XX.

Abstract: Portugal represented by poets: wanderings in search of a luminous discourse on identities

The article considers, regarding Portugal, the question of national identity based on the works of eight fundamental poets of the 20th century. The goal is to show the diversity of poetic representations about identity. At a time so marked by closed and exclusive conceptions, it is very important that we attend the work of poets, who show the plasticity, openness and complexity of identities.

Keywords: national identity, poetry, Portugal, 20th century.

1. “País de poetas”

Não se lê muita poesia em Portugal. Só 5% dos 57% respondentes ao Inquérito à Leitura, realizado em 2007, que declararam ler regularmente livros, indicaram os de poesia como um dos três géneros de livros mais frequentemente lidos. 70% daqueles que o fizeram eram mulheres; e a idade média era de 40 anos (Neves 2011: 217-226). Contudo, este país que não lê poesia considera-se a si próprio um “país

¹ O texto desenvolve a comunicação ao congresso “A Volta ao Mundo em 40 Anos”, realizado na Universidade de Varsóvia, em 12 de abril de 2018, comemorando quatro décadas de estudos portugueses nessa Universidade.

de poetas”. A figura histórica sob cuja égide se coloca o Dia Nacional, a cada 10 de junho, é Luís Vaz de Camões (1524?-1580), autor de *Os Lusíadas*, o poema épico que louva a expansão marítima portuguesa, e um dos maiores escritores europeus de Quinhentos. E quem com ele ombreia, na galeria dos oráculos pátrios, é outro poeta, Fernando Pessoa (1888-1935), criador de heterónimos e do *Livro do Desassossego*.

São inúmeras as vezes em que esta imagem de “país de poetas” é referida e glosada em discursos políticos e institucionais e nos órgãos de comunicação social – e até no campo propriamente ensaístico – alçando-se ao patamar de um estereótipo maciçamente difundido. E não é apenas porque se queira fazer valer o justo direito de assinalar tão alto apreço reservado a poetas, como símbolos identitários coletivos (mais do que a estadistas e militares); mas também porque muitas pessoas e instituições se reveem em elementos semânticos que julgam associáveis à condição de poeta ou ao sentimento poético.

Que elementos são esses? Poderíamos, talvez, evocar uma conhecida personagem de Molière, Monsieur Jourdain, que descobre a páginas tantas que “faz prosa” sem o saber; para fazer poesia seria mister um condimento adicional de criatividade, não bastaria falar. Ou lembrar-nos de uma fórmula famosa de Hegel, quando disse que fora com Roma que começara a “prosa do mundo”, isto é, a ordenação sistemática e racional da coisa pública. O próprio autor do *Livro do Desassossego* se interrogará sobre o valor relativo das artes. De um lado, a prosa parece-lhe preferível às demais artes, como a poesia, a música, a arquitetura e as artes plásticas, sujeitas estas a disciplinas que aquela não precisa de ter e, por isso, se apresenta como um regime de palavra livre, onde é possível explorar todos os modos de pensar e dizer o mundo. Mas logo outro fragmento reflexivo indica um limite: nele escreve Fernando Pessoa que em prosa é mais difícil “outrar-se”, isto é, imaginar-se outro, devir outro; a heteronímia é poesia de cabo a raso (Pessoa 2010: 323-324, 457).

Como estereótipo social, a “condição” de poeta, como “qualidade” de pessoas comuns, tende a remeter para a esfera da sensibilidade, por contraponto à da racionalidade. E é assim que goza de tanta aceitação em discursos de caracterização do “ser português”. Portugal seria um país de poetas por ter uma tradição poética muito importante. Todavia, seria também, e aliás sobretudo, por serem os portugueses sonhadores (aventureiros, viajantes, descobridores, migrantes, inventores de soluções inesperadas ou *ad hoc*...), cordatos (avisados, prudentes, pacíficos, abertos, à vontade em qualquer tipo de miscigenações, construtores de pontes...), sensíveis (efabuladores, sofredores, platônicos, resignados, fatalistas, acomodados ao destino...); em vez de analíticos (racionais,

lógicos, científicos, filosóficos...), práticos (técnicos, tecnológicos, experimentais, inovadores, pragmáticos, empíricos...) e eficientes (estruturados, organizados, produtivos, ...). E aqueles não só seriam elementos poéticos, hegelianamente contrapostos à “prosa do mundo” e gerando menor capacidade de compreender a complexidade do mundo mas maior capacidade de “outrar-se”, ir pessoalmente além de si mesmo; como também seriam elementos de que os poetas, por serem poetas, melhor do que ninguém dariam conta.

O estereótipo (“Portugal, país de poetas”) sugere, pois – e por isso é tão forte – a conformação de uma identidade coletiva em torno de atributos psicológicos. Uma identidade nacional, porque é a nação, na sua combinação de território e cultura ao longo da história, alicerçada, como as identidades são, ao mesmo tempo na partilha de características comuns por parte de um certo grupo e na singularização desse grupo, por causa dessas características, face aos demais (cf. Sobral 2012; Silva 2017; Silva 2018).

Como todo o estereótipo, esse utiliza e caricatura elementos constitutivos de processos ou identidades sociais, que naturaliza, projetando-os para lá de contextos e variações. É, por sua vez, sujeitável e deve ser sujeito às operações de desvelamento e problematização inerentes à abordagem sociológica das realidades sociais. Não há um “ser português”, uma matriz primordial que pudesse ser apreendida como imanência e totalidade, imune à historicidade e à multiplicidade dos grupos, das instituições e das estruturas que formam um país. Mas há, como parte incontornável da dinâmica social, discursos sobre identidades, isto é, representações sobre o que, em cada momento, cada um é, seja ele pessoa ou coletivo, e sobre o que são os outros, e como se caracterizam, e como se distinguem, e como se relacionam. Como essas representações são construções simbólicas complexas e mutantes, e motivo para leituras e interpretações também elas variáveis e plurais, e como é a combinação de tudo isto que vai configurando, ao olhar de um sociólogo, esta ou aquela identidade social, as identidades também podem e devem ser apercebidas como textos, quer dizer, universos de sentido (Silva 2005).

Não basta, pois, denunciar e desconstruir o estereótipo. O sobre-investimento, em Portugal, do discurso identitário na forma literária, e o facto de ele fazer de poetas, como Camões e Pessoa, e porque poetas, ícones da identidade nacional, são tópicos que merecem, em si mesmos, análise cuidada. Não a farei aqui. Ensaiei, sim, um exercício distinto, que é o de tomar as elaborações poéticas sobre Portugal como ponto de partida e ferramenta cognitiva para discutir a questão das identidades e dos discursos sobre identidades. Se a identidade

é também um discurso, um texto sobre nós próprios, será que os discursos poéticos “sobre” (direta ou obliquamente sobre) identidades poderão ajudar a interpretar as identidades e os discursos identitários? E, no caso concreto de Portugal, poetas falando sobre este alegado país de poetas auxiliar-nos-ão na problematização da sua ou suas identidades?

2. “Quem somos, a que pertencemos?”

Testemos esta ideia. Não como hipótese a corroborar ou infirmar; mas, mais modestamente, ao modo de um roteiro analítico, ou um itinerário intelectual, uma maneira de sondar e indagar, entrando num terreno e explorando um trilho: como uma aproximação, uma entre tantas possíveis. E tomemos para o efeito um conjunto de poetas relevantes do século XX portugueses.

A relevância define-se, aqui, pela acumulação de dois critérios: relevância histórico-literária, como autores reconhecidos pelo campo cultural e académico; e relevância temática, na medida em que nas suas obras se encontrem contributos para a problemática retida neste ensaio. A tabela seguinte apresenta oito poetas ativos nos dois últimos terços do século XX, indicando para cada um, para lá dos dados biográficos básicos, as datas do primeiro livro (assinalada entre parênteses quando foi ulteriormente repudiado pelo autor) e do último publicado em vida:

Tabela 1

Nome	Nascimento	Primeiro livro de poesia	Último, em vida	Morte
Vitorino Nemésio	1901	1935	1976	1978
Miguel Torga	1907	(1928) 1936	1993 (<i>Diário XVI</i>)	1995
Jorge de Sena	1919	1942	1977	1978
Sophia de Mello Breyner Andresen	1919	1944	1997	2004
Carlos de Oliveira	1921	1942	1977	1981
Eugénio de Andrade	1923	(1942) 1948	2001	2005
Alexandre O'Neill	1924	1951	1986	1986
Ruy Belo	1933	1961	1977	1978

A lista, parcial e parcellar como todas as seleções, deve ser entendida como um convite: a que se leia cada um dos poetas como alguém que nos pode ajudar a

tematizar as questões de identidade. Viajemos, pois, um pouco, com eles, por essas terras afinal bravias.

Primeira pergunta fundamental: quem sou eu, na relação com o eu que sou? Quem somos nós, na relação com o nós que somos? Quem é este país de que sou parte, onde posso ou não ancorar a minha própria identidade? Como posso falar dele, a partir de que ponto de vista?

Se frequentássemos Jorge de Sena, poderíamos partir da mais radical desvinculação (“Eu sou eu mesmo a minha pátria”², escreveu num célebre poema). Ela instaura, simultaneamente, uma perspectiva de interpelação do valor do país, presente e futuro, a partir de um certo horizonte ético. A liberdade, por exemplo, critério imediato para um país fechado, entre 1933 e 1974, no regime autoritário do Estado Novo (“Não hei de morrer sem saber / qual a cor da liberdade. // Eu não posso senão ser / desta terra em que nasci. / Embora ao mundo pertença / e sempre a verdade vença, / qual será ser livre aqui, / não hei de morrer sem saber [...]”³). Sophia anda perto, fundando a sua interrogação na urgência da justiça. Alexandre O’Neill, em imagens fortes que perdurarão, convocar-nos-á, em 1965, para esse espelho triste onde Portugal surge como “[...] questão que tenho comigo mesmo, / golpe até ao osso, fome sem entretém, / perdigueiro marrado e sem narizes, sem perdizes, / rocim engraxado, / feira cabisbaixa, / meu remorso, / meu remorso de todos nós”⁴.

Mas, quase no mesmo ano, evocando o mercado popular de uma pequena vila do sul, Ruy Belo proporá um outro ponto de vista. Esse é o da comunidade que, por mais parada, ensimesmada, abandonada que pareça, contém em si uma força telúrica e coletiva que a define: “[...] E longe de famílias e tensões, / [...] o homem vai buscar às árvores de pé pedidas pelo sol / a única possível genealogia // Pátria paraíso pétala – que nome / existe para isto que nem mesmo é alegria / nem nascer outra vez apenas, nem matar aquela fome / que o mais certinho dia sem remédio adia ?! / Aqui há coisas homens pedras oliveiras animais / reunidos na vida, recortados nítidos diversos / E apesar da indispensável confusão dos versos / aqui não é possível nunca mais / trocar coisa por coisa. Aqui o dia cai / sobre a noite que sobe. Uma voz canta, / alguém mais longe chora / O adro a árvore a casa onde se está, onde se entra e mora / Aqui o homem é... ou era mesmo agora”⁵.

2 “Em Creta, com o Minotauro”, *Peregrinatio ad loca infecta*, 1969 (Sena, 1978b: 76-78).

3 *Fidelidade*, 1958 (cf. Sena, 1978a: 44-45).

4 *Feira cabisbaixa*, 1965 (cf. O’Neill, 1984: 228)

5 *Boca bilingue*, 1966 (cf. Belo, 2000: 138-139)

Se definir uma identidade social é, em parte, escolher e dizer uma pertença – à terra que nos coube em sorte, e ao tempo, e aos constrangimentos com que uma e outro nos ameaçam, e nos impelem a interpelá-los, em nome da nossa própria liberdade, ou da sede de justiça, ou da consciência crítica, mas sem que nada disto nos faça esquecer a condição de situados nessa terra naquele tempo, formando a comunidade que nos acolhe e nos confere relevância; se tal é a resposta que, recorrendo a Sena, Sophia, O'Neill ou Ruy Belo, podemos ensaiar à pergunta iniciática – quem somos nós? – então, precisaremos apenas de juntar um último elemento, para que a resposta possa ser global. Encontrá-lo-emos lapidarmente expresso na poesia de Eugénio de Andrade: o desejo (cf. Silva 2011). Se a questão é conhecer-nos e nomearmo-nos, a solução há de necessariamente passar pela desocultação do que escondemos, do que silenciamos, do que reprimimos, mas que define o mais fundo de nós.

A pertença define uma raiz, um chão em que assentam alicerces e fundações, uma casa que nos acolha. Esta declinação da identidade como uma âncora parece-me particularmente evidente (e poeticamente conseguida) na obra de Vitorino Nemésio. Natural da ilha Terceira, no arquipélago dos Açores, ele canta o sentido comunitário da casa, da família, da parentela, da vizinhança, da ilha, círculos que rodeiam e amparam o sujeito, numa inscrição primordial que não o abandonará pelas deambulações físicas e intelectuais da vida própria. Miguel Torga, que vem da montanha, vê na aspereza indomável e livre da serra a imagem da sua condição de homem rebelde e livre; e nessa comunhão entre natureza e humanidade faz repousar o inconformismo da atitude de poeta. Mas é, talvez, num longo poema de Ruy Belo, “Fala de um homem afogado ao largo da Senhora da Guia no dia 31 de agosto de 1971”⁶, que se encontra a mais aguda representação da inscrição comunitária como um fundo cultural que confere valor e sentido às coisas, e permite uma interpretação das coisas e dos factos. O pescador engolido pelo mar rememora fragmentos da vida, interroga-se sobre o que terá sucedido às pessoas conhecidas, como prosseguem os rituais, em suma, como continua a comunidade em que se fez e se compreendeu. Eis o que pode ser a identidade: o que nos liga a uma totalidade mais vasta do que nós, onde nós podemos medrar e crescer, protegidos do inesperado e do estranho, ou mais bem preparados para lidar com o incerto e o novo.

Mas pode a identidade de alguém, pessoa singular ou coletiva, ser reduzida a isto?

6 *Toda a terra*, 1976 (cf. Belo, 2000: 554-557).

3. “Para onde vamos, por onde podemos ir?”

Vários poetas portugueses diriam que não. Que a identidade não é apenas uma raiz, que é também uma possibilidade. Que não se declina no passado, mas ainda no futuro. Que não tem a ver apenas com o que é, mas com o que se pode, o que se quer ser.

Assim, as referências possíveis para o nosso ser coletivo, como povo e como país, não estarão somente na conformidade com valores herdados ou ordens impostas: elas hão de ser consequências de escolhas, frutos da ação, projetos. Di-lo recorrentemente a poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen, de Jorge de Sena e de Alexandre O’Neill, antes e depois da revolução democrática de 1974 – e, nestes três casos, em revolta quer contra o imobilismo do Estado Novo quer contra pulsões totalitárias que espreitaram no ano de brasa de 1975. Se empregássemos a distinção conceptual proposta por Manuel Castells (2002-2003: II, 2-10) entre “identidades legitimadoras”, “de resistência” e “de projeto”, teríamos margem para explorar a imaginação poética de um Portugal futuro como parte de uma “identidade de projeto”, que postula ir mais além da raiz ou da âncora identitária por assim dizer recebida, porque é capaz de transformá-la sem perdê-la, construindo a partir dela outra coisa que não só a sua reprodução.

Em 1970, Ruy Belo disse-o de um modo singular, no poema “O Portugal futuro”, assim mesmo com minúscula, de que me bastará citar os primeiros versos: “O Portugal futuro é um país / aonde o puro pássaro é possível / e sobre o leito negro da estrada / as profundas crianças desenharão a giz / esse peixe da infância que vem na enxurrada / e me parece que se chama sável / Mas desenhem elas o que desenharem / é essa a forma do meu país / e chamem elas o que lhe chamarem / Portugal será e lá serei feliz [...]”.

Não é fácil elaborar essas “identidades de projeto”, orientadas para o porvir e arquitetadas como construções novas de sujeitos sociais que inovam e tomam decisões sobre o seu rumo, em vez de serem apenas portadores de referências e filiações inculcadas. Até que ponto é preciso romper e até que ponto é preciso prosseguir? As raízes identitárias são estorvos que é mister arrancar, ou é através delas que mais bem se obterá o alimento de que a árvore carece para o seu crescimento? A consequência lógica de uma identidade regional açoreana afirmada na história e na literatura, a consequência que seria a autonomia política era inconcebível no quadro do Estado Novo. Só após 1974, com a de-

7 *Homem de palavra[s]*, 1970 (cf. Belo, 2000: 366-367).

mocracia, se pôde colocar devidamente. Mas a imposição exógena, por parte do poder militar revolucionário de Lisboa, de uma nova ordem institucional configuraria, ela própria, uma negação da autonomia; e não era o facto de essa imposição provir da esquerda revolucionária, e a “identidade de resistência” ser moldada politicamente à direita, que diminuiria a contradição. O velho Vitorino Nemésio “comparece” a esse combate, porque assim o exigem, na sua consciência de açoreano, “[...] os mortos, o mulhério, os baleeiros mansos com o cabo do arpão nas unhas [...]” – e deixou-nos, como relato, um poema maravilhoso em energia e subtil ironia, “Corsários à vista”⁸.

O melhor seria, talvez, ligar uma e outra coisa, identidade de raiz e identidade de futuro, inscrição local e abertura universal: eis uma linha de força da poesia de Miguel Torga, bem perceptível, já em 1948, no soneto “Universalidade”: “Aqui declaro que não tem fronteiras. / Filho da sua pátria e do seu povo, / A mensagem que traz é um grito novo, / Um metro de medir coisas inteiras. // Redonda e quente como um grande abraço / De polo a polo, a sua humanidade, / Tendo raízes e localidade, / É um sonho aberto que fugiu do laço [...]”⁹.

Será, pois, isto a identidade que podemos imaginar criativamente, para o “nós” que formamos? Ao mesmo tempo uma raiz e um local, mas também um sonho aberto, não aprisionável?

4. “Quando se procura o essencial, o que fica?”

Se continuarmos a frequentar, sem outra ordem que não a deambulação do raciocínio, os poetas portugueses do século XX, pedindo ajuda às suas próprias reflexões poéticas sobre o país e as gentes, ainda não poderemos satisfazer-nos com esta dialética, contudo tão vivaz, entre raiz e futuro. O universo de possibilidades que a tematização das identidades vai abrindo não se esgota na tensão entre estrutura e transformação, ou entre ser e mudança.

E é talvez a altura certa para introduzir o que julgo ser um dos maiores poetas nacionais novecentistas, imerecidamente esquecido quer por leitores quer pela crítica. Falo de Carlos de Oliveira e da sua procura da “essência mineral do mundo”¹⁰. Leiamos o poema “Camponeses”¹¹:

Porquê? Um tal volume

8 *Sapateia açoreana e outros poemas*, 1976 (cf. Nemésio, 1988: 225-226)

9 *Nihil sibi*, 1948 (cf. Torga, 2000: 298)

10 A expressão é empregue no romance *Pequenos burgueses*, de 1948 (cf. Oliveira, 1992: 790).

11 *Pastoral*, 1977 (cf. Oliveira, 1992: 399-340).

de águas: já
nas conchas rochosas;
obturando a erosão;
se fecham outras fontes, outras
arcas antigas. Para abrir
depois, saber
da chuva numerosa
que fulgor perdura;
ou grão;
mesmo de poucas nuvens.

Porque tão perto
o vento percutisse
todo o percurso disto,
melhor será esperar o ar
limpo de qualquer brilho.
Se caminham;
com a sua aura de água
opaca; oprimem
o horizonte. Ou param
para germinar. E então;
irreparavelmente;
absorve-os o crepúsculo.

É, sem dúvida, uma imagem forte para representar um vetor histórico-identitário de Portugal: camponeses caminhando pela terra fora, trabalhando com as mãos e os corpos. Mas, aqui, a força advém da equiparação aos elementos naturais mais singelos e básicos: a água, o solo, o vento, os movimentos, o correr do dia. Como se fosse na depuração extrema que a realidade do ser mais se desvelasse, mais se revelasse. A elementaridade que Eugénio de Andrade persegue, a elementaridade das coisas, do desejo, da condição rente à terra, aos bichos, ao verão:

A pequena pátria
A pequena pátria, a do pão,
a da água,
a da ternura, tanta vez

envergonhada;
a de nenhum orgulho nem humildade;
a que não cercava de muros
o jardim nem roubava
aos olhos o desajeitado voo
das cegonhas; a do cheiro quente
e acidulado da urina
dos cavalos; a dos amieiros
à sombra onde aprendi
que o sexo se compartilhava;
a pequena pátria da alma e do estrume
suculento morno mole,
a da flor múltipla e tão amada
do girassol¹²

Procura equivalente de depuração, tentando surpreender o ser numa identidade primordial com a natureza, encontramos bastas vezes na poesia de Sophia, mormente naquela que interroga as navegações e os navegadores portugueses de Quatrocentos e Quinhentos como empreendimentos e empreendedores de descoberta, conhecimento e inventário do que era novo. No poema que dedicou, em 1947, aos “Painéis do Infante” (a emblemática representação pictórica, atribuída a Nuno Gonçalves, do Portugal da transição dos tempos medievais para a época moderna), é à comparação com os elementos que Sophia vai buscar a imagem da tenacidade: “[...] A vossa face é a face dos elementos, / Solitária como o mar e como os montes / Vinda do fundo de tudo como as fontes / Dura e pura como os ventos¹³”.

Este exercício de depuração não se faz apenas por referência aos trabalhos e aos dias da gente comum e ao entorno natural da vida humana. Também se faz por referência ao sagrado, como tão bem demonstra a poesia de Torga, ou Nemésio, ou Sophia. E faz-se ainda por invocação da própria poesia, do “trabalho poético”, como dirá Carlos de Oliveira, do “ofício de paciência”, nas palavras de Eugénio de Andrade¹⁴. O que significaria, então, uma afinidade entre, de um lado, os poucos traços simples que definiriam o ser e, do outro, a natureza da aproximação poética ao âmago misterioso desse ser. E, logo, implicaria

12 *Os lugares do lume*, 1998 (cf. Andrade, 2005: 561-562)

13 *Dia do mar*, 1947 (cf. Andresen, 2011: 108)

14 As expressões foram escolhidas pelos dois poetas para títulos de livros.

que a identidade do ser estivesse necessariamente articulada à representação, digo mais, à invenção criativa desse ser. Não se trataria, por conseguinte, de identificar o que estaria “lá”, pré-existindo, em espera de que o sujeito o descobrisse, mas sim de construir, projetar, criar uma realidade-identidade que só existiria na prática e na forma que a criam. Uma identidade indissociável da poesia, do discurso que a diz, que, num certo e fundo sentido, a *é*.

Peço espaço para um último poema. Pertence ainda a Eugénio de Andrade e intitula-se “As amoras”¹⁵:

O meu país sabe às amoras bravas
no verão.
Ninguém ignora que não é grande,
nem inteligente, nem elegante o meu país,
mas tem esta voz doce
de quem acorda cedo para cantar nas silvas.
Raramente falei do meu país, talvez
nem goste dele, mas quando um amigo
me traz amoras bravas
os seus muros parecem-me brancos,
reparo que também no meu país o céu é azul.

Sabor, voz, cor: algo que se sente, ouve, vê, se recorda, saboreia; que não é dado por garantido, nem nos é legado, ou imposto; que não existe tal qual, independentemente da nossa relação tensa com ele, ora amargurada, ora indiferente, ora revoltada, ora próxima, tátil, íntima. Tal poderá ser, para tal sujeito poético, “o meu país”. E, quando o sujeito se perguntar o que é o “meu país”, como é, como se insinua no espírito e no coração, ele estará inevitavelmente a colocar a pergunta da identidade: o que o define como um todo, o que o distingue dos demais? Mas essa pergunta não vem apenas da razão analítica, ela vem, no mais fundo de si própria, da razão criativa, da que imagina, no duplo sentido de que inventa e o faz por imagens. Raiz ou futuro, âncora ou voo, esplendor ou depuração, a marca identitária não é anterior ao pensamento sobre ela e, portanto, é tão diversa e tão variável como os pensamentos são.

15 *O outro nome da terra*, 1988 (cf. Andrade: 444-445)

5. Um discurso político com apoios poéticos

A intervenção que este texto desenvolve foi realizada em 2018, na condição de ministro dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, por ocasião de uma efeméride, o 40.º aniversário da fundação dos estudos portugueses na Universidade de Varsóvia. Não foi feita, nem o poderia ser, na qualidade de crítico literário, que em absoluto me falece. Procurou prestar homenagem ao formidável labor dos professores, investigadores e estudantes, de várias nacionalidades mas com natural proeminência para polacos e portugueses, que estabeleceram e consolidaram a pesquisa e formação avançada na língua e nas literaturas de língua portuguesa; e, por isso, me atrevi a lembrar a riqueza da nossa poesia novecentista. Sem embargo, como quaisquer palavras de um titular de cargo político, também estas tomaram em consideração o contexto, que, no caso da Polónia de então (e da Polónia e da Europa de agora), era muito marcado pela questão da “identidade”. Ou, melhor, pela enunciação dessa questão em termos primordialistas, fechados e exclusivos. Primordialistas, porque pressupondo a existência real, objetiva, documentável e caracterizável como tal, através da história, de uma “essência” coletiva, definidora de uma nação, que se transmitiria às gerações como tradição, no sentido etimológico de *traditio*. Fechados, porque remetendo para a ordem da ontologia, de um ser feito de atributos, a religião à cabeça, indisputáveis. Exclusivos, porque tendendo a desqualificar todos quantos ousassem pôr em causa os seus postulados e ambições essencialistas, e a colocar de fora aqueles grupos e comunidades populacionais que não correspondessem ao padrão que desenhavam.

Por isso mesmo, terminei então a minha intervenção declarando que, em vez de me ter limitado a citar uns poetas e a glosar as suas reflexões sobre Portugal, eu tinha proferido um discurso eminentemente político, e não apenas sobre Portugal, mas sobre a Europa a que pertenciam ambas as pátrias, a de Pessoa e a de Chopin. A reação do auditório mostrou, aliás, que bem o haviam compreendido.

E porquê? A identidade é um tópico muito escorregadio, vulnerável ao assalto da ambiguidade, da incompreensão e do fanatismo. Por maioria de razão quando se acopla a nação, outra palavra que às vezes salva e às vezes mata. Mas é uma questão inescapável, pela simples razão de que estamos constantemente a pô-la e só porque a pomos é que somos verdadeiramente, como há tanto tempo já explicou Max Weber, sujeitos sociais, que conferem sentido à sua ação. Estamos sempre a perguntar, acerca de nós próprios e dos outros, acerca dos grupos a que pertencemos e dos grupos a que somos alheios, quem

somos; o que nos caracteriza como unidades, pessoais ou coletivas; o que nos distingue; porque somos o que somos e que valor disso retiramos; o que são os outros e o que valem; e assim sucessivamente. Sempre esta dialética, esta tensão entre aproximação, ou mesmo fusão, força centrípeta que nos reúne, e afastamento, ou mesmo contradição, no relacionamento entre nós próprios e com os demais.

Quando as identidades são representadas em forma monista, uma só pertença, uma só tribo, uma só obediência, elas podem tornar-se assassinas. Expressão que devemos a Amin Maalouf (1999: 39, 41, 46), o qual prescreveu como mais forte antídoto a construção, por cada um/a, de uma “identidade compósita”, de “pertencas múltiplas”. Elogio da complexidade, pois, como recurso maior para a formulação de respostas densas e abertas àquelas perguntas sobre o ser e o valer. Por si só, nenhum traço, seja ele étnico, religioso, histórico, territorial, político, nos singulariza; nenhuma linha pode fechar um único círculo em redor de nós, as figuras da nossa pertença são múltiplas, abertas e moventes.

Tudo isto é bem sabido, e por isso importa reiterá-lo. Podemos ir, porém, um pouco mais longe. Servir-nos, por exemplo, do “programa forte da sociologia cultural” (Alexander 2003) e ter em mente que as identidades nunca são anteriores nem exteriores aos discursos sobre identidades – que não há um ser ou essência que pré-existisse à nossa busca do ser e da essência; que as características que nos definem são construídas e representadas por nós mesmos. Assim dependendo dos contextos históricos e sociais em que as construímos, dos recursos cognitivos e culturais que mobilizamos, das formas, símbolos e imagens que utilizamos. E mais: o que significam depende crucialmente das interpretações que nós e os outros delas fazemos, do modo como são recebidas, compreendidas e apropriadas. Como as outras construções culturais, as identidades são “textos sociais” (na expressão de Jeffrey Alexander 2003: 13-14) e como tal devem ser tratadas.

Não apenas como múltiplas devem ser, pois, encaradas as identidades; ainda como complexos semióticos, irreduzíveis a uma só significação. Num certo e nobre plano, elas são “ficções”: o resultado de elaborações criativas, que propõem imagens, símbolos, ideias a propósito do que somos e valem; que nos traçam retratos e inventam narrativas, com que nos ajudam a encontrar e atribuir sentido às esferas de ação em que nos movemos. Devemos, por conseguinte, dar-lhes todo o imenso valor que se deve conceder às criações de cultura, como aproximação ao sentido – e não como verdade dogmática e imperativa; como ingrediente essencial de vida, e não como arma de exclusão e extermínio.

Poetas falando sobre o seu país, encontrá-los-emos em virtualmente todas as literaturas. É muito importante ouvi-los, lê-los, decifrá-los, integrá-los nas nossas próprias falas. A aproximação que fazem é indispensável, ficaríamos muito mais pobres se a ignorássemos. As representações poéticas dos países têm por vezes uma força extraordinária, moldando as representações sociais mais influentes, como bem se vê no caso português, com *Os Lusíadas* de Camões. Acrescentam sempre complexidade e variedade, e esse é um bom apoio para todos os que, sabendo que não podem contornar a questão identitária, não querem, porém, perder-se nela. Se lermos, pois, Miguel Torga ou Vitorino Nemésio, Sophia Andresen ou Jorge de Sena, Alexandre O'Neill ou Carlos de Oliveira, Ruy Belo ou Eugénio de Andrade (alguns entre tantos outros), indagando do que dizem ou sugerem sobre Portugal, o que obteremos será um conjunto diversificado e denso de representações, mostrando bem como a identidade coletiva não se pode reduzir a uma raiz, porque também é futuro, não pode descrever-se apenas como âncora, porque também é voo, não pode dar-se a ver como a glória dos feitos realizados, porque estará talvez mais perto da funda elementaridade das coisas e dos seres. Sairemos mais bem preparados, espero, para debatermos serenamente esse tema fascinante de quem somos, uns e outros, sem dele fazermos motivo de combate sem quartel e dominação sem freio.

Fecho o círculo. Portugal, país de poetas? Bem, em certa medida: porque assume dois poetas, Camões e Pessoa, como símbolos nacionais – e poderia, como outros, ter escolhido estadistas, militares ou ideólogos – e porque tem na tradição poética, e nomeadamente lírica, um dos veios mais fecundos da sua cultura. Não é preciso dizer mais, nenhum estereótipo nos é indispensável. Basta acrescentar uma frase simples, mas que encerra tudo o que queria aqui dizer, celebrando a melhor forma de cultivar a amizade entre Portugal e a Polónia, que é conhecer e estudar reciprocamente as literaturas: nenhum país o é verdadeiramente senão nas imagens, livres, plurais, densas, abertas, criativas dos seus poetas.

Referências bibliográficas:

Alexander, Jeffrey C. (2003): *The meaning of social life: a cultural sociology*, Oxford: Oxford University Press.

Andrade, Eugénio de (2005): *Poesia*, 2.^a ed. rev., Porto: Fundação Eugénio de Andrade.

- Andresen, Sophia de Mello Breyner (2011): *Obra poética*, ed. Carlos Mendes de Sousa, 2.^a ed., Lisboa: Caminho.
- Belo, Ruy (2000), *Todos os poemas*, org. Gastão Cruz e Maria Teresa Belo, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Castells, Manuel (2002-2003), *A era da informação : economia, sociedade e cultura* [1996-1998], trad., 3 vols., Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- Maalouf, Alai (1999): *As identidades assassinas* [1998], trad., Lisboa: Difel.
- Nemésio, Vitorino (1988): *Antologia poética*, org. Vasco Graça Moura, s.l.: Círculo de Leitores.
- Neves, José Soares (2011): *Práticas de leitura da população portuguesa no início do século XXI*, tese de doutoramento, Lisboa: ISCTE-IUL.
- Oliveira, Carlos de (1992): *Obras*, Lisboa: Caminho.
- O'Neill, Alexandre (1984): *Poesias completas 1951/1983*, 2.^a ed. rev., Lisboa: Imprensa Nacional.
- Pessoa, Fernando (2010): *Livro do desassossego*, ed. Jerónimo Pizarro, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Sena, Jorge de (1978a): *Poesia – II*, Lisboa, Moraes Editores.
- Sena, Jorge de (1978b): *Poesia – III*, Lisboa, Moraes Editores.
- Silva, Augusto Santos (2005): “Textos sobre identidades como textos: um exercício a partir das literaturas de língua portuguesa”. In: António Fidalgo e Paulo Serra (orgs.), *Ciências da comunicação em congresso na Covilhã. Atas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO*, vol. 1, *Estética e tecnologias da imagem*, Covilhã: Universidade da Beira Interior: 41-58.
- Silva, Augusto Santos (2011): “Amoras bravas no verão: o país de Eugénio de Andrade”. In: Maria de Fátima Amante (coord.), *Identidade nacional. Entre o discurso e a prática*, Porto: Fronteira do Caos/CEPESE: 187-202.
- Silva, Augusto Santos (2017): “A questão da identidade nacional: história e representação”. In: Artur Teodoro de Matos, Guilherme d'Oliveira Martins e Peter Hanenberg (coord.), *O futuro ao nosso alcance: homenagem a Roberto Carneiro*, Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa: 369-381.
- Silva, Augusto Santos (2018): “Como abordar a identidade nacional portuguesa?”. In: *Revista todas as artes*, vol. 1, n.º 1, 2018, pp. 10-21.
- Sobral, José Manuel (2012): *Portugal, portugueses: uma identidade nacional*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Torga, Miguel (2000): *Poesia completa*, Lisboa: Dom Quixote.

Atitudes dos intelectuais portugueses perante a Revolução dos Cravos. O caso de Vergílio Ferreira e Eduardo Lourenço

Magdalena Doktorska

Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia

Resumo: Atitudes dos intelectuais portugueses perante a Revolução de Cravos. O caso de Vergílio Ferreira e Eduardo Lourenço.

O presente capítulo, intitulado “Atitudes dos intelectuais portugueses perante a Revolução de Cravos. O caso de Vergílio Ferreira e Eduardo Lourenço” descreve a Revolução dos Cravos de 1974 na perspectiva dos conceitos do existencialismo português, representado por Vergílio Ferreira e Eduardo Lourenço. Partindo das características das filosofias de existência e do seu enfoque na questão da liberdade, analisa-se os excertos dos diários *Conta-Corrente* de Vergílio Ferreira que narram o momento da Revolução de Cravos.

Palavras-chave: Revolução dos Cravos, a filosofia existencial, liberdade, Vergílio Ferreira, Eduardo Lourenço.

Abstract: Attitudes of the Portuguese intellectuals towards the Carnation Revolution. The case of Vergílio Ferreira and Eduardo Lourenço.

This chapter, titled “Attitudes of the Portuguese intellectuals towards the Carnation Revolution. The case of Vergílio Ferreira and Eduardo Lourenço” describes the Carnation Revolution of 1974 from the perspective of the concepts of Portuguese existentialism, represented by Vergílio Ferreira and Eduardo Lourenço. Based on the characteristics of the philosophies of existence and its focus on the issue of freedom, we analyze fragments from Vergílio Ferreira’s *Conta-Corrente* diaries that tell the moment of the Carnation Revolution.

Keywords: the Carnation Revolution, existential philosophy, freedom, Vergílio Ferreira, Eduardo Lourenço.

Introdução

A Revolução dos Cravos, de dia 25 de Abril de 1974; um clamor pela liberdade individual, pelo pensamento, pelo modo de vida e um apelo ao respeito e reconhecimento dos direitos humanos foi um acontecimento que marcou fortemente a cultura e a literatura portuguesas. Uma data tão importante obviamente influenciou os intelectuais, artistas e filósofos portugueses os quais nutriram os círculos geradores da opinião pública através das suas obras.

No presente artigo pretendemos demonstrar a perspetiva dos representantes e críticos do existencialismo português, apresentadas nas personagens de Vergílio Ferreira e Eduardo Lourenço, perante este acontecimento capital e decisivo da história portuguesa contemporânea.

A óptica do existencialismo é muito importante neste breve estudo devido aos vetores de interesse deste movimento filosófico, entre os quais se encontra um forte direcionamento rumo à liberdade individual e colectiva, tal como o forte aspeto antissistemático desta corrente filosófica. A liberdade, tão desejada durante a época do regime salazarista, quando finalmente chegou com os dias tumultuosos e agitados da Revolução de 25 de Abril, suscitou diferentes reações nos pensadores em destaque. Embora, a popularidade desta última grande corrente na filosofia ocidental cedesse o seu lugar ao estruturalismo e desconstrucionismo da década dos anos 70, os horizontes intelectuais de Vergílio Ferreira e Eduardo Lourenço permaneceram influenciados pelos conceitos cruciais das filosofias da existência.

A filosofia existencial, especialmente nas décadas de 40 e 50 do século XX teve grande impacto no pensamento, na arte, na cinematografia e na literatura da Europa. Embora, em Portugal, esse impacto seja diminuído, os discursos de autores como Søren Kierkegaard, Martin Heidegger, Gabriel Marcel, Karl Jaspers, Albert Camus, Jean-Paul Sartre, André Malraux, entre outros, encontram reflexo nas obras literárias e textos ensaísticos de Vergílio Ferreira e Eduardo Lourenço.

Vergílio Ferreira (1916-1996) era um escritor português, responsável pela introdução da corrente existencialista na literatura lusa na segunda metade do século XX. Inicialmente ligado ao neo-realismo português, o autor começa a ocupar-se com as problemáticas ontológicas e éticas do existencialismo francês, por volta de 1949, com o seu romance *Mudança*. Até à sua reforma, trabalhou em vários liceus como professor de latim e de literatura, participando activamente na vida cultural do país.

Eduardo Lourenço (nasc. 1923), ou seja o segundo autor relevante para o presente artigo, é o professor académico, filósofo, crítico e ensaísta que partindo da filosofia existencial se dirigiu para as questões da identidade portuguesa à luz dos grandes mitos fundadores da nação como o sebastianismo e o saudosismo, ao problema da descolonização de África ou à mitopoética de Fernando Pessoa.

Ambos os pensadores reconhecem a condição humana como precária, absurda e destinada à morte. Esta, ao fechar o horizonte da vida humana para

a vida terrestre, desliga o foco da existência humana do eterno metafísico para a autenticidade do aqui e agora e assim, coloca naturalmente a questão da liberdade (Lourenço 2006: 60). Mais, o outro elemento que une intelectualmente Ferreira e Lourenço é que ambos não confiam nos julgamentos previamente estabelecidos e impostos, sempre sendo abertos para a busca inquietante e incessante da verdade. O desajuste entre a realidade e o homem, entre a vida autêntica e o omnipresente *fatalório* heideggeriano gera conflitos e pressentimento do absurdo do homem moderno, abandonado no deserto do metafísico (Natário 2008: 2-3).

Além do foco na condição humana como a do *ser-para-a-morte*, nas filosofias da existência encontra-se forte convergência nos conceitos da autenticidade da vida humana e assim na liberdade, o que direciona estas correntes para uma orientação e sensibilidade anti-sistemática (Cromwell: 2011).

As características acima apresentadas predestinam de forma natural as filosofias do existencialismo para a contestação política, cultural e filosófica dos regimes e sistemas estabelecidos. O conceito básico e fundamental que orienta esta vertente rumo à negação de qualquer realidade opressora é, como já foi assinalado previamente, a liberdade.

Existencialismo e a liberdade

O laço entre a liberdade e as filosofias de existência¹ é especialmente visível na obra de um dos seus mais conhecidos representantes e divulgadores, Jean-Paul Sartre – filósofo francês responsável pela popularização desta corrente através da sua vasta obra filosófica, literária e ensaística. A liberdade, como Sartre explica na sua palestra *L'Existencialisme est un humanisme* (1946)², constitui um fundamento e uma base inalienáveis, que sustentam o paradigma da escolha e que constitui uma das mais importantes e distintivas características do ser humano (2004: 209). Noutras palavras, a noção da liberdade em Sartre tem uma base ontológica que sustenta sempre a possibilidade de escolha. Esta pode ser a mais básica e fundamental, como a simples possibilidade de dizer «não» em qualquer situação visto que isto já pertence a um ato de escolher. Tal conceção tão radical, principal, e nas palavras de Vergílio Ferreira, «ilimitada»

1 Prefere-se o termo “filosofias de existência” em vez de “existencialismo”, devido às várias vertentes (cristã, ateia) existentes e às diferenças e diversificações entre os conceitos dos próprios filósofos (Lourenço 2006: 54).

2 Tradução portuguesa. O *Existencialismo é um Humanismo* de Vergílio Ferreira, foi publicada pela primeira vez em 1964.

(Ferreira 2004: 118), pode gerar objeções, bem apresentadas nos ensaios sobre o existencialismo do escritor em destaque.

O autor português, no ensaio introdutório às filosofias da existência intitulado *Da Fenomenologia a Sartre* (1961) bem acrescenta o facto de que sempre existe certo condicionamento e determinismo que constituem um obstáculo inabalável. Entende-se por isso, que alguns dados podem definitivamente fechar o horizonte e a possibilidade de escolha, independentemente da *má-fé* sartriana e assim determinar previamente todas as escolhas possíveis (2004: 117-119). Neste sentido, o radicalismo de Sartre não encontra o seu cumprimento fora do sistema um pouco artificial por ele próprio criado.

Reconhecendo o valor da liberdade, Vergílio Ferreira no ensaio filosófico-literário *Invocação ao Meu Corpo* (1969) dá a este conceito a sua própria forma e definição na qual dialoga com as ideias da autonomia do ser humano de Jean-Paul Sartre. Basicamente, a abordagem filosófica da liberdade em Ferreira prolonga a radicalidade ética e moral do filósofo francês. O que os distingue é a tendência para a pesquisa duma “Lei” básica e válida para todos os seres humanos, justificável em face da “morte de Deus” nietzscheana que significa aqui o fim da única e inabalável narração do absoluto, denominado por Ferreira de “Grande Mito”. As raízes da instauração da “Ética” universal vergiliana poder-se-ão encontrar no humanismo profundo e na elevação e dignificação do «eu» individualista que se reconhece na sua situação de existência compartilhada com os outros seres que possuem direitos e estatuto ontológico iguais.

A noção de liberdade é também importante no pensamento de Eduardo Lourenço. O reflexo disto encontra-se no próprio conceito da heterodoxia – a diversificação conceptual, solo fértil que possibilita um olhar mais amplo e aberto à realidade, proposto como lema dos dois tomos da ensaística sob o nome homónimo – que exige necessariamente o pluralismo das ideias e a variedade dos pontos de vista. Desta maneira, a heterodoxia coloca-se naturalmente na posição adversária de qualquer pensamento ou regime autoritário. A matéria das *Heterodoxias I e II* (de 1949 e 1967, respectivamente) constitui um apelo para a liberdade de pensamento, o elogio da pluridiscursividade e da autonomia intelectual opostos à regência da ortodoxia em todos os polos da actividade humana.

Esta posição significa a rejeição das bases ideológicas da ditadura do Estado Novo, que, como excelentemente as define João Medina, podem-se resumir ao imobilismo económico, cultural e social. O existencialismo, com o qual se liga o aspecto do dinamismo: – da vida, do carácter e da condição humanas – já

nas suas ideias básicas opõe-se fortemente contra os conceitos fundamentais do regime dos anos 1933-1974 (Medina 2000: 164-171). A atitude antiliberal, anti-democrática, conservadora e colectiva da ditadura salazarista encontra desta maneira o seu inimigo natural na postura da interrogação existencial, praticada e pregada por Vergílio Ferreira e Eduardo Lourenço.

Revolução dos Cravos nos olhos de um escritor

Nestas condições, a desejada chegada da liberdade com a Revolução dos Cravos deveria suscitar grande interesse e envolvimento por parte dos mencionados intelectuais. Como fonte, que possibilita e permite um olhar próximo sobre esta reação, recorreremos aos diários de Vergílio Ferreira, intitulados *Conta-Corrente*, cujo início data do ano 1969 e que foram continuados até ao entardecer da sua vida. Para os propósitos do presente artigo, o nosso foco concentra-se no volume I da *Conta-Corrente* (1969-1976). Este testemunho revela uma imagem da Revolução dos Cravos fortemente subjectiva e particular, mas mesmo assim esta pode contribuir para o entendimento dos processos que se instalaram no dia 25 de Abril de 1974 e ainda permanecem vigentes na cultura e história portuguesas. Ao mesmo tempo algumas das críticas presentes nas páginas do texto em destaque ainda despertam o interesse e podem constituir uma base para as discussões acerca da receção da Revolução.

Debaixo da data do 25 de Abril de 1974 encontramos uma nota curta e lacónica que demonstra o espanto e a surpresa, ilustrados bem pelo seguinte trecho: «Ouço sem entender: rebentou a Revolução. A Revolução? Que Revolução?» (Ferreira 1981a:187). O sentimento profundo da estupefação prolonga-se para o dia seguinte; nas frases curtas, repetidas e fragmentadas reparamos na excitação entusiasmática e nas fortes emoções que demonstram a confusão, o optimismo e a rapidez de todas as mudanças que ocorreram durante as primeiros horas e dias da Revolução. A chegada da liberdade deixa o narrador do diário desorientado e, ao mesmo tempo, com um pressentimento de alívio gerado pela esperança de que finalmente chegará o fim da censura, da polícia e do medo (Ferreira 1981a: 187). Estes três fatores descrevem preocupações de Vergílio Ferreira como escritor e cidadão. A questão da liberdade da escrita é neste momento muito importante; como confessa Ferreira nas entrevistas recolhidas por Maria da Glória Padrão no volume *Um Escritor Apresenta-se* (1981), a censura perseguia o escritor desde os começos da sua actividade literária (Ferreira 1981b: 27). Com esta entrada, já observamos a Revolução com os olhos dum intelectual, dum professor e dum escritor; essas características definirão

o percurso do diário. Também são marcantes o afastamento e a deslocação para a posição de observador – «Vou serenar para reflectir» (Ferreira 1981a: 187) – orientam Vergílio Ferreira como espectador cauteloso e prudente, que precisa tempo para captar com precisão os processos que decorrem ao seu redor. O relato seguinte data de 10 de Maio de 1974, quinze dias depois. Ferreira, como o anunciou na nota do dia 26 de Abril, teve de afastar-se para refletir e observar com curiosidade a rapidez dos acontecimentos; fá-lo através da rádio, da imprensa e dos testemunhos individuais dos seus amigos bem como das suas próprias observações (Ferreira 1981a: 187). Nos apontamentos que se seguem depois da data de 10 de Maio já encontramos mais dados e deparamos com as primeiras, breves reflexões acerca dos rápidos e surpreendentes acontecimentos do primeiro mês da Revolução. Nas descrições prevalecem imagens da agitada atividade política dos portugueses; incessantes assembleias, constantes manifestações, multiplicadas greves. O retrato da Revolução é pintado através das imagens dos dias ferventes e acelerados, mas já assombrados pelo fantasma do comunismo e pelo cepticismo crescente e amargo do autor do diário. Há dois sentimentos que prevalecem neste testemunho; o afastamento para a posição do observador sábio que vigila a entusiasmada juventude a agir e o forte receio que a revolução devorará em curto tempo os seus próprios filhos.

Este segundo elemento exprime-se na minuciosa observação do caos revolucionário; das omnipresentes greves, das reivindicações e dos movimentos do Partido Comunista Português (PCP), que após anos de luta clandestina poderia desfrutar da fama e da crescente reputação do movimento da resistência antifascista. Essa problemática preocupa o nosso Autor cada vez mais; descreve com gradativo medo a progressiva popularidade do movimento comunista, que entra nas várias instituições e estruturas do país. Vergílio Ferreira não reconhece o papel do PCP na frente da oposição ao regime recém caído. Entre Maio e Setembro de 1974 quase cada relato contém informações e críticas ao comunismo e ao partido de Álvaro Cunhal. Ferreira acusa o povo português do atraso político, devido ao fechamento salazarista, que permite agora florescer as ideias de Marx e Engels e fechar os olhos da multidão entusiasmada aos dramas da Alemanha Oriental, Hungria, Polónia e Checoslováquia (Ferreira 1981a : 193). Para uma primeira vista de olhos, esta aversão pode surpreender no escritor que começou a sua vida literária ligado à corrente do neo-realismo, cuja base teórico-ideológica se apoiava nos conceitos marxistas.

De facto, embora Vergílio Ferreira reconhecesse a vertente e a importância da preocupação social presente no movimento neo-realista – que, na sua forma

mais categórica abandona com o romance *Mudança* (1949) para virar-se para o existencialismo³ – nunca foi seguidor do comunismo. No país onde, segundo Eduardo Lourenço, os cidadãos eram submetidos ao terror da escolha maniqueísta entre o catolicismo e o marxismo (Lourenço 2006: 23-24), essa atitude coloca-o na posição do solitário contestador heterodoxo e individualista.

Para poder entender a crítica vergíliana do comunismo temos de assinalar a sua forte vinculação a tudo o que respeita a individualidade humana. Esse critério é tomado como o eixo orientador de todos os valores que deveriam nortear e organizar a vida quotidiana de cada homem. Para o escritor português em destaque, o mais relevante é a condição do ser humano como um ente totalmente livre e em constante desenvolvimento no seu humanismo mais profundo. Ou como diz Ferreira: «a grande grosseria do PCP é não fomentar (pregar) antes de mais a *dignidade* do homem» (Ferreira 1981a: 197). Essa frase resume o total do antropocentrismo da filosofia vergíliana, baseada no respeito soberano e supremo ao indivíduo. Desta maneira, o materialismo radical no qual se apoia o marxismo e que reduz o homem apenas ao seu aspecto químico, biológico e económico, nivelando assim todas as diferenças e igualando todos os indivíduos, possui em si traços totalitários e por isso perigosos (Sousa 2008: 333-335). Outras acusações contra o comunismo que se encontram no pensamento de Ferreira é a vituperação do colectivismo, da massificação e do alinhamento por baixo, que reduzem toda a escala dos tons subtis e pormenores ao pensamento e à conceptualização simplicistas (Sousa 2008: 338).

Com a passagem dos dias e com o aparecimento de novas notas no diário, depara-se com palavras do narrador que exprimem um forte desejo de afastar-se e distanciar-se da exaltação revolucionária e antireacionária de 1974. Se nos primeiros dias da Revolução, Ferreira participa nos comícios e reuniões, escrevendo até o artigo político que apoia o Movimento das Forças Armadas (Ferreira 1981a: 188-190), desde Junho aparece nas páginas da *Conta-Corrente I* a crescente vontade de permanecer na sombra, na “terra de ninguém” para somente observar o desenvolvimento da situação no país.

É curioso notar neste momento, que os filósofos franceses – tão caros e próximos a Vergílio Ferreira – depois da Segunda Guerra Mundial em grande parte tomam a posição do engajamento político, que implica directamente a

3 Sobre a passagem do neo-realismo ao existencialismo e a periodização da escrita de Vergílio Ferreira consulte o artigo de Nelly Novales Coelho “Vergílio Ferreira, ficcionista da condição humana” em: Helder Godinho (coord.) (1982) *Estudos sobre Vergílio Ferreira*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda: 249-289.

ação. O primado neste combate cabe a Jean-Paul Sarte⁴ que além de divulgar o conceito da *philosophie engagée* (filosofia engajada), propõe ideias para a renovação e enriquecimento do marxismo através dos conceitos antropológicos divulgados pela filosofia existencial (Chiodi 1976: 1-7).

O afastamento de Ferreira e a viragem contra a ação e o envolvimento político, notável na *Conta-Corrente I* (1981), tem origem na quase orgânica aversão contra o imediatismo desprovido de qualquer reflexão aprofundada, que caracterizava a propaganda comunista de então. Como ressalta José Antunes de Sousa, Vergílio Ferreira sempre se inclinou para uma posição de intelectual em vez de prático, concentrado na ação e no agir (Sousa 2008: 34-35). A ação só é permitida quando é dirigida ao indivíduo e serve para o autodesenvolvimento pessoal, sempre vigiado pela interrogação constante que implica a incerteza em vez da pseudoverdade da segurança absoluta e totalitária. O contrário, criticado pelo escritor português em destaque, é a tendência absolutista de orientar outros e impor-lhes a sua mundividência. Sousa define estas duas posições como a «ética de ação [oposta à] lei do activismo» (Sousa 2008: 38) que várias vezes pode tornar-se na obrigação, exigida com o terror.

No ensaio filosófico-literário *Invocação ao Meu Corpo* (1969), deparamos com uma pista que pode orientar-nos para outra razão pela qual a ação e envolvimento político e ideológico diretos e fortemente engajados se encontram com a crítica vergíliana. Neste texto, contrariamente ao que diz Sarte no *Existencialismo é um Humanismo* (1946), demonstra-se a futilidade da ação, que serve apenas para encobrir e mascarar o abismo que se revela do absurdo da vida humana, injustificada e oca. O que neste caso realmente contaria na existência de cada homem seria a pesquisa incessante – e embora desde o seu começo destinada ao fracasso – da verdade do homem, o empreendimento de entender o seu significado mais profundo. O verdadeiro valor consiste assim na interrogação inacabável e sempre aberta para novas tentativas que nunca chegarão à conclusão final (Ferreira 2011: 141-144).

Eis a razão cabal porque no diário *Conta-Corrente I* Vergílio Ferreira observa com crescente inquietação o entusiasmado engajamento da procissão do Partido Comunista. Paralelamente, observamos a deceção profunda causada por falta de reconhecimento da posição tomada por esse escritor e intelectual português por parte dos seus colegas, jornalistas e políticos. Ferreira observa

4 Nota-se que Jean-Paul Sarte, embora fosse comprometido e proximamente ligado ao comunismo, nunca pertenceu ao partido comunista francês (Chiodi 1976: 1).

que aqueles que são contra o Partido Comunista, imediatamente ganham a alcunha de fascistas e de reacionários, o que aprofunda a sua vontade de escapar de todas as etiquetas e classificações (Ferreira 1981a: 200, 202). Volta assim a situação do binómio dos tempos do salazarismo, mas agora revestido em novas formas e novos nomes. Assim, entramos na questão que preocupa vitalmente Vergílio Ferreira. É o receio de que a Revolução – desejada e a qual se esperava impacientemente – poderia, além de se tornar o começo da implantação de um novo regime – ou até conduzir à guerra cívil (Ferreira 1981a: 207) – não alterar as estruturas mais profundas da sociedade portuguesa, herdadas do salazarismo, que conduzem ao medo de sobressair das cómodas fronteiras estabelecidas pela ideologia. Ferreira refere-se ao medo na seguinte frase: «e eis pois que, após cinquenta anos de ditadura fascista, se nos promete uma outra, que já estamos ajeitados» (Ferreira 1981a: 199). Mais; vemos neste fragmento a preocupação de manter a liberdade e o forte pressentimento que essa não é dada para sempre; que constitui um bem que se deve conquistar e reconquistar diariamente, sem cair na armadilha do costume e do hábito. Ferreira apresenta-se neste momento na posição dum professor que tenta ensinar os seus alunos e demonstrar-lhes as perigosas armadilhas de qualquer tipo de ideologia.

A imagem da Revolução dos Cravos de 1974, vista pelos olhos dos intelectuais portugueses, inspirados e influenciados pelo pensamento da origem existencialista apresenta-se como um tempo de mudanças rápidas, entusiasmas e inesperadas.

A leitura do primeiro volume da *Conta-Corrente* de Vergílio Ferreira perspetiva uma imagem muito subjetiva da Revolução, orientada pela profissão e ponto de vista do narrador que era elitista, individualista e intelectualista. Estes factores constituem a razão pela qual Ferreira despreza o movimento massificado que anima a Revolução. O afastamento da posição dum observador alienado e alheio aos acontecimentos coincide com a sua definição de intelectual, que em vez de participar ativamente nos acontecimentos de importância histórica, deveria servir a sua nação como construtor da base intelectual do movimento.

Neste postulado encontramos os elementos da ética vergíliana que em vez da rapidez e imediatismo da acção prefere o pensamento e a reflexão cujos resultados são prolongados e mais duradouros, e assim, podem projetar-se mais seguramente para o futuro. Vergílio Ferreira entende que o processo de

qualquer revolução para poder ser estável e sólido, tem de ser aprofundado durante anos através de mecanismos e recursos intelectuais.

Conclusões

Em traços gerais, podemos concluir que com o advento das liberdades institucionais, políticas e individuais, estabelecidas pela Revolução dos Cravos de 1974, ambos os intelectuais relevantes para o presente artigo, isto é, Vergílio Ferreira e Eduardo Lourenço, deparam-se com a problemática da liberdade positiva e negativa, sendo esta primeira ainda para desenvolver. Não obstante, a posição filosófica de ambos os autores influi e determina as suas escolhas éticas e políticas. A liberdade de, ou seja, a liberdade negativa, é o primeiro passo que permite o desenvolvimento individual do ser humano. Ao contrário da filosofia tardia de Jean-Paul Sartre, Vergílio Ferreira não reconhece o aspecto colectivo da ação política imediata. De facto, considera-a uma advertência e um começo funesto do desprezo da individualidade posta em perigo pela dissolução na colmeia buzínante duma multidão unificada, sempre ameaçada pela sombra do totalitarismo (Ferreira 1981b: 103). O que permanece mais relevante para o ser humano é a demanda do seu constante desenvolvimento na essência mais individual, exposta às escolhas constantes sem resoluções definitivas e inabaláveis. Deste modo sustenta que a interrogação vergíliana dirige-se ao problema da liberdade para, ou seja, à liberdade positiva, isto é, ao autodomínio e à autoconsciência humana. Facto interessante é que quase quarenta anos depois, algumas das críticas de Ferreira ainda permanecem válidas. A rapidez das mudanças ocorridas, a explosão do efémero interesse político – nota-se neste momento a crítica da superficialidade da agitação das multidões antes politicamente desinteressadas feita por Eduardo Lourenço no ensaio *Psicanálise Mítica do Destino Português* (Lourenço 1992: 46-49) e a necessidade de entender e aprofundar os juízos sobre a Revolução; todos estes elementos encontram-se nas observações incluídas nas páginas da *Conta-Corrente I*.

Com efeito, o apelo de Eduardo Lourenço para a procura da nova mitologia que poderia orientar o povo português e criar novas narrações ainda repercute na apelação de José Gil para o processo da inscrição que poderia acabar com a inércia, passividade e a normalização que por sua parte servem para fechar os horizontes do desenvolvimento (Gil 2012: 58,103). Estas duas posições coincidem com o drama da bipolaridade ideológico-intelectual que exige a escolha que podemos denominar, parafraseando o título kierkegaardiano, como a atitude «ou-ou», isto é; a necessidade de escolher entre catolicismo e marxismo nos

tempos da ditadura salazarista e entre a fascismo e comunismo nos dias da Revolução dos Cravos, que demonstram um forte envolvimento nos binómios ideológicos que impedem o progresso.

A oposição furiosa e vital contra a marcha avançada do comunismo nos primeiros dias após Revolução tem a ver com os motivos supramencionados e com a alergia visceral e profunda de Ferreira contra qualquer tipo de propaganda e da ideologia imposta, que poderiam fechar o horizonte da interrogação sobre o destino e a natureza humanas. O forte clamor pela liberdade e pela autenticidade, elementos fundamentais e básicos comuns a todos os representantes das filosofias da existência é neste caso igual ao apelo dum intelectual contra qualquer tipo de regime opressor. O louvor do espírito da heterodoxia, exposto e promovido por Eduardo Lourenço cabe na mesma classificação que se caracteriza pela profunda preocupação com a *autenticidade* da vida humana e pelo seu cumprimento na liberdade positiva.

Referências Bibliográficas

- Carter, Ian (2012): "Positive and Negative Liberty". In: Edward N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/spr2012/entries/liberty-positive-negative>. (Consultado em 01.04.2015).
- Chiodi, Pietro (1976): *Sartre and Marxism*. London: Harvester Press.
- Crowell, Steven (2011) "Existentialism". In: Edward N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/win2010/entries/existentialism> (Consultado em 25.09.2014).
- Deranty, Jean-Philippe (2009): "Existentialist Aesthetics". In: Edward N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2009/entries/aesthetics-existentialist/> (Consultado a 28.09.2014).
- Ferreira, Vergílio (2011): *Invocação ao Meu Corpo*. Lisboa: Quetzal.
- (2004): "Da Fenomenologia a Sartre". In: Jean-Paul Sartre e Vergílio Ferreira *O existencialismo é um humanismo*. Lisboa: Bertrand.
- (1981a): *Conta-corrente*. Lisboa: Bertrand.
- (1981b): *Um Escritor Apresenta-se*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Flynn, Thomas (2013): "Jean-Paul Sartre". In: Edward N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/sartre/> (Consultado a 25.09.2014).
- Gil, José (2012): *Portugal, hoje. O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Lourenço, Eduardo (2006): *Heterodoxia I*. Lisboa: Gradiva.

- (1992): “Psicanálise Mítica do Destino Português”. In: *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Dom Quixote: 17-64.
- Medina, João (2000): “Ideologia e mentalidade do «Estado Novo» salazarista”. In: Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*. Volume V. T2. Lisboa” Caminho:161-194.
- Natário, Celeste (2008): *O existencialismo: diálogo entre Eduardo Lourenço e Vergílio Ferreira*. Disponível em: http://eduardolourenco.com/6_oradores/oradores_PDF/Celeste_Natario.pdf (Consultado em 25.09.2014).
- Sartre, Jean-Paul (2004): “O Existencialismo é um Humanismo”. In: Jean-Paul Sartre e Vergílio Ferreira, *O existencialismo é um humanismo*. Lisboa: Bertrand.
- Sousa, José, Antunes de (2008): *Vergílio Ferreira e a Filosofia da Sua Obra Literária*. Lisboa: Instituto Piaget.

Ékhprasis do Corpo – Na Tua Face (1993) de Vergílio Ferreira

Magdalena Doktorska

Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia

Resumo: Ékhprasis do Corpo – Na Tua Face (1993) de Vergílio Ferreira.

O penúltimo romance de Vergílio Ferreira (1916-1996), intitulado *Na Tua Face* (1993) pode ser considerado como o tratado literário-filosófico que aborda, entre outros, o tema da estética. Este apresenta-se ora na forma de diálogo profundo com a arte, realizado através ao recurso à écfrase, ora no tema da representação do corpo. O presente artigo, intitulado *Ékhprasis do Corpo – Na Tua Face (1993) de Vergílio Ferreira* aborda a questão da representação artística da corporalidade na luz da óptica da ontologia do corpo de Jean-Luc Nancy e recorrendo às pinturas de Francis Bacon (1909-1992).

Palavras-chave: Vergílio Ferreira, corpo, *ekphrasis*, Jean-Luc Nancy, arte.

Abstract: Ekhprasis of the body – Vergílio Ferreira's Na Tua Face (1993).

The penultimate novel by Vergílio Ferreira (1916–1996), entitled *Na Tua Face* (*In your face*, 1993), can be considered as the literary-philosophical essay that addresses, among others, the topic of aesthetics. It is presented in the form of a deep dialogue with art, carried out or through the use of *ekphrasis* or in the theme of body representation. This article, entitled *Ékhprasis do Corpo (The Body) - In Your Face (1993) by Vergílio Ferreira*, addresses the question of the artistic representation of corporality in the light of the ontology of the body of Jean-Luc Nancy and relating to paintings by Francis Bacon (1909-1992).

Keywords: Vergílio Ferreira, body, *ekphrasis*, Jean-Luc Nancy, art.

Na Tua Face, o penúltimo romance de Vergílio Ferreira, publicado em 1993, é uma obra excepcional e madura que segundo Maria Rosa Goulart, inscreve-se na última fase da escrita romanesca de Ferreira. Esta, de acordo com a investigadora portuguesa, seria constituída pela triade de romances *Até ao Fim* (1987), *Em Nome da Terra* (1990) e *Na Tua Face* (1993). Os três romances acima referidos caracterizam-se pela síntese da temática das obras anteriores, embora se possa detectar neles o abandono definitivo das premissas do neo-realismo ao lado da presença do tom ainda mais sombrio que nos romances antecedentes (Goulart 2016: 26).

Na Tua Face (1993) constitui um solilóquio de Daniel, médico e pintor, que ao evocar as memórias do seu passado, tece uma narrativa sobre o sentimento da perda e falta constantes que marcaram a sua vida. No vasto leque de perdas que se apresentam na diegese do romance destaca-se a falta constituinte para o discurso autodiegético do protagonista, ou seja, o amor inconcretizado pela colega da faculdade, Bárbara. Os seguintes elementos são o suicídio do filho Luc, o afastamento progressivo da filha Luz e, finalmente, a morte da mulher, Ângela. A narrativa desdobra-se em analepses e prolepses constantes cujo fluxo desfaz-se entre o sonho, o imaginado e o experienciado, imitando assim o percurso itinerante da memória. Um dos pontos centrais, ao redor do qual orbita a narrativa do romance é a trágica morte suicidária do filho de Daniel, Lucrécio, cujo nome é abreviado para o simples 'Luc'.

Contudo, além de tratar os temas exclusivamente vergilianos, isto é a problematização do tempo na óptica de existencialismo e da fenomenologia que visam o ser humano como o ente temporal e temporalizante, o romance *Na Tua Face* (1993) constitui um belo tratado literário-filosófico sobre a estética.

Como destaca Isabel Pires Lima, o tema da arte e da representação pictórica na literatura, ou seja, a questão de mimesis, está presente na obra de Ferreira a partir do romance *Cântico Final* de 1960. Os romances que são posteriores a esta data, revelam gradualmente a importância do problema da representação do invisível e do transcendental para a escrita vergiliana (Lima 2017: 247). A questão da arte e da presença da pintura nos romances de Vergílio Ferreira apresenta-se em três graus gerais. O primeiro consiste em debater e refletir sobre o papel do artista e da arte na sociedade, tal como acontece nos romances *Cântico Final* (1960) ou *Estrela Polar* (1962). O segundo modo como o tema da arte e a sua função na literatura volta nas obras vergilianas é, de acordo com José Rodrigues Paiva, o emprego das micronarrativas que se desenvolvem dentro da trama romanesca e que desempenham a mesma função que as manchas da cor na pintura (citado em Lima 2017: 247). Isabel Cristina Rodrigues no seu livro *A Palavra Submersa. Silêncio e a Produção de Sentido* (2016) refere-se à esta prática na escrita vergiliana como uma maneira de «estabelecer os laços semânticos-estruturais entre a narrativa do escritor e as imagens (...) da história da pintura ocidental» (Rodrigues 2016: 365). O terceiro modo em que se manifesta a presença do diálogo profundo com a arte é o frequente emprego do meio estilístico de *ékphrasis*, isto é, da descrição literária de um objeto visual com que este pode adquirir o aspeto de vivacidade. Na presente análise pretendemos focalizar-nos no tema e na função das obras de Francis Bacon em *Na Tua Face* (1993) de Vergílio Ferreira.

Esta aparência de vivacidade, de movimento e de dinamismo que a obra da arte adquire com a interpretação, própria à *ékphrasis*, é sobretudo importante na perspectiva dos estudos sobre a estética desenvolvidos por filósofos. A pintura, na trilha da tradição desenvolvida por Gotthold Ephraim Lessing no seu estudo *Laokoön* (1766), constitui a mimese do visível e do material que tem como a sua modalidade básica a dimensão de espaço. Roman Ingarden, o fenomenólogo que se inscreve na óptica da mesma tradição do pensamento estético, quando interroga as modalidades de artes plásticas observa que a pintura não possui a estrutura temporal e que só a literatura é capaz de desenvolver tal dinâmica (Ingarden 1966: 93–94). Noutras palavras, podemos entender a descrição ecfrástica como o meio que interliga o estático da pintura com o dinâmico da literatura. Além disso, a *ékphrasis* serve para introduzir o elemento da subjetividade e da interpretação narrativa por parte de narrador-leitor (Dziadek 2018: 48).

Em *Na Tua Face* (1993), o leitor pode deparar com duas *ékphrasis* emblemáticas para a trama discursiva do romance. A primeira é a descrição literária da obra *Les Femmes d'Alger* (1907) de Pablo Picasso que serve como uma «defesa da naturalização do feio» (Rodrigues 2016: 366). O problema do estatuto da fealdade na estética, sobretudo moderna, constitui uma das problemáticas centrais do romance analisado. A segunda ilustração ecfrástica, presente no romance de Ferreira, corresponde à analogia e ao parentesco desenvolvidos entre a percepção de Luc, filho do protagonista Daniel com a série de pinturas de Francis Bacon¹, nomeadamente as obras *Triptych May-June* (1973); *Three Studies for figures at the Base of Crucifixion*² (1944), *The Crucifixion* (1965) e *Three Studies for Self-Portrait* (1970).

Os trípticos, autoretratos e retratos de Francis Bacon, segundo Isabel Pires Lima, constituem a «inspiração seminal em diversos momentos do romance (...) por uma forte proximidade estética com cenas excessivas de deformidade, de horror, de mutilação que pontuam o romance» (Lima 2017: 256). Por outras palavras, o ponto de aproximação entre a pintura do artista irlandês Francis Bacon e do conteúdo romanesco de *Na Tua Face* de Vergílio Ferreira é

1 A pintura de Francis Bacon constitui uma ponte de inspiração e de referência também para o poeta polaco Tadeusz Rózewicz (Grochowska 2018: 24–26).

2 Na primeira das entrevistas de David Sylvester com Francis Bacon, o pintor irlandês afirma que o tríptico de 1944 foi influenciado pelos desenhos de Picasso dos anos 20 do século XX (Sylvester 2002: 8).

a questão da representação do feio e do carnal na arte, também literária, como igualmente toda a problemática em volta do tema do corpo e da corporalidade³.

Síntese destes temas e obsessões, como também a premissa do suicídio⁴ de Daniel podem ser ilustradas pelo fragmento do capítulo XV. Neste, dentro e pela imaginação de Daniel, o narrador autodiegético do romance, a descrição do corpo do seu filho Luc transfigura-se e distorce para se transformar numa écfrase de pinturas baconianas:

E pouco a pouco a face de Luc distendeu-se retorceu-se e os dentes e os dentes. E todo o corpo se deformou em aleijões, as pernas nuas monstruosas, os olhos empolados, e os dentes e os dentes (...) e havia no colorido do todo o corpo as cores da carne crua, do verde da carne podre e um ódio carnicheiro e uma miséria de tripas adivinhadas na coloração do podre vomitado (...) sentado numa cadeira retorcida, o espaço nu de um quarto talvez, o corpo enrolado sobre si, as mãos de novo apertadas no ventre, o rosto intumescido de bossas (...) o corpo agora enrolado numa massa confusa, pernas braços numa viscosidade leprosa. Ou sentado numa latrina dobrado sobre si de esforço, ou com o queixo descido numa grande bolsa de bócio (Ferreira 2010: 128-129)⁵.

Esta ladainha de deformações, de descrições de tecidos osseós e musculares, das partes do corpo e suas transformações como também de cores desagradáveis ('o podre de vomitado' etc) é, de repente, cortada pelo próprio Daniel com a afirmação de que isto era «a imagem do meu filho que eu amava e não podia ter nascido para o horror. Deixei de o pintar na minha imaginação» (Ferreira 2010: 129). Mais adiante voltaremos a estas palavras.

3 Nas entrevistas com David Sylvester, Bacon admite que o que lhe fascinava eram as imagens de pedaços da carne pendurados nas carnicinas (Sylvester 2002: 23). Outra fonte das inspirações para o pintor irlandês eram as fotografias utilizadas pelos médicos para ilustrar o corpo e as suas doenças (*Ibidem* 30-32).

4 É ainda interessante observar que a pinutra de Francis Bacon está marcada pelas imagens da morte (*apud* Russell 2001: 152). A obra *Triptych May-June* (1973), evocada no prestante artigo, foi pintada por Bacon como uma invocação da morte suicida do seu amante, George Dyer (Sylvester 2002: 29, 97).

5 Na mesma écfrase nota-se o recurso ao imaginário ligado com os atributos de santos marítimos da pintura medieval como, por exemplo corpo pregado numa cruz com a cabeça de lado ou os olhos que flutuam numa bacia (Ferreira 2010: 129) que relembram o imaginário ligado com Santa Luzia.

A supramencionada *ékphrasis* das pinturas de Francis Bacon desenvolve duas funções. A primeira delas serve para reforçar a temática central do romance que explora o problema da estética na sua função de estabelecer e discutir as regras que separam e distinguem o belo do feio. Na linha desta separação e na tensão criada pela osmose entre a beleza e fealdade situa-se o ponto de gravidade desta interrogação vergiliana. Nuno dos Sousa Santos observa que o que Ferreira explora no seu romance é a estética da degradação. Esta, na sua última consequência, leva à elevação da categoria da fealdade como aquela que contem em si a autenticidade e o apelo ao inconsciente (Santos 2017: 490-491).

Temas estes são logo assinaladas no início do romance; o seu protagonista, e ao mesmo tempo narrador autodiegético Daniel, é um caricaturista com certas pretensões ao estatuto de um artista-pintor. Mas Daniel é sobretudo médico e aqui, nesta intersecção entre a tarefa de representar o exterior deformado e caricato dos bonecos que ele pinta para os jornais e o seu conhecimento rigoroso e profissional da anatomia humana, situa-se um dos problemas centrais do romance. Este é exposto pela temática da estetização e percepção estética do corpo humano na sua plenitude, representada ela também pela sua fisiologia. Esta, pode ser de vez em quando monstruosa, repugnante ou fascinante como, por exemplo, na tentativa de avaliar a beleza dos órgãos internos do corpo. E mais, esta dupla profissão de Daniel, além das suas tentativas de captar pela arte a integridade de outro, representa a impossibilidade de reproduzir artisticamente o ser humano na sua totalidade, formada por sua fisiologia e aquilo que a transcende. Como afirma o narrador do romance, a sua tarefa como o caricaturista assentava no «revelar o que se não via e deitar fora o que não o deixava ver» (Ferreira 2010: 11).

Mais, esta obsessão de revelar o que está por dentro, o que forma o núcleo mais íntimo e essencial do outro, constitui mais uma face da interrogação vergiliana presente nos seus romances, isto é, uma tentativa insistente mas impossível de aproximar-se, captar e conhecer o outro. O esforço impossível e dedicado ao fracasso, porque este 'outro' sendo um ser temporalizante e temporal, sempre escapa, sempre foge e afasta-se da percepção imediata e definida uma vez para sempre. E uma destas tentativas assenta em procurar perceber esta diferença que difere o 'eu' do 'tu', e procurá-la no corpo do outro: no seu rosto, ou seja na sua face.

Como nas referidas pinturas de Francis Bacon também no romance *Na Tua Face* de Vergílio Ferreira o tema central é constituído pelo enfoque no corpo e na sua representação, naquela tentativa de perceber a sua diferença marcante.

E toda a problemática que esta representação apresenta pode ser abordada na perspetiva da «ontologie du corps» (Nancy 2000: 17), isto é, da «ontologia do corpo». Conceito este emprestámo-lo do pensador francês, Jean-Luc Nancy, o filósofo que de acordo com Błażej Baszczak representa a corrente de desconstrução existencial (Baszczak 2016: 10) que na sua obra *Corpus* (1992) reflete sobre as modalidades e discursos que envolvem o tema do corpo e suas manifestações no quadro geral do ser, isto é, na ontologia.

Ora, para Jean-Luc Nancy o corpo no discurso ocidental, além de constituir um dos pontos centrais da cultura europeia⁶, está fortemente conotado pela marca da ausência, causada pela constante remissão do corpo à posição secundária à alma. Noutras palavras, o filósofo francês procura o outro modo de acesso ao corpo e à corporalidade, estes ‘outros’ da alma, que poderiam ajudar a estabelecer o novo modo de pensar o(s) corpo(s). Entre as modalidades que servem para a aproximação ao corpo, esta «angoisse mis à nu», «angústia posta a nu» (Nancy 2000: 10) que no fim quer dizer o outro – o outro do ‘tu’, o outro do ‘eu’ – é a actividade de escrita. Escrever, na interpretação de Nancy, adquire o sentido de um gesto que pretende tocar, aproximar-se ao sentido (Nancy 2000: 19). A tarefa da escrita significa neste contexto a actividade de tocar, um ato de uma breve aproximação entre dois corpos, dois entes e duas consciências. É um contacto ligeiro e curto que se desliza pela superfície sem se apropriar do outro, isto é, do corpo. A escrita, continuamente de acordo com Nancy, constitui uma linha do horizonte e uma fronteira na qual é possível o encontro entre o ‘eu’ o ‘tu’, proporcionado pelo toque (Nancy 2000: 12-13).

A descrição de corpo de Luc sob a forma da écfase de pinturas de Bacon, na qual a fisionomia do filho de Daniel se transforma em variedade de corpos deformados e desfigurados pode ser interpretada como uma tentativa de capturar e registar a totalidade de outro na sua incessante dinâmica. E se, como nos diz Jean-Luc Nancy, a totalidade do corpo pudesse ser equiparada com o seu exterior, a minuciosa descrição de corpo de Luc seria uma tentativa de criar o ponto de contato, de tocar a sua extremidade e assim, aceder à sua singularidade. E a pintura, de acordo com o filósofo francês, é por excelência a arte do corpo, da sua representação (Nancy 2000: 17).

6 Nancy refere-se, sobretudo, às palavras da transfiguração durante a comunhão: *Hoc est enim corpus meum* (Nancy 2000: 7) como as palavras constituintes para o discurso e a precepção do corpo europeia.

Então o corpo na pintura, a pintura e o corpo e nisto tudo o peso insuportável do corpo de Luc, o filho suicidário do protagonista e narrador do romance *Na Tua Face* (1993). A *ékphrasis* dos quadros de Bacon caracteriza-se pela sua abertura radical, incessante transformação e intersecção do exterior com o interior. É uma descrição cheia de vida e da dinâmica: o corpo de Luc, na percepção de Daniel, está em constante movimento, transfiguração e metamorfose. A arte, e nela também a arte de desenhar as caricaturas, poderia constituir mais um meio para perceber a totalidade de outro porque, de acordo com Plotino, a arte é capaz de penetrar o núcleo das coisas (citado em Tatarkiewicz 1980: 293).

Descrição esta contrasta fortemente com a do capítulo XXV de *Na Tua Face* (1993) no qual Daniel assiste à exposição de fotografias da Luz, sua filha. Na sala onde tem o lugar a inauguração da arte de Luz⁷ estão apresentados os retratos fotográficos de Luc morto, tirados pela sua irmã durante o funeral. O corpo de filho de Daniel nas fotografias está fragmentarizado por causa de uso de diferentes perspectivas que determinam o enfoque visual para as partes do corpo escolhidas.

Este corpo fragmentarizado já não é o da écfrase baconiana, com a sua vertigem da simultaneidade de processos vitais. Pelo contrário, o corpo de Luc das fotografias é um corpo morto, esvaziado daquilo que o transcendia. A fotografia, neste romance, conota a falta de movimento, passividade e inércia. O seu suporte e a sua técnica de ‘desenhar com a luz’ ainda mais reforça a desubstancialização de Luc. O seu corpo perde o ‘peso metafórico’ anterior. A possibilidade de reproduzir a imagem fotográfica em milhões de cópias pode também levar à banalização do corpo como tal o que, por sua parte impossibilita a proximidade entre os seres humanos (Nancy 2000: 80-81). Neste contexto, a exposição das fotografias de Luc na galeria da arte que constitui um velório simbólico logo transforma-se em qualquer evento artístico no qual as imagens logo que contempladas depressa ficam esquecidas (Ferreira 2010: 203).

Ainda mais: a linguagem da fotografia permanece ‘muda’ para Daniel, não é capaz de incentivar a sua imaginação – já não o pode ‘pintar na sua imaginação’ – para referimo-nos às palavras do capítulo XV, o da descrição écfrástica de pinturas de Francis Bacon (Ferreira 2010: 128-129).

7 Há aqui um jogo óbvio de significados: entre o nome da Luz e a sua profissão da fotógrafa, ou seja, a filha de Daniel é etimologicamente aquela que desenha com a luz.

Desta maneira, o narrador do romance assinala a dimensão de falta profunda causada pela ausência de Luc. O corpo fotografado de Luc já não constitui o ponto de transcendência e, por isso, as descrições de Daniel estão estáticas, concentradas no plano. É interessante observar que quando o narrador autodiegético, Daniel, descreve as fotografias do corpo morto de Luc aquilo que lhe sobretudo interessa são os jogos de luz, perspectivas, composições (Ferreira 2010: 202-203). Afinal, a questão técnica isenta da subjectividade. A écfrase do corpo morto é impossível.

A *ékphrasis* das pinturas de Francis Bacon, presente no romance de Vergílio Ferreira *Na Tua Face* de 1993, constitui uma ferramenta discursiva e filosófica que serve para expôr a dinâmica do ser humano como o ser temporal e temporalizante. As sucessivas deformações do corpo de Luc, que atravessam a imaginação de Daniel, o narrador do romance, constituem a marca da subjectividade e da percepção subjectiva. Noutras palavras, a descrição ecfástica do corpo constitui uma tentativa de aproximação ao outro, de tactear, palpar este outro através da escrita do seu corpo. Pode também ser interpretada como uma tentativa de estabelecer um ponto de encontro com a efemeridade e multidimensionalidade do outro ser humano.

Referências Bibliográficas

- Baszczak, Błażej (2016): *Dotykanie egzystencji: Jean-Luc'a Nancy'ego filozofia dekonstrukcji*. Kraków: Wydawnictwo Eperons-Ostrogi.
- Dziadek, Adam (2018): "Ekfrazja". In: Zbigniew Kadłubek *et al.*: *Ilustrowany słownik terminów literackich. Historia, anegdota, etymologia*. Gdańsk: Słowo/obraz terytoria: 150-153.
- Ferreira, Vergílio (2010): *Na Tua Face*. Lisboa: Quetzal.
- Goulart, Rosa Maria (2016): "Vergílio Ferreira: O Ensaio Literário e o Romance-Problema". In: Rosa Maria Goulart *et al.* (orgs.), *Vergílio Ferreira em Évora. Entre o Silêncio e a Palavra Total*. Lisboa: Âncora: 23-36.
- Grochowska, Magdalena (2018): "Widziałem furgony porąbanych ludzi". In: *Gazeta Wyborcza. Magazyn Świąteczny*, 5-6 maja 2018: s. 24-26.
- Ingarden, Roman (1960): "O budowie obrazu" In: *Studia z Estetyki. Tom drugi*. Warszawa: PWN: 6-115.
- Lima, Isabel Pires (2017): "Pintura e Pinturas em Vergílio Ferreira". In: Ana Paula Coutinho *et al.* (orgs.), *Vergílio Ferreira. Escrever e Pensar ou o Apelo Invencível da Arte*. Lisboa: Âncora: 245-258.

- Nancy, Jean-Luc (2000): *Corpus*. Paris: Éditions Métailié.
- Rodrigues, Isabel Cristina (2016): *A Palavra Submersa. Silêncio e a Produção de Sentido*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Russell, John (2001): *Francis Bacon*. London: Thames&Hudson.
- Santos, Sousa Nuno dos (2017): “Na Tua Face: o Rosto, o Obsceno e os Mitos”. In: Ana Paula Coutinho *et al.* (orgs.), *Vergílio Ferreira. Escrever e Pensar ou o Apelo Invencível da Arte*. Lisboa: Âncora: 483-494.
- Sylvester, David (2002): *Interviews with Francis Bacon*. London: Thames&Hudson.
- Tatarkiewicz (1980): “Mimesis: History of the relation of art to nature and truth”. In: *History of six ideas. An essay in aesthetics*. Warszawa: PWN: 290-309.

Diálogo transatlântico: a correspondência entre Vergílio Ferreira e Maria Lúcia Dal Farra

Elisa Nunes Esteves

Universidade de Évora, Centro de Estudos em Letras (CEL – UÉ)

Resumo: Diálogo transatlântico: a correspondência entre Vergílio Ferreira e Maria Lúcia Dal Farra

Pretendemos com este artigo apresentar um trabalho em curso que conduzirá à edição e estudo da correspondência entre o escritor português Vergílio Ferreira e a investigadora brasileira Maria Lúcia Dal Farra entre 1968 e 1983. Pensamos que a reconstituição deste diálogo será um contributo importante para os estudos vergilianos, em particular no campo da epistolografia, mas também no conhecimento do processo de internacionalização da obra do escritor e especialmente da sua receção no meio académico brasileiro. Vergílio Ferreira teve em Maria Lúcia Dal Farra uma leitora dedicada da sua obra e uma crítica e ensaísta de grande qualidade, o que fica também bem patente nas muitas cartas que escreveu ao autor de *Aparição*.

Palavras-chave: epistolografia, Vergílio Ferreira, Maria Lúcia Dal Farra

Abstract: Transatlantic dialogue: the correspondence between Vergílio Ferreira and Maria Lúcia Dal Farra.

This article intends to present a work in progress that will lead to the publication and study of the correspondence between the Portuguese writer Vergílio Ferreira and the Brazilian researcher Maria Lúcia Dal Farra, between 1968 and 1983. We think that the reconstitution of this dialogue will be an important contribution to the vergilian studies, in particular in the field of epistolography, but also in the process of internationalization of the writer's work and especially of its reception in the Brazilian academic community. Vergílio Ferreira had in Maria Lúcia Dal Farra a devoted reader of his work and a critic and essayist of high quality, which is certainly present in the many letters that she wrote to the author of the novel *Aparição*.

Keywords: epistolography, Vergílio Ferreira, Maria Lúcia Dal Farra

Em *Conta-Corrente 2* (1977-1979) Vergílio Ferreira refletia assim sobre o destino da sua muito vasta correspondência:

30 Junho (sábado). Ontem pus-me a arrumar uma das várias caixas de antiga correspondência. Guardo-a desde 1942. Quanta coisa já esquecida, cartas já não sei de quem, falando de assuntos que já não lembro. Naturalmente não

guardei cópia das minhas cartas e não posso assim reconstituir o diálogo que fui mantendo. Mas como ao ouvirmos alguém a telefonar, imagino o que eu disse pelo que foram dizendo os outros. Que estranha pessoa fui sendo. Mas em toda essa estranheza, algo de idêntico resistiu e nisso me reconheço. (Ferreira 1990: 276)

11 Setembro (terça). Trabalhei ontem no capítulo V do romance (*Para Sempre*). E escrevi milhentas cartas para vários cantos do mundo. Devo estar a bater em epistolografia o P.^e António Vieira e o D. Francisco Manuel de Melo. Mesmo o Cícero ou a Sevigné. Só que as cartas deles guardam-se. (Ferreira 1990: 310)

Não se concretizaram os receios do escritor sobre a preservação das cartas que escreveu para “vários cantos do mundo”, porque os seus correspondentes as guardaram, tal como ele “arrumou” as dos que lhe escreveram e assim vai sendo hoje possível reconstituir os diálogos que o escritor temia que ficassem perdidos.

Em 2016, por ocasião da celebração do centenário de nascimento do autor de *Aparição*, estiveram na Universidade de Évora dois destes correspondentes, que mantiveram com o escritor prolongadas trocas epistolares: a investigadora brasileira Maria Lúcia Dal Farra e o professor e tradutor espanhol José Luis Gavilanes Laso, que gentilmente deixaram ao cuidado da Universidade um valioso espólio constituído por cartas inéditas de Vergílio Ferreira que este lhes dirigiu ao longo de várias décadas. Esta correspondência, que ficou assim disponível para investigação, está a ser estudada por um grupo constituído por professores e investigadores em Filosofia e em Literatura – *Grupo de Investigação Vergílio Ferreira*, – que se encontra neste momento a transcrever as cartas para proceder à sua edição.¹

Trata-se de um trabalho em curso. Começámos pelo estudo do espólio doado por Maria Lúcia Dal Farra, constituído por trinta e cinco cartas que Vergílio lhe enviou entre abril de 1970 e janeiro de 1983. O projeto ganhou uma maior amplitude depois da autorização que nos foi concedida para investigação e divulgação pública das cartas da professora brasileira, pertencentes ao espólio de Vergílio Ferreira depositado na Biblioteca Nacional de Portugal. São vinte

1 Este artigo pretendeu dar conta de um projeto que estava em curso, que, entretanto, terminou com a publicação das cartas no seguinte volume: Esteves, Elisa Nunes e Lima, João Tiago (org.) (2019): *Vergílio Ferreira Maria Lúcia Dal Farra. Correspondência*, Lisboa: Âncora Editora. ISBN 9789727806850

e oito cartas e alguns outros documentos, como um recorte de jornal, um programa de estudos de Literatura Portuguesa na Universidade de São Paulo, um plano de investigação e um conto inédito. As cartas de ambos são manuscritas até meados de 1974 e depois passam a ser sobretudo datilografadas. Algumas são datilografadas com anotações à margem ou *post scripta* manuscritos. Todas têm assinatura manuscrita. Na edição que estamos a preparar contamos com a colaboração de Maria Lúcia Dal Farra para uma revisão de todas as cartas transcritas e aceitámos a sua proposta de incluir algumas notas explicativas, de sua autoria, sobre personalidades e eventos mencionados na correspondência. Podemos adiantar brevemente alguns critérios editoriais, nomeadamente a manutenção das normas ortográficas do português europeu e brasileiro, a uniformização da apresentação dos títulos das obras citadas, a clarificação dos nomes próprios ou apelidos para uma mais fácil identificação quando a referência no original está incompleta. Dado que nem todas as cartas se iniciam pela indicação do local e da data, sempre que possível identificámo-las através de referências constantes do sobrescrito.

Acreditamos que a concretização deste projeto editorial poderá constituir-se como uma contribuição para os chamados estudos vergilianos que, para além dos romances e contos, se têm ocupado também da escrita fragmentária de pendor reflexivo, como é o caso da que se pode encontrar em *Conta-Corrente*, no *Diário Inédito*, em *Pensar* ou em *Escrever*, mas também na sua correspondência, tantas vezes contaminada pelo discurso filosófico e ensaístico.

É conhecido o gosto particular do escritor pela epistolografia, tão presente na sua obra ficcional. Não é por acaso que no segundo excerto de *Conta-Corrente* que transcrevemos em epígrafe há uma associação entre o capítulo V do romance *Para Sempre* e as “milhentas cartas” que escreveu, já que o capítulo abre com uma evocação da imagem da mãe, à janela, à espera do Augusto Carteiro, que “traz ao ombro um saco de couro, cheio de amor de família e de erros de ortografia. Gente de longe, dos confins do imaginário, traz a palavra real do folhetim do amor.” (Ferreira 1999: 36). Lembremos a importância do discurso epistolar também nos romances *Em Nome da Terra* e *Cartas a Sandra* e ainda em *Carta ao Futuro*, publicada em 1958, ou o conto *Carta* que, contrariando a expectativa criada pelo título, não apresenta as fórmulas epistolares convencionais, mas na qual o discurso é enunciado na primeira pessoa, para um destinatário ausente.

Contudo, a troca epistolar que aqui nos importa não é a ficcional, é a de pessoas reais. Tal como Vergílio Ferreira reconhecia nas páginas do diário

acima citadas, ele correspondeu-se com muitas personalidades do seu tempo, amigos, escritores, académicos, portugueses e estrangeiros. Talvez a correspondência mais conhecida seja a que trocou com Jorge de Sena, entre 1950 e 1975 (já publicada em 1987), ou com Mário Dionísio (de 1945 a 1974), esta só parcialmente conhecida e estudada (Serra 2012). Neste caso temos uma correspondência trocada com a ensaísta brasileira Maria Lúcia Dal Farra. Porque o seu perfil biográfico é menos conhecido, lembramos aqui alguns dos dados mais relevantes para esta exposição. Maria Lúcia nasceu em 1944, em Botucatu (estado de São Paulo, Brasil), licenciou-se em Letras e fez parte do primeiro grupo de estudos pós-graduados em Literatura Portuguesa da Universidade de São Paulo, nos anos de 1969-1970. Foi no âmbito do seu curso de Mestrado que começou a estudar a obra romanesca de Vergílio Ferreira, tendo mesmo vindo a Lisboa para aprofundar a sua investigação. Em 1973 defendeu a dissertação, que viria mais tarde, em 1978, a ser publicada com o título *O Narrador Ensimesmado (o foco narrativo em Vergílio Ferreira)*, um trabalho notável sobre a primeira fase da obra de Vergílio Ferreira que é ainda hoje uma referência dos estudos vergilianos. A publicação inclui já um estudo de *Nítido Nulo*, romance saído em 1971, e apresenta, em anexo, um ensaio sobre *Aparição* realizado em data posterior à dissertação. O seu interesse pelo escritor não se ficou por aqui pois continua a escrever sobre ele até ao presente. Importa salientar que Maria Lúcia foi e continua a ser uma destacada investigadora e professora universitária, dedicada à divulgação da literatura e da cultura portuguesa no Brasil. Para a sua tese de doutoramento estudou Herberto Helder (*Alquimia da Linguagem*, editado em Portugal em 1986) e tem entre a sua vasta bibliografia, dedicada a vários autores portugueses, um conjunto imenso de trabalhos (edições e estudos) dedicados a Florbela Espanca, o último dos quais foi publicado em 2017. É também autora (premiada) de poesia e de narrativas breves. Quando Maria Lúcia escreveu pela primeira vez a Vergílio falou-lhe precisamente num conto que escrevera e que sentia ter sido inspirado na sua escrita.

Há uma diferença de idades significativa entre estes dois correspondentes, pertencem a gerações distintas e estão separados não apenas pelo Atlântico, mas também por experiências de vida muito diversas. A iniciativa do contacto pertenceu a Maria Lúcia, através de uma carta enviada do Brasil em 3 de outubro de 1968, tinha ela 24 anos e Vergílio Ferreira 52 anos. Era já um escritor maduro, vivia em Lisboa e dava aulas no Liceu Camões. Maria Lúcia manifestava aí profundamente encantada com os romances de Vergílio, afirmando ter lido *Alegria Breve* (duas vezes), *Aparição* (4ª edição, 1964), *Estrela Polar* e *Carta*

ao *Futuro*. Não é apenas como leitora dedicada, mas também como crítica literária que lhe escreve, já que se pronuncia sobre o texto incluído na “orelha” da edição de *Alegria Breve*:

Não sei como você permitiu que alguém escrevesse na orelha do livro aquelas coisas horríveis sobre ele. Como você deixou? Como ele pode limitar daquela forma *Alegria Breve* e ainda cometer a infantilidade de explicar sobre a “guerra”? As orelhas em branco são as mais sábias (Carta de 3 de outubro de 1968?).²

Para além de leitora apaixonada pela sua obra, diz-lhe que também escreve e que gostaria de lhe mostrar um conto seu. Estas são na verdade as bases em que assentará o diálogo entre os dois, porque vão ao longo do tempo revelando as impressões de leitura da obra um do outro: ele enviando-lhe os seus romances, sempre que pode, ela os seus trabalhos académicos, ensaios e programas de docência.

Não temos a resposta de Vergílio à primeira carta de Maria Lúcia³, mas conseguimos recuperar o diálogo um pouco mais tarde, porque esta lhe escreveu de novo, num registo completamente diferente em 12 de abril de 1970. Apresentou-se como Professora de Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Botucatu, a desenvolver estudos de pós-graduação sobre a sua obra e pedia-lhe autorização para darem o seu nome à Biblioteca do Departamento de Letras. A esta carta, mais formal e direta, Vergílio respondeu prontamente, logo em 25 de abril de 1970, e a correspondência vai continuar, mais ou menos regularmente até 1983.

As cartas de Maria Lúcia são sempre mais extensas, pedindo informações e dando também conta, com entusiasmo, dos seus esforços para a divulgação das obras do escritor no Brasil. Progressivamente vai-se atenuando a formalidade das primeiras missivas, a que ela se sente obrigada por achar que “é o que se pede, afinal, de um pesquisador que fala com um autor, das suas obras” (carta

2 Todas as cartas citadas estarão referenciadas apenas pelo autor e data em que foram escritas. As cartas escritas por Maria Lúcia Dal Farra pertencem ao Espólio Vergílio Ferreira da Biblioteca Nacional de Portugal e as cartas escritas por Vergílio Ferreira encontram-se no Arquivo Histórico da Universidade de Évora.

3 Maria Lúcia confirmou-nos que o escritor respondeu a esta sua primeira carta, mas não conseguiu até agora localizá-la.

de 24 de agosto de 1971). A partir de 1973⁴, a informalidade do tratamento entre os dois passou a permitir o “tu” e com ele vêm também mútuos protestos pela dificuldade em decifrar a caligrafia:

Vê se tiras um curso de caligrafia, estás hieroglífica. (P.S. de carta de Vergílio de 14 de junho de 1973)

(...) Tenho, pelo menos das últimas vezes, uma dificuldade incrível em decodificar a tua letra – e falavas da minha, hem? (Carta de Maria Lúcia de 6 de agosto de 1977)

Vergílio continuou sempre a escrever à mão quando escrevia da Praia das Maças (Fontanelas). De Lisboa, passou a escrever à máquina, mas não gostava: “Escrever à máquina é-me penoso e desarticulador das ideias na sua fluência natural. Desculpa-me e tenta ler-me na articulação que não têm” (Carta de 2 de maio de 1978).

Ainda que fugazmente, surgem breves reflexões sobre o ato de escrever e sobre a comunicação que se estabelece através das cartas, que vão para além desta questão da caligrafia. Numa época em que há um pequeno desentendimento entre os dois, Vergílio queixa-se da interpretação que ela faz das suas palavras:

Como assim? Pois já não se pode brincar inocentemente contigo? Eu, “injusto”? “maldoso”? Tolice. Tu sabes que as palavras são muitas vezes o tom que nelas adivinhamos. Poderia repetir-te de viva voz o que te disse e nada de mal acharias. (Carta de 14 de agosto de 1973)

Merece destaque na avaliação da relevância histórico-cultural desta correspondência, todo o conjunto de informações importantes nas cartas de Maria Lúcia sobre os estudos de literatura portuguesa da 2^a metade do séc. XX, sobretudo na década de 70, no ensino superior brasileiro. Podemos perceber como ela própria se bateu com a maior convicção pela sua implementação, comentando com Vergílio as dificuldades em obter uma bolsa para realizar a sua tese de Mestrado:

4 Maria Lúcia esteve em Lisboa no segundo semestre de 1972 (regressou ao Brasil em janeiro de 1973) e conheceu pessoalmente Vergílio Ferreira, o que deverá ter dado lugar a um tratamento mais informal.

(...) haveria disponibilidade por parte da Fundação [de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo] (...) se eu me dispusesse a fazer um estudo comparativo entre suas obras e algum escritor brasileiro. Recusei (...) porque não abdicar facilmente das minhas ideias e projectos e porque além disso (...) não encontro ninguém dentro da Lit. Brasileira à sua altura". (Carta de 24 de agosto de 1971)

Acabou por conseguir este apoio e também o da Fundação Calouste Gulbenkian e levou por diante o projeto, como já dissemos. Em novembro de 1973, defendeu a sua dissertação de Mestrado, contribuindo de forma decisiva para um mais amplo conhecimento da obra do autor de *Aparição* no Brasil⁵. Maria Lúcia atribui também a expansão do conhecimento sobre o escritor, para lá do meio universitário, ao interesse dos brasileiros por Portugal, em muitos sentidos, depois da revolução do 25 de Abril. Manda até um recorte do Jornal de São Paulo de 21 de maio de 74 com fotografias e artigos sobre escritores portugueses contemporâneos: Cardoso Pires, Vergílio Ferreira, Aquilino Ribeiro, Branquinho da Fonseca.

Maria Lúcia Dal Farra assume em algumas das cartas a sua faceta de investigadora e ensaísta, alongando-se em análises e comentários dos romances de Vergílio, nomeadamente *Nítido Nulo* e *Aparição* (cartas de 24 de agosto de 1971 e de 2 de maio de 1972), *Estrela Polar* e as polémicas com Alexandre Pinheiro Torres (carta de 2 de fevereiro de 1972), *Vagão J* e *Mudança* (carta de 2 de maio de 1972).

Também como Professora se manifesta frequentemente entusiasmada com o sucesso que alcança junto dos alunos com as suas aulas sobre a obra vergiliana:

Estou contente porque agora, na Faculdade, estou dando um curso sobre suas coisas (...) e os meus alunos estão entusiasmadíssimos com suas obras. (Carta de 24 de agosto de 1971)

A sua pessoa desperta a curiosidade dos meus alunos. (Carta de 2 de janeiro de 1972)

Falo dele [*Nítido Nulo*] agora aos meus cento e cinquenta alunos (...). Estão maravilhados com sua obra, e a minha emoção ao constatar isto está sempre renovada pois os sinto iluminarem-se e a mim de maneira imprevista (...) (Carta de 2 de maio de 1972).

5 As peripécias da sua publicação são largamente comentadas na correspondência. Havia por parte de ambos um grande interesse em que o livro fosse também publicado em Portugal.

Imagina que os alunos levaram inclusive vitrola e o noturno nº 20 de Chopin para ouvir na aula e imaginar o que Alberto sentiu quando ouviu e viu a Cristina tocando. Sei lá, mas quando estas coisas passam a fazer parte da vida cotidiana dos estudantes, e quando eles assim as transpõem para o próprio nível de seus sentimentos, acho mesmo que o impacto foi imenso. (Carta de 28 de setembro de 1974)

Segundo Maria Lúcia, o grande problema, abordado de forma recorrente ao longo de toda a correspondência, era a dificuldade em encontrar as obras, que nem sempre se editavam ou reeditavam lá de forma a permitir acompanhar a produção do escritor. Daí os seus sucessivos pedidos dos livros, a par da frequente solicitação de informações sobre novos estudos sobre eles, o que é revelador da sua grande preocupação em manter a bibliografia atualizada.

Nas respostas de Vergílio encontramos um vasto conjunto de considerações que, não sendo absolutas novidades (alguns assuntos estão também presentes no *Conta-Corrente*, nos volumes correspondentes a este período), não deixam de ser relevantes. Refiro-me por exemplo à forma como ele relata o período da Revolução de Abril, tendo a nítida consciência que está a relatar factos e impressões a uma estrangeira, que está muito longe dos acontecimentos. Depois há também aspetos relacionados com a escrita, a avaliação que o escritor faz do seu percurso, a receção dos seus livros, a edição e a problemática da reedição das suas obras mais antigas.

Não havendo aqui possibilidade para abordar todos os aspetos, limito-me a alguns exemplos. O primeiro, o dos contos. Em carta de 6 de agosto de 1977, Maria Lúcia queixa-se a Vergílio porque ele nada lhe dissera sobre os seus novos volumes de contos, ela apenas conhecia *A Face Sangrenta* (1953) e só por acaso soubera da sua reedição. Trata-se da edição de *Contos* de 1976 e que ele lhe esclarece ser “um agrupamento dos dois volumes antes publicados, embora com algumas histórias acrescentadas” (Carta de 2 de maio de 1978). É interessante verificar como este era um projeto antigo de Vergílio Ferreira pois já em abril de 1970 ele confessava a Maria Lúcia que, dos seus primeiros livros, os únicos que pensava reeditar eram justamente *A Face Sangrenta* (o que fará em 1972, em *Apenas Homens* e em 1976, com o volume *Contos*) e *Vagão J*. Sobre este romance e o processo de reedição afirma depois o seguinte:

Devo talvez reeditar *Vagão “J”* no próximo ano – e para essa reedição escrevi já um texto que de algum modo ao livro “justifique”. Decerto separei-me da

matéria desse romance. Mas ele existiu-me e sou eu nele, portanto, com o irremediável do que fui. Acontece, porém, que dos meus primeiros livros é esse o que menos me envergonha. Sobretudo pela “escrita” em que pela primeira vez tento uma certa libertação dos cânones do “romance”, nomeadamente de um modo clássico de o redigir. (Carta de 28 de junho de 1972)

O livro só saiu em 1974 e o escritor confessa-se desiludido pelo seu fraco êxito, ao contrário de *Aparição*, que no princípio de 1975 já ia na 9ª edição, o que era para ele inexplicável. É de salientar que o início desta correspondência coincide com o período em que o escritor se tornava internacional portanto, para além da divulgação da sua obra no Brasil, há diversos apontamentos sobre as traduções, como este: “Entretanto Nítido apareceu em Espanha. E com grande agrado meu, vejo pelas referências lá aparecidas que ele vai sendo entendido bem.” (Carta de 28 de junho de 1972).

Em carta de 5 de janeiro de 1978, dava com entusiasmo uma grande e “significativa notícia” a Maria Lúcia:

(...) dou-te a notícia, porque me parece significativa – a URSS está a traduzir-me sabes que livros? Não adivinhas. Pois, o “Rápida, a Sombra” e (calcula), a “Aparição”. E este mesmo livro (...) está também a ser traduzido na Polónia. Eu só acredito na coisa quando o livro sair; mas para já temos que dois países do leste se interessaram por ele. (Carta de 5 de janeiro de 1978)

Sobressai ainda o regozijo com que recebe as impressões de leitura de dois dos seus romances, *Aparição* e *Alegria Breve*, por parte de Paul Zumthor. Foi por intermédio de Maria Lúcia que lhe chegaram os livros e Vergílio dá-lhe conta da carta que dele recebeu nestes termos:

Recebi uma carta gentil do Zumthor. Como a ele próprio disse, quando lha agradeci, a amabilidade tem as suas regras que ele não desconhece; mas não há dúvida, suponho ao menos, que os livros lhe agradaram. (...) fiquei desvanecido com a carta do homem. E a ti devo este precioso leitor. (Carta de 2 de maio de 1978)

A última frase deixa um implícito agradecimento, que em muitas ocasiões se tornou explícito, tanto de um como de outro, pois se Maria Lúcia se sentia grata pela colaboração dele no seu trabalho de investigação, também ele lhe

estava grato pela dedicação aos seus livros, embora nem sempre concordasse inteiramente com ela. Na mesma carta de 2 de maio de 1978 desenvolve, em expressiva metáfora, o que pensa da análise estruturalista:

Recebi (...) uma série de textos teus (que já li) e de vários ficcionistas (que ainda não). Os teus textos são, com sempre excelentes. Mas há aqui, como aí, uma enorme fascinação pelas coisas linguísticas ou estruturalistas que me assusta. A primeira coisa que agora se faz a um texto é sangrá-lo até ficar bem enxuto. Depois põe-se na mesa de dissecação e começa a tarefa de lhe analisar cada vaso, cada fibra. Depois fazem-se as contas e apresenta-se o resultado. Não é esse o teu caso, evidentemente; mas sente-se que é essa a tua fascinação. Como ler com encantos de alma este trabalho contabilístico? Como disse, tu não entras nessa enorme falange de máquinas calculadoras; mas sinto que a ameaça pesa sobre ti. (Carta de 2 de maio de 1978)

Quando Vergílio recebeu o livro de Maria Lúcia que resultou da dissertação de Mestrado escreveu-lhe nestes termos:

Finalmente chegou o teu livro. Li-o imediatamente e fiquei com uma vontade danada de o confrontar com a outra versão. (...) o teu trabalho é animado de uma bela inteligência que o torna fortemente atraente. (Carta de 7 de agosto de 1978)

Em alguns períodos a frequência da escrita é muito intensa, em outros é mais espaçada. Interrompe-se no final de 1978⁶ até 1983, ano das últimas cartas e em que se percebe ter havido um esfriar da relação entre ambos. Mas ao longo dos 15 anos em que se corresponderam é perceptível a relação de estreita amizade, denunciada pelo prazer da receção de cada nova missiva, pela recorrente solicitação de novo contacto em breve, a necessidade da resposta, o receio do abandono da comunicação. A primeira carta de Maria Lúcia, sem fórmula de despedida, termina assim: “Escreva-me, por favor”. Em outubro de 1973 outra carta termina “Escreve-me sempre, por favor” e ainda “Espero que me escrevas logo e que não te esqueças de mim” (Carta de 1 janeiro de 1974). “Escreve-me

6 Perguntámos a Maria Lúcia sobre esta interrupção na correspondência, ao que nos respondeu que depois de ter defendido a sua tese de doutoramento sobre Herberto Helder, no fim de 1979, foi para Paris onde esteve até 82. Admite que Vergílio lhe tenha escrito, mas não consegue localizar essas cartas, que talvez tenha perdido.

sempre e não formes juízos de valor acerca do meu silêncio porque a culpa é dos correios” (Carta de 23 de dezembro de 1974).

No início de 1973 Vergílio escreveu-lhe várias vezes sem ter resposta o que o levou a dizer-lhe “Escrevi-te há cerca de um século (...)” e a pedir-lhe no final “E escreve, se ainda sabes fazê-lo” e em *post scriptum* “Escreve já, já.” (Carta de 2 de agosto de 1973).

Cartas são, por definição, formas discursivas fragmentárias, podem desempenhar diferentes funções, mas acima de tudo servem para colmatar a ausência do outro, anular a distância que separa os correspondentes, transmitir informações e partilhar emoções, ou até antecipar o contacto pessoal. Poucas semanas antes de chegar ao Rio de Janeiro para um congresso, Vergílio escreveu a Maria Lúcia e neste excerto da carta antevê o prazer que será o seu reencontro: “Quero naturalmente estar contigo, reajustar a memória de ti que a neblina do tempo começa a tornar menos nítida, cavaquear longamente contigo.” (Carta de 12 de julho de 1978)

A correspondência entre Vergílio Ferreira e Maria Lúcia Dal Farra também é isto: uma troca epistolar entre dois amigos que se respeitam e que se admiram mutuamente. Esperamos em breve poder facultar a sua leitura integral porque só assim se poderá, com maior propriedade, ajuizar ainda da excelência da escrita e do magnífico uso da língua portuguesa por parte destes dois correspondentes que se encontraram nas cartas e encontraram nelas o suporte para a sua intensa comunicação. Oxalá estejamos ao nível de tão exigente tarefa.

Referências Bibliográficas

Cartas de Maria Lúcia Dal Farra dirigidas a Vergílio Ferreira (1968-1983): Espólio de Vergílio Ferreira na Biblioteca Nacional de Portugal (cota: Esp. E31; espólio com acesso reservado).

Cartas de Vergílio Ferreira dirigidas a Maria Lúcia Dal Farra (1970-1983): Arquivo Histórico da Universidade de Évora (cota AHUE – Arm.03 – Prat.01 – Cx. 1 e 2; acesso reservado).

Dal Farra, Maria Lúcia (1978): *O Narrador Ensimesmado (o foco narrativo em Vergílio Ferreira)*. São Paulo: Editora Ática.

Ferreira, Vergílio (1990): *Conta-Corrente (1977-1979)* 2. 3ª edição. Lisboa: Bertrand.

Ferreira, Vergílio (1999): *Para sempre*. 12ª ed. Lisboa: Bertrand.

Serra, Carlos Filipe Ramos (2012): *Vergílio Ferreira-Mário Dionísio: Correspondência (1950-1967)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCHS – NOVA.

Regressar do mundo - uma leitura de *O retorno*, de Dulce Maria Cardoso

Teresa Coelho

Instituto Politécnico de Portalegre

Resumo: Regressar do mundo - uma leitura de *O retorno*, de Dulce Maria Cardoso

Os portugueses afirmaram-se dispersando-se pelo mundo, mas em períodos de crise a nossa identidade é posta em causa. Então, procuramos nas artes um espelho que nos devolva uma imagem onde nos possamos reconstruir. Este artigo foca o romance *O retorno*, de Dulce Maria Cardoso, que conta, pela voz de um narrador adolescente vindo de África na ponte aérea de 1975, a história dos portugueses que chegavam de outro continente e dos que habitavam a metrópole. Analisaremos a construção dicotómica do texto entre espaços, memória individual e coletiva, e procurando clarificar representações identitárias da época da descolonização, relacionando a leitura do romance com a de José Gil, *Portugal hoje – o medo de existir*, e com conceitos sobre as classificações geradas pelo discurso da modernidade, desenvolvidos por Zygmunt Bauman.

Palavras-chave: literatura, portugueses, retornados, identidade, alteridade.

Abstract: Coming back from the world - a critical analysis of the novel *The return*, by Dulce Maria Cardoso

The Portuguese affirmed themselves by their travels around the world, but in times of crisis our identity is questioned. So we look in the arts for a mirror which will give us an image where we can rebuild ourselves. This article focuses on the novel *The Return*, by Dulce Maria Cardoso, that tells the story of the Portuguese who came from the African colonies and those who inhabited Portugal, by the voice of a teenage narrator coming from Angola on the 1975 airlift. We will analyse the dichotomies between spaces and memories which shape the text, and will try to clarify some of the Portuguese identity representations of the time of decolonisation, relating this novel with José Gil reflexion, *Portugal today - the fear of existing*, and also with concepts about the classifications generated by the discourse of modernity, developed by Zygmunt Bauman.

Keywords: literature, Portuguese, returnees, identity, otherness.

No final do século XX, início do século XXI, depois do período de silêncio sobre o colonialismo português no mundo que seguiu a revolução de abril de 1974, começaram a surgir várias obras literárias sobre a temática da guerra colonial e a queda do império. Essa parte da História nacional, antes considerada gloriosa,

é agora analisada criticamente por historiadores e sociólogos mas também por escritores que, através da ficção ou de obras autobiográficas, trazem para a boca de cena um período que afetou de forma decisiva a memória coletiva portuguesa. Algumas destas obras têm o tom da saudade dos paraísos perdidos outras apontam responsáveis pela barbárie vivida antes, durante e depois do processo de descolonização. Em todas se procura, de formas diversas, dar voz àqueles que foram esquecidos ou ignorados nos processos de colonização e descolonização. É sobre uma dessas obras que obteve grande eco no público leitor que agora nos debruçamos.

Há mais de 40 anos, muitos portugueses que viviam em Angola e noutras ex-colónias do defunto império vieram para Portugal naquela que foi considerada a maior ponte aérea do séc. XX. Os retornados surgiram, naquele ano de 1975, como um grupo de portugueses diferentes dos da metrópole. Rui, o narrador adolescente de *O retorno* – o romance de Dulce Maria Cardoso publicado em 2011 – é a voz autodiegética que produz uma visão do país encontrado à chegada pela geração de crianças e adolescentes nascidos e criados em África, que nunca tinham estado em Portugal e só conheciam o país pelas histórias contadas pelas famílias e pelo que era ensinado nas escolas. É também a história de como os que aqui viviam surgiram aos olhos de quem vinha do mundo, com vivências e experiências distintas, fazendo-nos compreender como sentiram que os olhámos e julgámos, esses estranhos portugueses que o romance de Dulce Maria Cardoso resgata da nossa memória.

A obra *Modernidade a Ambivalência*, de Zygmunt Bauman, ajudou a interpretar algumas características das personagens centrais do romance. O sociólogo explica a forma como a modernidade procurou criar uma ordem no mundo através da classificação, e como aquilo que não se adapta a uma classificação é gerador de ambivalência e portanto “o refugio da modernidade” (Bauman 2007: 27). No nosso entender, os retornados foram simultaneamente “um refugio” do império e da má consciência nacional.

O protagonista de *O retorno* não escreve um diário, como era típico daquela idade naquela época, mas usa um monólogo interior cruzado por outras vozes e também pela *vox populi*, saltando de assunto em assunto, por associação de ideias, mas sem que se perca um fio condutor. O estilo da escritora, completamente diferente do adotado em romances anteriores, adapta-se a esta voz de rapaz entre os 15 e os 16 anos, e a primeira pessoa e o presente do indicativo reforçam uma subjetividade que se reconhece a si própria: “as cabeças mudam facilmente o que acontece, mesmo quando não são fracas como a da

mãe.” (Cardoso 2011: 12). O “eu” que assume o discurso permite a visão crítica própria da idade, uma voz sensível, com notas de humor.

O romance divide-se em duas partes que correspondem a dois espaços: um em Angola, no dia da saída de casa, da ida para o aeroporto, o outro em Portugal, do momento da chegada (Cardoso 2011: 65) até ao final aberto. De um ponto de vista histórico, lembramos o que o discurso oficial salazarista repetiu ao longo de anos, “Angola é nossa”. Naquele ano de 75, Angola já não era portuguesa. “Angola acabou. A nossa Angola acabou.” como refere o narrador (14). O facto, ilustrado nesta história, foi vivido por muitos portugueses residentes nas colónias como um processo súbito e incompreensível, como se não pudessem prever o fim da aventura. As personagens de Rui e da família são metonímias desse grupo, desinformado, alheado da realidade (“alienado” dir-se-ia na época), afinal a maioria dos residentes nas províncias ultramarinas, fugidos à pobreza do continente.

O dia do retorno enche-se da consciência do “nunca mais” que marca o final de uma era, um momento de clivagem entre um antes e um depois, com a dolorosa consciência da indefinição do futuro. Um momento de medo, vergonha, trauma, suspenso no tempo, interminável, a que se reportará inúmeras vezes no decorrer da história, no lugar também ele de vida suspensa que é um hotel, onde ficam alojados à chegada a Portugal, à espera de uma solução para as suas vidas. A saída do hotel coincide com o final da história. O que se segue fica em aberto.

Em Angola, vivia-se entre um “nós portugueses brancos e os outros” que será transmutado na segunda parte do texto. Os outros *lá* eram os pretos. O convívio com os colonos brancos é descrito numa situação de subalternidade, de preconceito instalado, revelado nas descrições do quotidiano que são as memórias intrometidas no presente do discurso:

Os pretos. A não ser que se queira explicar o que são, aí é o preto, o preto é preguiçoso, gostam de estar ao sol como os lagartos, o preto é arrogante, se caminham de cabeça baixa é só para não olharem para nós, o preto é burro, não entendem o que se lhes diz, o preto é abusador, se lhes damos a mão querem logo o braço, o preto é ingrato, por muito que lhes façamos nunca estão contentes, podia-se estar horas a falar do preto mas os brancos não gostavam de perder tempo com isso, bastava dizer, é preto e já se sabe do que a casa gasta. (Cardoso 2011: 25)

Não há discurso politicamente correto, porque isso não se adequa à adolescência, nem ao sítio, nem ao momento. As relações entre raças traduzem relações de classe impostas pelo regime colonial. Bauman ajuda-nos a perceber que

A definição do Outro como parasita utiliza os medos profundamente arraigados, a repulsa e aversão ao serviço do extermínio. Mas também, e de modo mais seminal, ela coloca o Outro a uma enorme distância mental na qual os direitos morais já não são visíveis. Tendo sido despojado da sua humanidade e redefinido como verme, o Outro já não é objecto de avaliação moral. (Bauman 2007: 59)

Em Angola eram claros os campos a que se pertencia mas percebe-se que não é apenas uma diferença de raça, é uma diferença de situação. Todavia há zonas de perturbação de sentido. A mãe de Rui não encaixa nos estereótipos das vizinhas brancas. É diferente, uma mulher perturbada que não deixa nunca morrer as rosas. A família tentava explicar o problema como resultando do choque da mudança de ambiente, ao sair do continente para ir viver em África: “A culpa de a mãe ser assim é esta terra.” (Cardoso 2011: 11). Mas Rui percebe que essa era apenas uma forma de desculpar a diferença e escapar ao assunto. Também o tio Zé, chegado da metrópole para fazer a tropa, não encaixa nos perfis aceites. Tem o estigma de ser “como os rapazes que eram apanhados a fazer porcarias uns com os outros na casa de banho do liceu. Só que o tio já não era rapaz e era o irmãozinho soldado da mãe.” (42) e, depois, torna-se “amigo daquela gente” (60), regressando finalmente a Portugal casado com a mulata Mena. Um desajustado em múltiplos sentidos.

Mas o narrador revela também a forma como os angolanos viam os portugueses, no período pós revolução: “um branco é um escravagista, um colonialista, um imperialista, um explorador, um violador, um carrasco, um gatuno, qualquer branco é isso tudo ao mesmo tempo e não pode deixar de ser odiado.” (48).

Até aqui quase tudo é claro. Existem dois grupos claramente antagónicos onde raros são os rostos individuais que se desenham no grupo subalternizado. Mas Rui demonstra entender, desde o início, que cada indivíduo vê a realidade segundo regras próprias que estilham definições claras: “Para o pai os soldados portugueses são uns traidores reles mas para o tio Zé são heróis antifascistas e anticolonialistas.” (12) As posições antagónicas destas personagens são perpetuadas ao longo do texto entre grupos que se olham com desconfiança mútua.

E tudo se complica ao chegar a Portugal. Rui vai aos poucos deixando de ter tão claro quem são os que designa por “nós” e quem são “os outros”. Foi a grande questão que em 75 se impôs, do que fazer dos portugueses regressados do mundo que o *lá* resume, e que não se incluem no “nós” dos que *cá* habitam. Bauman diz:

Existem amigos e inimigos. E existem *estranhos*. As oposições possibilitam o conhecimento e a acção: as indefinições paralisam-nos. Os indefiníveis expõem brutalmente o artifício, a fragilidade, a impostura da separação mais vital. Eles colocam o exterior dentro e envenenam o conforto da ordem com a suspeita do caos. É exactamente isso o que os estranhos fazem. (Bauman 2007: 67)

É como estranhos que os portugueses retornados são encarados. Não são estrangeiros mas são diferentes dos que vivem na metrópole. Falam a mesma língua mas usam palavras novas, importadas de outro contexto: “se falássemos todos a mesma língua era mais fácil entendermo-nos, até os pretos nos teriam entendido” (Cardoso 2011: 195). Os que chegam de África vestem-se e comportam-se de outras formas. Têm um colorido que o povo triste e cinzento da metrópole, pobre e castigada por anos de isolamento, não entende.

O capítulo que divide o *lá* e o *cá* resume-se a uma frase: “Então a metrópole afinal é isto.” (65) A dizer a decepção que a viagem do aeroporto ao hotel revelou relativamente à imagem do país idealizado de longe. O *cá* e o *lá* de um império que deixou de existir e cuja memória é fonte de orgulho ou de vergonha, segundo as personagens e as convicções manifestas. A voz de Rui revela, por um lado, o paradoxo entre o discurso oficial e a realidade e, por outro, aquilo que o povo português não queria ou não podia ver no espelho da sua História.

Para Rui tudo é decepcionante: o país, as ruas, as pessoas e, principalmente, a família que a mãe obrigara a estudar e que as memórias mitificavam:

Os familiares da metrópole eram-nos ensinados pela mãe como uma matéria da escola ou da catequese, o lado materno, o lado paterno, os tios e primos em primeiro grau e os de segundo grau, os de sangue e os de afinidade, os mortos e os vivos. (35)

Idealizados de longe na saudade das cartas recebidas na colónia, deparam-se à chegada com um “temos muita pena do que vos aconteceu (...) aqueles fuinhas de merda, temos a certeza de que tudo se vai compor, deus é grande, fuinhas de merda” (124).

A surpresa continua ao darem-se conta da forma como os portugueses da metrópole os olham: “os de cá não gostam de nós” (102), “os de cá ainda gostam menos de nós do que os pretos lá” (219), percebe Rui. *Cá* tudo é estreito, limitado. Até os detalhes sem aparente importância se tornam relevantes na permanente dicotomia em que Rui vive: “é proibido sentarmo-nos na relva, na metrópole

tudo o que é bom é proibido, até a Coca-Cola, os de cá até têm razão para serem tão embirrentos.” (109). São “gente vestida de preto e cinzento, de bege e castanho” (111) e “como os de cá não usam cores parecemos uns palhaços” (257).

Rui vive uma crise de identidade. A primeira vez que no texto surge a referência ao título diz-se: “Explicaram-nos, IARN quer dizer Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais. Agora somos retornados. Não sabemos bem o que é ser retornado mas nós somos isso. Nós e todos os que estão a chegar de lá.” (77). E no entanto a geração mais jovem e mesmo muitos dos seus pais não tinham ido da metrópole, tinham nascido *lá*, não podiam retornar aonde nunca tinham estado. Uma personagem diz: “ não sou retornado de coisa nenhuma, que a bem dizer nunca aqui tinha posto os pés e já o meu avô tinha saído daqui com a jura de nunca mais cá voltar.” (116). Julgados como colonialistas, eles sabem que “nada nem ninguém obriga mais do que a fome e (...) o pai embarcou no Pátria mais obrigado do que qualquer soldado.” (129)

Há também diferenças entre os retornados de Angola e os de Moçambique,

Os de Moçambique têm a mania que viviam na Pérola do Índico e usam palavras em inglês, chamam boys aos miúdos pretos e dizem que moravam em flats, falam de monhés e de chinas. (...) Não consigo perceber porque é que discutem tanto qual era a melhor colónia se já perdemos as duas. (88)

e entre os que trabalhavam para o estado e tinham direito a férias anuais em Portugal e os outros, que do país conheciam apenas a imagem beatífica e hipertrofiada do país de Salazar, glorificada na instrução oficial do regime. Daí o espanto no início da segunda parte. “A metrópole não pode ser como hoje a vimos no caminho que o táxi fez, ninguém nos ia obrigar a cantar hinos aos sábados de manhã se a metrópole fosse tão acanhada e suja, com ruas tão estreitas onde parece que nem cabemos.” (83). É impossível aceitar o tamanho do embuste de que foi vítima:

um império tão grande como daqui até à Rússia não pode ter uma metrópole com ruas onde mal cabe um carro, não pode ter pessoas tristes e feias, nem velhos desdentados nas janelas tão sem serventia que nem para a morte têm interesse. (84)

O Portugal europeu está longe das dimensões das colónias perdidas.

Na sala de espera do organismo recentemente criado na tentativa de dar resposta à “invasão” de retornados, reuniam-se portugueses de várias zonas do

globo, apanhados de surpresa pelas guerras e pela descolonização. “Estavam lá retornados de todos os cantos do império, o império estava ali, naquela sala, um império cansado, a precisar de casa e de comida, um império derrotado e humilhado, um império de que ninguém queria saber.” (86) Foi também assim que Eduardo Lourenço descreveu, três anos depois, aquela realidade em *O labirinto da saudade*:

Estranho «império» terá sido o nosso e mais estranho povo para que tendo, de súbito, parecido ter perdido a alma da sua alma pareça sobretudo ter ficado chocado com a invasão-enuxada das pedras vivas dessa imperialidade, amontoadas ao acaso no Aeroporto da Portela. (Lourenço, 1988: 36)

Após quinhentos anos de um império que possuímos sem possuir e portanto não chegámos a perder, vivemos a amputação dos territórios com a desatenção política com que colonizámos numa “espécie de acidente inevitável” porque o que nos interessava era o pacífico comércio, “maneira suave de tirar a lusitana e magra barriga de miséria.” (Lourenço 1988: 38)

Entre o “nunca mais de Angola” e “a primeira vez” de Portugal, Rui procura o sentido do que está a viver. Arrancado de casa e da terra que pensava sua, situa-se agora entre a infância perdida e a idade adulta a que está em vias de aceder, por força das circunstâncias, e de ser agora “o homem da família”, com o pai deixado para trás, confundido com um assassino de angolanos e cujo destino se desconhece quase até ao final do romance. Para trás ficou a capacidade de pensar com clareza, sem perturbações: “Acho que nunca mais vou ser capaz de pensar e sentir uma coisa da cada vez” (Cardoso 2011: 267). Isto é crescer. Em todos os sentidos.

Na linha do Estoril (local paradigmático de alojamento de refugiados das elites europeias, e nos anos 70 um dos que se destinaram aos retornados) os retornados foram amontoados em hotéis de cinco estrelas à beira do colapso porque os turistas evitavam um país em estado de guerra iminente, e depois foram culpabilizados pela degradação do luxo. Viviam num local onde se sentiam desajustados e que não tinha a dignidade de uma casa. Mas o hotel permitia a sensação de coesão do grupo contra o exterior. Os espaços exteriores amplificam as diferenças que se diluem no interior do hotel, onde as famílias retornadas se agrupam numa espécie de gueto ou reserva tribal. A rua, o comboio, são lugares para as experiências da rejeição, de exclusão, sítios para a ofensa: “os cobardes de merda na janela aberta, as retornadas vieram todas

furadas pelos pretos.” (111) O estigma da designação atribuída a estes estranhos traduz-se no preconceito de ataques sistemáticos, que raramente chegam a confronto, como uma forma de “defesa contra a importuna ambiguidade do estranho” (Bauman 2007: 78). Servem o propósito de os cristalizar em identidades excluídas. Eles tinham tido uma vida de costumes mais livres, de maior convívio fora do espaço confinado da casa. Tinham tido acesso a mais e diferentes bens (ou assim pensavam os de cá) e eram por isso invejados. E porque, como dizem o Pacaça e o João Comunista, dois dos retornados mais contestatários alojados no mesmo hotel que Rui, “não há pior desgraça do que nunca ter saído daqui, no meio de tanta miséria a única coisa que medra é a inveja.” (Cardoso 2011: 189) Lembra-se o que escreveu José Gil, trinta anos depois do presente da narração de *O retorno*, para caracterizar o espírito português:

O que surge como diferente aparece como uma ameaça à igualdade que a inveja protege. Igualdade niveladora por baixo, como vimos, porque impede a expressão da singularidade: toda e qualquer manifestação de originalidade é considerada superior, e rejeitada. O rumor, a calúnia, as estratégias múltiplas de exclusão que se desenvolvem no quadro do funcionamento do grupo acabam por vencer e eliminar o elemento novo que irrompia. (Gil 2004: 98)

Os que chegavam queriam “mudar o atraso de vida que a metrópole é”, queriam “mostrar aos manganheiros da metrópole de que massa os retornados são feitos.” (Cardoso 2011: 189). Mas não encontram logo trabalho e acabam nos penhores a deixar o que resta de lembranças de outro tempo, como a mãe do protagonista.

Alguns daqueles que se queriam integrar no novo território para que foram atirados, tinham a necessidade de apagar aquilo que os distinguia para melhor se assimilarem. “A minha irmã a achar que pode não ser retornada apesar das roupas grandes, da pele ainda queimada pelo sol de lá, de se rir sem medo” (150). A imitar os “besugos com a mania que são bons (...) parece um cãozinho atrás deles” (148). Querem passar despercebidos para serem aceites, uma atitude que, na prática, é um oxímoro: procurar o anonimato para ter rosto de gente. Porque apesar da suposta abertura,

O 25 de Abril não libertou os corpos, senão formalmente, como não alargou o horizonte dos espíritos, senão teoricamente. Não foram os extraordinários e temerários princípios de liberdade substancial que os vários “processos

revolucionários” propuseram e quiseram inscrever (pelo menos na Constituição), que transformaram o espaço dos corpos encolhido e enquistado pelo medo e os hábitos de submissão interiorizados durante décadas. Depois de várias experiências voluntaristas de abertura – logo abortadas ou engolidas pela prática e pelo discurso políticos – os corpos e os espíritos voltaram aos velhos padrões arquissedimentados. (Gil 2004: 67)

A heterogeneidade destes nacionais expatriados rompeu a uniformidade do tecido nacional e criou um mal-estar que poderia degenerar em várias formas de nacionalismo. Ao ver o que é supostamente transparente, não codificado, ao rever-se nos olhares objetivantes dos que vêm de fora, *os de cá* não reconhecem a sua própria imagem e recusam-lhes, a *eles*, a autodefinição que os constituiria como iguais.

No romance, o liceu, lugar de socialização, instrução, educação tem elementos desconfiados e preconceituosos que marcam fundo os desterrados. O estigma, notório desde a chegada, é duplamente sentido no lugar de onde deveria ter sido erradicado: “Logo na primeira aula, um retornado tão louro e com os olhos tão azuis, o que é que a puta queria dizer com isso, há retornados de todas as cores, em meio milhão de retornados deve haver retornados de todas as cores” (Cardoso 2011: 144). Rui é agora vítima do mesmo tipo de que reificação de que foi agente:

A puta da professora, um dos retornados que responda, como se não tivéssemos nome, como se já não bastasse ter-nos arrumado numa fila só para retornados. A puta a justificar-se, os retornados estão mais atrasados, sim, sim, devemos estar, devemos ter ficado estúpidos como os pretos, e os de cá devem ter aprendido muito depois da merda da revolução, se for como em tudo o resto devem ter tido umas lindas aulas. Ainda agora não há um dia em que não haja manifestações, bombas, ameaças, expropriações, ocupações, greves, há sempre comunicados na televisão, já não é só do MFA, do Conselho da Revolução, do Copcon, agora é das comissões, dos comités, das cooperativas, são cada vez mais, não sei onde vão buscar tantos revolucionários. (140)

Os de cá no paroxismo da revolução, desconfiados dos que chegavam dos lugares da vergonha, *os de lá* a achar que *cá* “é tudo mau” (145). Incompreensão de parte a parte, traduzida nos estereótipos que o texto expõe: “os de cá são mesmo esquisitos” (246)

No entanto, à medida que o tempo passa neste ano e pouco do fio da história, Rui vai sentindo uma dificuldade cada vez maior de classificar pessoas e situações. Toma consciência de que o seu pensamento deixou de conseguir incluir os elementos da realidade em compartimentos estanques. Deixou de se identificar com muitos dos seus conterrâneos que tem dificuldade em pensar como iguais.

Mas os exemplos de modelos de educação são os habituais, *lá como cá*. Os rapazes têm que se fazer homens pelo sexo, mas “uma rapariga (...) tem de se comportar de outra maneira, se uma rapariga fica falada ninguém a quer” (60). No continente isto confirma-se: “as raparigas de cá não querem ser amigas das retornadas para não serem faladas, as retornadas têm má fama, usam saias curtas e fumam nos cafés” (143). De início há a esperança de que, na metrópole, elas sejam um pouco diferentes das de Angola, “raparigas lindas com brincos de cereja e sapatos de bailarina” (19). Mas, como tudo o resto no país, revelam-se uma desilusão.

Este adolescente tem a voz adequada para falar de um velho país com novas esperanças, porque espelha a falta de objetividade, a confusão e a necessidade de criar uma identidade nova do Portugal de então. Ainda hoje nos reconhecemos nas descrições do Rui. Houve aberturas e mudanças mas o medo subsiste, interiorizado, gerações depois de o seu motivo primeiro parecer ter desaparecido. José Gil explica:

O medo herda-se. Porque interiorizado, mais inconsciente do que consciente, acaba por fazer parte do “carácter dos portugueses” (ditos «tristes, taciturnos, acabrunhados»), integra-se no «impensado genealógico» (Nicholas Abraham) que passa de pais para filhos, de geração em geração. (2004: 78)

E nos nossos dias, num país a tentar sair da crise, apesar de o discurso político do poder procurar celebrar uma governação para as novas esperanças, o medo subsiste, com rostos diferentes:

O medo do rival, do colega, dos outros candidatos ao mesmo lugar, à carreira, ao emprego, quer dizer, o medo de todos os outros. Medo extraordinariamente agravado pela subavaliação que o indivíduo faz de si mesmo, julgando-se sempre abaixo do nível exigido, nunca à altura do que se lhe pede. O medo é medo do poder mas também da impotência própria diante do poder. Medo de não saber e de ser desmascarado. Medo de ter medo. Medo de parecer ter medo, de parecer fraco, incapaz, ignorante, medíocre. (Gil 2004: 79-80)

Nos dias de hoje, como no presente da diegese do romance, há 43 anos, o povo português parece não se ter libertado de uma sensação de menoridade e vergonha, de inveja e medo que perseguem o inconsciente coletivo e nos tornam envergonhados e submissos às regras da maioria.

Quem era o «outro»? Uma instância indefinida que designava todos os outros indivíduos da colectividade em geral e nenhum em particular; mas que podia subitamente encarnar-se em tal ou tal pessoa concreta. O «outro», afinal, eram todos, era o país.

Assim cresceu, de maneira desmesurada, um sentimento complexo, misto de ódio, ressentimento, desprezo, asco, indignação resignada contra «o país». Sentimento tão espalhado que quase se pôde considerar, durante um tempo, como um traço da identidade lusitana.

O ressentimento e o ódio alimentavam o queixume, num discurso recorrente até à exaustão: «este país é uma merda», «está entregue aos bichos», etc. E, de cada vez, o sujeito da enunciação excluía-se do conjunto nomeado, como se lhe não pertencesse. Era uma maneira (um gesto linguístico mágico) de se separar, de se diferenciar de todo aquele mal detestado em que se encontrava mergulhado. Por outro lado, nomeava-se assim o inominável: o mal, a doença metastásica que atacara o país.” (Gil 2004: 92)

Reconheço-nos. Os retornados, que representavam à época quase dez por cento da população em Portugal, chegaram, num momento de grande instabilidade política e económica, a um país fragilizado e à procura de rumo; um país esvaziado de almas, perdidas nas guerras coloniais, no exílio e, sobretudo, na emigração de sobrevivência. Disseminados pelo país, esses retornados, mais qualificados que os residentes na metrópole¹ injetaram a sociedade e a economia de sangue novo. O desastre militar e ético chamado “descolonização exemplar” no discurso oficial da época, e que Eduardo Lourenço tão bem analisou, quatro anos depois de Abril, tornou-se, mais tarde, elogio da integração de que o povo português deu mostras. Dulce Maria Cardoso desafia a leitura da realidade atual à luz de uma história com quarenta e tal anos. Porque

1 Vide Dacosta 1995: Apenas 7% dos retornados eram analfabetos, contra 30% dos residentes na metrópole.

neste romance, como em obras anteriores², leva o leitor a fundir literatura e realidade dificultando uma análise exclusivamente estética da obra, ancorada num processo histórico ainda não completamente estudado ou exorcizado. A jovem voz de Rui metaforiza e mimetiza a de um novo-velho país em busca da identidade perdida além-mar. Na leitura aqui apresentada, o começo de uma nova vida, no início e no final do romance, fazem desta narrativa aberta e crítica uma parábola da identidade portuguesa à procura de um futuro e de uma imagem coerente de si. A literatura está ancorada no contexto em que é produzida, como bem sabemos, mas desloca-o e torna-se assim arte. Ao ler *O retorno*, o leitor virtual cola-se ao leitor empírico no olhar analítico que é convocado a lançar à sua volta. E daí a aproximação que aqui se faz ao presente, onde se desenha uma imagem de “nós” difícil de aceitar, porque nos queremos cidadãos civilizados da aldeia global, mas arriscamos deixar passar a oportunidade de injetar na velha pátria sangue novo. Ao fechar a porta (ou ao entreabri-la a medo) a refugiados do mundo pobre e em guerra, reforçamos uma autoimagem eternamente minorizada e inferiorizável relativamente aos “outros”, os estrangeiros civilizados, europeus, que imaginamos nos criticam e desprezam. E a responsabilidade não é da crise económica. É da estreiteza e do medo duradouros. E por cima temos o peso da culpa, herdado de uma tradição religiosa punitiva, que a omissão envergonha. Será necessário um esforço maior do que noutros países para procurar soluções solidárias e a redenção do pessimismo, a criação de um poder moderno em que “nós” e os “outros” encontremos formas (talvez fragmentadas, talvez indeterminadas) de definir identidades.

Embora *O retorno* não seja um livro de testemunho, tem algumas das características do género referindo continuamente personagens da vida política e quotidiana de 75. Cruza realidade histórica e ficção num romance onde a educação sentimental do protagonista se faz a par do crescimento para o mundo novo em que se encontra agora e que fica suspenso no final do romance, onde a ideia do “nunca mais” se repete, agora como final do período de vida no hotel e começo de uma nova fase que o romance não conta. Os silêncios tão importantes como as palavras no discurso do narrador desenhavam os contornos das experiências e da leitura literária.

2 Nomeadamente: Cardoso, D. M. (2005): *Os meus sentimentos*. Alfragide: Edições ASA. e Cardoso, D. M. (2009): *O chão dos pardais*. Alfragide: Edições Asa.

Referências Bibliográficas

Bauman, Zygmunt (2007): *Modernidade e Ambivalência*. Lisboa: Relógio D'Água.

Cardoso, Dulce Maria (2015): “Então, a memória afinal é isto”. In: *Visão* nº 1168: 40-47.

— (2011): *O retorno*. Lisboa: Tinta da China.

Dacosta, Fernando (1995): “A Surpreendente Integração dos Retornados”. In *Jornal Público*, 26 de abril, Disponível em <http://www.espoliadosultramar.com/n4.html> (consultado em 30 de junho de 2015).

Gil, José (2004): *Portugal hoje – o medo de existir*. Lisboa: Relógio D'Água.

Lourenço, Eduardo (1988): *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Representações da migração na autobiografia romanceada de Maria Ondina Braga

Yana Andreeva

Faculdade de Filologias Clássicas e Modernas / Universidade de Sófia
Sveti Kliment Ohridski

Resumo

O artigo “Representações da migração na autobiografia romanceada de Maria Ondina Braga” propõe-se a análise crítica das representações da migração em *Estátua de Sal* (1969), que tematiza a problemática da migração a partir de uma perspetiva autobiográfica. Examina-se de que maneira a narrativa autobiográfica em foco representa o fenómeno da migração e em especial a identidade do migrante.

Palavras-chave: migração, identidade, narrativa autobiográfica, Maria Ondina Braga.

Abstract

The article “Representations of migration in the fictionalized autobiography of Maria Ondina Braga” presents a critical analysis of the representations of migration in “Statue of Salt” (1969), which thematizes migration from an autobiographical perspective. The object of analysis is also the way in which the autobiographical narrative constructs the images of migration, the idea of the migrant identity.

Keywords: migration, identity, autobiographical narrative, Maria Ondina Braga

Como fator de dinâmicas variáveis a migração tem marcado sempre a vida da sociedade portuguesa e das suas derivações diaspóricas nos cinco continentes, como o assinalam os estudos da história dos movimentos migratórios de e para o país. A ficção literária pós-moderna e atual tem vindo a problematizar a situação do migrante na tentativa de revelar aspetos da profunda complexidade da sua condição humana. É nesta tentativa de repensar e redefinir a identidade do migrante e as suas interações com o espaço físico e humano que podemos inscrever várias das obras narrativas da escritora portuguesa Maria Ondina Braga (1932-2003) que abordam a problemática da migração a partir de uma perspetiva vincadamente autobiográfica e feminina. Refiro-me em especial à autobiografia romanceada *Estátua de Sal* (1969), ao romance *Nocturno em Macau* (1991), aos contos de *A Rosa-de-Jericó* (1992) e *Vidas Vencidas* (1998) e às crónicas

de viagem de *Passagem do Cabo* (1994). Estes textos vêm confirmar, no espaço da ficção portuguesa de finais do século XX, uma tendência transnacional que atravessa poderosamente o imaginário criativo nas últimas décadas e que em diversas áreas linguísticas e culturais levanta, de forma interligada, as questões de identidade, de identificação e de deslocação.

Legitimando o espaço autobiográfico¹ na obra de Maria Ondina Braga, constituído por um vasto conjunto de textos da Autora, produzidos ao longo de mais de cinquenta anos de labor literário, *Estátua de Sal*, escrita em 1963 e publicada seis anos mais tarde, é a obra chave que nos permite procurar os sinais de um depoimento íntimo de carácter autobiográfico na restante produção ficcional da escritora. O romance relata a vida de uma jovem professora de Inglês e Português, instituída como protagonista e narradora logo no início da narrativa e cujas iniciais no texto (“Miss B.”) vêm discretamente confirmar o pacto autobiográfico que justifica a leitura de *Estátua de Sal* como autobiografia romaneada.

O relato entrelaça várias “linhas da vida”, para usar a abrangente e simbólica expressão com que Georges Gusdorf designa na sua obra capital as marcas deixadas pela escrita autobiográfica (1990a, 1990b). Nesse relato, que parte de um presente a decorrer em Macau, confluem a lembrança nostálgica do passado da infância e da adolescência na cidade natal, Braga, e a recordação dos anos passados em Londres, Worcester, Inverness e Paris, a viver “em casa dos outros, no estrangeiro, na obscura condição de precetora de meninos” (Braga 1983: 82). Misturam-se no mesmo caudal a rememoração das experiências pedagógicas em Angola e Goa e as histórias de várias viagens por espaços provincianos ou cosmopolitas. Preterindo deliberadamente a ordem linear e cronológica, a composição vai privilegiar a ordem temática e associativa, neutralizando por esta via qualquer expectativa de uma temporalidade histórico-causal a nortear a narração. Assim, a ideia da fragmentação da vida da protagonista, sugerida através da forma às vezes desconexa, elíptica e impressionista da narrativa, vem completar-se com a afirmação da sua descontinuidade no tempo e no espaço, sempre efémeros, incertos e variáveis para o sujeito que os atravessa.

Estátua de Sal tematiza os assuntos de preferência do género autobiográfico, nomeadamente: a infância como iniciação, a construção da personalidade sob as influências decisivas das figuras tutelares, o funcionamento e a seletividade da memória, a equação *rememorar – reviver*, o conhecimento e o autoconhe-

1 Segue-se aqui o quadro concetual de Philippe Lejeune, elaborado em P. Lejeune (1975): *Le Pacte autobiographique*. Paris: Seuil.

cimento como condições para a integração do eu no universo, a justificação das vitórias e derrotas, isto é, o balanço da vida. A par da lenda familiar e do relato dedicado à vocação profissional e criativa, é-nos narrada uma série de “pequenas histórias” (sobre a tia Graça, a freira louca a Ventaneira, Sor António, as rezas das mulheres na época das trovoadas, entre outras) que, no dizer de Philippe Lejeune, sacralizam coisas ínfimas e quotidianas (1980: 79). Na composição dos fragmentos encontramos trechos que problematizam a literatura e a escrita, avançando assim ao leitor a revelação da intrínseca relação que com os anos Maria Ondina Braga irá estabelecer com o fazer literário. O projeto autobiográfico, sendo por definição um projeto de autognose, e, através do autoconhecimento, de integração no mundo, explicita-se na intenção de apresentar o balanço da vida, de formular uma autoavaliação, revelando ao leitor o sentido profundo da existência do sujeito que se autobiografa. Eis como no-lo define a Autora nessa espécie de resumo das suas andanças pelo mundo que figura logo na abertura da narrativa, explicando a metáfora de profundas ressonâncias bíblicas que encabeça o texto como título:

Palmilhei capitais europeias. Sonhei nas terras úberes de África os mais puros, os mais ardentes sonhos telúricos. Nasci numa cidade sossegada com pedras do tempo dos romanos e Nossas Senhoras de todos os nomes. E não posso esquecer Paris – a sedução, o charme de Paris, na grandeza dos Campos Elíseos ou nas ruelas cosmopolitas e boémias de Saint-Michel. Tenho de lembrar o perfil dos monumentos de Londres por entre os véus do nevoeiro ou o chuveiro gelado. Tenho também de confrontar Angola com Macau para saber que há sangue e saber que há sono. Mas, acima de tudo, quero encontrar-me comigo.

Ou me volto toda para trás (fique embora transformada em estátua de sal) ou me perco neste mundo remoto, como que eterno, de uma raça sem idade (Braga 1983: 6).

A questão que aqui de perto nos interessa é de que maneira a narrativa autobiográfica de *Estátua de Sal* representa na sua descontinuidade elíptica e dramática o fenómeno da migração e em especial a figura da mulher migrante. Note-se que para a protagonista a emigração é de certa forma uma predestinação. A história familiar dos tios-avós, do irmão do pai e da tia Graça, emigrados quando jovens para o Brasil, é o testemunho ficcional daquela imperiosa necessidade de “fazer a América” que muitos portugueses enfrentavam como

alternativa à pobreza generalizada num país em crise, que em finais do século XIX e inícios do século XX não lhes podia assegurar os meios de subsistência. Compelida a emigrar de Portugal pelas dificuldades económicas da família, a jovem protagonista vai trabalhar como precetora de meninos primeiro na Inglaterra, depois na França, e daí, integrada já na carreira pedagógica como professora de liceu, passará seguidamente por Luanda e Goa. Tendo de fugir de Goa por causa da invasão indiana, irá parar finalmente a Macau.

As sucessivas deslocações à procura de trabalho provocam na jovem emigrante sentimentos de crescente insegurança, medo e desamparo, que se articulam com a alienação em relação aos espaços físicos e humanos em que se movimenta. Sendo obra de um destino compulsivo, a saída do país de origem marca indelevelmente a protagonista com o trauma do exílio. Convém sublinhar, no entanto, que mesmo que a exploração dos motivos temáticos aliados à migração seja dominada pela tonalidade emotiva da tristeza e do abandono, nela falta aquela dimensão de agudo sofrimento que Edward Said qualifica como “o páthos do exílio” e que segundo ele se identifica com “a perda de contacto com a solidez e a satisfação da terra: voltar para o lar está fora de questão” (Said 2003: 52).

Toda desterritorialização, em princípio, constitui uma viragem abrupta do destino que altera as consciências dos indivíduos e as suas práticas sociais. E se a identidade se define em termos de pertença, história e relacionamentos, então a identidade da protagonista apresenta-se como esvaziada pela sensação de estar “fora do mundo” (Braga 1983: 45) e pela solidão que sempre a acompanham. A imagem da terra natal constrói-se pelo esforço da memória, que “ressuscita (ou reinventa)” (Braga 1983: 50). Constrói-se sob o signo do contraste com os novos lugares, por meio de oposições que permeiam o texto, atualizando os sentidos de diferença, insegurança, ausência, perda e confronto, legíveis em inúmeros passos. O lar português, cujos cheiros, sons e imagens são resguardados religiosamente nas lembranças, é o verdadeiro lugar antropológico². Braga não é apenas a cidade natal, ela é o lugar escolhido pelos ancestrais para ser o lugar dos descendentes. É o lugar onde se vive, se celebra, se trabalha, se guardam as fronteiras, o lugar onde se sepultam os mortos queridos. É só no

2 O conceito de lugar antropológico é aqui usado na aceção geral que a antropologia cultural, desde Marcel Mauss, lhe atribui, vinculando-o à personalização do espaço e do indivíduo e destacando-o como manifestação concreta do habitar humano. Estruturado pela interseção de atributos espaciais, ambientais e humanos, o lugar antropológico constitui-se como espaço dotado de valor pelo homem, que situa a sua presença física e simbólica nele.

lar português que a identidade existe na sua plenitude, e não ameaçada pela deturpação ou desintegração, como metaforicamente o assinala o trecho sobre o espelho da cómoda na casa paterna:

No espelho da cómoda. Grande, oval, a minha imagem aparecia nítida e esplêndida. Nunca mais depois encontrara espelhos iguais aos de casa. Sem defeito, aqueles. As feições das pessoas refletiam-se lá distintamente marcadas. Os espelhos das casas dos outros, os espelhos das pensões, os espelhos dos “lares”, eram sem categoria todos, e a gente surgia neles miseravelmente vulgar (Braga 1983: 112).

Com a saída de Portugal, essa vida em casa, em que a protagonista se concebe a construir entre os seus um presente vivo, será substituída pela vida em casas alheias, em colégios, pensões e hotéis. Em oposição ao lugar antropológico que é a casa paterna, o não-lugar³ do quarto alugado não se define como identitário, relacional e histórico, representando, ao contrário, um mundo provisório e efêmero, identificado com o transitório e com a solidão. Assim, os quartos de hotéis e os outros, “abrigos de reduzido conforto que pago mensalmente em patacas, em libras, em angolares, em rupias” (Braga 1983: 30), são o espaço do isolamento, agravando-se essa solidão da protagonista pela incomunicação com as personagens, conhecidas ou anónimas, que vivem na sua proximidade. Permanecendo em situação de trânsito entre terras, a jovem migrante encara os sucessivos não-lugares em que provisoriamente se acolhe não como refúgio, mas como labirinto que ameaça a sua identidade com a perda definitiva de perspetivas próprias e de um lugar no mundo. Eis como o texto refere a eminência desse perigo nas suas páginas conclusivas, continuando a mesma linha de intensa simbolização do espaço habitado pela protagonista: “Também nos demais lugares onde tenho vivido, além da casa paterna, sempre as vistas me vêm sendo reduzidas por paredes, sebes, cercas” (Braga 1983: 148).

A descontinuidade que mina a identidade da jovem migrante é confirmada pela constante e aparentemente desordenada alternância dos espaços em que se desenvolve a ação narrativa (ora Londres, ora Luanda, ora Paris, ora Macau, ora Hong-Kong, etc.). Mulher desenraizada, “fraca, vulnerável, desamparada” (Braga 1983: 57), ela faz ressurgir como fénix das cinzas a sua identidade esti-

3 Usa-se aqui o quadro concetual elaborado por Marc Augé em *Non-lieux. Introduction a une anthropologie de la supermodernité*.

lhaçada pela não-pertença, só ao reviver a memória da terra natal. A memória da pátria é a única coisa que lhe nutre a existência, como o afirma ao efetuar o balanço final no seu relato da vida: “ninguém saberá que vivo só daquilo de que pessoa nenhuma pode viver” (Braga 1983: 169).

Importa sublinhar que para a emigrante de *Estátua de Sal* o nomadismo é uma opção de vida conscientemente assumida. Tal opção reafirma-se numa série de sucessivas decisões de partida, mudança, procura de um novo lugar para ganhar a vida. A protagonista não só aceita o destino de nómada, como também reiteradamente confessa a sua natureza de peregrina e eterna estrangeira, referindo e voltando a referir todas as paragens no seu percurso, com a intenção de integrá-las no seu capital de emigrante. Esta estrangeira em toda parte, já habituada a sê-lo, consciente das suas “andanças sem rumo” e do seu “viver sem ambições” (Braga 1983: 166), continua a procurar a alteridade e o afastamento do espaço conhecido com que nunca se relacionará verdadeiramente, porque é precisamente deste seu nomadismo que se alimenta a sua existência. Citarei dois exemplos que me parecem muito ilustrativos dessa postura nómada assumida pela protagonista. Ambos os trechos, que revelam certa simetria quanto à sua disposição no texto da obra, realizam esse balanço da vida que a autobiografia afinal formula:

Partir é bom, mas pensar em partir melhor ainda. Quanto a mim, acho que tenho sempre chegado. Partir é esperança. Chegar, desencanto (Braga 1983: 72).

A angústia das estações do caminho-de-ferro conheço-a toda. Em Portugal e no estrangeiro. O silvo dos comboios, o brado antigo dos carregadores, a pressa dos passageiros eficientes e seguros do seu destino. Tudo certo. E eu só, desgarrada, sem saber muito bem o que fazer. Eu desejando apenas embarcar outra vez. Dolorosas as chegadas de comboio, de barco, de avião. A vastidão do aeroporto de Londres. Carachi. A babel do porto de Hong-Kong. Dolorosos momentos, sim, mas tão densos de variedade e mistério que, ao experimentá-los, nada mais importa (Braga 1983: 132).

Estas palavras da autoria de Maria Ondina Braga parecem-me entoar o diálogo com as afirmações de um exilado do nosso tempo, cujas reflexões sobre o exílio, escritas décadas mais tarde, também se inspiram na autorreflexão: “O exílio é a vida levada fora da ordem do habitual. É nómada, descentrada, contrapontística, mas, assim que nos acostumamos a ela, a sua força desestabilizadora entra em erupção novamente” (Said 2003: 60).

Em conclusão, julgo que ao construir a representação ficcional da mulher emigrante nos inícios dos anos de 60 de Novecentos, a autobiografia romanceada *Estátua de Sal*, de Maria Ondina Braga, revela de um modo pronunciado o interesse pelas problemáticas articuladas da identidade e da migração, antecipando-se consideravelmente à atenção que o tema suscitará em outros autores portugueses a partir de meados da década de 70. Por via de uma escrita literária ambígua, entre o autobiográfico e o ficcional, a obra aqui em apreço explora o problema de uma emigração que indaga a sua identidade. Ao revelar alguns dos aspetos fundamentais que dimensionam a identidade diaspórica das mulheres migrantes, a autobiografia romanceada de Maria Ondina Braga possui um contributo assinalável para a representação literária da mulher portuguesa na emigração.

Referências Bibliográficas

- Augé, Marc (1992): *Non-lieux. Introduction a une anthropologie de la supermodernité*. Paris: Seuil.
- Braga, Maria Ondina (1983): *Estátua de Sal*. Lisboa: Ulmeiro.
- Gusdorf, Georges (1990a): *Les écritures du moi – Lignes de vie 1*. Paris: Odile Jacob.
- (1990b): *Auto-bio-graphie – Lignes de vie 2*. Paris: Odile Jacob.
- Lejeune, Philippe (1975): *Le Pacte autobiographique*. Paris: Seuil.
- (1980): *Je est un autre – L'Autobiographie, de la littérature aux médias*. Paris: Seuil.
- Said, Edward W. (2003): *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sob o olhar da Górgona: poesia e modernidade em Luís Quintais

Maísa Medeiros Pacheco de Andrade

Centro de Literatura Portuguesa – CLP, Universidade de Coimbra

Resumo

Os poemas de Luís Quintais conduzem o leitor a um amplo leque de possibilidades de leitura, uma vez que em seus versos nos deparamos com as mais variadas correspondências e relações. O diálogo intenso com as demais searas da arte e do conhecimento, como a antropologia, a política, a história e a filosofia, por exemplo, surge como um elemento de destaque em sua poesia e como comprovação de que o poeta demonstra ser um arquivista de toda a experiência cultural possível. Além disso, a moderna poesia de Luís Quintais é culta, fortemente reflexiva, e denota um percurso urbano e um olhar contemporâneo para as coisas, as pessoas e os lugares. A realidade do choque e o papel da experiência, em especial a experiência do testemunho, são elementos da modernidade abordados pelo poeta em alguns de seus versos e é sobre eles que o presente estudo tecerá algumas reflexões.

Palavras-chave: modernidade; experiência; choque; testemunho; Luís Quintais.

Abstract

The poems of Luís Quintais lead the reader to a wide range of possibilities of reading, since in his verses we come across the most varied correspondences and relations. The intense dialogue with other fields of art and knowledge, such as anthropology, politics, history and philosophy, for example, appears as a prominent element in his poetry and as proof that the poet proves to be an archivist of all possible cultural experience. In addition, Luís Quintais's modern poetry is refined, strongly reflective, and denotes an urban route and a contemporary look at things, people, and places. The reality of the shock and the role of experience, especially the experience of witness, are elements of modernity addressed by the poet in some of his verses and it is upon them that the present study will make some reflections.

Keywords: modernity; experience; shock; witness; Luís Quintais.

1 Modernidade e experiência

Com o surgimento da sociedade moderna, o homem se viu diante de uma nova realidade. Suas atividades sociais ganharam um ritmo mais acelerado, assim como as relações com o Outro se viram transformadas. É nesse sentido que Walter Benjamin (1989), no ensaio *Sobre alguns temas em Baudelaire*, discorre

acerca das peculiaridades do cotidiano das grandes cidades, como a presença da multidão de transeuntes que se esbarram, mas não se olham, e dos automóveis que veem o pedestre como seu concorrente, além de ressaltar a vivência do choque e o consequente declínio da experiência.

Essa realidade, mencionada por Baudelaire já no século XIX, pode ser observada ainda nos dias de hoje, tendo se intensificado com o aumento da violência no cotidiano e com o horror das diversas guerras ocorridas ao longo do século XX, o que permite considerarmos, inclusive, que habitamos a era das catástrofes. É nesse sentido que Márcio Seligmann-Silva afirma que

Nós podemos pensar a humanidade ao longo do século XX como parte de uma sociedade que poderia ser caracterizada, sucessivamente, como pós-massacre dos armênios, pós-Primeira Grande Guerra, pós-Segunda Guerra Mundial, pós-Shoa, pós-Gulag, pós-guerras de descolonização, pós-massacres no Camboja, pós-guerras étnicas na ex-Iugoslávia, pós-massacre dos Tutsis etc. Mas esse prefixo “pós” não deve levar a crer, de jeito nenhum, em algo próximo do conceito de “superação”, ou de “passado, que passou”. Estar no tempo “pós-catástrofe” significa habitar essas catástrofes. (2005: 63).

Viver numa sociedade tomada pela violência e que possui como herança a memória de massacres e de grandes eventos bélicos, como as duas Grandes Guerras Mundiais, por exemplo, leva os indivíduos a se sentirem invadidos pelos sentimentos de angústia e de medo, mantendo-se num constante estado de vigília. E é com base nesse cenário histórico-social, de uma sociedade moderna baseada na “vivência do choque”, que o poeta Luís Quintais estrutura o poema “A górgona, outra vez”, do livro *Canto Onde* (2006). Passamos a realizar um *close reading* do referido poema a partir de então. Vejamos:

Hoje estive no café, bebi o café, e li.

Perguntar-me ao que li eu?

Uma monumental história da SS

que ia alternando com páginas

de um tratado sobre equações não lineares

e o caos como esquema de mundo

onde perdemos todo o norte
ou toda a lisura do norte.

Ele entrou no café. Percorreu a avenida de espelhos
que o atravessa, e foi pontapeando o jornal
que um descuidado cliente deixara cair.

Aproximou-se da mesa e sentou-se.

Tão lentos eram os seus movimentos, tão dobrado
o escuro rosto, tão perto do fim o seu respirar
que abandonei a leitura, ou perturbei-a
com a observação contrafeita
do etnógrafo à procura do acidente significativo.

Ver até onde a visão descreve o modo como se vai morrendo,
julgando-se a incerta punição como o horizonte que se afasta
à nossa frente, quando ele, afinal, nos cerca.

Há coisas piores que a morte. Esta convicção podre,
este anátema com que se abrange o espaço
e se retira uma lição de desprezo e cinismo.
Este olhar que da morte já pouco tem
senão o peçonhento legado da vida.

Não há desenho que nos afaste do erro,
e o erro é indelével e nocturno. Assim, a decadência
física é expressão de qualquer hiato entre si
e o mundo.

No pensamento não cabe sequer esta imagem
de um homem de corpo vergando-se sob o desmedido peso
que não domina.

Há coisas piores que a morte. Este sinal de ilusão
ou autoridade com que se sentou
e olhou, arrogante, desmedido, para os circunstantes.

Li (todas as leituras são tão-só leituras de circunstância),
bebi o café, saí do café.

Esqueci (Quintais 2006: 22).

Logo de início, em seu título, o poema alude à Górgona, figura da mitologia grega representada pelas irmãs Esteno, Euríale e Medusa. A Medusa, muitas vezes tratada apenas como a Górgona, é a única mortal das três irmãs e a imagem de sua cabeça degolada simboliza a máscara mítica do horror, provocando uma espécie de repugnância paralisante em quem a vê. Nas palavras de Roberto Vecchi:

Medusa é o horror, o que expressa inclusive etimologicamente o sentido do termo. Horror é um deverbal de *horreo* latino (*phrisso*, grego), que remete para a reação física do horror sobre o corpo, particularmente o eriçar-se dos pelos e dos cabelos perante um fato repugnante, que petrifica (e aliás, há também uma pseudoetimologia que remete para o *frigus* latino, o congelamento), que não deixa via de fuga, mas pelo contrário se bloqueia, numa paralisia insuportável e mais insuportável do que a própria consciência da morte (2010: 240).

Intitular o poema com uma alusão à Górgona, ou Medusa, é preparar o leitor, portanto, para versos que trazem referência ao horror, às imagens que provocam espanto e choque, paralisando o tempo e o sujeito, de maneira a impedir a sua reação. A imagem de um ícone que tem o seu corpo desmembrado, perdendo assim a sua unidade, também leva o leitor à sensação de desordem e de consequente dificuldade ou impossibilidade de representação daquilo que se encontra diante de si ou em sua memória.

Na primeira estrofe, o poeta menciona uma cena comum do cotidiano e de um lugar comum, o café, onde as pessoas, geralmente, encontram-se em momentos de ócio. Nesse lugar, o eu-lírico dedica-se a beber um café e a ler. Imediatamente na segunda estrofe, em seu primeiro verso, questiona se irão lhe perguntar o que está a ler. A resposta é a de que lê “Uma monumental história da SS/ que ia alternando com páginas/ de um tratado sobre equações não lineares/ e o caos como esquema de um mundo/ onde perdemos todo o norte/ ou toda a lisura do norte” (Quintais 2006: 22).

Ao mencionar que lê uma monumental história da SS, ou seja, da polícia nazista alemã, o poeta está a relembrar um momento trágico da história da

humanidade, a Segunda Guerra Mundial, onde foram exterminados milhões de seres humanos. Afirmar que lê um jornal que trata desse assunto é corroborar a ideia de que nos dias de hoje a mídia contribui para a disseminação do horror e do estado de choque no qual a sociedade contemporânea se encontra atualmente, conforme corrobora o pensamento de Seligmann-Silva, transcrito a seguir:

O terrorismo mata pessoas, a guerra mata pessoas: mas assistimos ao que nos é permitido ver na tela da TV. É ali, para nós, que a guerra se passa. Essa mediação dá-se não só em meio a uma política das imagens: ao reproduzir a catástrofe ela também multiplica o trauma. [...] O universo da informação só funciona através do culto da novidade e da estratégia de exploração do choque em doses cada vez maiores, cujas imagens são atiradas contra um telespectador cada vez menos sensível (2005: 64).

Estar sempre em contato com meios que insistem na repetição de imagens que remetem ao horror e aos flagelos do cotidiano conduz os indivíduos à manutenção de um constante estado de inércia, de bloqueio diante das situações de violência que os impedem de reagir. O homem moderno, ao ficar paralisado diante do horror, ou seja, ao deparar-se a todo o tempo com o olhar da Medusa, tende a dissimular a existência dos eventos traumáticos, impedindo assim a sua recordação e consequente representação.

Ao alternar a leitura do jornal que traz a história da SS com páginas de um tratado com equações não lineares, o poeta remete à ideia de que após os eventos catastróficos ocorridos ao longo do século XX, os acontecimentos do mundo e a sua história deixaram de seguir uma linearidade e uma ideia de ordem, sendo o esquema de mundo tomado a partir de então por um caos que fez a humanidade perder o seu norte ou a retidão que o conduzia.

A terceira estrofe do poema é iniciada com o termo *Ele*, mencionando que *Ele entrou no café*. A utilização do referido pronome pessoal constrói a ideia de que se trata de alguém desconhecido, de quem não sabemos o nome e que ainda se encontra no anonimato. O anonimato é uma característica comum na sociedade moderna, uma vez que a elevada quantidade de pessoas que habitam e transitam pelas grandes cidades não permite que possamos conhecer a identidade de todas elas. O ritmo acelerado da vida nesses grandes centros urbanos dificulta a interação entre todos que ali circulam, seja em decorrência da escassez do tempo, seja pela indisposição das pessoas para tanto (Benjamin 1989).

Após entrar no café, o sujeito anônimo percorre *a avenida de espelhos/ que o atravessa*. A imagem do espelho pode ser interpretada como uma alusão ao mito de Perseu, que utilizou como subterfúgio o reflexo de seu escudo para assim poder ver a Medusa sem ter de encará-la (Vieira 2007: 286). Pontapear o jornal, portanto, é uma maneira de se esquivar do olhar da Górgona ou do horror que é repetidamente disseminado pela mídia e que consegue tomar para si a atenção e a capacidade de reação daqueles indivíduos mais descuidados.

Na quinta estrofe, o eu-lírico observa a movimentação do indivíduo que adentrou no café. A lentidão de seus movimentos e seu escuro rosto, assim como a dificuldade em respirar tomam de fato a atenção do observador que diante disso abandona a leitura do jornal que estava a fazer e foca a sua observação, quase de um etnógrafo na procura de um acidente significativo, nesse evento que foge à normalidade. Nesse momento do poema, percebemos que esse sujeito que consegue parar e observar um evento capaz de lhe tirar a atenção das sedutoras notícias catastróficas trazidas pelo jornal se trata da figura do poeta que consegue “reconhecer os indícios do caminho que vai traçando na página do porvir” (Quintais 2011: 335).

A figura do poeta se assemelha também a do historiador moderno que, diante de um passado que acumula ruína sobre ruína, trabalha na tentativa de enxergar e de apanhar os cacos da história de maneira a lhes conceder uma significação capaz de nos fazer compreender não só o passado, mas também o tempo de agora. Benjamin (2012), em sua nona tese *Sobre o conceito da História*, descreve alegoricamente a figura de um anjo e, baseando-se na obra *Angelus Novus*, de Paul Klee, defende esse passado em ruínas. Vejamos:

[...] um anjo que parece estar na iminência de se afastar de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, seu queixo caído e suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu semblante está voltado para o passado. Onde *nós* vemos uma cadeia de acontecimentos, *ele* vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa a seus pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que o anjo não pode mais fechá-las. (Benjamin 2012: 246).

Assim, o passado é constituído por uma sobreposição infindável de ruínas que estão à espera de um agente, o poeta ou o historiador, capaz de perceber seus fragmentos e juntá-los durante o processo de escavação das camadas da memória, de maneira a reconstruir o passado a partir do presente.

Retornando aos versos do poema em questão, ao se deparar com um sujeito que perturba a sua leitura sobre as “novidades” do horror, chamando a sua atenção, o eu-lírico passa a observá-lo na tentativa de tentar compreender o significado de sua decadência física e de seu respirar que muito lembram a aproximação da morte. A imagem desse ser anônimo, portanto, pode ser compreendida como uma imagem-tempo, que surge num agora e que carrega consigo resquícios de um tempo que já passou.

No momento seguinte do poema o poeta coloca em causa a possibilidade de descrever a morte ou situações trágicas quando com elas nos deparamos. Como mencionado em linhas anteriores, a constante exposição do homem moderno a situações desta natureza, desencadeada principalmente pela mídia, promove a banalização do horror e da violência, cenário que leva inclusive ao encobrimento dos eventos traumáticos, lançando-os ao esquecimento. Tal encobrimento também surge em decorrência da dificuldade que o indivíduo moderno encontra de assumir a culpa por alguns acontecimentos catastróficos vivenciados ao longo do tempo. O silêncio acerca dos mesmos é uma maneira encontrada para não ter de lidar com o trauma, assim como assumir a responsabilidade diante do ocorrido (Seligmann-Silva 2005).

Assim, para lidar com a realidade moderna, que está sempre vulnerável às situações traumáticas, o homem tem de estar sempre consciente de suas vivências para que assim possa aparar as possibilidades de choque, o que o impede de gozar das experiências, constituídas a partir de suas memórias involuntárias que são preservadas inconscientemente (Benjamin 1989). Ao estarmos sempre em alerta, aguardando as situações traumáticas que a vida moderna proporciona, nos afastamos do mundo e deixamos de acumular nossas experiências. Estamos a pensar constantemente apenas no imediato, não nos dando conta, inclusive, que se há uma lacuna que nos separa do mundo, ou seja, das experiências da vida, a única coisa que restará será o passar do tempo e a chegada da decadência física, pois, segundo o poeta, “a decadência física/ é expressão de qualquer hiato entre si/ e o mundo” (Quintais 2006: 23).

Um sujeito que não tem consciência da necessidade de cultivar experiências, valorizando apenas as vivências, tendo em vista estar petrificado pelo olhar da Medusa, não consegue sequer imaginar “um homem de corpo vergando-se sob o desmedido peso/ que não domina” (Quintais 2006: 23). A alienação diante da realidade do choque não permite que muitos indivíduos tomem consciência do peso da história. “Há coisas piores que a morte” (Quintais 2006: 23), repete

o poeta. Uma delas é a ilusão de não estar vulnerável ao horror, ao choque e à alienação diante da banalização da catástrofe e da violência.

No momento final do poema, o eu-lírico finaliza o ritual de leitura que estava a fazer nos primeiros versos e deixa o recinto. Porém, faz questão de frisar que após sair do local o seu momento de lucidez desaparece, retomando o movimento cíclico de lembrança e esquecimento.

2 A realidade do choque e a experiência do testemunho
A dificuldade de compreensão de fatos violentos é acompanhada da incapacidade de simbolização do choque, ou seja, diante do horror e do inimaginável, a linguagem não se vê capaz de submeter o evento traumático no momento de sua recepção a uma determinada forma. É nesse sentido que Seligmann-Silva argumenta que

A linguagem tenta cerca e dar limites aquilo que não foi submetido a uma forma no ato da sua recepção. [...] a história do trauma é a história de um choque violento, mas também de um desencontro com o real (em grego, vale lembrar, “trauma” significa ferida). A incapacidade de simbolizar o choque – o acaso que surge com a face da morte e do inimaginável – determina a repetição e a constante “posterioridade”, ou seja, a volta *après-coup* da cena (2003: 48-49).

É diante dessa incapacidade de simbolização e de conseqüente desencontro com o real que o indivíduo traumatizado passa a vivenciar a repetição constante e alucinatória da imagem de violência. Novamente, o sujeito que se viu diante do olhar da Medusa se encontra petrificado, numa “paralisia insondável e mais insuporável do que a própria consciência da morte” (Vecchi 2012: 240), não conseguindo, portanto, reagir ao choque do acontecimento com o qual se deparou, o que o faz retornar constantemente à cena violenta, como se daquele tempo estanke nunca tivesse saído.

Assim, além da impossibilidade de submeter o evento traumático ao simbólico, tendo em vista a sua incompreensão, decorrente do horror e do inimaginável, ao falarmos em trauma não podemos deixar de mencionar a necessidade de encontrarmos uma maneira para expressar tais acontecimentos violentos, em virtude da importância que isso tem para os sobreviventes. A Literatura surge com um papel fundamental no cenário do trauma e da barbárie, pois através dela a revisitação e a rememoração ética desses acontecimentos se tornam

possíveis, possibilitando a compreensão, mesmo que parcial, do passado e dos efeitos de suas reminiscências na vida de quem os recorda.

O testemunho é um elemento determinante para que possamos realizar essa rememoração ética dos acontecimentos traumáticos de maneira a alcançarmos a compreensão da história e dos eventos catastróficos que influenciaram as vidas de milhares de pessoas. Aquele que testemunha convive com um dilema, pois possui uma grande dificuldade em narrar aquilo que viveu, seja em virtude do nível de incompreensão do evento, seja pelo sentimento de culpa por ter sobrevivido, mas também enxerga a necessidade de enlutar e de narrar o ocorrido para que assim outras pessoas conheçam a sua história e o acontecimento traumático não se repita (Seligmann-Silva 2003).

Luís Quintais, em alguns de seus trabalhos antropológicos utilizou-se dos testemunhos de ex-combatentes da guerra colonial para tecer reflexões acerca da memória traumática e suas implicações. Todavia, a expressão desse contato com o trauma e o testemunho não ficou restrita aos estudos na antropologia, aparecendo também em seus poemas a menção a essa atividade. O poema em prosa “Deserção”, de *Angst* (2002), comprova tal afirmativa. Analisemos:

O que terias em mente quando disseste que ouvi-as comovida durante a viagem aquele que cantava a sábia canção de que os adultos desertam? Alguém te abandonou ou feriu lá atrás por mero episódio de que se não recorda e que tu repões por constância ou sofrimento? Avaros na felicidade, procuramos um episódio que justifique um verso. Sabes como amo a palavra trauma. O seu som é um pretexto para uma cortina espessa, a cena de uso onde estão as imagens e o que regista dolorosamente as imagens. Que auto-comprazimento na miséria escondes! Que horror à confessionalidade! Há muito que tomo notas sobre véus, orgânicas máscaras. Nunca deixará de me surpreender a fraqueza com que desfilas a arte das lacerações escondidas (Quintais 2002: 77).

O poema transcrito possui como título a palavra *Deserção* que significa rejeição, negação, abandono. Podemos deduzir a partir daí que os versos que se seguem tratarão de algo que foi rejeitado ou negado por alguém. “O que terias em mente quando disseste que ouvias comovida durante a viagem aquele que cantava a sábia canção de que os adultos desertam?” (Quintais 2002: 77) Percebemos que o eu-lírico questiona alguém acerca do motivo que o levou a se emocionar enquanto ouvia essa sábia canção. Observamos a existência de um segredo a ser revelado; de algo que sentimos a necessidade de recordar, mas

não conseguimos compreender e descrever. Essa passagem do poema remete o leitor à ideia da cripta, local onde estão guardadas as coisas que resistem ao simbólico e à introjeção. Vejamos:

De certo modo podemos afirmar que a literatura é também uma porteira da cripta. [...] essa cripta evidentemente – assim como a noção forte de “real” – possui a mesma característica da concepção freudiana de *Unheimlich* (sinistro, estranho): como algo de familiar que não pode ser revelado. O que pode habitar esse túmulo senão o próprio histórico? Algo que conhecemos mas de que nos “esquecemos” (Seligmann-Silva 2005: 74).

As catástrofes e os horrores do cotidiano que a humanidade vivenciou até os dias de hoje são de conhecimento de todos, porém essa realidade é muitas vezes emudecida, silenciada, enterrada nesse túmulo para que assim os homens não se sintam culpados pelo ocorrido e possam seguir suas vidas sem ter de se preocupar em exorcizar tais fantasmas. Mais adiante é tecida outra indagação: “Alguém te abandonou ou feriu lá atrás por mero episódio de que se não recorda e que tu repões por constância ou sofrimento?” (Quintais 2002: 77) Muitas vezes as memórias traumáticas são encobertas, desertadas, “Tais memórias afirmam-se como “secretas” porque nos aparecem como “actos de encobrimento” em que as memórias sofrem um trabalho de ocultação pelo qual aquele que as oculta o faz não apenas em relação aos outros mas também em relação a si mesmo” (Quintais 2000b: 675).

A negação das memórias traumáticas, muitas vezes, torna-se um mecanismo de defesa, com o intuito de esquecer o encontro com a imagem da Medusa. Por outro, o encobrimento dessas memórias se dá em virtude da dificuldade de simbolização das mesmas, não lembrando o seu possuidor sequer que as esqueceu, tendo, portanto, que aprender sobre ela. Esse tipo de memória encoberta está vinculada também à questão do testemunho, tendo em vista que o sobrevivente ou a testemunha de algum evento traumático, em determinadas circunstâncias, necessita de um apoio profissional para descobri-las.

A presença de duas perguntas seguidas logo no início do poema constrói a ideia de que boa parte da dificuldade do testemunho encontra-se na simbolização dos fatos traumáticos, assim, ao instigar o indivíduo a verbalizar suas memórias, estará ajudando-o a libertar-se desse trauma.

“Avaros na felicidade, procuramos um episódio que justifique um verso. Sabes como amo a palavra trauma” (Quintais 2002: 77), novamente, nessa

passagem do poema, encontramos alusão à questão da cripta. Considerando a Literatura, portanto, como uma espécie de porteira da cripta, pois ela é capaz de encenar a criação de um real, pelo menos de caminhos que levem a ele, a algum de seus *episódios* (Seligmann-Silva 2005).

“O seu som é um pretexto para uma cortina espessa, a cena de uso onde estão as imagens e o que regista dolorosamente as imagens” (Quintais 2002: 77), nessa passagem, lembramos da dificuldade encontrada em descrever o real, diante da existência de uma memória traumática. Com o trauma, perde-se a capacidade de falar e agir por metáforas, pois ele destruiu em algumas regiões anímicas a capacidade de distinguir entre a realidade e a fantasia. Todavia, a escrita assume o papel de escudo lúcido, de égide “que nos permite encarar o olhar da Medusa, o infinito do horror, e não ficar petrificado perante o massacre” (Vecchi 2012: 252).

“Que autocomprazimento na miséria escondes! Que horror à confessionalidade! Há muito que tomo notas sobre véus, orgânicas máscaras. Nunca deixará de me surpreender a franqueza com que desfilas a arte das lacerações escondidas” (Quintais 2002: 77), nesse último trecho do poema o poeta trabalha com um tom sarcástico ao tratar de maneira escancarada a possibilidade de descrição de um evento traumático ou a busca pelo segredo da cripta. O testemunho de um evento traumático deve ser realizado com ética, buscando a melhor maneira de narrar o que ocorreu, evitando assim chocar aqueles que não viveram o trauma e também de respeitar aqueles que no momento que o fato ocorreu lá estavam.

Assim, diante de tais apontamentos acerca da poética de Luís Quintais, percebemos que seus versos exaltam a necessidade de refletirmos acerca do cotidiano e da realidade trazida pelo advento do mundo moderno, onde observamos a desvalorização da experiência, a banalização do horror e todas as consequências daí decorrentes. Além disso, também podemos concluir a partir da leitura dos versos de Quintais que a linguagem poética atua como um verdadeiro espelho capaz de neutralizar o olhar petrificante da Medusa.

Referências Bibliográficas

Benjamin, Walter (1989): *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2012): *Obras Escolhidas*. v. 1. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense.

- Quintais, Luís (2006): *Canto Onde*. Lisboa: Lisbon/Livros Cotovia.
- _____ (2011): Luís Quintais, por Ana Marques Gastão. In: GASTÃO, Ana Marques. *O falar dos poetas*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 333-41.
- _____ (2000b): Memória e trauma numa unidade psiquiátrica. *Análise Social*, Lisboa, v. 34, n. 151-152, p. 673-684.
- Seligmann-Silva, Márcio (2005): *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Ed. 34.
- _____ (2003): Reflexões sobre a Memória, a História e o Esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho da era das catástrofes*. Campinas: Editora UNICAMP.
- Vecchi, Roberto (2012): (Re)citando o extremo: o olhar da Medusa, o finito e o infinito do horror. In: Hardman, F. F.; Seligmann-Silva, M. O.; Ginzburg, J. (Org.). *Escritas da violência*. v. 1. O testemunho. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Vieira, Beatriz de Moraes (2007): *A palavra perplexa: experiência histórica e poesia no Brasil nos anos 70*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 379f.

Era uma vez... uma fábula que não foi censurada

Maria da Graça Gomes de Pina
Università degli Studi di Napoli "L'Orientale"

Resumo: Era uma vez... uma fábula que não foi censurada.

Dinossauro Excelentíssimo – texto que critica de forma acesa a figura de Salazar – de José Cardoso Pires sai a lume em 1972, num país ainda muito asfiziado pela ditadura. Por acaso e de modo paradoxal, seria justamente a extrema direita encabeçada pelo deputado Casal Ribeiro a usar a obra como meio para demonstrar que em Portugal não existia censura. A partir da análise da fábula, gostaria de mostrar como nas entrelinhas se pode encontrar a metáfora do furto e de como este é um dos modos utilizados pelo escritor para explicar o processo de controlo da palavra e da mente.

Palavras-chave: fábula, censura, Cardoso Pires, furto

Abstract: Once upon a time... there was a fable that was not censored.

Dinossauro Excelentíssimo – a text criticizing Salazar – by José Cardoso Pires was published in 1972, in a country where the ruling dictatorship was still very oppressing. By chance, and even paradoxically, it would be precisely the extreme right, headed by the parliamentarian Casal Ribeiro, to use the work as a means to demonstrate that in Portugal there was no censorship. In my analysis of this fable I would like to show how one can find the metaphor of theft and how that is one of the ways used by the writer to explain the control process of both word and mind.

Keywords: fable, censorship, Cardoso Pires, theft

Se o fascismo não criou a sua literatura,
provocou o surto pujante da literatura que se lhe opôs
Urbano Tavares Rodrigues, O mito de Don Juan e Outros Ensaios

Como se conta uma fábula sabendo de antemão que ela será censurada? Muito simplesmente iniciando por *era uma vez...* Mas comecemos pelo princípio.

Em Portugal, a história da censura e a própria censura em si não mudaram muito dos séculos xvii-xix ao século xx. Podemos dizer que provavelmente só amodernou um pouco as suas vestes, mais ou menos berrantes, mais ou menos vistosas, consoante o gosto da época. Todavia, no que diz respeito ao livro, o olho censório não agia antecipadamente porque a censura prévia

vigorou em Portugal até à Revolução de 1820¹, acabando por regressar depois sob outra veste, em 1933, como forma normal de governo e compatível com as garantias constitucionais (Rodrigues 1980: 70-71). Assim sendo, em 1944, a censura tornava-se legalmente um órgão de formação e propaganda política e a Direção-Geral dos Serviços de Censura ficava integrada no Secretariado Nacional de Informação, que dependia de forma direta do Presidente do Conselho. Só nesse momento se pode afirmar que o objeto ‘livro’ se torna um potencial veículo de informações consideradas nocivas para o Estado, ou seja, um autêntico perigo, sobretudo se o Estado pretende manter o controlo sobre o que deve e o que não deve passar ao leitor.

Oliveira Marques escrevia, em 1986 (1998: 375-377), que de todos os mecanismos repressivos a Censura foi sem dúvida o mais eficiente, aquele que conseguiu manter o regime sem alterações estruturais durante quatro décadas. Tal afirmação pode ser facilmente verificada pela grande quantidade de obras passadas pelo crivo da censura e riscadas pelo famoso e triste lápis azul. Portanto, era necessário pôr-se no papel do censor para entender como este poderia reagir a determinado tipo de texto, isto se o objetivo primário da escrita era apenas publicar. Se o objetivo era também denunciar, ou publicar só para denunciar, o sistema tornava-se outro. Por essa razão, Raul Rêgo afirma que

Quem um dia tratou com censores ou escreveu trabalhos que vão passar à fieira dos censores, sabe que eles têm uma linguagem própria. É preciso encontrar-lhes a sinonímia para evitar os temas, as expressões, as palavras *tabus*. Há que ir por desvios, já que o estilo directo os pode ofender e, por isso, evitar que quanto se escreve chegue ao leitor.

A regra não é de hoje nem de ontem. É de sempre. O censor ou seu mandante toma-se como dono do pensamento e da sua expressão. Por isso, além de cortar um livro, um capítulo, ou uma simples passagem, tem a tendência (que todo o censor acha normal) de corrigir o que lhe vem à mão. Nos índices censórios, nos pareceres dos revedores de livros, fala-se constantemente de *emendar*. Muitas vezes se diz «vá e depois de emendado venha para se conferir» (Rêgo 1982: 69).

1 “A liberdade de expressão foi pela primeira vez constitucionalmente reconhecida em Portugal em 1822, tendo as Cortes Constituintes aprovado uma lei de imprensa mesmo antes do regresso de D. João vi à metrópole” (Rodrigues 1980: 55).

Para completar esta citação, poder-se-ia chamar em causa o simpático provérbio que diz que *é pior a emenda que o soneto*. A bem ver, as emendas que a Direção-Geral dos Serviços de Censura fazia representavam muitas vezes uma mutilação ao texto, para não dizer que podiam implicar uma sua reescrita total, quando não se decidia até pela sua proibição. Era, por conseguinte, vital achar meios para contornar a censura. Dessa forma, a necessidade de criar uma linguagem de refúgio e de subterfúgio, uma linguagem que informa e ao mesmo tempo escapa aos zás da tesoura censória, foi uma ação constante dos intelectuais portugueses de boa parte do século xx. Outros tantos não se importaram com o efeito da sua escrita, tendo plena consciência de que decerto poderiam ser censurados. Todavia, mesmo a linguagem alegórica, ou simbólica, nem sempre conseguia escapar ao esfregar ‘lascivo’ das lâminas de uma tesoura. O olho de um bom censor, diga-se de um censor treinado, estava atento aos mínimos detalhes: à colocação das vírgulas, à opção pelos substantivos e adjetivos, às onomatopeias reveladoras, às figuras retóricas escolhidas, às metáforas aplicadas, em suma, a todo o andamento da frase e mesmo do desenho.

Por conseguinte, a linguagem, nomeadamente através da palavra (oral, mas sobretudo escrita), era o instrumento privilegiado, a via preferencial para poder atravessar a peneira da censura, essa forma de proibição – total ou parcial – da informação dirigida à sociedade. Era preciso saber escolher a dedo as palavras (com grande cuidado até), conseguir adorná-las com o melhor disfarce que pudesse fazer passar despercebida a verdadeira mensagem². Contudo, assim como a palavra é capaz de veicular informações e mensagens que nos revelam um certo tipo de mundo, a mesma palavra no-lo pode cobrir e distorcer.

Saber dominar a palavra, assenhorear-se do seu poder, é um meio perfeito para garantir um certo tipo de controlo da realidade em que vivemos. Cedo se apercebeu disso António de Oliveira Salazar, mas também se apercebeu do

2 A título de exemplo, pode-se ver já nos primeiros 4 versos da *Trova do vento que passa* – “Pergunto ao vento que passa / notícias do meu país / e o vento cala a desgraça / o vento nada me diz” –, de 1963, mas publicado somente em 1965 (em *Praça da Canção*), que Manuel Alegre procura mostrar a denúncia que move à sociedade e ao estado portugueses salazaristas, usando, porém, termos passíveis de dupla interpretação. O *leit-motiv* do poema centra-se principalmente nos vocábulos “pergunto”, “diz”, “vi”, predicados que indicam a preocupação do sujeito poético pelo seu país. O facto de nada lhe dizerem o vento, os rios e a gente (termos referidos nas estrofes seguintes) revela a impossibilidade de poderem falar e, portanto, de serem portadores, sim, de mensagens, mas que não podem transmitir.

mesmo o escritor José Cardoso Pires. O primeiro porque decidiu controlar a palavra por meio da Censura, procurando evitar manifestações ou tentativas de reflexão contra a ideologia do Estado Novo, o segundo porque dela se serviu narrando de forma a aprender a refletir contra essa mesma ideologia³. A principal preocupação do Estado Novo era, então, através da Censura, manter as aparências, mostrando ao exterior uma realidade que não correspondia à factual. Para tal, necessitava também de manter as mentalidades acomodadas aos princípios-base do regime, agindo profundamente para a manipulação das consciências e das ideias dos seus concidadãos.

Se o regime de Salazar conta uma espécie de fábula para distrair a população portuguesa, desviar a sua atenção dos problemas estruturais e mantê-la prisioneira das suas palavras, também Cardoso Pires se sente no direito de contar uma espécie de contra-fábula como antídoto para a primeira. E esta começa mais ou menos assim: era uma vez um Reino governado por uma figura vetusta e extremamente poderosa que vivia de um alimento insólito e nutriente; um *fármaco*, em sentido grego, isto é, medicamento e veneno, vida e morte, que lhe permitia prolongar a vida e ao mesmo tempo lhe dava poder sobre os seus súbditos: esse fármaco era a “palavra”. Palavra usada num Reino sem tempo nem lugar definido, um espaço-tempo indicativo de quaisquer espaços-tempos históricos.

É precisamente essa indefinição que faz da fábula de José Cardoso Pires, como ele mesmo a apelida em *Dinossauro Excelentíssimo*, de 1972, uma das criações literárias mais curiosas e ao mesmo tempo “acertadas” do final da ditadura salazarista. Uma obra que não conheceu a censura por mero acaso, ou talvez por um sinal do destino. Uma obra que não foi censurada precisamente pelo uso que o deputado ultra-fascista Francisco Casal Ribeiro⁴ fez da

3 Segundo Cíntia França Ribeiro “[...] a língua, e as representações construídas com ela, são uma questão política das mais importantes, e os regimes autoritários normalmente a administram por meio da censura e da propaganda. Ambos os instrumentos têm a finalidade de impor e preservar a autoridade do Estado às custas da liberdade individual. A proibição de discurso materializada na censura e a manifestação obrigatória da ideologia oficial são, pois, meios complementares: o primeiro impede ideias divergentes de surgirem e se espalharem, enquanto o segundo produz um discurso unívoco de legitimação” (Ribeiro 2011: 3).

4 Francisco Casal Ribeiro fez várias intervenções em parlamento, sobretudo a partir da década de 60. Disputa particularmente contra o deputado Miller Guerra (integrado na chamada ala liberal da Assembleia Nacional), quer sobre o estatuto das universidades tradicionais e a sociedade moderna, quer sobre a figura de Oliveira Salazar, personalidade que admirava. Numa das suas várias intervenções insurge-se contra a existência da censura. Veja-se a nota sintética sobre a sua vida, disponível na internet em: <http://app.parlamento.pt/Publicacoes>

palavra “censura”, ao discutir com o deputado Miller Guerra sobre a liberdade de imprensa na Assembleia Nacional⁵. O deputado Casal Ribeiro afirmava que a Censura não existia, dado que uma obra como *Dinossauro Excelentíssimo* podia dar-se ao luxo de se achar em circulação. Depois de tal asserção em Assembleia, era já demasiado tarde para a censurar, sem cair no ridículo da auto-contradição⁶. Sabemos, porém, que após a publicação de *Dinossauro Excelentíssimo*, José Cardoso Pires é barbaramente agredido na Ericeira por dois agentes da PIDE-DGS (Azevedo 1999: 101-109), mostrando-nos que, mesmo não tendo sido censurada, a obra foi punida na pessoa do seu autor.

Por que motivo Cardoso Pires escolhe o género fábula para escapar à censura e ao mesmo tempo para descrever a sua forma de ação? Uma possível resposta talvez se ache numa ordem emanada em 1950 pela Direção dos Serviços de Censura de Instruções sobre a literatura infantil:

Parece desejável que as crianças portuguesas sejam cultivadas, não como cidadãos do Mundo, em preparação, mas como crianças portuguesas que mais tarde já não serão crianças, mas continuarão a ser portuguesas (citado em Rodrigues 1980: 72).

sOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/carvalho_francisco_de_moncada_do_casal_ribeiro_de.pdf [Consultado em 9 de março de 2020]. Miller Guerra, médico neurologista, foi também deputado com uma importante atividade política pró-democracia. Constituiu em 1966, juntamente com José Cardoso Pires, Alçada Baptista, Lindley Cintra, Joel Serrão, José-Augusto-França, Nuno Bragança e Nuno Teotónio Pereira o núcleo português da Association Internationale pour la Liberté de la Culture (Pinto 2008: 37).

5 “Quando o Dinossauro saiu, regresssei de Londres para estar presente ao lado do editor e do ilustrador no que viesse a acontecer, mas, para assombro de todos nós, em vez da excomunhão que era de esperar, o livro ultrapassou a Censura e teve um acolhimento indescritível. Digo «ultrapassou» porque aconteceu aquele escândalo monumental na Assembleia Nacional, quando o professor Miller Guerra teve a coragem de afirmar que não havia liberdade em Portugal. Foi uma sessão histórica, um berro de heresia! O deputado ultrafascista Casal Ribeiro correu para Miller Guerra a espumar de raiva e para o desmentir citou como prova o infame *Dinossauro Excelentíssimo* que acabava de ser posto à venda em toda a parte. E, pronto, a partir daí a Censura ficou de mãos atadas. Já não podia apreender o livro que o deputado salazarista tinha citado estupidamente como demonstração da liberdade do regime, e, menos ainda, promover a prisão do autor. Simplesmente, e isso foi realmente um carnaval repugnante, uma vez que a censura oficial se viu impedida de actuar, apareceram as censuras voluntárias de alguns particulares” (Portela e Pires 1991: 36-37).

6 A ata deste debate parlamentar pode ser consultada no *Diário das Sessões*, n.º 201, da Assembleia Nacional, de 29 de novembro de 1972. <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/10/04/201/1972-11-26> [consultado em 7 de abril de 2020].

O uso que se faz da expressão “cidadãos do Mundo” no decreto emanado é muito importante, de relevo capital, sobretudo se atentarmos ao que o Estado Novo não pretendia cultivar, isto é, um ideal de cidadão aberto ao novo e ao outro, capaz de colocar-se em discussão, um cidadão do e no mundo. Desejava-se, pelo contrário, adubar um sentimento de “portugalidade” fechado em si mesmo, uma *weltanschauung* que visava encarrilar a *forma mentis* do cidadão português – começando logo na sua infância – para uma aceitação acrítica do *status rerum*. Com essa tática, o Estado Novo dava prioridade à proteção das figuras sagradas⁷ do regime, evitando assim que as questões políticas do momento fossem postas em causa ou, quanto menos, merecessem uma reflexão profunda e questionadora por parte dos cidadãos. Para tal, eis que se dá

A celebração entre o Estado Novo e a Igreja Católica de uma importante aliança política e ideológica de que a Concordata de 1940 seria a expressão mais emblemática. Através deste pacto, a Igreja Católica assumir-se-á como o principal instrumento de difusão ideológica dos valores do regime e de legitimação espiritual do poder estabelecido (cf. Matos 2006: 43).

Como nação católica, Portugal delega assim, em parte, a educação dos seus cidadãos à Igreja Católica, pondo em prática o que uma conhecida expressão portuguesa afirma: de pequenino é que se torce o pepino! Mas enquanto que Cardoso Pires, na pele do narrador de *Dinossauro Excelentíssimo*, certamente teria escolhido estas palavras mais singelas e de tom proverbial para ilustrar na sua essência o projeto de educação do Estado Novo, o protagonista da nossa fábula, *Dinosaurius Um*, serve-se da chamada «língua dos dê-erres», uma linguagem encriptada, propositadamente pejada de preciosismos inúteis, para mascarar a realidade.

Tendo sido doutor entre os doutores, a sua especialidade era as palavras. Dormia com elas desde criança e agora que estava sentado a governar começou a magicar um plano para pôr o Reino a falar numa língua limpa e severa em que todos se entendessem. Ou seja, a dos dê-erres. [...]

7 Em boa verdade, uma das características principais de qualquer ditadura é pretender passar uma ideologia que a legitime e a inscreva no domínio popular enquanto realização de um destino mítico.

Palavras de puro sangue latim e grego, que, além dos atestados de nobreza, tinham cheiro santificado, essência de rendas velhas (Cardoso Pires 2016: 56).

A meu ver, é essa a razão que leva Cardoso Pires a escrever uma fábula e não outro género literário (possivelmente mais requintado até, como a poesia), com o propósito de torcer, sim, o pepino, mas com o objetivo de formar cidadãos do mundo e não só simples cidadãos portugueses. Essa intenção, parece-me, vê-se com mais vigor nos incisos à narração do que propriamente na fábula narrada. Porque o afirmo? Sendo que o termo “fábula” deriva do verbo latim “fari”, que significa “falar”, é sobretudo nos incisos que se pode ver o narrador “falar”; poderíamos dizer que é nesse instante que o leitor pode, diga-se, escutar a voz do narrador, como se o tivesse na sua presença, ao lado de Ritinha, a destinatária declarada da estória. Por essa razão afirmo também que há um canal preferencial entre narrador e leitor facultado sobretudo pela existência de incisos durante a narração, que permitem fazer com que a voz do autor se faça sentir mais fortemente. Com esses incisos cria-se um autêntico diálogo, um confronto entre um eu e um outro, fim último, se quisermos, da história. Os incisos, ou, se desejássemos cunhar uma expressão nova nos limites do delírio, os *censorrepelentes* do nosso texto são ao todo seis e cada um deles esclarece os momentos da estória, intersectando cada parte com a totalidade da fábula.

Estudos mais aprofundados sobre a estrutura da fábula revelam-nos que, apesar de a fábula ser por sua natureza um conto geralmente breve e fantástico que, *grosso modo*, tem como protagonistas os animais, poder-se-ia dizer que em *Dinossauro Excelentíssimo* a forma breve se conserva somente nos incisos que chamei *censorrepelentes*, facto que me poderia autorizar a falar de fábula na fábula. São estes os que realmente contêm a mensagem ética do texto, muitas vezes implícita e devendo ser descosida nas suas entrelinhas, uma mensagem que tem como objetivo convidar o leitor a refletir. O primeiro exemplo sintomático temo-lo em abertura de texto:

«Hoje em dia pode-se roubar tudo a um homem – até a morte. Rouba-se-lhe a morte com a mesma facilidade com que se lhe rouba a vida, a face ou a palavra, que são coisas mais que tudo inestimáveis» – disse o contador de estórias⁸ à sua filha Ritinha (Cardoso Pires 2016: 19).

8 O facto de o narrador se apresentar como “contador de estórias” indica uma aproximação declarada à narrativa popular. Este é um veículo de transmissão de conhecimento adquirido que auxilia, através da alegoria, o leitor a decifrar o mundo.

O narrador ainda não introduziu o assunto da história, mas sente, todavia, a forte necessidade de pôr em guarda a destinatária do seu conto quanto ao teor do que dirá. Mas, por estranho que pareça, começa por falar de *furto*. Para uma criança como Ritinha, esse começo para a história poderia parecer estranho, não fosse pelo facto de a pôr face a uma questão que em geral é motivo de vergonha e depois de desconcerto: ser apanhado a roubar é decerto desonroso, mas roubar a morte a alguém é claramente bizarro. Contudo, em seguida o narrador menciona aquilo de que se pode ser privado, isto é, “morte”, “vida”, “face” e “palavra”, conceitos, segundo ele, “mais que tudo inestimáveis”. Não obstante sejam todas palavras igualmente cruciais, o furto de morte e face são as que mais impressionam sobretudo pelo tipo de objeto. Roubar a morte a alguém é, ao fim e ao cabo, roubar-lhe a vida, pois ambas estão íntima e visceralmente ligadas, mas roubar a face a alguém é privá-lo da sua identidade, por conseguinte, da sua pessoa. Convém atentar que este furto também se refere ao da palavra, instrumento através do qual a pessoa se exprime e que a revela enquanto tal, pois a palavra mostra o pensamento da pessoa e se a impedimos de falar, impedimo-la, por extensão, de mostrar a sua índole. De maneira que me parece que todos estes furtos se resumem a um só, isto é, precisamente ao da vida, à da existência de um indivíduo, pois roubar a existência é despojá-lo dos valores mais preciosos de que dispõe. O furto acaba por ser, por conseguinte, pôr em prática a censura.

Cardoso Pires inicia então a sua fábula com uma notação de abertura que é, de certa forma, o *leit-motiv* de toda a obra: o furto. Apesar de não ser imediatamente evidente, a obra *Dinossauro Excelentíssimo* relata a história de como roubar a existência a um indivíduo, privando-o da possibilidade de se exprimir por palavras próprias e segundo livre arbítrio, em suma, de poder ser aquilo que é. Eis porque surge a necessidade, ou até a obrigação, de contar uma história cuja estrutura remeta para um qualquer ensinamento moral. A segunda bizarrice da fábula cardosiana diz respeito à escolha do protagonista: não um herói, figura conotativamente positiva pelo seu modo de agir, mas um ser gigantesco, assustador e antigo; uma espécie de Leviatã que domina o cenário.

Que ou quem é este ser monstruoso que rouba a alma e se alimenta de palavras – meio através do qual o indivíduo se revela no mundo, se torna cidadão do mesmo – e “[...] que na ânsia de purificar as palavras acabou por ficar entrevado com a paralisia da mentira” (Cardoso Pires 2016: 19)? Com esta pergunta, que fica imediatamente no ar, assim que somos informados de que o monstro rouba coisas “mais que tudo inestimáveis”, dizia, com esta

pergunta a estória pode então ter início e a destinatária da fábula, uma criança acompanhada na escuta, ou talvez até na leitura por um olho e um dedo que não deixam de a *censurar* quando se apercebem de que ela poderá começar a ler de ânimo leve e sem prestar a devida atenção à mensagem nas entrelinhas, acaba por tornar-se na figura de todo e qualquer leitor, sendo que a fábula possui precisamente esse aspeto positivo: como afirma o narrador, não tem tempo definido – “Conta-se, não há provas, conta-se apenas” (Cardoso Pires 2016: 29) –, não tem espaço definido – “algures” (Cardoso Pires 2016: 29) –, mas também não tem destinatário fixo – pode ser uma Ritinha qualquer. Mesmo as informações básicas dadas sobre a personagem principal, aquela que ganhará o apelativo de Dinossauro Excelentíssimo, são transmitidas com o mesmo critério usado para a narração das fábulas: sem alguma precisão.

Nessa altura chamava-se Francisco ou Vitorino; Adolfo, talvez Adolfo Hirto; ou Benito Marcolino, Zé Fulgêncio, Sebastião Desejado – não interessa. O que interessa é que quando deram por ele já tinha outro nome: Imperador. *Dinosaurius Um, Imperador e Mestre* (Cardoso Pires 2016: 23).

Não é importante nem tampouco necessário ser-se escrupuloso neste tipo de informações, justamente porque se trata de uma fábula. Claro que, deste ponto de vista, esta poderia escapar à lente de um censor, que andaria à cata de indícios evidentes e reveladores aos quais se agarrar para poder desopilar e libertar a repressão interior que o oprime, ao mesmo tempo que a reversa sobre o outro. Contudo, mesmo tendo tido o cuidado de não revelar demasiados pormenores que pudessem fazer ver que por detrás da fábula se escondia a parábola do Estado Novo encabeçado pela figura de Salazar, Cardoso Pires procura desviar a atenção do censor para outros aspetos de segunda ordem. Isto porque “A censura oficial ou oficiosa impunha ao escritor uma permanente e insidiosa autocensura, apenas ultrapassada pelo engenho próprio de escrever entrelinhas ou de encontrar metáforas apropriadas” (Rodrigues 1980: 80). Todavia, no segundo inciso tal não acontece –

Cada terra dá o que tem, a mais não é obrigada. Desfralda-se o Alentejo em cortiça da melhor, o Algarve em sol e praias. Diamantes vêm de Angola, parece; da América ouro e guerras. Terras há que dão o vinho, outras pedras e emigrantes. A cidade para onde se dirigiam os três camponeses produzia doutores – e isto não consta da Geografia. Toma nota, Ritinha (Cardoso Pires 2016: 34).

– havendo uma razão válida para isso. Segundo Ana Isabel Serpa (2013: 7), a narrativa do nosso autor é um espaço aberto e livre onde as personagens se confrontam sobre a memória de um tempo e de um país. Mesmo que, como se disse, tempo e lugar não sejam indicados de maneira explícita em *Dinossauro Excelentíssimo*, isso não quer dizer que de alguma forma o tempo e o país não transpareçam nas suas obras, até porque a escrita é vista por Cardoso Pires como arte, motivo pelo qual a sua produção literária revela “a preocupação de evocar a memória do próprio sistema literário” (Serpa, 2013: 7), investindo sobretudo nestas formas mais ligadas à tradição oral, como a fábula, a parábola ou os provérbios, de que se encontra cheio o nosso texto. Aliás, o facto de Cardoso Pires mencionar o Alentejo ou o Algarve não quer dizer abandonar o campo da fabulação, mas unicamente chamar a atenção de forma sub-reptícia para o que não é denominado com todas as letras: a “cidade que produzia doutores”⁹. Naturalmente, não é importante o espaço em si, a cidade que se sabe ser Coimbra, com a Universidade onde Salazar se formou, quanto o tipo de formação nela recebida. Trata-se de uma metonímia, de uma citação na citação, pois no termo «doutores» está já condensado a noção de dono e senhor da capacidade de dominar, isto é, as características dos que oprimem os Mexilhões. Eis, então, que se manifesta a contraparte do Dinossauro, a figura oposta, mas todavia submissa ao poder deste. A escolha de Cardoso Pires não poderia ter sido mais engenhosa: os Mexilhões que, como ele próprio diz,

Uma vez ali, ou entregavam o corpo aos caranguejos ou faziam como o mexilhão: pé na rocha e força contra a maré. Daí, o nome de Reino do Mexilhão que lhe pôs a geografia em homenagem (homenagem?) a esse marisco mais que todos humilde, só tripa e casca

«QUANDO O MAR BATE NA ROCHA QUEM

SE LIXA É O MEXILHÃO.»

Criatura (porque o é), criatura à margem, mirrada, coisa pequena; bicho que se alimenta de água e sal, do sumo da pedra, ou de milagres, quem sabe – o mexilhão, oh vida, tem a ciência certa dos anónimos: pensa e não fala, vai por si. Se virou costas à terra foi por culpa dos doutores do interior (dê-erres, assim chamados) e da conversa em bacharel com que o atacavam; unicamente por cansaço, desinteresse. Na sua condição de habitante do litoral era com o

9 Sobre esta espécie de fuga do Egito e sobre a sua comparação com a vida de Cristo, veja-se o ótimo estudo de Maria Lúcia Lepecki (2003b: 139-57).

oceano que desabafava, levava os dias a resmoer o seu ditado preferido: Quando o mar bate na rocha quem se lixa é o mexilhão (Cardoso Pires 2016: 47-8).

Apresentadas as personagens da fábula, trata-se agora de uma questão de estilo saber pô-las em contraposição ‘saúdável’ de modo a veicular capazmente a mensagem do texto. Mensagem que, a meu ver, pretende ser uma receita sobre como reapropriar-se de um objeto inestimável perdido por roubo. Esse objeto é a palavra que, como disse antes, permite que um indivíduo exprima a sua personalidade e ache um espaço de genuinidade seu no mundo. Contudo, consciente desse tremendo poder, o nosso Dinossauro procurou, e conseguiu, assenhorear-se desse maná que nutre a condição existencial humana. De maneira que o terceiro inciso à fábula explicita quanto já foi narrado à Ritinha.

Deus criou o som, o homem fez a palavra. Depois, tal como a fez, aprendeu a destruí-la ou a corrompê-la. E senão vejamos: Temos esta fita gravada, repara. Agora, cortando um pedaço escolhido – assim – e colando-o noutro ponto – acolá – podemos, é relativamente fácil, transformar a verdade da voz que aqui está. Apagar, desdizer a voz, até. Confundi-la. Montagem, chama-se a esta operação que, como vês, é facilíma. Mas há processos menos simples e muito mais eficazes, Ritinha. Se há (Cardoso Pires 2016: 60-1).

Foi, pois, o homem a ter realizado a palavra, a ter descoberto qual era esse fármaco que permitia fazer dele um indivíduo ativo na sociedade em que vive, possibilitando-lhe ou proibindo-lhe uma determinada condição de vida. Porque agir sobre a palavra emitida por uma voz outra pode implicar a transformação da sua verdade no seu oposto, adulterar o seu significado, mascarar a sua intenção; em síntese, manipular a sua mensagem. Mas isso quer dizer também, como se afirmará pouco adiante noutro inciso *censorrepelente*, que se pode, por oposição, perder o poder de manipulação e correr o risco de ficar preso na própria armadilha das palavras. Algo que, contar-nos-á o narrador, acabará por acontecer ao Dinossauro Excelentíssimo após ter construído a máquina de torturar palavras e nela ter sido apanhado. Um mecanismo realizado com a intenção declarada de purificar as palavras, de libertá-las de um significado outro que não coincidissem com a imposição de sentido desejado pelo Imperador. Por essa razão, Celani (2011: 14) afirma que o ponto central da obra está ligado à relação conflitual entre o Imperador e as palavras, uma

relação que o põe na condição de ser carrasco e ao mesmo tempo vítima daquilo que procura controlar.

Dito e feito. Mãos ao trabalho, ei-lo a limpar decretos e alíneas, jornais, compêndios – o que calhava. Palavras correntes, mais vivas ou menos próprias, fogueira com elas porque pingavam de certeza veneno nas entrelinhas (Cardoso Pires 2016: 56-9).

Como se disse, o propósito do nosso protagonista é censurar aquilo que procura dominar. Da citação anterior se percebe que o que o Imperador quer eliminar é precisamente a vida – “as palavras *mais vivas*” (itálico meu) –, que para ele são “veneno”. A percepção que tem do valor da palavra (enquanto fármaco, recorde-se, com os significados de antídoto e veneno) é oposta à sua realidade. Para o Dinossauro Excelentíssimo o que é *vivo* é veneno, pelo contrário, para um Mexilhão, é veneno o que deixou de ter vida e vestiu o luto. Ambos se confrontam com uma percepção antipodal da realidade. Creio que é por isso que o nosso narrador falava de roubo. Um furto que leva à obnubilação do indivíduo, ao apagamento das paixões e da vontade de viver e, em última instância, à morte:

Tinham obrigado os mexilhões a vestir de escuro porque a vida não estava para graças e decretaram que de futuro o riso seria a máscara do desdém, o falar a capa dos ignorantes e a alegria o fumo da inconsciência (Cardoso Pires 2016: 51).

Tudo isso é efeito devastador de um simples, por assim dizer, furto perpetrado, todavia com premeditação. Implica e determina o *modus vivendi* de todo o reino dos Mexilhões, condiciona o seu futuro, transforma de forma radical a sua identidade. Em suma, rouba-lhe a própria vida. Apesar de o aparente pessimismo com que se orla a veste dos mexilhões, fazendo do hábito o monge, o narrador decide voltar novamente à carga, desta vez com uma admoestação de ternura a Ritinha, tentando mostrar-lhe no quarto inciso que muitas vezes o tiro sai-nos pela culatra, como diria outra conhecida expressão portuguesa.

Está escrito pelos gregos antigos que quem muito se olha cega e quem muito se ouve perde a voz. A lição tem mais de mil anos e parece que é de agora. Mas, vê tu, os próprios gregos que a escreveram em forma de fábulas e de

lendas, não a souberam seguir. Eles, que eram sábios e avisados, morreram sob o peso dos mitos que inventaram. E por mitos quero eu dizer as imagens com que tentaram explicar-se fora do tempo e só para a Eternidade. Fui claro, Ritinha? (Cardoso Pires 2016: 111).

Cardoso Pires sente a necessidade de, por antecipação, introduzir na história narrada um aspeto de positividade que faz parte da fábula em si. Trata-se de uma espécie de “final feliz”, que será explicitado no penúltimo inciso, mas que aqui começa a ser explorado por meio de uma comparação com a estrutura da fábula clássica. A primeira frase diz, *grosso modo*, o seguinte: quem perde de todo o contacto com a realidade que o circunda e marginaliza ou ostraciza outrem em prol de uma aparência de bem-estar que, nas palavras do narrador, esconde apenas uma alteração da composição das letras numa determinada palavra¹⁰, mas não comporta a mudança da essência factual da mesma, essa pessoa está fatalmente destinada a desaparecer, como acontece com os mitos dos antigos. Se os mais sábios também beberam de igual veneno e sucumbiram à inevitabilidade do futuro, o mesmo se dirá do Imperador, ‘traído’ pelas palavras que queria controlar, enrolado nos sofismas dos seus próprios discursos desviantes e enganadores. Discursos de tal forma distorcidos e espiralados que criam para ele uma segunda identidade, transformando-o numa máscara que acabará por esconder até a sua morte real, de tal forma se tornou a sua própria pessoa.

É esse o sentido do penúltimo inciso da fábula de Cardoso Pires, em que, de certa forma, se retorna ainda e sempre ao tema do Roubo.

As pessoas, Ritinha, têm a sua imagem natural da morte que é, penso eu, aquela que lhes deixou a vida que fizeram. Se encerramos um homem numa máscara é porque lhe estamos a cobrir toda a sua existência para trás. E se com essa máscara de morte lhe tornarmos a dar vida, pior ainda: temos o fantasma.

10 “O Imperador encolheu os ombros. Trocou simplesmente a palavra: Mendigos? Quais mendigos? – E deu o problema por resolvido: Inadaptados é que o cavalheiro do alto comércio queria dizer. Inadaptados” (Cardoso Pires 2016: 59). Trocar palavras para esconder que a substância permanece a mesma é tática antiga. Goblot (1950: 22-23) recordava que o mesmo se fizera sob o reinado de Filipe ii de Espanha: “Sous Philippe ii d’Espagne, il fut décidé, sous la pression de l’opinion soulevée par ces prêtres courageux, que le terme de «conquête» serait remplacé par celui de «pacification» (Loi du 13 Juillet 1573) et que les théologiens-conseils assisteraient les gouverneurs militaires responsables locaux”.

Porque, fixa bem, só se é fantasma em forma de vivo. Mas lê o resto, que já vais ver onde quero chegar (Cardoso Pires 2016: 125).

A máscara é uma peça para resguardar a cara, que disfarça ou não as suas feições (algo que servia para a guerra ou para o espetáculo), mas é também o molde que cobre o rosto de um cadáver. Porém, a máscara é antes de tudo uma personagem que se veste, com as suas atitudes e modo de ser que, olhado pelo avesso, dá a impressão de ficar imprimido na carne à maneira de um molde. A máscara é, no final de contas, uma *pessoa*. Ou, por outras palavras, não é o molde a reter a forma do corpo em que é colocado, mas o corpo a ganhar a forma do molde posto. Tem-se a sensação de que o narrador está a sugerir que a vida que cada indivíduo escolhe viver está desenhada na máscara com que cobre o rosto, a mesma que também lhe pode ser roubada. No caso do Imperador, a vida pela qual optou impeliu-o inevitavelmente a adulterar o sentido das palavras, a privá-las do seu valor intrínseco, a mutilá-las na sua essência; em suma, a censurá-las e, conseqüentemente, a temê-las: “Dinossauro Um estava louco, atordado. Não podia acreditar, era o fim, que uma palavra tão trabalhada como *Ordem*, tão purificada, se pudesse transformar em *Medo* e ainda por cima *mordesse*” (Cardoso Pires 2016: 113).

Note-se que no penúltimo inciso o narrador acrescenta uma notação muito importante, pois o Imperador não só usa a máscara da vida que escolheu, como também se cobre com uma máscara de morte que, todavia, falsifica a vida que criou para si e que efetivamente viveu. Falsificar uma existência é nada mais nada menos do que viver como *fantasma*, estigma de uma vacuidade existencial. Todavia, morte, existência e fantasma não fazem voltar à vida; quando muito criam uma aparência irreal e falsificada de vida perene, fora do tempo e sem nenhuma ligação com a realidade. Ser um fantasma é ser simulacro de uma eternidade que vive fora do tempo que lhe coube. E aqui Cardoso Pires desliza sub-repticiamente da fábula, atemporal e a-espacial, para a realidade do seu tempo: ninguém é eterno neste mundo. Por isso,

... Ritinha, fiquemo-nos por aqui, que o conto agora vai longo e repetido. Fecha o livro. Arruma-o em qualquer parte e manda passear os fantasmas. Fartámo-nos de falar de mortos, de velhos, de mistérios, quando afinal temos tanto para viver. Não é? (Cardoso Pires 2016: 139).

Encontrando-se no presente, não há realmente necessidade de continuar a fábula. O livro chegou assim ao seu fim e alcançou o seu objetivo com este inciso *censorrepelente*, a saber, a recuperação de algo que tinha sido dado como perdido inexoravelmente ao início. Fechar o livro, chegar ao fim da fábula, interiorizar a sua mensagem didática, tudo isto é unir as pontas do fio da narração como quando se fecha um colar de contas. Tudo isto é pagar uma espécie de regaste pelo furto da vida. Contrariamente ao que se esperaria de um contador de estórias, Cardoso Pires não manda Ritinha para a cama, não lhe diz que é hora de ir dormir; convida-a a manter os olhos abertos, isto é, a viver, a tornar “visível” a realidade por detrás da máscara¹¹. Quando o autor, enquanto contador de uma estória, coloca nas mãos do seu leitor, mesmo se de forma fictícia, o poder de destruir o vilão através da negação da sua fábula, e esta deixa de ser credível, então a operação de catarse se pode dar por concluída e o objeto do furto é recuperado. Assim sendo, podemos afirmar que a fábula de José Cardoso Pires talvez se torne, nas palavras de Maria Lúcia Lepecki “uma escrita desmistificadora e confiante” (1977: 178).

Referências Bibliográficas

- Azevedo, Cândido de (1999): *A censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Cardoso Pires, José (2016): *Dinossauro excelentíssimo*. Alfragide: Leya-Livros RTP.
- (1972): “Changing a Nation’s Way of Thinking: Censorship as a Technique”. In: *Index on Censorship*, vol. I, n° 1. London: Writers & Scholars International: 93-106.
- Celani, Simone (2011): “O devorador de palavras. Stadi evolutivi del *Dinossauro Excelentíssimo*”. In: *Status Quaestionis* 1: 5-23.
- Costa de Matos, Álvaro (2006): “Revistas Políticas no Estado Novo: uma primeira aproximação histórica ao problema”. In: *Media & Jornalismo* 9: 41-56.
- Diário das Sessões*, n° 201, da Assembleia Nacional, de 29 de novembro de 1972. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/10/04/201/1972-11-26> [Consultado em 7 de abril de 2020].
- Gil, José (1995): *Salazar, a Retórica da Invisibilidade*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Goblot, Laurent (1950): *Apologie de la censure*. Rodez: Editions Subervie.

¹¹ Segundo José Gil, a “invisibilidade constitui o próprio estado de Salazar. Ele é invisível e quer-se como tal. Só raramente se mostra em público e ainda menos em manifestações de massas” (1995: 34).

- Lepecki, Maria Lúcia (1977): *Ideologia e Imaginário, Ensaio sobre José Cardoso Pires*. Lisboa: Moraes Editores.
- [org.] (2003a): *JOSÉ CARDOSO PIRES, Uma vírgula na paisagem*. Roma: Bulzoni Editore.
- (2003b): “O intertexto evangélico em *Dinossauro Excelentíssimo*”. In: Maria Lúcia Lepecki (org.). *JOSÉ CARDOSO PIRES, Uma vírgula na paisagem*. Roma: Bulzoni Editore: 139-157.
- Oliveira Marques, António Henrique de (1998): *História de Portugal – Volume III – Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.a edição, Lisboa: Editorial Presença.
- Pinto, Francisco (2008): “Professor Miller Guerra – Vida e Obra”. In: *Sinapse*, vol. 8, n° 2: 33-44.
- Portela, Artur, e Cardoso Pires, José (1991): *Cardoso Pires por Cardoso Pires*. Lisboa: PDQ.
- Rêgo, Raul (1982): *Os índices expurgatórios e a cultura portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Ribeiro, Cíntia França (2011): “Língua, paternalismo e autoritarismo em *Dinossauro excelentíssimo*, de José Cardoso Pires”. In: *Revele: Revista Virtual dos Estudantes de Letras* 2: 1-7.
- Rodrigues, Graça Almeida (1980): *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Serpa, Ana Isabel (2013): *A narrativa de José Cardoso Pires: personagem, tempo e memória*. Dissertação de Doutoramento em Estudos Portugueses, apresentada ao Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. Disponível em: [https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/2894/3/Tese DoutoramentoAnaIsabelSerpaVF2014.pdf](https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/2894/3/Tese%20DoutoramentoAnaIsabelSerpaVF2014.pdf) (Consultado em 30 de janeiro de 2020).
- S.a. (s.d.): “Franciso de Moncada do Casal Ribeiro de Carvalho”. Nota biográfica na página da Assembleia da República. Disponível em: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/carvalho_francisco_de_moncada_do_casal_ribeiro_de.pdf (Consultado em 09 de março de 2020).

O romance experimental na literatura brasileira pós-moderna

Réka Dorcsák

Universidade Eötvös Loránd (ELTE), Budapeste

Resumo

Depois das primeiras experimentações vanguardistas, surgiram várias soluções para tentar renovar o gênero do romance. Principalmente no pós-modernismo, surgem novas formas híbridas e se esforça a presença da metaficcionalidade e do próprio leitor na narrativa. Por meio de alguns exemplos literários, o artigo pretende mostrar a continuidade da tendência experimental no Brasil e quer sublinhar a importância do novo papel ativo de seus leitores.

Palavras-chave: literatura brasileira pós-moderna, romance experimental, anarquia formal, leitor ativo

Abstract

After the first avant-garde experiments, several solutions emerged to try to renew the genre of novel. Especially in postmodernism, new hybrid forms emerge, metafictionality and the reader himself appear in the narrative. Through some literary examples, this article intends to show the continuity of the experimental tendency in Brazil and wants to underline the importance of the new active role of their readers.

Keywords: postmodern Brazilian literature, experimental novel, formal anarchy, active reader

Ao tentar determinar as tendências do pós-modernismo literário deve-se enfrentar teoricamente o problema da ampla heterogeneidade que aparece tanto ao nível da definição do próprio termo pós-moderno, quanto ao nível da qualidade literária que representa. Portanto, o presente artigo não pretende dar uma resposta definitiva à problematicidade do pós-modernismo, somente sublinha e explica uma de suas tendências marcantes que tem uma presença forte no Brasil também. Sem dúvida, pode-se observar uma mudança de paradigma na teoria literária que ocorreu nos anos 60 e 70 que universalmente, introduziu novas perspectivas pós-modernistas no processo da interpretação literária.¹ Nasceram novas obras literárias híbridas e polifônicas que contesta-

1 Os teóricos do pós-modernismo como Terry Eagleton, Hal Foster, Fredric Jameson, Ihab Hassan ou Linda Hutcheon, de uma forma unívoca, determinam como referência temporal

ram as convenções narrativas anteriores e que requeriam um novo olhar crítico por parte do leitor. Para ler essas novas obras abertas, surgiu a necessidade da atitude ativa do leitor que fosse capaz de criar a sua leitura legítima dentro da pluralidade de modos de leitura, e que deixando a trás a sua atitude voyeurístico passivo, participa no ato da criação da obra de arte. Por conseguinte, o ato da leitura tornou-se num ato de escritura criativa com que se ampliou definitivamente o horizonte diante as experimentações da linguagem literária e das técnicas da narração elaboradas pelos autores.

A definição do termo *literatura experimental* é pelo menos tão problemática do que a determinação do conceito do “realismo mágico” muitas vezes vinculado diretamente à produção pós-modernista da literatura latino-americana. Criando uma analogia com as ideias de Tamás Bényei sobre o *realismo mágico*, *literatura experimental*, se refere a obras que requerem um modo de leitura pós-moderna (Bényei 1997: 43-51), ou quer dizer em que a metaficcionalidade, a mistura de técnicas narrativas de diferentes estilos ficcionais e a hibridização de gêneros tornam-se na própria temática principal e que criam uma amálgama inovativa (a inovação sempre surge no contexto dado da época literária da criação da obra dada) que requer a participação ativa do leitor na narrativa. Há tantas possibilidades para realizar as experimentações dentro da narrativa que não se pode indicar um limite desde o qual uma obra literária é considerada ser uma obra experimental. No entanto, suas características marcantes como o alto grau da metaficcionalidade, da transtextualidade, do efeito caleidoscópico, da inovação formal e da preocupação com a incorporação do leitor na narrativa de uma forma explícita ou implícita são questões que se esforçam no pós-modernismo. Não obstante, estes problemas não surgiram novamente na literatura universal, tendo sido presentes antes em obras-primas famosas como no *The Life and Opinions of Tristram Shandy, Gentleman* (1759-1767) (*Tristram Shandy*) de Sterne, no *Les faux monnayeurs* (1925) (*Os moedeiros falsos*) de André Gide, no *Finnegans Wake* (1939) (*Finnicius Revém*) de Joyce, no *Pierre Menard, autor del Quijote* (1939) (*Pierre Menard, autor do Quixote*) de Jorge Luís Borges, no *Rayuela* (1963) (*O jogo do mundo*) de Julio Cortázar, todas essas obras experimentais que superando as convenções da época de sua criação, contestaram e inovaram a prosa literária e cuja categorização dentro de um gênero narrativo torna-se problemática. Portanto, o conceito indica melhor um

a segunda metade do século XX, sendo o início da nova era. (Eagleton 1996: 2; Foster 1996: XI-XIX; Jameson 1991: 413-441; Hassan 1987: 92-93; Hutcheon 1991: 20)

modo de percepção de uma obra do que um gênero, ou uma técnica narrativa em concreto. A *literatura experimental* exige um modo de leitura favorecido pelo pós-modernismo, no período do qual a experimentação torna-se regular.

No Brasil, a chamada prosa de ficção pós-64 e o “boom editorial” dos anos 1960 traz a inovação da prosa de tendência mimética, e mostra-se “uma outra vertente em que se enfatiza a construção literária e ficcional que chega, por vezes, à adoção de uma escrita experimental” (Ventura 2005: 241). No entanto, ainda antes da expansão da popularidade das tentativas experimentais dos anos 1970 e 1980, já apareceram algumas tentativas que de uma maneira bastante semelhante com as preocupações do romance pós-modernista, já tinham contribuído para a renovação da prosa brasileira.

Caso falemos da *literatura experimental* como um conjunto de obras em que os traços pós-modernistas principais como a metaficcionalidade, a incorporação explícita ou implícita do leitor na narrativa tornam-se na preocupação essencial ao nível da forma e da temática, então deve-se sublinhar a importância de um novo modo de leitura, um modo de leitura pós-modernista que vai para além da decodificação da trama dos acontecimentos e que se mergulha mais nas digressões que se referem ao próprio ato da leitura. Partindo deste novo olhar pós-modernista, surge a necessidade da revisão da filiação literária de um dos autores mais discutidos, e ao mesmo tempo o mais consagrado na história da prosa brasileira, a produção literária de Machado de Assis. A categorização da prosa de Machado de Assis (1839 – 1908) nos movimentos concorrentes da época, até hoje, significa um desafio para os críticos por causa da introdução de certas técnicas e temas inovadores na prosa realista e naturalista de sua época que não permitem sua filiação simples como padrão do realismo brasileiro. Contudo, em *Memórias póstumas de Brás-Cubas* (1881), em *Quincas Borba* (1892), ou em *Dom Casmurro* (1900) considerados como as obras da fase madura e realista do autor, aparecem certos elementos e técnicas utilizados na narração que dificultam o trabalho dos críticos literários e dos leitores também. Aparecem nessas obras a polifonia da narração, a riqueza de referências intertextuais e a introdução explícita do leitor na narração, que como se fosse um “cúmplice” bem parecido ao leitor do *Tristram Shandy*, às vezes entra em diálogo com o narrador. Luana Ferreira de Freitas em seu artigo intitulado “Sterne em *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*” diz que a originalidade de Sterne que se arraiga sobretudo, na “extrapolação da mediação autoral, numa espécie de excesso do narrador” (Ferreira de Freitas 2014: 187), é um fenômeno que pode ser encontrado no caso das obras consa-

gradas de Machado de Assis também. Nos três romances anteriormente citados do autor brasileiro, trabalha-se com a técnica da negociação intensiva com o leitor, que muitas vezes torna-se numa mera provocação hostil.

Tu (leitor) tens pressa de envelhecer, e o livro anda devagar; tu amas a narração direta e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e o meu estilo são como os ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem... (Assis 1994: 78-140).

Na prosa machadiana, o leitor é estimulado a participar na produção da narrativa e às vezes é convidado explicitamente pelo narrador para completar o texto (Ferreira de Freitas 2014: 191). Como Ferreira de Freitas aponta, uma das consequências da digressividade presente nas narrativas machadianas é a irregularidade estrutural e cronológica calculadas da narração que resultam o efeito estético destes textos literários (Ferreira de Freitas 2014: 194 –195). Portanto, as características principais da narração machadiana tornam legítima a questão da repensão da filiação literária da prosa machadiana cujo resultado maior se manifesta na obra intitulada *O problema do realismo em Machado de Assis* (2011) de Gustavo Bernardo que é considerado ser o primeiro trabalho que ataca a ideia da classificação da produção literária de Machado de Assis, sendo representante do realismo. Não é surpreendente que na era contemporânea surge a necessidade da nova classificação devido ao fato de que Roberto Acízelo de Souza e José Luís Jobim, críticos citados entre outros por Gustavo Bernardo, reconhecendo a singularidade e atemporalidade de Machado de Assis, veem na obra machadiana uma certa síntese de um passado anterior e de um futuro que ainda não se realizou na época de sua obra literária (Bernardo 201: 40). Segundo eles, na prosa machadiana se realiza uma síntese de “back to the future”² que depois vai formar uma das características principais da poética pós-modernista e da tendência experimental.

Depois das primeiras tentativas experimentais machadianas com o objetivo de renovar as técnicas narrativas da prosa brasileira, a era modernista e mais

2 O efeito “back to the future” é explicado através da interpretação do teórico literário húngaro Ernő Kulcsár Szabó. Ele determina o fenómeno “back to the future” como uma das bases da poética suposta do pós-modernismo, um fenómeno para o qual manter os valores estéticos do passado é indispensável, porque sem eles o texto não é capaz de enfrentar o futuro aberto. Neste aspecto, mostra-se uma diferença marcante com o modernismo clássico (as vanguardas) que tem a presença forte no presente (Kulcsár Szabó 1987-1988: 257-261).

especificamente, a estratégia da integração das técnicas vanguardistas europeias vai apresentar os exemplos mais radicais das experimentações narrativas a fim de se afastar das convenções literárias cujo leitor se esgota no âmbito da passividade criativa. Deste ponto de vista, os dois romances experimentais intitulados *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1924) e *Serafim Ponte Grande* (1933) de Oswald de Andrade merecem a análise mais aprofundada. Ao comparar as técnicas experimentais utilizadas nos dois romances, segundo Haroldo de Campos, pode-se observar uma diferença ao nível de suas realizações. *Memórias Sentimentais de João Miramar* trabalha com a inovação ao nível da sintaxe da escrita, efetivamente “ao nível microestético do encadeamento estilístico das unidades do texto” (Campos 1971: 6). Em “À guisa de prefácio” de *Memórias Sentimentais de João Miramar*, o personagem do escritor ficcional Machado Penumbra faz a apresentação crítica do livro em um estilo empolado e arrebitado, recheado de clichês acadêmicos, satirizando o pedantismo do brasileiro atual num contraste gritante com o estilo do narrador-escritor João Miramar que domina o resto do texto (Campos 1971: 6). Depois da consagrada Semana da Arte Moderna surgiu a necessidade da criação de uma linguagem literária nova que é capaz de ser o veículo de uma produção literária destinada a ser exportada. A paródia programática à linguagem pretensiosa e falsa da época literária clássica e romântica e a paródia à oca verbosidade, indicadas com a introdução da expressão famosa da *glótica* no prefácio do romance, seguem estando presentes neste romance experimental que definitivamente aboliu o limite entre prosa e poesia (Campos 1971: 11). Nesse aspecto, segundo Haroldo de Campos deve-se lembrar à tradição paródica introduzida pelo *Ulysses* de Joyce que parodiava todos os principais estilistas da história da literatura inglesa (Campos 1971: 11). Para o leitor deste anti-romance de Oswald de Andrade, deparasse-lhe a montagem cubista de capítulos curtos que narram ou fazem a impressão de serem retalhos do passado do narrador-protagonista do romance cuja trama se reduz à segunda posição na hierarquia estrutural. O leitor deve decifrar os fragmentos-episódios da história anti-picaresca do anti-romance experimental, deixando atrás o modo de leitura tradicional e linear. A rebeldia de Oswald de Andrade explicada em *Manifesto Antropófago* (1928) por causa da ausência da atitude crítica da elite literária cujo trabalho se reduz simplesmente à recepção e adaptação acríticas dos movimentos literários europeus (Andrade 2011: 70), manifesta-se de uma forma mais radical em seu outro romance intitulado *Serafim Ponte Grande*. Haroldo de Campos começa sua análise com a tentativa da determinação do gênero do livro. E para

a grande surpresa do leitor já no título de seu estudo manifesta-se a grande inovação da escrita de Oswald de Andrade: “Serafim: Um grande não-livro” (Campos 1971: 95). Como Haroldo de Campos explica, a grande inovação desta escrita prosaica de Oswald de Andrade se arraiga no fato de ter criado um romance-invenção que “põe em xeque a ideia tradicional do gênero e da obra literária para nos propor um novo conceito de livro e de leitura” (Campos 1971: 95). O que vimos se manifestar no caso de *Memórias Sentimentais de João Miramar*, a experimentação de colocar o romance numa situação limite entre prosa e poesia, no caso da história de *Serafim Ponte Grande* se radicaliza e chega à desarticulação total da forma romanesca tradicional (Campos 1971: 95-96). A experimentação literária aqui se realiza ao nível da macroestrutura do romance que nos lembra de novo as técnicas utilizadas por Sterne em *Tristram Shandy*, que sendo um extremado revolucionário da forma romanesca, desnudou o processo da estruturação do romance e pôs em discussão sua própria estrutura (Campos 1971: 96-97). Para além da técnica da composição híbrida de seu romance por pedaços ou amostras de vários livros possíveis, e do uso da mistura de diferentes registros ficcionais como os da carta, do diário, da literatura de viagens, da memória, do ensaio, etc. Oswald de Andrade já ao nível dos elementos paratextuais cria uma inovação chocante. Apesar de que normalmente as primeiras páginas de um romance incluem os índices neutrais das “Obras de autor”, “Título” e “Copyright”, nas primeiras páginas do *Serafim Ponte Grande*, o leitor enfrenta a questão da desautomatização de sua leitura. Em lugar do índice de “Obras do autor” o leitor lê “Obras Rene-gadas”, na lista da qual se encontra o título do próprio romance. Além disso, a indicação do *copyright* fica “parafraseada em tom escarninho” (Campos 1971: 95): “Direito de ser traduzido, reproduzido, e deformado em todas as línguas” (Andrade 1971: 93). Aparece a “Errata” deslocada de sua posição habitual, que funciona autonomamente, como se fosse um capítulo independente ao final do livro, e surge finalmente a indicação da data da elaboração do livro, sendo originalmente um *cólofon* que mostra uma cronologia posta ao revés que de uma forma ridiculariza a indicação formal e clássica da data do nascimento da obra (Campos 1971: 95): “Este livro foi escrito de 1929 (era de Wall-Street e Cristo) para trás” (Andrade 1971: 197). Por meio destas experimentações da forma convencional do romance de Oswald de Andrade, o leitor encontra a quebra da automatização de sua leitura a que foi submetido durante as épocas anteriores da literatura. A técnica da acumulação paródica de modos de fazer prosa, ferramenta primordialmente utilizada pelos vanguardistas, neste caso

se coincide com a estratégia do *kitsch* utilizada pelo pós-modernismo, que contribui para a criação de um anti-romance metanarrativo experimental que requer o olhar crítico por parte do leitor e que supera sua época.

Segundo Roberto Ventura, o aparecimento da escrita experimental, que se encontra menos comprometida com o mercado editorial e com as exigências do público de romances, se relaciona ao processo de modernização econômica e de expansão urbana do Brasil nas décadas de 1960 e 1970 (Ventura 2005: 241), no período da ditadura militar do Brasil (1964–1985) que não somente indicou o início de uma nova era política. Como Silviano Santiago, escritor e teórico literário brasileiro da época também afirma, na literatura pós-64 “opera-se uma guinada importante no processo evolutivo linear do modernismo, concretizado por um gesto de ruptura que, por sua vez, determina o aparecimento de um novo período de nossa história literária, chamado de pós-modernista” (Santiago 2002: 14). Na América-Latina principalmente engajada pela direção de uma literatura mágico-realista e alegórica, no Brasil espalha-se uma certa retomada dos princípios estéticos fundamentados pelo realismo social dos anos 1930 (Santiago 2002: 14). Segundo Karl Erik Schøllhammer o denominador comum entre estas duas vertentes seria “o compromisso temático com uma crítica social e política contra qualquer tipo de autoritarismo” (Schøllhammer 2009: 23). E como Silviano Santiago também reforça essa ideia, “a partir de 64, a literatura mostrou que os donos do poder no Brasil têm olhos e ouvido reais, boca e nariz como qualquer um, mãos injustas e, sobretudo, inteligência para se manter indefinidamente assentados na direção do país” (Santiago 2002: 21). A surgida desse novo olhar crítico trouxe a inovação formal da prosa também. Silviano Santiago sublinha a importância da mudança que aparece depois do golpe militar de 1964 na literatura, e diz que

(...) a boa literatura pós-64 não carrega mais o antigo otimismo social que edificava, encontrado em toda a literatura política que lhe é anterior. Por essa razão também é que o texto literário deixa de se expressar pelos tons grandiloquentes e pelos exercícios da alta retórica. A boa literatura pós-64 prefere se insinuar como rachaduras em concreto, com voz baixa e divertida, em tom menor e coloquial (Santiago 2002: 21).

Essa preocupação com a linguagem literária parece ser semelhante com a inovação linguística oswaldiana que queria introduzir uma nova linguagem literária que não fosse contaminada pelo estilo empolado e arrebicado dos

clichês acadêmicos das grandes narrativas anteriores e que fosse capaz de ser o veículo verdadeiro e efetivo da produção literária brasileira. Nesse ponto da literatura brasileira, no ambiente pós-modernista, se espalha o uso de uma escrita experimental que seria capaz de abranger a nova temática crítica urbano-social e a nova linguagem literária simples, cotidiana e às vezes vulgar. Portanto, cria-se uma vertente baseada nas experimentações narrativas que

(...) se afasta do padrão realista, recorrendo à estética do fragmento, à dissolução de gêneros, à contaminação entre prosa de ficção e escrita ensaística, à tensão entre prosa e poesia, à incorporação da linguagem das técnicas do cinema e das mídias eletrônicas, como a televisão e o rádio (Ventura 2005: 2 41).

Silviano Santiago destaca a grande heterogeneidade da produção pós-modernista brasileira em que talvez seja o denominador comum a “anarquia formal” que demonstra a vivacidade do gênero romanesco capaz de ser renascido das suas próprias cinzas e a criatividade de seu escritor (Santiago 2002: 34).

Essa criatividade formal se manifesta nos romances *Bebel que a cidade comeu* (1968) e *Zero* (1975) de Ignácio de Loyola Brandão e em *A festa* (1978) de Ivan Ângelo em que o olhar crítico da situação político-social e a necessidade da criação de uma nova linguagem literária resultam uma amálgama de experimentações técnicas curiosas. Em *Zero* como Malcolm Silverman em sua obra intitulada *Moderna ficção brasileira* (1978) afirma: “Uma mescla de tragédia e comédia, realidade e fantasia, presente e passado, fundem-se para criar uma visão vibrante do turbilhão urbano e de sua estrutura caótica” (Silverman 1978: 226). Contudo, o tema da apresentação da estrutura caótica da sociedade urbana da época se manifesta ao nível da composição do próprio livro também. Posto que o texto é entrecortado de “inserts” de diferentes gêneros ficcionais e não ficcionais: desenhos, anotações, comentários, amargas anedotas de personagens secundários, decretos governamentais, citações e discursos do presidente, estatísticas, anúncios de jornais, slogans de propaganda, etc., dentro do conjunto do qual a história do próprio protagonista aparentemente se perde (Simões de Almeida 1980: 91). A trama convencional de mostrar a autobiografia deste personagem se reduz à segunda posição na hierarquia textual e eleva-se a importância da própria estrutura do romance. Linda Hutcheon em sua obra intitulada *Poética do Pós-modernismo* (1991) já destacou como característica comum da produção pós-modernista, o fato de

que a obra artística imita a vida cotidiana³. Neste caso, torna-se explícita essa intenção autoral que retrata a tensão interior da sociedade brasileira ao nível da forma narrativa. Numa época caracterizada pela forte presença da censura literária, a literatura procurou novas portas a abrir.

As tão propaladas 'gavetas vazias' encontradas após a atenuação e o desaparecimento da censura institucionalizada apresentavam-se, na verdade em cheias de interrogações (...). Havia muita coisa por baixo do 'vazio cultural'; um fervilhar subterrâneo de ideias, de questionamentos, uma espécie de não conformismo, de rebeldia, de outros caminhos que se esboçavam (Pellegrini 1996: 14).

A censura modificou a forma de produzir literatura no Brasil e contribuiu para a expansão da literatura experimental exercida pelos autores dos anos 1970 e 1980. Em *Zero* (1975)⁴ pode-se observar a necessidade da criação de uma literatura que com seu efeito caleidoscópico seria capaz de integrar o leitor na narrativa de uma maneira implícita para que ele possa preencher os vazios e lacunas deixados no texto. A fragmentariedade, a montagem de diferentes tipos de textos, a presença forte dos casos de intertextualidade cria uma amálgama textual com o objetivo de evitar a explicitude na interpretação.

3 Umberto Eco sugeriu a ideia de que o pós-modernismo nasce no momento em que descobrimos que o mundo não tem nenhum centro fixo e, conforme Foucault ensinou, o poder não é algo unitário que existe fora de nós. Esses dois *insights* se refletem constantemente nas artes atuais, da arquitetura à ficção (Hutcheon 1991: 118).

ou como Angela Maria Pelizer de Arruda explica:

Tudo se resume a pequenas partes separadas de um quebra-cabeça que parece não se juntar nunca, de forma a apresentar a vida – que é (ou deveria ser) algo contínuo e ininterrupto – em algo completamente fragmentado e separado pelos dias vividos e pelos ambientes e situações encontrados (...) Essa fragmentação é refletida na arte pós-moderna (Pelizer 2012: 229 – 230).

4 Antes de sua publicação brasileira, *Zero* foi precedido por uma edição traduzida para o italiano por Antonio Tabucchi, em 1974. A primeira edição brasileira só saiu em 1975 para ser proibida no ano seguinte, graças à tesoura da censura, que percebeu no livro a crítica acirrada aos anos de ditadura militar (Hidemi de Lima 2008: 2).

Portanto, as questões críticas do narrador devem ser respondidas ou pelo menos reconhecidas pelo leitor, que durante sua leitura fica implicitamente integrada na narrativa, formando assim um diálogo entre texto e leitor, ideia suposta pelos teóricos da recepção⁵. A contestação do agitado panorama paulistano, do engajamento político, da hipocrisia feminina, da marginalização social, da violência opressiva surgida por causa da desigualdade social, da burocracia, do papel da Igreja, da influência dos Estados Unidos são temas abordados em *Bebel que a cidade comeu* (1968) e em *Zero* (1975) também. No entanto, o leitor assume a responsabilidade de decifrar as alusões metafóricas e as histórias paralelas para atingir uma certa resposta crítica. Todos esses temas sociais mencionados, que aparentemente são características principais da prosa brasileira atual, têm o papel de ilustrar a destruição e alienação do indivíduo na sociedade (outro tópico concorrente na poética pós-moderna) que dessa maneira, manifesta-se ao nível da estruturação do romance. Os dois romances experimentais de Ignácio de Loyola Brandão mostram a destruição da moral e da conduta social das épocas anteriores consagradas no ufanismo otimista e a destruição das convenções literárias anteriores (Silverman 1978: 223-226). Como consequência da reconstrução do caos completo da realidade experimentada, a narração da história também não pode seguir a linearidade e precisa da modernização de sua linguagem.

José lendo, os romances terminados, sobrando os livros políticos. Chatos, ele não entende todos, mas lê, gosta de ver as palavras. José começa a se cansar das palavras, letras somadas, porque estas letras juntas querem dizer alguma coisa. E se eu ajuntar letras, assim: clutgrf.? Isso é uma palavra. Cansado de ficar sentado em cima dos livros. Queria alguém que explicasse os livros políticos (Brandão 1976: 50).

A preocupação com a linguagem e com a composição da obra literária tornam-se na temática principal de *Zero*. A acumulação de diferentes modos de fazer prosa, a pontuação estranha, a experimentação gráfica e os excessos

5 A teoria da recepção formada por Hans Robert Jauss representa uma postura contrária à atitude formalista e estruturalista que se enfocam na análise imanente do texto literário. A teoria da recepção percebe a literatura como uma comunicação estética entre obra e leitor. Como consequência dessa nova visão comunicativa, a teoria destaca a importância do leitor no processo interpretativo e procura o efeito provocado nele pelo texto literário (Jauss 1979: 43 – 63).

ortográficos desestabilizam a atenção do leitor e gradativamente, as digressões metalinguísticas começam a domar a história ficcional.

Dessa maneira semelhante, cria-se o universo ficcional de uma outra obra experimental famosa da época, da obra intitulada *A festa* (1978) de Ivan Ângelo. Rita de Cássia Simões Martelini em seu estudo intitulado “As estratégias narrativas em *A festa*” (2010), sublinha a importância do papel da irregularidade calculada da estrutura do livro. O primeiro episódio do “Documentário” inclui vários textos recortados que apontam para diferentes momentos da história do Brasil. Surgem os tópicos da seca nordestina e as suas consequências sociais de que sofre o país. O livro começa com a narração jornalística da chegada de um grupo de nordestinos flagelados a Belo Horizonte em março de 1970. Esse momento tirado da realidade histórica do Brasil se coincide com o acontecimento central da ficção, o acontecimento da festa do aniversário do pintor Roberto Miranda. O primeiro episódio mistura trechos jornalísticos, citações de livros e discursos políticos cujo conjunto faz ouvir as diversas vozes da época. Esse tom documentarista do primeiro episódio, no entanto, com a leitura das outras partes do livro fica ser contestado e aparece a preocupação com a relação entre História e ficção, ou melhor entre veracidade e ficcionalidade. O tom jornalístico e documentarista do primeiro episódio perde-se na segunda parte do livro, que contém seis narrativas aparentemente independentes com seus próprios narradores. Pode-se ler nesse segundo episódio a história de diferentes personagens: a história de um casal que comemora seu aniversário de casamento, as inquietações de uma mulher hipócrita, a experiência de desilusão e solidão de um advogado, sendo representante da elite da sociedade, e a infelicidade de um casal na hora da criação de sua família. Através desses contos fragmentados e inacabados, o leitor tem a possibilidade de ampliar sua dimensão restringida aos anúncios jornalísticos do episódio anterior e chega a captar alguns momentos expressivos da história da vida de alguns personagens que pertencem à época pintada no início do livro. Ao tentarmos definir o gênero do livro, devemos enfrentar algumas dificuldades. Por um lado, o início do romance experimental não coincide com o início físico do livro. Como Rita de Cássia Simões Martelini também aponta, a primeira parte do próprio romance começa com o episódio de “Antes da festa” e termina com a segunda parte intitulada “Depois da festa” (Martelini 2010: 80-82). “Antes da festa” é basicamente composta por anotações do escritor e por breves textos e diálogos que de uma forma estão relacionados com a festa que acontecerá no apartamento de Roberto Miranda (Martelini 2010: 80). Os personagens, apa-

rentemente independentes dos contos anteriores, estão de volta e esclarece-se seu envolvimento na trama (Martelini 2010: 80-81). Para além dos personagens surgidos nos contos anteriores, aparece um outro personagem crucial, o personagem do escritor cujas anotações vinculam a realidade do ato da criação artística com a realidade do mundo ficcional criado.

(Anotação do escritor: Incluir em Antes da festa várias “anotações do escritor” (inclusive esta). São projetos, frases, ideias para contos, preocupações literárias, continhos relâmpagos, inquietações. Assim, o escritor seria, junto com Samuel, personagem principal da história que está escrevendo. Personagem involuntário, porque é “outro autor” – ele mesmo, ou o homem que ele viria a ser, convivendo artificialmente no tempo e no espaço com o homem que ele tinha sido – é “outro autor” quem junta os pedaços desconexos de suas anotações (Ângelo 1978: 117-118).

A montagem, a fragmentariedade, a mistura dos diferentes gêneros narrativos e as anotações do escritor resultam uma obra inacabada, ou uma obra aberta típica do pós-modernismo literário que exige de seu leitor tornar-se participante da narrativa, “concentrando-se o máximo possível para não se perder na teia dos acontecimentos paralelos” (Martelini 2010: 82). Em “Depois da festa” por causa de sua aparência em cor azul (páginas coloridas na 4ª edição), o leitor desautomatiza sua leitura e percebe a posição-chave deste capítulo composto por notas ou minicontos autônomos que de certa maneira oferecem um desfecho insatisfatório para as seis narrativas anteriores do livro. A observação de Haroldo de Campos para descrever o fenômeno oswaldiano experimentado em *Serafim Ponte Grande* (1933) pode ser aplicada no caso de *A festa* também: “um livro como se fosse a antologia de si mesmo”⁶. Porém, para além dos comentários construtivos que entrelaçam os pedaços capazes de serem

6 Cf. Prudente de Moraes e Sérgio Buarque de Holanda, In: *Estética*, Rio de Janeiro: Livraria Odeon. 2: 218-222:

Uma das características mais notáveis deste “romance” do Sr. Oswald de Andrade deriva possivelmente de certa feição de antologia que ele lhe imprimiu (...) A construção faz-se no espírito do leitor. Oswald fornece as peças soltas. Só podem se combinar de certa maneira. É só juntar e pronto (Campos 1971: 97).

lidos isoladamente também, o texto literário inclui sua própria crítica envolvida na falsa intenção do autor, nos problemas surgidos na criação literária, e na estrutura e trama cheias de lacunas e vazios que podem desorientar a interpretação do leitor:

Este livro (diz o escritor recebendo os originais) é o resultado de um fracasso. É o que eu consegui fazer de um projeto pretensioso que tracei em linhas gerais há uns dez anos ou mais (...) e no que mexi apenas algumas vezes nesse tempo todo, entravado pela falta de tempo, pelo lazer, pela preguiça,...). O fracasso que eu digo está no miolo, que não existe. O livro se dividia originalmente em três livros separados: Antes da festa, A festa e Depois da festa. (...) Mas então, (...): falta a festa. (...) Eu cheguei à conclusão de que o livro existe sem a parte do meio, mas isso não me impede de enxergar a fissura. É claro que eu não vou deixar o leitor perceber isso. Mas me incomoda (Ângelo 1978: 167-168).

De uma forma parecida, o leitor de *O caso Morel* (1973) de Rubem Fonseca também assume um papel ativo na narrativa, se tornando em um mero inspetor ou investigador que para além de seguir os fios oferecidos pela trama, também deve decidir a legitimidade dos vestígios a examinar. Rubem Fonseca, o famoso escritor brasileiro que introduziu o *brutalismo* e o romance policial na produção literária brasileira desde os anos 1960 (Bosi 2006: 436), por meio das ferramentas poéticas do gênero popular do romance policial, expressa sua preocupação primordial com a criação artística, desconstruindo dessa maneira a tradição do romance policial clássico e *noir* (Panta 2010: 22). O gênero policial, em geral, é composto por fatos a serem desvendados, formando assim um jogo entre o leitor e a própria narrativa (Panta 2010: 21). A metaficção policial criada por Rubem Fonseca, portanto, na analogia do romance policial clássico e *noir*, tem o objetivo de criar um diálogo dinâmico, um jogo entre leitor e o texto literário. No entanto, aqui “o território investigado” não se restringe somente ao universo ficcional criado devido ao fato de que com as anotações e digressões do narrador aparece a dimensão do ato da escritura e da composição do livro que desta maneira fazem refletir o leitor no próprio ato de sua interpretação. Paralelamente com o processo da investigação do crime, o leitor torna-se cada vez mais envolvido nos acontecimentos por causa da falta de um desfecho satisfatório do caso criminal. Esse fenômeno

pode ser observado de uma forma parecida com *O Caso Morel* (1973)⁷, em *A grande arte* (1983)⁸ e em *Agosto* (1990)⁹, romances categorizados como romances policiais cuja temática principal seria antes o próprio problema do processo da interpretação correta do que o próprio crime. Nos três romances experimentais, Rubem Fonseca questiona a veracidade dos fatos e mostra que não existe uma única verdade ou resposta aos assassinatos. A inexistência da verdade absoluta introduz a ideia da ausência do processo de uma interpretação correta absoluta também (Panta 2010: 18). Dessa maneira, Rubem Fonseca cria o gênero original do romance aberto que misturando os clichês populares do romance policial, é capaz de se questionar a si mesmo. Nos três romances “o processo de revelação dos culpados mistura-se com o ato de fazer literário, já que o resultado da investigação é fruto do conjunto dos textos coletados e interpretados pelo narrador” (Panta 2010: 18).

As questões projetadas pelas obras experimentais até este ponto tratadas mostram as principais preocupações da teoria da recepção literária: a incorporação do leitor na narrativa, preenchendo os vazios deixados no texto, o ato de comunicação entre leitor e o texto literário, o processo da interpretação

7 *O caso Morel* é

a história de um artista plástico e fotógrafo que se encontra na prisão, sob suspeita de homicídio; encarcerado, decide escrever uma autobiografia ficcionalizada e, para isso, pede conselhos a um escritor. É também a história de um ex-policial, que é procurado por seu amigo delegado para auxiliar um artista plástico acusado de assassinato a escrever um livro na prisão; o escritor se interessa pela narrativa do preso e contribui com suas investigações para que o caso chegue a uma resolução adequada (Brandão e Martins 2009: 4).

8 Romance policial na linha do brutalismo ianque (Bosi 2006: 436) em que se conta a história de um assassinato de uma prostituta. No entanto, depois da cena descrita como se o ponto de vista do narrador fosse uma objetiva de uma câmera, o leitor educado no romance policial clássico pode sentir desapontamento, posto que na segunda parte do romance começa a narração de Mandrake, que informa o leitor a forma como ficou sabendo do assassinato e dos fatos ocorridos posteriormente e que tem a intenção de mostrar sua visão do ocorrido a partir de sua interpretação dos fatos de testemunhos. *A grande arte* para além de abordar a temática do crime e da sociedade brasileira, trata sobre a experiência artística (Panta 2010: 17-21).

9 “relato dos eventos que precederam o suicídio de Getúlio Vargas misturado com flashes da vida privada tanto de seus admiradores quanto de seus desafetos: quase crônica política, quase-romance” (Bosi 2006: 436-437).

dinâmica que resulta a recepção produtiva, a renovação da linguagem literária capaz de ser o veículo de uma comunicação possível, etc. (Jauss 1979: 43–63). A onda da experimentação literária iniciada nos anos entre 1960 e 1980 continua ser presente na prosa de ficção brasileira contemporânea a partir da metade dos anos 1990 até nossos dias (Resende 2008: 15). Como Beatriz Resende em sua obra intitulada *Contemporâneos: Expressões da literatura brasileira no século XXI* afirma que “apesar das queixas repetidas de que há poucos leitores” (Resende 2008: 15), publica-se muito e novos escritores, editoras, prêmios e eventos literários surgem. Segundo a estudiosa brasileira a prosa vive um momento de grande qualidade que se manifesta na experimentação inovadora, na escrita cuidadosa, no conhecimento das possibilidades de sintaxe, na erudição inesperada, na imaginação e na originalidade na escritura e no surpreendente repertório de referências da tradição literária modernista (Resende 2008: 17). As características destacadas pela estudiosa e crítica literária brasileira, são também características de todas as obras experimentais tratadas tanto ao nível nacional brasileiro, quanto ao nível internacional da produção literária. Leyla Perrone-Moisés também fala da existência de uma chamada literatura exigente que “prolonga a experimentação praticada na alta modernidade, sem repeti-la” (Perrone-Moisés 2016: 3479, 4520). Esses autores não se conformam com os limites genéricos anteriores à modernidade e mesclam-nos livremente (Perrone-Moisés 2016: 3479, 4520). Por meio da falta do tempo linear e da coerência totalizadora e por causa do uso de um narrador que “passa entre a narrativa e as digressões filosóficas e poéticas” (Perrone-Moisés 2016: 3479, 4520) cria-se uma heterogeneidade na produção que gera a possibilidade inexplorável de experimentações na linguagem, nos formatos, na relação que se busca com o leitor, no suporte e nas convicções sobre o que é literatura (Resende 2008: 18). Autores como Carlos de Brito e Mello, Evando Nascimento, André Queiroz, Julián Fuks, Alberto Martins, Nuno Ramos, Bernardo Carvalho, Luiz Ruffato entre outros, todos praticam uma “literatura exigente” ou “de proposta”, herdeira das vanguardas do século XX, marcada pelo ensaísmo, pelas artes plásticas e pela recusa da linearidade narrativa. Esses escritores segundo Leyla Perrone-Moisés “procuram novos modos de contar e de se contar, mais condizentes com a complexidade do mundo atual. (...) Esses autores vão na contramão do discurso fácil da informação e do entretenimento” (Perrone-Moisés 2016: 3690-3709, 4520). Portanto, vão em busca de leitores que afastando-se das convenções literárias anteriores querem ser participantes ativas da narrativa, entrando em diálogo com o texto literário e com a própria

tradição literária, que têm a capacidade de descobrir a pluralidade das possibilidades da interpretação oferecidas pelas obras inacabadas, ou melhor dizer, pelas obras na espera de serem acabadas no ato da leitura.

Referências Bibliográficas (revisar)

- Acízelo de Souza, Roberto e Jobim, José Luís (1987): *Iniciação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico.
- Andrade, Oswald de (1928): “Manifesto antropófago”. In: Andrade, Oswald de (2011): *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo: 67-74.
- Andrade, Oswald de (1971): *Memórias Sentimentais de João Miramar*. 3ª edição. In: *Obras Completas de Andrade II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Andrade, Oswald de (1971): *Serafim Ponte Grande*. 2ª edição. In: *Obras Completas de Andrade II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ângelo, Ivan (1978): *A festa*. 4ª edição. São Paulo: Summus.
- Assis, Machado de (1994): “Memórias Póstumas de Brás Cubas”. 3ª edição. In: *Obra Completa. vol. I*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/23-romance>(consultado em 24 de julho de 2018)
- Assis, Machado de (1994): “Dom Casmurro”. In: *Obra Completa. vol. I*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/23-romance>(consultado em 24 de julho de 2018)
- Assis, Machado de (1994): *Quincas Borba*. 3ª edição. In: *Obra Completa. vol. I*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/23-romance>(consultado em 24 de julho de 2018)
- Bényei, Tamás (1997): *Apokrif iratok: Mágikus realista regényekről*. Debrecen: Kossuth Egyetemi Kiadó.
- Bernardo, Gustavo (2011): *O problema do realismo em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- Borges, Jorge Luis (2017): *Ficciones*. in: *Cuentos completos*. Barcelona: Debolsillo.
- Brandão, Ignácio de Loyola (1986): *Bebel que a cidade comeu*. 4ª edição. São Paulo: Global Editora.
- Brandão, Ignácio de Loyola (1976): *Zero*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Brasília.
- Bosi, Alfredo (2006). *História concisa da literatura brasileira*. 43ª edição. São Paulo: Editora Cultrix.
- Brandão, Janilse Paula e Martins, Geraldo Vicente (2009): “Narratividade em O Caso Morel de Rubem Fonseca”. In: *Anais do Enic*, 1: 1 – 13

- Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/enic/article/view/1132> (consultado em 24 de julho de 2018)
- Campos, Haroldo de (1971): "Miramar na mira". In: *Memórias Sentimentais de João Miramar. Obras Completas de Andrade II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 3 – 31.
- Campos, Haroldo de (1971): "Serafim: um grande não-livro". In: *Serafim Ponte Grande. Obras Completas de Andrade II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 95 – 117.
- Cortázar, Julio (1963): *Rayuela*. Madrid: Editorial Sudamericana.
- Disponível em: http://red.ilce.edu.mx/sitios/micrositios/cortazar_aniv/pdf/8_Cielo_Rayuela_libro.pdf(consultado em 24 de julho de 2018)
- Costa Lima, Luiz (1979): *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Eagleton, Terry (1998): *As ilusões do pós-modernismo*. (trad. Elisabeth Barbosa) Rio de Janeiro: Zahar. Disponível em: <https://slidex.tips/download/as-ilusoes-do-pos-modernismo> (consultado em 24 de julho de 2018)
- Ferreira de Freitas, Luana (2014): "Sterne em *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*". In: *Machado de Assis em linha*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 14: 183 – 197. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mael/v7n14/1983-6821-mael-7-14-00183.pdf> (consultado em 24 de julho de 2018)
- Fonseca, Rubem (1993): *Agosto*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- Fonseca, Rubem (1990): *A grande arte*. 12ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- Fonseca, Rubem (2010): *O caso Morel*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Agir.
- Foster, Hal (1985): *Postmodern Culture*. London and Sydney: Pluto.
- Foster, Hal (1996): *The Return of the Real: the avant-garde at the end of the century*. London: The MIT Press.
- Gide, André (1966): *A pénzhamisítók* (trad. Réz Pál). Budapest: Európa Könyvkiadó.
- Hassan, Ihab Habib (1987): *The Postmodern Turn*. Columbus: Ohio State University Press.
- Hidemi de Lima, Marcos et Fleury Bertoncini, Andréa (2008): "América Latíndia de(zer)icizada" In: *Travessias*, 3: 1 – 10
- Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3103/2441>(consultado em 24 de julho de 2018)
- Hutcheon, Linda (1991): *Poética do pós-modernismo*. (trad. Ricardo Cruz). Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Jameson, Fredric (1996): "A késői kapitalizmus kulturális logikája". In: *Testes könyv I*. Kiss Attila, Attila et al. (org.). Szeged: Ictus és Jate: 413 – 442.
- Jameson, Fredric (1991): *Postmodernism, or The Cultural Logic of Late Capitalism*. London: Verso.
- Jauss, Hans Robert (1979): "A estética da recepção: Colocações gerais" (trad. Luiz Costa Lima). In: *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 43 – 63.

- Jauss, Hans Robert (1999): "Eszztétikai tapasztalat és irodalmi hermeneutika" (trad. Bernáth Csilla). In: *Recepcióelmélet – esztétikai tapasztalat – irodalmi hermeneutika*. Budapest: Osiris: 139 – 157.
- Jauss, Hans Robert (1999): „Irodalomtörténet mint az irodalomtudomány provokációja” (trad. Bernáth Csilla). In: *Recepcióelmélet – esztétikai tapasztalat – irodalmi hermeneutika*. Budapest: Osiris: 36 – 85
- Kulcsár Szabó, Ernő (1996): "A másság mint jelenlét (Posztmodern kortudat és irodalmiság)". In: *Beszédmód és horizont*. Budapest: Argumentum: 233 – 266.
- Martelini, Rita de Cássia Simões (2010): "As estratégias narrativas em *A festa*, de Ivan Ângelo". In: *Terra roxa e outras terras* (Revista de Estudos Literários). 19: 72 – 83. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/terraroixa/article/view/24968/18298> (consultado em 24 de julho de 2018)
- Panta, Carolina Oliveira de (2010): *Literatura e cinema: nas tramas das grandes artes*. Monografia de Licenciatura. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29308/000776722.pdf?sequence=1> (consultado em 24 de julho de 2018)
- Pelizer de Arruda, Angela Maria (2012): "Cultura e literatura contemporâneas: algumas abordagens pós-moderno" In: *Revista Estação Literária* 9: 220 – 237. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL9Art16.pdf> (consultado em 24 de julho de 2018)
- Pellegrini, Tânia (1996): *Gavetas vazias. Ficção e política nos anos 70*. São Paulo: Editora da UFSCar.
- Pereira, Dulce Mary Godinho (2008): *O Caso Rubem Fonseca: uma análise do "mal-estar" na escritura*. Dissertação de pós-graduação. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2851/1/dulcemarygodinhopereira.pdf> (consultado em 24 de julho de 2018)
- Perrone-Moisés, Leyla (2016): *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras. 2016. (livro digital em formato kindle adquirido em 16 de janeiro de 2017 no amazon.com)
- Resende, Beatriz (2008): *Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Biblioteca Nacional.
- Santiago, Silviano (2002): *Nasmalhas da letra: ensaios*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- Disponível em: <https://iedamagri.files.wordpress.com/2016/02/silviano-santiago-nas-malhas-da-letra.pdf> (consultado em 24 de julho de 2018)

Schøllhammer, Karl Erik (2009): *Ficção brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

Silverman, Malcolm (1978): *Moderna ficção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

Simões de Almeida, Doloris R. (1980): "A propósito do romance Zero de Ignácio de Loyola Brandão". In: *Travessia* 1: 89 – 94.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/download/18172/17059>(consultado em 24 de julho de 2018)

Sterne, Laurence (1989): *Tristram Shandy úr élete és gondolatai* (trad. Győző Határ). Budapest: Európa.

Ventura, Roberto (2005): "Prosa experimental no Brasil". In: *Literatura e sociedade* 8: 240 – 247. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/19627/21691>(consultado em 24 de julho de 2018)

Do cruzamento de margens e linguagens: a crônica jornalística como gênero narrativo e materialidade discursiva

Tito Eugênio Santos Souza
Universidade de Coimbra

Resumo: Do cruzamento de margens e linguagens: a crônica jornalística como gênero narrativo e materialidade discursiva

Este artigo tem como objetivo propor um modelo interdisciplinar de análise para a crônica jornalística sobre sujeitos marginalizados, a partir do cruzamento de conceitos e métodos provenientes das Ciências da Comunicação, dos Estudos Narrativos e da Teoria Social. Para isso, inicialmente procurou-se delimitar a crônica como gênero jornalístico e apontar as suas principais características discursivas. Em seguida, a partir dos conceitos de narratividade, contexto e experiência, discutiu-se tanto a sua inserção no âmbito dos estudos narrativos como a sua aplicabilidade na pesquisa social, culminando na apresentação de um modelo de análise. Por fim, com o intuito de operacionalizar tais conceitos e aplicar o modelo proposto, foram analisadas três crônicas de autores brasileiros sobre sujeitos marginalizados, como forma de identificar as principais estratégias discursivas utilizadas pelos cronistas na representação da experiência humana.

Palavras-chave: crônica jornalística; narrativa; discurso; marginalizados.

Abstract: Crossing borders and languages: the journalistic chronicle as a narrative genre and a discursive materiality

This paper aims to propose an interdisciplinary analysis model for journalistic chronicles about marginalised people, starting from the intersection of concepts and methods from the Communication Sciences, the Narrative Studies, and the Social Theory. For this, it was initially sought to delimit chronicle as a journalistic genre and to point out its main discursive characteristics. Then, from the concepts of narrativity, context and experience, its insertion in the scope of narrative studies and its applicability in social research were both discussed, culminating in the presentation of a model of analysis. Finally, in order to operationalise these concepts and to apply the proposed model, three chronicles of Brazilian authors about marginalised people were analysed, identifying the main discursive strategies used by the writers in the representation of human experience.

Keywords: journalistic chronicles; narrative; discourse; marginalised people.

Dentre os diversos gêneros jornalísticos existentes, a crônica é um dos que mais se aproxima da escrita literária, em termos de linguagem e de representação da experiência humana. Não por acaso, diversos são os autores que a referem como um gênero híbrido, situado na fronteira entre o jornalismo e a literatura (Mesquita 1984; Melo 2002; Santana, 2003; Lopes 2010). Por conseguinte, a sua definição como gênero é um tanto problemática, a começar pelo fato de que o vocábulo “crônica” mudou de sentido ao longo dos séculos e pode ser compreendido em, pelo menos, duas grandes acepções, segundo Reis e Lopes: como relato historiográfico e como texto de imprensa (Reis e Lopes 2002). Aqui, interessa-nos especificamente a segunda acepção, cujas principais características delimitadoras discutiremos adiante.

Se considerarmos apenas a sua tipificação como gênero jornalístico, existem diferenças consideráveis mesmo de um país para outro, conforme os usos e finalidades socioculturais que a crônica pode assumir. Com efeito, Melo demonstra não haver um consenso em relação à natureza do gênero, ao comparar a crônica do jornalismo hispano-americano à do luso-brasileiro. Segundo ele, enquanto, na tradição de língua espanhola, a crônica é situada como um gênero informativo, “sendo sua função precípua oferecer descrições (matizadas pela observação de cada cronista) ao público leitor dos jornais e revistas”, no jornalismo luso-brasileiro é classificada como um gênero opinativo, “situado na fronteira entre a informação de atualidades e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real” (Melo 2002: 146-147).

Seja como for, a crônica mostra-se um dos gêneros jornalísticos mais abertos à subjetividade do autor, apresentando propriedades discursivas que a distinguem perante os demais textos de imprensa. No entanto, devido à sua natureza híbrida, observamos que normalmente lhe é atribuído um posto secundário ou de menor importância na hierarquia dos gêneros do discurso jornalístico. Vista por alguns autores como um “gênero menor” (Candido 1992), a crônica não desfruta do mesmo prestígio, por exemplo, que a notícia e a reportagem possuem no jornalismo.

Assim, sendo a crônica um gênero de fronteira, não são raras as situações em que o cronista escolhe temas pouco explorados (ou mesmo negligenciados) pelo jornalismo diário e, ao fazê-lo, cruza margens e linguagens para materializar o seu discurso. Ao centrar-se no insólito ou marginal, a crônica muitas vezes põe em causa aquilo que havia sido excluído da esfera pública: personagens e grupos socialmente marginalizados, movimentos de minorias, processos culturais ainda não assimilados etc. – em outras palavras, qualquer

tipo de experiência que esteja “em conflito com a cultura dominante, com os valores e hierarquias simbólicas estabelecidos por ela” (Salazar 2005: 4). Dessa forma, na crônica o “outro” aparece como sujeito, tema e problema do discurso; ela torna visível o invisível, aquilo que os meios de comunicação e o discurso oficial por vezes omitem ou apagam (Salazar 2005).

Partindo dessa problemática, a crônica – aqui entendida como materialidade discursiva (Machado 2015) – permite-nos observar e analisar as diversas representações que o outro assume no discurso do cronista. Neste sentido, compreendemos que o autor da crônica é um sujeito social inserido num determinado contexto sociocultural e, portanto, atravessado por formações discursivas que influenciam o seu modo de representar a experiência humana. Tendo em conta os nossos objetivos, privilegiaremos a tradição do jornalismo luso-brasileiro como ponto de partida e, para efeito de análise, focaremos especificamente nas crônicas de estrutura narrativa.

Assim, este trabalho tem como objetivo central analisar a representação da experiência humana na crônica jornalística sobre sujeitos marginalizados na sociedade brasileira contemporânea, a partir do cruzamento de conceitos e métodos provenientes das Ciências da Comunicação, dos Estudos Narrativos e da Teoria Social. Posto isto e considerando os objetivos da pesquisa social apontados por Ragin, os seguintes objetivos específicos nortearão o percurso que aqui empreenderemos: interpretar fenômenos socioculturais representados na crônica; compreender a diversidade da experiência humana narrativizada pelo(s) cronista(s); dar voz aos sujeitos marginalizados na sociedade brasileira por meio das estratégias discursivas utilizadas pelo(s) cronista(s) (Ragin 1994).

Desse modo, a partir de uma abordagem eminentemente qualitativa, nossa intenção é propor um modelo interdisciplinar de análise para a crônica jornalística que possa ser aplicado a textos de diferentes autores contemporâneos, conforme demonstraremos por meio de uma breve análise. Para isso, vejamos antes como se articulam os diferentes conceitos e métodos mencionados para a consecução dos nossos objetivos.

A crônica como gênero do discurso jornalístico

Segundo Reis e Lopes, uma vez entendida como gênero de imprensa, a crônica “constitui o registo de um facto ou incidente, normalmente retirado do cotidiano e na aparência destituído de importância”. Assim, por meio de um discurso abertamente pessoal, “o cronista trata então de comentar esse facto ou incidente realçando nele dimensões (culturais, ideológicas, sociais, psicológicas, etc.) que

à primeira vista escapariam a um observador desatento” (Reis e Lopes 2002: 88). Sendo a dimensão subjetiva um dos elementos fundadores do discurso do cronista, é certo que a subjetividade é uma das suas principais características enunciativas, razão pela qual “o «eu» está presente de forma direta ou na transmissão do acontecimento segundo sua visão pessoal” (Lopes 2010: 8).

Paralelamente à subjetividade, outra estratégia discursiva frequentemente utilizada pelo cronista é a dialogicidade. Não raro, a crônica assume um tom dialogante e interpelativo que também a aproxima da epistolografia, como é o caso de muitas crônicas de Eça de Queirós publicadas na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, sob os títulos de *Cartas Familiares de Paris* e *Bilhetes de Paris* (Reis e Lopes 2002). Neste sentido, “a crônica encerra, na sua essência, discursos leves e informais, que criam lógicas de sedução e proximidade com os leitores” (Peixinho 2010: 218).

Para além disso, uma das propriedades decisivas da crônica, reconhecida por diversos autores em suas reflexões acerca do gênero, é a temporalidade, “inscrita, de resto, na própria matriz etimológica do termo” (Reis 2005: 18). Ressalte-se que o vocábulo “crônica” remete ao latim *chronica* (“relato de fatos”, “narração”), que, por sua vez, deriva do grego *khronos* (“tempo”); assim, no início da era cristã, designava uma narração de acontecimentos organizados de maneira cronológica (Moisés 2013). Deste modo, “é uma certa elaboração temporal que justifica a utilização pragmática e o destino sociocultural da crônica”, seja esta entendida como um relato historiográfico (em sua origem mais remota) ou como um gênero de imprensa (Reis e Lopes 2002: 88).

Certamente, a dimensão temporal da crônica manifesta-se em outros dois aspectos que acabam por condicionar sobremaneira o seu papel sociocultural: a brevidade e a efemeridade. A primeira (de)limita, por assim dizer, a própria extensão da crônica como materialidade discursiva: regra geral, trata-se de um texto curto, circunscrito ao espaço de meia coluna de jornal ou página de revista (Lopes 2010). Já a segunda, refere-se especificamente à sua longevidade: devido à sua brevidade, a crônica “não tem pretensões a durar”, como observa Candido (1992: 14). Não quer isto dizer, contudo, que a sobrevivência da crônica está inteiramente condicionada pela natureza efêmera do seu suporte de origem: inúmeros são os casos em que ela, ao “desentranhar o perene da sucessão anódina dos acontecimentos diários” (Moisés 2013: 113), adquire uma nova materialidade discursiva ao passar das páginas de jornais e revistas para os livros – como é o caso das três crônicas que analisaremos aqui, inicialmente publicadas em jornais e depois recolhidas em coletâneas.

Se tais características condicionam a sua extensão e a sua longevidade, é certo que a crônica goza de uma significativa liberdade formal e temática, quando comparada aos demais gêneros do discurso jornalístico. Enquanto a notícia e a reportagem pressupõem a busca de uma objetividade possível pelo jornalista e seguem determinados critérios de noticiabilidade (atualidade, importância etc.), para além de certos constrangimentos éticos e deontológicos, a crônica “toma todas as cores possíveis e imaginárias” (Nemésio *apud* Mesquita 1984: 206). Disto resulta, pois, a diversidade de formatos e temas possíveis que o cronista pode utilizar em seu discurso: desde a forma de diálogo ou epístola, até à de conto ou reportagem, a crônica pode abordar os mais variados assuntos de maneira leve, irônica e/ou mesmo pedagógica. Neste caso, “apenas se lhe pede que seja oportuna, aguda sem ser profunda, pessoal sem excesso de subjetivismo, e sobretudo inteligível” (Andrade citado em Mesquita 1984: 210).

No que se refere à sua composição textual, Santana aponta ao menos duas estruturas preferenciais: o ensaísmo e a narratividade (Santana 2003). Em sua origem, o ensaio radica “na expressão de uma «atitude intelectual» baseada no exercício crítico, na liberdade judicatória, na originalidade do pensamento”, uma espécie de escrita em processo, “estilisticamente apoiada na *causerie* [francesa] e no à-vontade comunicativo” (Santana 2003: 15). Igualmente, há também casos em que a crônica se assemelha a um relato e apresenta uma estrutura mais próxima da narratividade. Contudo, ao contrário dos relatos de ficção, a história contada pelo cronista “não existe *per se*, isolada dum contexto ou duma coluna que lhe confere continuidade”; neste caso, o motivo desencadeador do texto funciona “como um pretexto para uma reflexão de teor mais abrangente, um olhar interpretativo sobre o mundo em que vivemos” (Santana 2003: 16).

Seja como for, acreditamos que a narrativa constitui um modo privilegiado de representação da experiência, razão pela qual Fisher propõe a narração como um paradigma da comunicação humana e atribui à nossa espécie o epíteto de “*homo narrans*” (Fisher 1984). À parte a problemática entre referencialidade do real e ficcionalidade, da qual não nos ocuparemos aqui, interessa-nos, sobretudo, compreender o funcionamento da crônica como materialidade discursiva e, mais especificamente, do ponto de vista dos estudos narrativos aplicados à pesquisa social, numa abordagem interdisciplinar. Para isso, faz-se necessário retomar alguns conceitos de ambas as áreas, com vistas a operacionalizar o modelo de análise que logo iremos propor – conforme nos sugerem metodologicamente Quivy e Campenhoudt (2005).

Cronística e narratividade: da aplicabilidade na pesquisa social

No item interior, ocupamo-nos de delimitar as principais características que, a nosso ver, delimitam a crônica como gênero jornalístico. Para além disso, apontamos a estrutura narrativa como um modo privilegiado, por assim dizer, de representação da experiência humana. Resta-nos, no entanto, equacionar de que maneira a narratividade possibilita a materialização discursiva da crônica e quais seriam, então, seus elementos constituintes.

Segundo Reis e Lopes, a definição de narratividade incide sobre as propriedades inerentes aos textos narrativos, sendo estes compreendidos “ao nível dos seus fundamentos semiodiscursivos” (Reis e Lopes 2002). Contudo, enquanto Greimas a define como “a irrupção do descontínuo na permanência discursiva de uma vida, de uma história, de um indivíduo e de uma cultura” (Greimas 1973: 34), Prince considera-a mais como uma propriedade escalar, cujo grau de intensidade “depende da medida em que o texto concretiza a expectativa do receptor, representando totalidades orientadas temporalmente”, sendo essas totalidades “significativas em termos de um projeto humano e de um universo humanizado” (Prince 1982: 180).

Em consonância com o pensamento de Prince (1982), Ryan postula a existência de diferentes modos de narratividade, definindo-os como “os vários modos por meio dos quais um texto depende de uma estrutura narrativa (ou intriga, ou história) e sugere essa estrutura enquanto um modelo coerente” (Ryan 1992: 369). Nesta senda, a autora propõe e exemplifica, pelo menos, a ocorrência de doze modos distintos de narratividade¹, considerando as diversas materialidades discursivas que se utilizam, em maior ou menor grau, de elementos da narrativa em sua organização textual.

Portanto, a narratividade implica tanto a capacidade de elaboração de um relato como a sua própria materialização discursiva sob a forma de uma narrativa, cujos elementos básicos são: i) a contextualidade, que pressupõe a delimitação de um contexto discursivo; ii) a sequencialidade de eventos, que diz respeito à dinâmica temporal da história; iii) a construção de um mundo possível, povoado por existências individualizadas (personagens), e a consequente perturbação desse mundo; iv) por fim, o nexos entre representação e consciência, que equivale à dimensão mental da história e transmite a experiência de viver nesse mundo narrativo em curso (Ryan 2007; Herman 2009). Na

1 Os modos de narratividade propostos e descritos por Ryan – que não se pretendem uma relação exaustiva, segundo a autora – são os seguintes: simples, múltipla, complexa, proliferativa, intrincada, diluída, embrionária, subjacente, figural, antinarratividade, instrumental e diferida (Ryan 1992: 368-387).

sequência, abordaremos o papel de cada um desses elementos na organização discursiva da crônica e a sua aplicabilidade metodológica.

O primeiro elemento citado (contextualidade), refere-se à maneira como a narrativa – no nosso caso, a crônica – inscreve-se num determinado contexto sociodiscursivo. Ao escrever uma crônica, é certo que o cronista assume sempre um ponto de vista que, em última análise, privilegia certos aspectos (sociais, culturais, ideológicos etc.) em detrimento de outros, uma vez que ele próprio é um sujeito social e está inserido numa trama complexa de formações discursivas. Nas palavras de Foucault, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault 2010: 10).

O segundo elemento (sequencialidade de eventos) relaciona-se diretamente com a dimensão temporal da história, a qual, para Ricoeur, representa o ponto nevralgico da estrutura narrativa (Ricoeur 2010). Segundo ele, a essência da função narrativa reside, em última instância, no caráter temporal da experiência humana, pelo que “a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal” (Ricoeur 2010: 9). Neste sentido, tempo e experiência são categorias indissociáveis da narrativa e são condensadas de modo particular na crônica, conforme veremos adiante.

O terceiro elemento (construção de um mundo possível) é, no nosso entendimento, o resultado da junção dos dois anteriores, porém acrescenta-lhes um aspecto vital para o funcionamento da narrativa: a existência de personagens, isto é, seres humanizados ou equivalentes que figuram no mundo da narrativa (Jannidis 2009), cujas ações provocam – ou são causadas por – alguma perturbação nesse mundo (Herman 2009). Assim, sendo “o eixo em torno do qual gira a ação e em função do qual se organiza a economia da narrativa” (Reis e Lopes 2002: 306), a personagem representa uma categoria fundamental também na crônica, ao intervir diretamente no mundo criado pelo cronista.

O quarto e último elemento (nexo entre representação e consciência), de maneira mais patente que os demais citados, evidencia o papel da narrativa como mecanismo cognitivo de mediação simbólica. Por conseguinte, para que uma narrativa seja reconhecida como tal, é necessário que ela transmita a experiência de viver nesse mundo diegético como algo possível, visto que a história – entendida como uma cadeia unificada de relações causais – deve comunicar alguma coisa significativa para a audiência. Neste ponto, concordamos com Coutinho, quando ele afirma que “a crônica pode partir da realidade mas, não raras vezes, (...) cria a sua própria realidade” (Coutinho 2005: 13).

Assim, ao recorrer à narratividade como estratégia de elaboração discursiva, o cronista não apenas recria a realidade a partir da sua subjetividade como também materializa – e em certo sentido condensa – a experiência humana, situada no tempo e no espaço, sob a forma de um relato breve, com um grau de liberdade maior de que dispõe o jornalista ao redigir uma notícia. Isto não significa, porém, que a crônica seja um gênero jornalístico privilegiado em relação aos demais; ao contrário, normalmente é vista com certa desconfiança dentro do próprio jornalismo, provavelmente por não estar sujeita aos mesmos preceitos éticos e deontológicos que norteiam a profissão e também por ser da responsabilidade de colaboradores externos à redação. Contudo, considerando que muitas vezes ela resiste à passagem do tempo e permanece “atual”, certamente tal fato se deve às suas propriedades discursivas, que permitem matizar a experiência humana por meio da estrutura narrativa.

É neste sentido que Lawler destaca o potencial da narrativa como mecanismo de significação da experiência e de interpretação da realidade social, propondo a sua aplicabilidade na pesquisa social. Segundo a autora, as narrativas produzem significados que circulam socialmente e produzem efeitos culturais, podendo ser analisadas em diferentes níveis que variam desde o ponto de vista do autor do texto até a interpretação crítica do pesquisador que se debruça sobre elas, sendo esta última a nossa opção de análise (Lawler 2008).

Na visão de Pickering, embora o conceito de experiência possa ser definido sob múltiplas perspectivas, é certo que ele representa uma categoria relevante para a compreensão dos fenômenos sociais, ao possibilitar “uma interpretação do que acontece na vida e do que torna nossas percepções, sentimentos e ações significativos” (Pickering 2008:19). Contudo, uma vez que “a experiência nunca é pura ou transparente”, como nos alerta Pickering (2008: 19), toda tentativa de compreendê-la ou interpretá-la é um desafio para qualquer analista – ainda mais quando se trata de experiências de atores sociais marginalizados e, como tal, nem sempre possibilitados de falar diretamente de si mesmos. Portanto, mais do que compreender as estruturas subjacentes da narrativa e os seus mecanismos de funcionamento, interessa-nos perceber de que forma a crônica se concretiza como uma materialidade discursiva e produz significados social e culturalmente relevantes. Assim, o modelo de análise que aqui propomos para as crônicas jornalísticas sobre indivíduos marginalizados (publicadas na imprensa brasileira e na portuguesa, no período anteriormente referido) contempla três grupos de categorias analíticas: 1) identificação da crônica e enquadramento temático; 2) aspectos formais e estruturais da narrativa; 3) modos de representação da experiência.

O primeiro grupo de categorias refere-se especificamente aos elementos que nos permitem situar a crônica do ponto de vista jornalístico, bem como diz respeito ao seu enquadramento temático. Assim, num primeiro momento, serão identificados:

- 1.1) o **título da crônica**;
- 1.2) o/a **autor/a**;
- 1.3) a **data de publicação**;
- 1.4) o **órgão de imprensa**;
- 1.5) a **seção do jornal ou revista** (quando houver);
- 1.6) o **tema da crônica**.

O segundo grupo contempla principalmente os aspectos formais e estruturais que participam da elaboração da crônica como narrativa (Reis 2008; Reis 2015). Para tanto, utilizaremos como referência as categorias:

- 2.1) **modo/gênero discursivo** (epistolar, dialógico, ensaístico etc.);
- 2.2) **modo de narratividade** (simples, complexa, embrionária, figural etc.);
- 2.3) **posição do narrador** (autodiegético, homodiegético ou heterodiegético);
- 2.4) **focalização** (interna, externa ou onisciente);
- 2.5) **perspectiva de enunciação** (uso da 1ª, 2ª ou 3ª pessoa do discurso);
- 2.6) **espaço** (físico, social e/ou psicológico);
- 2.7) **tempo** (tempo da história e/ou tempo do discurso);
- 2.8) **personagens** (figuração dos sujeitos humanos envolvidos);

Por fim, o terceiro grupo tem por objetivo analisar de que forma a experiência humana é representada pelo/a cronista em seu discurso, momento em que levaremos a cabo a análise do discurso propriamente dita. Nesta direção, o percurso analítico que empreenderemos segue a proposta metodológica de Benetti (2016), no campo da análise de discurso, e inclui as categorias:

- 3.1) **análise dos sentidos** (formações discursivas presentes na crônica analisada);
- 3.2) **análise dos sujeitos** (vozes presentes no discurso, isto é, quem fala e para quem);
- 3.3) **análise do silenciamento** (o dito, o não dito e o interdito);
- 3.4) **análise da estruturação do discurso** (estratégias discursivas utilizadas, lexicalização etc.).

De notar que, embora distintas, algumas destas categorias são complementares entre si ou se cruzam mutuamente, como é o caso dos itens 2.3 e 2.5, visto que a posição do narrador implica, necessariamente, uma determinada perspectiva de enunciação. De resto, tal procedimento mostra-se perfeitamente adequado aos nossos objetivos e também se justifica pela abordagem interdisciplinar que aqui propomos, uma vez que um mesmo objeto pode ser contemplado sob diferentes pontos de vista.

A crônica brasileira sobre marginalizados: uma breve análise
Para demonstrar a aplicabilidade do modelo proposto, selecionamos três crônicas de autores diferentes publicadas em três jornais de grande circulação no Brasil: “Última carta para além dos muros”, de Caio Fernando Abreu, publicada no *O Estado de São Paulo*, em 18 de setembro de 1994; “Um idoso na fila do Detran”, de Zuenir Ventura, publicada no *Jornal do Brasil*, em 7 de setembro de 1996; “Enterro de pobre”, de Eliane Brum, publicada no jornal *Zero Hora*, em 26 de junho de 1999.² Antes, porém, de passarmos à análise das crônicas propriamente ditas, convém explicitarmos o que entendemos por sujeitos marginalizados na sociedade brasileira e, ainda, os critérios de seleção dos textos citados.

Para efeito de análise, consideramos sujeitos marginalizados aqueles indivíduos em situação de vulnerabilidade social que normalmente não possuem voz na esfera pública ou, quando a possuem, são cerceados em sua liberdade de expressão – leia-se, legitimidade para proferir discursos socialmente reconhecidos como válidos – por pertencerem a alguma “minoridade”. Embora não haja um consenso em torno do que constitui uma minoria, aqui adotamos o conceito de “lugar” de fala proposto por Sodré, que a define mais em termos qualitativos do que quantitativos: “lugar ‘minoritário’ é um *topos* polarizador de turbulências, conflitos, fermentação social”; é, portanto, “onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder” (Sodré 2005: 11).

Quanto aos critérios utilizados para a recolha das cr nicas, destacamos: período de publicação relativamente recente (os três textos escolhidos foram publicados ao longo da década de 1990); relação do tema específico da

2   exceção do escritor e jornalista Caio Fernando Abreu, falecido em 1996, os demais autores continuam a atuar no jornalismo brasileiro e a publicar cr nicas com certa regularidade na imprensa nacional.

crônica com a temática geral (os temas abordados representam diferentes grupos de sujeitos marginalizados, como veremos a seguir); diversidade de autores, modos e formas de apresentação da narrativa (além de serem de autores diferentes, as crônicas selecionadas apresentam diferentes modos de organização da narrativa); por fim, a relevância da experiência representada (que impactos ela possui sobre o público leitor).

A primeira crônica que analisaremos, “Última carta para além dos muros”, apresenta a forma predominante de uma epístola, como o próprio título sugere e um modo de narratividade definido por Ryan como “embrionária”, marcada pela incompletude de um ou mais dos seus elementos básicos (Ryan 1992). Embora não se trate de uma correspondência convencional – já que não se destina a um interlocutor específico, mas a todo o público leitor do jornal *O Estado de S. Paulo* –, o tom dialogante é patente ao longo desta crônica epistolar, seja pela presença constante do pronome “você” (cujo uso é essencialmente informal no Brasil, ao contrário do que se nota em Portugal) em referência ao leitor, seja pela natureza confessional que o relato do cronista assume. Este, ao narrar a sua vivência pessoal como protagonista, posiciona-se como um narrador autodiegético que ocupa a centralidade da narrativa. Desse modo, a focalização é de natureza interna, uma vez que corresponde à adoção de um ponto de vista de uma personagem inserida na narrativa – no caso, o próprio autor da crônica.

À parte os aspectos formais e estruturais da narrativa, vejamos que elementos participam da construção do contexto discursivo da crônica. Em relação ao tema, o texto escrito por Abreu aborda uma experiência eminentemente pessoal que o coloca numa situação de “marginalizado” dentro (e fora) da narrativa: a descoberta de ser ele próprio um portador do vírus da imunodeficiência humana (VIH, em português, ou HIV, em inglês). À parte isso, o drama pessoal do autor vem à tona num momento em que a doença que o afligia – a síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA ou AIDS, idem) – era socialmente (e equivocadamente) considerada uma “doença de homossexuais” e, por isso, recebia o estigma de “câncer gay”. Compreende-se, pois, a hesitação do autor ao relatar tal experiência somente na sua “Última carta para além dos muros”, que fora antecedida por outras duas de títulos semelhantes: “Primeira carta para além do muro”, publicada em 21 de agosto de 1994, e “Segunda carta para além dos muros”, publicada em 4 de setembro do mesmo ano.

Embora escrita em Porto Alegre (capital do Rio Grande do Sul), como se percebe pela identificação inicial da carta, a crônica de Abreu foi publicada

n'O *Estado de S. Paulo* – portanto, num dos jornais de maior circulação do Brasil. Em sua crônica, o autor cita indiretamente a cidade de São Paulo, ao fazer referência à sua internação num hospital situado na capital paulista. Outras referências geográficas também são identificadas na sua narrativa, ainda que o espaço psicológico descrito por Abreu tenha um destaque maior que os espaços físicos citados. Em termos de dimensão temporal, percebemos que a narrativa teve a duração de alguns meses (aproximadamente três, considerando o lapso entre o tempo inicial da história e o momento de sua publicação), enquanto o tempo do discurso é bastante curto e equivale a alguns minutos de enunciação. Como não há diálogos na narrativa, o discurso é do tipo indireto e é enunciado pela 1ª pessoa do discurso, considerando os verbos e pronomes utilizados.

Uma vez combinados, tais elementos permitem representar a experiência do narrador-protagonista em sua individualidade, o qual se confunde com a pessoa empírica do autor na narrativa em questão. Embora outros personagens secundários sejam citados (o médico, a irmã, os amigos etc.), Abreu posiciona-se como a personagem principal da narrativa, de modo que ele não somente participa dela como está intimamente envolvido com a história contada. Contudo, ainda que o relato seja estruturado em torno da experiência pessoal do autor, percebe-se a sua conexão afetiva com outros indivíduos e contextos culturais situados em diferentes lugares do mundo, o que confere uma dimensão cosmopolita à sua experiência. Para além disso, uma das estratégias discursivas utilizadas por Abreu é a referência simbólica à sua condição de marginalizado e a tentativa de superá-la a partir do seu discurso: se os muros representam simbolicamente a situação de marginalizado em que se encontra, é preciso levar suas palavras de sofrimento (mas também de alento e de esperança) para muito além deles e fazer-se ouvido.

A segunda crônica, “Um idoso na fila do Detran”, apresenta a forma de um relato simples, assemelhando-se a um pequeno conto. Igualmente, o modo de narratividade é do tipo simples, sendo contada uma história como começo, meio e fim claramente definidos (Ryan, 1992) – ainda que haja alguma tendência para a digressão, algo bastante comum no gênero cronístico. Como o narrador da crônica participa da história como protagonista, é também autodiegético e a sua perspectiva de focalização é interna. Contudo, ao contrário da crônica de Abreu, em que o conflito vivido pelo narrador-protagonista resulta numa narrativa mais intimista e de teor confessional, o texto de Ventura apresenta um tom mais humorístico ou mesmo irônico.

Assim, o humor da crônica reside no fato de que o protagonista é identificado, a contragosto, como um sujeito idoso e, por isso, sente-se inferiorizado em relação aos demais indivíduos que estão à espera na fila do Detran (órgão responsável pela fiscalização do trânsito e emissão das cartas de condução no Brasil). Vale ressaltar que esse tema está diretamente relacionado ao contexto sociocultural e político da época, uma vez que a Política Nacional do Idoso fora recém-implantada no Brasil e a discussão sobre os direitos da pessoa idosa era algo relativamente recente no país na ocasião em que Ventura publicava o seu texto. Em termos de espaço, depreende-se que toda a ação narrativa ocorre no Detran do Rio de Janeiro no intervalo de poucas horas, embora o tempo do discurso não ultrapasse alguns minutos. Nessa breve temporalidade, o autor recorre principalmente ao discurso indireto (mas também ao direto) e utiliza a 1ª pessoa do discurso.

Como protagonista da história, o autor relata o seu constrangimento ao ser reconhecido publicamente como um idoso e não enquanto um cidadão comum, como se a experiência da “terceira idade” o colocasse à margem da sociedade, ao ter a sua identidade quase inteiramente apagada em função da sua idade cronológica. Ao narrar uma situação vivida por ele próprio, o cronista representa tanto a experiência de ser idoso no Brasil como de fazer parte de um grupo que, embora seja cada vez mais numeroso e tenha conquistado direitos nos últimos anos, ainda não tem a sua voz completamente reconhecida. Desse modo, ao relatar uma situação aparentemente banal do cotidiano, o autor usa o espaço simbólico que possui como cronista para dar voz a outros que não a têm e vivem uma experiência semelhante.

A terceira e última crônica, “Enterro de pobre”, distingue-se das anteriores pela sua maior extensão e por assemelhar-se discursivamente a uma reportagem. Devido a isso, a crônica de Eliane Brum apresenta uma narratividade do tipo diferida, uma vez que a autora deixa o relato em suspenso à espera de uma continuação posterior – que se poderá ou não concretizar (Ryan 1992). Outra diferença está relacionada à posição e à focalização utilizadas pelo narrador: não sendo a autora personagem da história, trata-se de um narrador heterodiegético que relata a experiência vivida por outras pessoas, adotando uma perspectiva externa de focalização.

Como o próprio título sugere, o tema da crônica reflete sobre a dor de um pai que acabara de sepultar um filho, falecido ainda no ventre da mãe por falta de assistência médica. Porém, o drama vivido por essa família não é um caso isolado e faz parte da experiência de milhões de brasileiros, devido à imensa

desigualdade social que ainda hoje afeta o país. Assim, a história contada pela cronista passa-se na cidade de Porto Alegre, mas poderia acontecer praticamente em qualquer outra cidade brasileira – sobretudo nas grandes cidades, onde o abismo social que separa ricos e pobres tende a ser maior. Quanto ao tempo da narrativa, infere-se que toda a ação transcorre no intervalo de poucos dias, porém a cronista atribui-lhe uma temporalidade muito mais longa, ao afirmar que a mesma história se repete “sucessivamente há 500 anos”. O discurso predominante na crônica é do tipo indireto, sendo que a autora optou pela 3ª pessoa do discurso como modo de enunciação.

Na crônica, Brum retrata a experiência de um personagem identificado pelo nome de Antonio Antunes, o protagonista da narrativa. Vivendo em condição de extrema pobreza, Antonio vai a Porto Alegre acompanhar sua esposa grávida que, após sofrer uma hemorragia, acabara de perder a criança por falta de cuidados médicos. A força do seu relato é tamanha que, mesmo não tendo participado da história como personagem, a cronista aproxima-nos da experiência trágica vivida por Antonio e sua família. Entretanto, o sentimento de desamparo e abandono que caracteriza as personagens não reflete apenas uma experiência local: trata-se de um drama vivido por milhões de “Antonios” espalhados pelo Brasil, sendo um problema de dimensão nacional – ou mesmo global. Dessa forma, a autora utiliza-se do discurso do outro para dar-lhe voz e torná-lo visível, já que a experiência de indivíduos como Antonio é “a vida que ninguém vê” ou deseja enxergar.

Ainda que a nossa análise não se pretenda exaustiva (e nem poderia sê-la), muito mais poderia ser dito a respeito de cada experiência aqui descrita. Acreditamos, porém, que essa breve análise possibilitou-nos mostrar um pequeno esboço de nossas investigações futuras, sendo a crônica jornalística o nosso foco de interesse.

Considerações finais

Conforme refletimos neste trabalho, a crônica não é apenas um gênero híbrido e de fronteira: é também um espaço propício para a representação da experiência humana em suas múltiplas nuances. Assim, para além da dicotomia entre ficção e realidade, o nosso propósito foi apresentar as principais características delimitadoras do gênero e, sobretudo, analisar as estratégias discursivas utilizadas na elaboração das crônicas jornalísticas sobre sujeitos marginalizados na sociedade brasileira.

Para tanto, o modelo de análise aqui proposto contemplou conceitos e métodos das Ciências da Comunicação, dos Estudos Narrativos e da Teoria Social,

numa abordagem interdisciplinar. Assim, por meio do cruzamento de teorias e métodos, procuramos analisar a representação da experiência humana na crônica jornalística sobre sujeitos marginalizados na sociedade brasileira contemporânea.

Nas três crônicas analisadas, percebemos que as estratégias discursivas ora se aproximam, ora se afastam, conforme o tipo de experiência retratada e a posição assumida pelo narrador-cronista em seu discurso. Mesmo quando fala de si e utiliza a 1ª pessoa, o cronista assume a função de personagem na narrativa e torna-se o “outro” do seu próprio discurso. É neste sentido, pois, que o discurso constitui uma forma de ação e um modo de representação, ao possibilitar que os indivíduos atuem sobre o mundo e, especialmente, sobre os outros (Fairclough 2001). Tal fato reflete a complexidade da experiência humana em suas múltiplas representações, sendo um dos objetivos da pesquisa social interpretar os diversos fenômenos da vida social.

Referências Bibliográficas

- Abreu, C. F. (2014): *Pequenas Epifanias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Beck, U., e Sznaider, N. (2006): “Unpacking cosmopolitanism for the social sciences: a research agenda”. In: *The British Journal of Sociology* 57 (1): 1-23.
- Benetti, M. (2016): “Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação”. In: C. P. Moura & Lopes, M. I. V. (Orgs.). *Pesquisa em Comunicação: Metodologias e Práticas Acadêmicas*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 235-256.
- Brum, E. (2006): *A Vida que Ninguém Vê*. Porto Alegre: Arquipélago.
- Candido, A. et al (1992): *A crônica – O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Coutinho, J. P. (2005): “A arte da crônica”. In: *Expresso*, 23 de julho: 13.
- Fairclough, N. (2001): *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Fisher, W. R. (1984): “Narration as human communication paradigm: the case of public moral argument”. *Communication Monographs* 51(1): 1-22.
- Foucault, M. (2010): *A Ordem do Discurso*. 20ª edição. São Paulo: Loyola.
- Greimas, J. (1973): “Un problème de sémiotique narrative: les objets de valeur”. In: *Langages* 31: 13-35.
- Herman, D. (2009): *Basic Elements of Narrative*. West Sussex: Wiley-Blackwell.
- Jannidis, F. (2009): “Character”. In: P. Hühn et al (eds.). *Handbook of Narratology*. Berlin; New York: Walter de Gruyter.
- Lawler, S. (2008): “Stories and the social world”. In: Pickering, M. (ed.). *Research Methods for Cultural Studies*. Edinburgh: Edinburgh University Press: 32-49.

- Lopes, P. C. (2010): "A crônica (nos jornais): O que foi? O que é?". In: *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior: 1-12.
- Melo, J. M. (2002): "Crônica". In: Castro, G.; Galeno, A. (Orgs) *Jornalismo e Literatura*. São Paulo: Escrituras.
- Machado, I. L. (2015): "A narrativa de vida como materialidade discursiva". In: *Revista da Abralín* 14 (2): 95-108.
- Mesquita, M. (1984): "A crônica como forma de expressão jornalística". In: *Deve & Haver*, Lisboa: DistriEditora, 202-218.
- Peixinho, A. T. F. (2010): *A epistolaridade nos textos de imprensa de Eça de Queirós*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.
- Pickering, M. (2008): "Experience and the social world". In: Pickering, M. (ed.). *Research Methods for Cultural Studies*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 17-31.
- Prince, G. (1982): "Narrative Analysis and Narratology". In: *New Literary History* 13 (2): 179-188.
- Quivy, R., e Campenhoudt, L. V. (2005): *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ragin, C. (1994): *Constructing Social Research*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- Reis, C. (2008): *O Conhecimento da Literatura*. Coimbra: Almedina.
- _____. (2005): "O tempo da crônica". In: *JL*, 12 a 25 de outubro: 18.
- _____. (2015): *Pessoas de Livro: Estudos sobre a Personagem*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Reis, C.; Lopes, A. C. (2002): *Dicionário de Narratologia*. 7ª edição. Coimbra: Almedina.
- Ricoeur, P. (2010): *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ryan, M.-L. (1992): "The modes of narrativity and their visual metaphors". In: *Style*, 26 (3): 368-87.
- _____. (2007): "Toward a definition of narrative". In: Herman, D. (ed.). *The Cambridge Companion to Narrative*. Cambridge: Cambridge University Press: 22-36.
- Salazar, J. (2005): "La crônica: una estética de la transgresión". In: *Razón y Palabra*, 10 (47), Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey Estado de México: 1-9.
- Santana, M. H. (2003): "A crônica: a escrita volátil da modernidade". In: Jesus, M. S. (coord.). *Rumos da Narrativa Breve*. Aveiro: Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro: 9-19.
- Sodré, M. (2005): "Por um conceito de minoria". In: Paiva, R.; Barbalho, A. (orgs.). *Comunicação e Cultura das Minorias*. São Paulo: Paulus.
- Ventura, Z. (1999). *Crônicas de um Fim de Século*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Textos literários da época clássica: investigação e abordagens interdisciplinares

Anna Dziatak-Szubińska

Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia

Resumo:

Como devemos analisar os textos da época clássica? Quais os desafios perante investigador? Quais as abordagens e os instrumentos? Na tentativa de introduzir o tema, o presente artigo vou responder a estas e outras perguntas, apresentando os objetos e os objetivos de investigação no âmbito dos textos da época clássica. Promover-se-á uma aproximação que concilie várias áreas de conhecimento, nomeadamente a crítica literária, a história e outras junto com uma instrumentária variada e interdisciplinar.

Palavras-chave: época clássica, abordagem interdisciplinar, investigação, literatura

Abstract:

Literary texts from the classical period: investigation and interdisciplinary approach. How do we approach texts from the so called classical period in Portuguese literature? What are the challenges researchers are facing? What are the perspectives and instruments applied? In an attempt to introduce the theme, in this article I will address these and other questions, going over the subjects and research objectives within the scope of texts from the classical period. My approach will band tohether several areas of knowledge, namely literary studies, history and others, and involve a variety of tools.

Keywords: época clássica, interdisciplinary approach, research, literature

Introdução

Quais os tratamentos dados aos textos da época clássica? Quais os desafios perante investigador? Quais as abordagens e os instrumentos? Na tentativa de introduzir o tema, vou responder a estas e outras perguntas, apresentando os objetos e os objetivos de investigação no âmbito dos textos da época clássica em Portugal, mas sem me limitar à perspetiva lusófona. Pretendo recapitular alguns assuntos relacionados com os estudos no âmbito da história de literatura vaivém de ideias relacionadas com os objetos de pesquisa, os métodos, as ferramentas, uma reflexão metacientífica e terminológica, os desafios e os problemas, mas igualmente no que toca à aproximação interdisciplinar. Daí tentarei conciliar várias áreas de conhecimento, nomeadamente a crítica literária, a história da literatura, a história da cultura e outras.

Particularidades da época clássica

José Mattoso num dos seus textos afirma: “eis-me aqui [...] a fazer uma coisa de que me julgaria completamente incapaz há uns dois ou três anos: falar de questões muito gerais e fundamentalmente teóricas” (2019: 13). Comungo profundamente com estas palavras do exímio medievalista português proferidas em 1986 (2019: 13, nota 1), também porque indiretamente fazem-me pensar sobre a minha área de pesquisa. A saber a modéstia é muito comum nos textos da época clássica, já que constitui um dos *topoi* usados na introdução (*vide* Curtius 1997: 92-96). Nas cartas ao leitor, dedicatórias ou introduções encontramos diversas fórmulas nas quais os autores mostram a sua humildade com o propósito de captar a atenção do leitor – trata-se pois de *captatio benevolentiae* (comparar *Ibidem*: 76). Vejamos, a maneira de exemplo, uma delas: “Miradas pues estas razones, echê fuera los temores que para salir con este tratado me quitavan el animo confiado en que cõ tan grandioso assumpto my anserina voz parezca Cisne” (de Sousa de Macedo 1631: snp) – diz humildemente António de Sousa de Macedo no prólogo dedicado ao reino de Portugal.

Por outro lado, alguns autores sentem-se muito cheios de si e isto, igualmente, se justifica pelas supracitadas fórmulas – por exemplo a da *sabedoria que deve ser partilhada* (Curtius 1997: 94). Por isso mesmo, o próprio António de Sousa de Macedo (1606-1682), por mais falsamente modesto que seja, não hesita em evocar a sua experiência, escrevendo – como declara – “juntamente pello que li e pello que experimetei” (1651: snp).

Outras fórmulas ainda sublinham a novidade das informações apresentadas (Curtius 1997: 93): convencem sobre ela mesmo estes autores que escrevem sobre as coisas já tratadas:

E vendo eu que nesta diligência de encomendar as cousas à custódia das letras, conservadoras de todas as obras, a nação portuguesa é tão descuidada de si, quão pronta e diligente em os feitos que lhe competem por milícia, e que mais se preza de fazer que dizer, quis nesta parte usar mais do ofício de estrangeiro que da condição de natural, dispondo-me a escrever o que eles fizeram no descobrimento e conquista do Oriente, por se não perderem da memória dos homens que vierem depois de nós tão gloriosos (Barros *apud* Calafate 2006: 236)

– diz João de Barros. “Entre todas las naciones que padecen en esta parte es la Portuguesa tan pobre de Chronicas antiguas, quan sobrada de insignes virtudes, u

gloriosas hazañas de que muchos libros pudieran estar llenos: cosa que dio motivo al grande historiador Juan de Barros a hazer una exclamacion muy larga” (de Sousa de Macedo 1631: snp) – justifica a sua empresa António de Sousa de Macedo, evocando o autor que umas décadas antes cantou as glórias dos portugueses. “[A]ssi se verão nesta obra muitas coucas averiguadas [...] & outras se saberão, que toalmente se ignoravao, sendo todas de grande reputação para este Reyno” (Brandão 1632: 4v) – escreve, à sua vez, António Brandão na terceira parte da *Monarchia Lusitana*.

A dedicatória igualmente é importante (Curtius 1997: 93-94). Reitera António de Sousa de Macedo ao dedicar a sua obra *Flores de España, Excelencias de Portugal* ao próprio rei, Filipe IV [III de Portugal] por meio das seguintes palavras: “Las Excelencias de Portugal piden tambien la proteccion de V. Magestad, como su centro, porque es la excelencia mayor del Reyno” (1631: snp). Os textos dedicados aos reis, príncipes, duques, em poucas palavras, além de serem elemento tópico, são igualmente pragmáticos, porque trata-se das pessoas que podem dar o seu mecenato à obra. Como relata Gerard Genette:

In periods when literature was not really looked on as a profession and when the practice of giving the author rights to a percentage of the sales was almost entirely unknown (those rights, we should remember, would be won at the end of the eighteenth century, thanks to the lawsuit brought by Beaumarchais), the dedicatory epistle was regularly counted among a writer’s sources of income. [...] So the dedication was generally a tribute that was remunerated, either by protections of the feudal type or by the more bourgeois (or proletarian) coin of the realm. (Genette 1997: 119)

No entanto, é preciso ter cuidado, porque muitas vezes dedicatória impressa na página titular é obra do tipógrafo. A maneira de exemplo, recorro a Juan Caramuel Lobkovitz, evocado neste contexto por Chartier: “Let us dedicate books to our friends, or leave the printer to dedicate them to the princes” (Lobkovitz *apud* Chartier 2004: 138). Outras vezes podemos estar perante à uma tentativa de encobrir alguma coisa. Como diz Martim de Albuquerque muitas obras de cunho patriótico publicadas nos tempos da União Ibérica dedicam-se ora a Filipes, ora a seus válidos e frequentemente elogiam os reis espanhóis. Será “um aval”, como o chama o investigador (1974: 262-264)?

A este nível observe-se ainda a censura com as suas aprovações que nos deixam entrever as opiniões dos censores: convencionais, mas igualmente reveladoras (vide por exemplo Darnton 1990: 173) como neste exemplo:

Por mandado do supremo, & geral Coselho da Santa Inquisição vi este livro intitulado, Flores de España Excelencias do Reyno de Portugal. Autor Antonio de Sousa de Macedo [...] antes he muito para estimar, porque trata com singular estylo as grandesas, obras, maravilhosas, feitos heroicos, milagrosas vitorias, conquistas admiraveis dos invenciveis Portugueses, desde seu principio, atè nossos tempos. (1631: snp)

diz um dos censores da obra de António de Sousa de Macedo. Verdadeira euforia? Ou palavras usadas de maneira assídua? No caso desta obra parece que ambos, mas quando as licenças faltam igualmente temos espaço para as perguntas: porque a obra foi publicada sem elas, porque optou-se pela “clandestinidade editorial” (Anselmo 1997: 24-25), porque foi publicada no estrangeiro?

E é só um pequeno fragmento dos elementos que só iniciam a obra ou mesmo a precedem, os chamados paratextos (ver Chartier 2004: 135 e seguintes, ver também Genette 1997, abundantemente citado por Chartier) há muito mais. Que esta seja, portanto, a primeira observação generalizada: trabalhar com os textos clássicos requer *know-how* retórico e necessita muita leitura, muito conhecimento, muito trabalho cuidadoso – convenções e invenção (aludo aqui a *inventio* – um dos cânones da retórica) misturam-se.

Acresce que uma simples escolha de língua pode ser fonte de inspiração científica: afinal muitos autores eram bilingues se não trilingues: Porque preferiram uma língua a outra? (sobre o bilinguismo *vide*, por exemplo, Wade 2020; Buescu 2004: 13-38)?

Periodização, terminologia e outras trampas

Dito isto proponho que voltemos às perguntas mais rudimentares, *i.e.*, questões relativas à periodização. A época clássica, termo usado no contexto dos estudos portugueses, abrangem os séculos XVI, XVII e XVIII. Desde ponto de vista literário refiro-me, portanto, ao renascimento, barroco e neoclassicismo e desde a perspetiva mais histórica à idade moderna. Note-se que no contexto polaco falamos sobre a “literatura antiga” que abrange tanto a época clássica, como a idade média.

Vale a pena sublinhar, portanto, que as balizas cronológicas e a terminologia relacionada com a periodização são meros conceitos e que podem variar de país em país ou até estar completamente borrados. Nos estudos mais recentes há casos de se evitarem quaisquer “rótulos” deste tipo, optando-se apenas pela

organização cronológica: caso do manual da literatura medieval holandês publicado em 1993 (Bohuszewicz 2008: 23).

A este respeito evoco igualmente o trabalho de Maria Leonor Carvalhão Buescu, manual *História da literatura portuguesa*, no qual a pesquisadora explica a problemática inerente à periodização e às balizas cronológicas, evocando – entre outras – as palavras de Thorndike: “não há nenhuma linha divisória entre cultura «medieval» e do Renascimento” (Thorndike *apud* Carvalhão Buescu 1994: 7). Ao recorrer às balizas cronológicas relativas à idade média, Carvalhão Buescu menciona muitas datas do início da Idade Média, dizendo, no entanto, que tal pluralidade não existe no caso da data do fim desta época. “O seu limite *ad quem*, porém, é sempre marcado pela queda de Constantinopla, sob os Turcos em 1453” (Carvalhão Buescu 1994: 8). Esta frase mostra a pluralidade e a convencionalização do discurso sobre a periodização, pois no contexto polaco evocam-se diversas datas: a queda de Constantinopla (1453), mas igualmente a chamada “invenção do prelo” (1450), ou a primeira viagem de Cristovão Colombo à América (1492), ou seja, outros eventos de caráter simbólico.

No contexto estreitamente literário, à sua vez, frequentemente se evocam autores concretos. No caso português, além das obras da corte de Avis ou das obras de de Gil Vicente, uma espécie de “elemento de ligação” entre as épocas medieval e clássica é o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, uma coletânea impressa em 1516, mas contendo material poético do século anterior. “[A] ponte indecisa e subtil entre o «medieval» e o «moderno»” como o chama Carvalhão Buescu (1994: 41). É importante não só em termos histórico-literários, mas também como portador simbólico da inovação – trata-se, pois, de uma obra impressa. Isto leva-nos ao assunto seguinte: à questão do material com que trabalhamos – do prelo, do respeito pelo manuscrito e dos desafios relacionados com ambos.

O livro impresso, o livro manuscrito e a aproximação interdisciplinar

Na época clássica vamos “lidar” com muitos textos impressos. Como afirma Artur Anselmo: “A passagem do livro *singular* (manuscrito) ao livro *plural* (impresso), em meados do século XV, provocou uma revolução de proporções gigantescas” (Anselmo 1997: 13). Outros autores, à sua vez, sublinham que o prelo não foi tão revolucionário como se costuma dizer. Roger Chartier questiona o conceito do “aparecimento do livro” (Lucien Febvre e Henri Jean

Martin) e da “revolução de Gutenberg” (Elisabeth Eisenstein), sublinhando que Gutenberg não mudou a estrutura do livro, reproduzida do manuscrito e que o mundo ocidental não pode ser o único ponto de referência, lembrando as técnicas usadas no Oriente (2019: 174-176).

Seja como for Johannes Gutenberg, “pai do livro impresso” no Ocidente, ou melhor dito um dos vários pais, como bem demonstrou Lucien Febvre (2014), imprime o seu primeiro livro em 1455. Em Portugal, a tipografia entra na década de 70 ou de 80, no Norte, ou seja, fora dos grandes centros urbanos. Um dos primeiros centros tipográficos é Chaves (Anselmo 1997: 27, 32-33) em que se dão ao prelo os primeiros livros em solo português, entre eles *Tratado de Confissom* (Machado sd: 1-7), sendo o número de incunábulo, *i.e.*, os primeiros, mais antigos livros impressos, muito pequeno (Buescu 1999: 19).

Nos séculos seguintes, surgem verdadeiras “dinastias tipográficas”, entre eles os Craesbeeck de origem flamenga ou os Costa Deslandes (Loff 1967: 49-50) cujos nomes surgem nas páginas titulares e nos frontispícios de várias obras impressas nestes tempos. O movimento torna-se cada vez maior, mas não nos esqueçamos que – como nota Ana Isabel Buescu – “a cultura escrita era uma cultura minoritária [...], a cultura da maioria da população era uma cultura essencialmente oral e visual” (Buescu 1999: 15). Como ressalta Jorge Fonseca ao falar da venda dos livros: “Tal facto tornava os livros em geral, excluindo os mais dispendiosos, destinados a quadros elevados da Igreja e da administração, acessíveis a camadas sociais de recursos médios e baixos, não sendo um fator determinante que impedisse a sua larga difusão na sociedade, mas antes o analfabetismo e a iliteracia da maioria da população” (Fonseca 2019: 42).

Daí examinando a cultura literária da época clássica temos de ter em conta o perfil do escritor e do leitor, as relações entre ambos, o perfil de quem possui e compra livros, o perfil de quem imprime e distribui textos e os dados relativos ao mesmo texto impresso, a educação e a literacia (também dividida por sexos se optarmos por uma perspetiva feminina, por exemplo), etc. (*vide* Anselmo 1997: 16). Como sublinha Janusz K. Goliński, o historiador de literatura polaco, estudar textos “antigos” significa igualmente estudar o homem (2008: 46-47). A história cultural com as obras de Darnton e Chartier dá-nos um conjunto de ferramentas para estudarmos as práticas literárias, a o trabalho das tipografias, a história do livro e da leitura.

O livro impresso da idade moderna é obviamente diferente do livro impresso do século XXI. Não só a terminologia usada é específica em termos da

técnica da editoração e a morfologia do livro (vide, por exemplo, Araújo 2008), como também o próprio livro – a letra, a disposição do texto e a própria língua portuguesa (se o texto é escrito em português, porque – no caso português – devemos ter em conta a mencionada há pouco presença do espanhol e do latim) são diferentes, como também diferem os elementos que precedem o texto propriamente dito, *i.e.*, os mencionados no início paratextos como os prólogos, as cartas dedicatórias, mas igualmente as aprovações censórias... O aparelho censório, no caso português, tem, aliás, muito poder (Anselmo 1997: 23-24) e é bem complexo e composto por várias etapas (*vide*, por exemplo, Foncesca 2019: 105-106), sendo a Inquisição presente na vida dos impressores em vários momentos (Ibidem: 101-108). Como diz Graça Almeida Rodrigues, “a censura interveio na produção intelectual portuguesa durante cerca de quatro dos seus cinco séculos de imprensa” (Almeida Rodrigues 1980: 7).

Mas o livro impresso não faz com que desapareça o livro manuscrito. O “prestígio” do livro manuscrito é tal que muitos livros continuam a ser copiados à mão e algumas obras dos séculos anteriores têm a sua primeira edição impressa só no século XVIII (*vide* Buescu 1999: 21 e seguintes; 2007: 142-170). Como destaca Artur Anselmo, “a crise política provocada pela subida de D. Afonso VI ao trono e pelo seu casamento polémico nunca poderá entender-se sem o conhecimento de obras que ficaram manuscritas, como as *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna* ou a *Anticatástrofe*” (1997: 23-24). Ora muito material importante circulava copiado à mão. Lidar com este tipo de textos obviamente requer conhecimentos técnicos, *i.e.*, o suporte das ditas “ciências auxiliares” – a Paleografia, a Diplomática, etc. Aliás, estas ciências também têm forte relação com a idade moderna quando aparece o suporte teórico: *De Re Diplomatica* (1681) de Mabillon, *Méthode de Diplomatique* (1773) publicada em Lisboa com o apoio de Frei Manuel de Cenáculo, *Observações Historicas e Criticas para servirem de memorias ao systema da Diplomatica Portuguesa* (1798) de João Pedro Ribeiro (da Cruz Coelho 2001: 13-15). A história como disciplina, aliás, igualmente começa a tornar-se mais independente no século das Luzes como bem demonstrou o estudioso polaco Krzysztof Pomian (Pomian 2010).

E já que estamos aqui – no título do artigo coloquei “textos da época clássica”, porque a variedade é enorme – textos poéticos, tratados, textos historiográficos, discursos políticos, relacionados com o contexto cultuo e erudita, diferentes tipos de panfletos, toda a literatura de cordel, etc. Jorge Fonseca resume bem a situação no mercado de livro:

O que se vendia nas livrarias da cidade era o que se editava no país e se importava de fora, ou seja: livros e pequenas brochuras de teologia e história sacra, filosofia, direito, astronomia, cosmografia, agricultura, medicina, clássicos greco-latinos, história ultramarina, linguística, poesia e teatro, quer em latim quer em línguas vernáculas como o português, o castelhano, o francês, o italiano e o alemão. Enfim o que sabemos que existia nas bibliotecas da época e hoje se guarda nos fundos antigos das bibliotecas públicas e privadas (2019: 26).

No contexto polaco igualmente se fala sobre a importância de ver mais além, incluindo, por exemplo, a literatura “baixa” (*vide* Goliński 2008: 47). Sair do cânone, portanto, é uma das hipóteses. Afinal os autores mais lidos na época clássica não são necessariamente os mais icônicos na atualidade.

Todos estes textos – sejam *cultos*, sejam lúdicos, naturalmente podem ser objetos de pesquisa que, como vimos, já em si constituem um desafio – é preciso decifrá-los meticulosamente e ter consciência da realidade tipográfica e das realidades coexistentes. Leva-nos isto a afirmar que o estudo dos textos da época clássica requer: instrução rigorosa, conhecimento de contextos históricos, literários, etc. e que a interdisciplinaridade deve ser, por natureza, própria deste tipo de investigação.

Interpretar sem errar – duas palavras sobre os métodos e a metodologia

Como diz Edward Kasperski, autor de um manual recente sobre a metodologia da pesquisa literária e especialista em teoria de literatura, não há métodos universais, pelo contrário, o próprio acto de escolha mostra a “**fragmentariedade**” do nosso saber, porque “**descobre**” e “**cobre**” (Kasperski 2017: 30 [expressões e negrito do próprio autor]).¹ “O estudo da forma marginaliza questões relacionadas com o sentido, a reconstrução do sistema empurra para o segundo plano a génese e a história, etc.” - acrescenta o estudioso (Kasperski 2017: 30). Daí, sempre de acordo com o mesmo autor, termos de respeitar a pluralidade metodológica (Kasperski 2017: 30).

Devemos ter também a consciência das nossas limitações e do saber lacunar – não espelhamos a realidade passada, não reconstruímos o desaparecido, mas criamos narrativas sobre o passado com base nas fontes, como bem disse sobre o “ofício do historiador” (aludo aqui a obra de Marc Bloch) Jerzy Topolski, um

1 Traduções do polaco feitas pela autora do artigo.

afamado historiador polaco (Topolski 2001, *vide* também Obremski 2008: 5). E é precisamente esta perspectiva que também convida a aproximações interdisciplinares que permitem juntar mais fragmentos do *puzzle*. E embora, talvez, não seja possível formarmos uma imagem completa, pelo menos temos uma visão mais abrangente.

Para aprofundar, olhar desde diferentes ângulos a perspectiva literária (e não só) da época clássica (e não só) temos de promover uma aproximação que concilie várias áreas do conhecimento e uma instrumentária variada: a história do livro, a história das mentalidades, a biblioteconomia e a literatura podem trabalhar juntas.

“Era bom que uma das mais importantes virtudes de um historiador de literatura fosse o sincretismo metodológico, uma liberdade de escolha e de ligação de ferramentas de investigação variadas” diz Janusz K. Goliński (Goliński 2008: 44). No que toca à variedade de perspectivas esta é enorme: desde a psicanálise, a intertextualidade, a perspectiva hermenêutica ou a dos estudos culturais aos estudos sobre a mulher, feministas e afins² (*vide* Obremski 2008: 5; Bohuszewicz 2008: 22-26), etc. Bohuszewicz apelida os pesquisadores inovadores de “andorinhas das novidades” (Bohuszewicz 2008: 22) – uma linda metáfora da primavera, *i.e.*, vida nova, mudanças, renascimento.

Como, à sua vez, sublinha Goliński, é importante deixar para trás a perspectiva “hierática” (2008: 41), aplicando as aproximações interdisciplinares, comparativas, entre outros (2008: 41). O pesquisador realça igualmente que as ferramentas usadas devem “ajudar na análise, entendimento dos mecanismos literários, mas também facilitar a interpretação, percepção aprofundada dos contextos extraliterários, intelectuais e a nível das ideias” (2008: 42).

Last but not least, acresce que a abertura para as humanidades digitais – uma comunidade de pesquisadores que incorporou as técnicas de computação nas humanidades (para saber mais sobre as humanidades digitais ver por exemplo Alves 2016: 91-103), essa República das Letras contemporânea, pode ser uma das opções regeneradoras no âmbito dos estudos sobre os textos da época clássica e trazer uma nova perspectiva. Vimos já *corpus* e empreendimentos muito felizes a nível da literatura medieval como foi o caso da base de dados “Projeto Littera” sobre as cantigas galego-portuguesas (cantigas.fcsh.unl.pt) e

2 Sem se esquecer que, como disse Allen J. Frantzen no seu artigo dedicado aos estudos de género, “women aren’t enough” (1993: 445-471).

a nível da história moderna surgem cada vez projetos novos que apliquem programas, técnicas e teorias variados.

Por outro lado, alguns estudos recentes, evocando métodos e metodologias em voga, apresentam interpretações descontextualizadas. Mostrou-o bem Julia Lewandowska no caso de Sor Juana Inés de la Cruz e a crítica literária feminista que às vezes tende a aplicar uma análise anacrónica à obra da freira (2012: 43-66), mas igualmente – como demonstrou na sua monografia – sendo uma das possíveis aproximações metodológicas desde que devidamente contextualizada (Lewandowska 2019, ver resenha Dziatak-Szubińska 2020: 270-273). Mas nos casos como estes desmascarados pela pesquisadora polaca, a culpa não é do método. As leituras anacrónicas são fruto da aplicação da mentalidade contemporânea aos textos doutras épocas. “O passado é um país estrangeiro”³ – disse Leslie Poles Hartley. É quase um cliché, uma frase repetida milhares de vezes, mas tão acertada.

Conclusão

Os estudos dos textos da época clássica não podem, nem devem estar petrificados. Pelo contrário temos de ficar abertos e atentos às novidades metodológicas para podermos juntar o “novo” ao “antigo” (mas não obsoleto) e mostrar que continua atual e em constante atualização. Ao mesmo tempo requerem-se conhecimentos do fundo clássico: da retórica, da tópica que permitem captar o texto no seu habitat natural, tentar contextualizá-lo. A perspetiva interdisciplinar, sem dúvida, igualmente ajuda a perceber melhor o texto e o contexto.

Bibliografia

- Albuquerque Martim (1974): *A consciência nacional portuguesa. Ensaio de história das ideias políticas* [tese de doutoramento], Lisboa: sn.
- Almeida Rodrigues, Graça (1980): *Breve História da Censura Literária em Portugal*, Lisboa: Instituto de Língua e Cultura Portuguesa.
- Alves, Daniel, “As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo académico: dos exemplos internacionais ao caso português”, In : *Espeelho de Clio* 69(2016) : 91-103. Disponível em : <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2496> [08.01.2021].
- Anselmo, Artur (1997): *Estudos de História do Livro*, Lisboa: Guimarães Editores.

3 Traduzido a partir da versão polaca do texto “Przeszłość to obca kraina” (Hartley 1978: 7).

- Araújo, Emanuel (2008): *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*, Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital.
- Bloch, Marc (2009): *Pochwała historii czyli o zawodzie historyka*, trad. W. Jedlicka, introd. W. Kula, Kęty: Wydawnictwo Marek Derewiecki.
- Bohuszewicz, P., "Po co literaturze dawnej współczesna teoria", In: *Litteraria Copernicana* 2(2008): 9-27. Disponível em: <https://apcz.umk.pl/czasopisma/index.php/LC/issue/view/1264> [08.01.2020].
- Brandão, António (1632): *Terceira Parte da Monarchia Lusitana que contem a Historia de Portugal desdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado del Rey Dom Afonso Henriques*, Lisboa: Imprensa no Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1994) *História da literatura portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Buescu, Ana Isabel, "Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas", In: *eHumanista* 8(2017): 143-170. Disponível em: https://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu.span.d7_eh/files/sitefiles/ehumanista/volume8/8%20Ana%20Isabel%20Buescu%20Article.pdf [08.01.2020].
- Buescu, Ana Isabel, "Aspectos do bilingüismo português-castelhano na época moderna", In: *Hispania* 216(2004): 13-38. Disponível em: <http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/195> [08.01.2020].
- Buescu, Ana Isabel, "Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem", In: *Penélope* 21(1999): 11-32. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2655613> [08.01.2020].
- Calafate, Pedro (intr. e org.) (2006): *Portugal como problema. Séculos V-XVI. A afirmação de um destino colectivo*. Volume I. Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Chartier, Roger (2019): *Czy książki wywołują rewolucje? Szkice z historii książki, lektury i kultury piśmiennej*, red. científica e posfácio P. Rodak, Warszawa: Wydawnictwa Uniwersytetu Warszawskiego.
- Chartier, Roger (2004): *The Author's Hand and the Printer's Mind: Transformations of the Written Word in Early Modern Europe*, trans. L.G. Cochrane, Cambridge: Polity Press.
- Curtius, Ernst Robert (1997): *Literatura europejska i łacińskie średniowiecze*, trad. A. Borowski, Kraków: Universitas.
- Da Cruz Coelho, Maria Helena (2001): "A diplomática em Portugal. Caminhos mais antigos e mais recentes", In: M.H. da Cruz Coelho et al., *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa: Edições Colibri: 13-40.
- Darnton Robert (1990): *The Kiss of Lamourette. Reflections in Cultural History*, New York-London: W. W. Norton & Company.

- Działak-Szubińska, "Escritoras monjas. Autoridad y autoría en la escritura conventual femenina de los Siglos de Oro by Julia Lewandowska", In: *Caliope: Journal of the Society for Renaissance and Baroque Hispanic Poetry* 252(2020): 270-273.
- Febvre, Lucien e Martin, Henri-Jean (2014): *Narodziny książki*, trad. A. Kocot e M. Wodzyńska-Walicka, Warszawa: Wydawnictwa Uniwersytetu Warszawskiego.
- Fonseca, Jorge (2019): *Os livreiros de Lisboa nos séculos XVI e XVII: estratégias económicas, sociais e familiares*, Lisboa: Edições Colibri.
- Frantzen, Allen J., "When women aren't enough", In *Speculum* 68,2(1993): 445-471.
- Goliński, Janusz K., "Od historii idei do historii literatury. Kilka uwag i propozycji metodologicznych", In: *Litteraria Copernicana* 2(2008): 41-47. Disponível em: <https://apcz.umk.pl/czasopisma/index.php/LC/issue/view/1264> [08.01.2021].
- Genette, Gerard (1997): *Paratexts. Thresholds of Interpretation*, trad. J.E. Lewin posf. R. Macksey, Cambridge: Cambridge University Press.
- Hartley, Leslie Poles (1978): *Posłaniec*, trad. R. Grzybowska, Warszawa: PIW.
- Kasperski, Edward (2017): *Metody i metodologia (metodologia ogólna, nauki humanistyczne, wiedza o literaturze). Podręcznik akademicki*, Warszawa: Wydano Nakładem Wydziału Polonistyki.
- Lewandowska, Julia (2019): *Escritoras monjas. Autoridad y autoría en la escritura conventual femenina de los Siglos de Oro*, Madrid-Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert.
- Lewandowska, J., "Sor Juana Inés de la Cruz y la crítica literaria feminista: controversias y contribuciones", In: *Itinerarios* 15(2012): 43-66.
- Loff, Maria Isabel (1967): "Impressores, Editores e Livreiros no séc. XVII em Lisboa", separata, Coimbra: sn.
- Lopes, Graça Videira; Ferreira, Manuel Pedro et al. (2011-), *Cantigas Medievais Galego Portuguesas [base de dados online]*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Disponível em: <http://cantigas.fcsh.unl.pt> [08.01.2020].
- Macedo, António de Sousa de (1651): *Armonia Política dos documentos divinos com as conveniencias d'Estado. Exemplar de Principes no governo dos gloriosissimos Reis de Portugal. Ao Serenissimo Príncipe Dom Theodosio Nosso Senhor*, Haga: Oficina de Samuel Broun.
- _____, (1631): *Flores de España, Excelencias de Portugal en que brevemente se trata lo mejor de sus historias y todas las del mundo desde su principio hasta nuestros tiempos y se descubren muchas cosas nuevas de provecho y curiosidad*. Primera Parte. Lisboa: Impressas por Iorge Rodriguez.
- Machado, J.B., "Os dois primeiros livros impressos em língua portuguesa". Disponível em: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/machad18.pdf> [15.01.2019].
- Mattoso, José (2019): *A Escrita da História*, Lisboa: Círculo de Leitores.

- Obremski, K., "Kilka słów wprowadzenia", In: *Litteraria Copernicana* 2(2008): 4-5.
Disponível em: <https://apcz.umk.pl/czasopisma/index.php/LC/issue/view/1264>
[08.01.2020]
- Pomian, K. (2010): *Przeszłość jako przedmiot wiedzy*, Warszawa: Wydawnictwa Uniwersytetu Warszawskiego.
- Topolski, Jerzy (2001): *Wprowadzenie do historii*, Poznań: Wydawnictwo Poznańskie.
- Wade, John William (2020): *Being Portuguese in Spanish: Reimagining Early Modern Iberian Literature 1580-1640*, West Lafayette: Purdue University Press.

O Feminismo de Amílcar Cabral. Uma leitura de *Cartas de Amílcar Cabral a Maria Helena: a Outra Face do Homem* à Luz das Teorias Feministas

Cleunismar Silva

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Guiné-Bissau

Resumo: O objetivo deste trabalho é fomentar uma reflexão à volta da trajetória e do pensamento de Amílcar Cabral, que possa identificar, analisar e discutir as percepções de feminismo e de género presentes nesta personalidade histórica, a partir da análise do livro *Cartas de Amílcar Cabral a Maria Helena: a Outra Face do Homem*. Trata-se de uma coletânea das cartas escritas por Cabral a Maria Helena, as quais se encontram organizadas cronologicamente, cobrindo de forma irregular os anos de 1946 a 1960. A obra apresenta uma dimensão profunda da intimidade de Cabral, todavia transcende o campo puramente das relações íntimas e traz à cena uma visão de mundo, de pensamento social, cultural e económicos escritos pelo próprio, em momentos de reflexão, questionamentos e construção do futuro pessoal e profissional.

Palavras-chaves: Feminismo, Amílcar Cabral, Participação, Género

Abstract: The Feminism of Amílcar Cabral. An interpretation of *Letters from Amílcar Cabral to Maria Helena: the Other Face of the Man*, in the Light of Feminist Theories

The aim of this article is to promote a reflection on the trajectory and thought of Amílcar Cabral, which can identify, analyses and discuss how perceptions of feminism and gender are present in this historical personality, from the analysis of the book *Cartas de Amílcar Cabral in Maria Helena: the Other Face of Man*. It is a collection of letters written by Cabral to Maria Helena, which are organized chronologically, covering the years 1946 to 1960 in an irregular way. The work presents the depth of Cabral's intimacy, however it transcends the field of intimate relations and brings to the scene a world view, social, cultural and economic thought written by himself, in moments of reflection, questioning and building his personal and professional future.

Keywords: Feminism, Amílcar Cabral, Participation, Genre

1. Introdução

Abordar o pensamento de Amílcar Cabral é confrontar-se com um desafio demasiado complexo, por se tratar de um tema que comporta a contradição da dupla essência: um homem inserido no seu tempo e, simultaneamente, atemporal. São muitos e diversos os escritos sobre Cabral. Contudo, estes priorizam sua trajetória no campo político. O seu percurso e trajetória pessoal enquanto

liderança comprometida com o empoderamento das mulheres possui pouca visibilidade na comunidade acadêmica e limitada referência para os ativistas e movimentos feministas.

Num contexto de afirmação do feminismo e da igualdade de gênero em África, nada mais salutar que reconstruir trajetórias, histórias e percursos de líderes e ativistas africanos que possam inspirar a nova geração para a construção de novas relações de gênero. Esta comunicação visa fomentar uma reflexão à volta da trajetória e do pensamento de Cabral, que possa identificar, analisar e discutir construções de feminismo e de gênero presentes em Cabral, a partir da análise do livro *Cartas de Amílcar Cabral a Maria Helena: a Outra Face do Homem*, que possam contribuir para repensar novas formas de masculinidade, novos espaços e territórios para o ativismo feminista e no feminismo, assim como constituir um marco teórico referencial para a fundamentação da história da construção de uma epistemologia feminista africana que promova a rutura dos paradigmas africanos hegemónicos de dominação masculina e submissão feminina.

Objetiva-se, também, que este debate sobre os discursos de gênero e feminismo presente em Cabral possam contribuir para fomentar novas abordagens de atuação prática dos movimentos sociais e ativistas no caminho da superação das iniquidades de gênero, através da ideia central que norteia esta comunicação, que consiste em demonstrar que Amílcar Cabral foi um ativista na defesa pelos direitos das mulheres e da igualdade de gênero e fez desta ideologia um modo de vida presente no seu quotidiano.

O livro trata-se de uma coletânea das cartas escritas por Amílcar Cabral a Maria Helena, que se encontram organizadas cronologicamente cobrindo de forma irregular os anos de 1946 a 1960. A obra apresenta uma dimensão profunda da intimidade de Cabral, todavia transcende o campo puramente das relações íntimas e traz à cena pistas de leitura que apontam para a sua visão de mundo, de pensamento social, cultural e económico que são escritos pelo próprio, em momentos de reflexão, questionamentos e construção do futuro pessoal e profissional.

Ressalta-se que, em termos metodológicos, trata-se de uma interpretação livre, cuja base são os fundamentos da teoria feminista e do gênero como categorias analíticas. Trata-se de uma interpretação própria que poderá não ser a mesma de uma outra leitora ou leitor. Igualmente, houve uma preocupação em considerar o contexto histórico e temporal no qual as cartas foram escritas. Apesar das cartas estarem organizadas de forma cronológica, optei por

analisá-las a partir de dois marcos temporais importantes na vida de Cabral: a fase de estudante universitário, vivida em Lisboa, e a fase do regresso à África.

Aproveito para elucidar que em alguns momentos da análise utilizarei o nome reduzido de Maria Helena citado em diversos momentos por Cabral. Ao longo da leitura das cartas, torna-se impossível ao leitor não se referir a ela como Lena. A riqueza dos detalhes expressos nas cartas chamou-me a atenção pela proximidade que desperta aos leitores, construindo ao longo da leitura uma certa intimidade com os protagonistas. A obra, por excelência, gera uma proximidade do leitor à Lena, que encanta pela riqueza das suas convicções, pela coragem de questionamento de uma estrutura social, que traduz um paradigma importante no que concerne às relações de poder no âmbito familiar.

A curiosidade pela escrita de um trabalho que aborde esta dimensão tão invisível da trajetória de Cabral nasceu do primeiro contato com a obra em análise, em que várias passagens indicavam pistas de leitura no sentido de que para Cabral a presença de Maria Helena na sua vida, não deveria se resumir somente a uma companheira conjugal, mas igualmente uma companheira de lutas, de pensamentos, de sonhos, de ideologias no engajamento de causas sociais, de comprometimento, sem em nenhum momento reduzir Lena à condição de mulher, com projeções circunscritas puramente no campo da construção de um projeto doméstico de vida. A Cabral não interessava ter uma esposa, mãe de seus filhos, relegada meramente à condição do papel social tradicionalmente associado à mulher. A comunicação entre o casal deixa evidente a preocupação dele em contribuir no fortalecimento da capacidade de Maria Helena, em construir blindagens que lhe permitissem estar na sociedade enquanto mulher, protagonista da sua história e capaz de decidir sobre os rumos da sua vida, transitando entre o marco da afirmação dos seus direitos enquanto mulher e mãe, desejosa de constituir a sua família e afirmar-se profissionalmente, de forma a contribuir e ser útil ao desenvolvimento da sociedade.

2. Feminismo e Feminismo de Amílcar Cabral: uma leitura das cartas à Maria Helena

Não existe uma definição única e acabada sobre o conceito de feminismo. O termo tem sido palco de distintas definições que partem de diferentes premissas, perspectivas, posições e campos de estudos, sejam no âmbito das ciências sociais, médicas, filosóficas, dentre outras. Também não se pode defender a existência que uma ou outra seja correta ou incorreta, algumas apresentam elementos mais subjetivos ou objetivos, definições clássicas e contemporâne-

as. Contudo, as diversas definições não perdem a essência fundamental que se traduz em dois pontos primordiais: o reconhecimento de um processo inacabado, dinâmico e que se caracteriza pelo aspecto de estar em constante construção, e, segundo, o repensar de novos olhares sobre os papéis e formas de participação social, de ser e estar das mulheres na sociedade, quer enquanto indivíduos ou sujeito coletivo.

Segundo a filósofa Françoise Collin o feminismo pode ser compreendido como:

(...) o movimento de liberação das mulheres - o feminismo - é um texto que se desenvolve, não uma tese. É uma linha melódica, não uma marcha militar. É uma inspiração, a inspiração de um sopro. O feminismo se respira mais do que se enuncia. De tanto dar o último suspiro, ele renasce (1994:149).

Para Pitanguy:

(....) O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades femininas ou masculinas sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção, a ternura possa aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar (...). (1984: 9).

Em contraposição, a autora, recorrendo ao pensamento de Chimamnda Ngozie Aichie (2015), opta por não definir o feminismo, mas apresenta um conjunto de situações do cotidiano que expressam como as desigualdades de gênero se formam, reproduzem e implicam na invisibilidade das mulheres na sociedade, através dos discursos essencialistas, e como as estruturas sociais, institucionais são repletas de estereótipos de gênero fundada no recurso à cultura para justificar as relações desiguais de gênero e de poder. E, por fim, a autora considera que o feminismo está associado à luta pela igualdade social, política e econômica entre os sexos. Estas três concepções ou olhares sobre o sentido de feminismo me parece um ponto de partida interessante para problematização de uma leitura de gênero e feminismo em Cabral a partir da leitura de suas cartas à Maria Helena.

A opção pelo título “Feminismo de Amílcar Cabral” remete a um objetivo proposital de tentar problematizar a construção de um feminismo próprio de Cabral em detrimento de analisar o feminismo em Cabral. A análise visa compreender em que medida podemos repensar uma leitura sobre o feminismo dissociado de uma lógica reprodutora dos discursos formulados pelas epistemologias feministas ocidentais, mas que, ao mesmo tempo, com elas se convergem no reconhecimento da necessidade de se projetar um novo olhar sobre o ser homens e mulheres na sociedade a partir de práticas e convívios sociais que sejam de fato sinalizadores de um discurso prático de igualdade.

Isto se deve a dois fatores essenciais: o primeiro, reside no fato de que as leituras e interpretações que fiz sobre a comunicação de Cabral e Maria Helena, não indicarem em nenhum momento a referência expressa e explícita a qualquer menção às teorias feministas enquanto um elemento conhecido por Cabral na sua dimensão acadêmica ou de conhecimento geral, ou seja, em nenhum momento da obra consegui identificar alguma passagem que possa indicar que Cabral tenha tido contato com o debate teórico à volta do feminismo, ou que este, constituiu ponto de qualquer reflexão geral por Cabral. Diferentemente de temáticas semelhantes, como, por exemplo, o debate sobre o preconceito racial, as desigualdades sociais, que são a todo momento abordadas na comunicação entre o casal, a partir de menção expressa de um conhecimento pautado não somente na vivência e experiência pessoal, mas igualmente do exposto reconhecimento do debate no campo teórico e acadêmico que fundamentavam as teorias raciais e injustiças sociais. Na correspondência de 29 de agosto de 1948, o autor das cartas partilha com Lena informações sobre Gandhi, sobre o apartheid na África do Sul, de como se formou o regime de segregação racial, como o debate acerca das questões raciais estavam a ser disseminados pelos meios de comunicação, e alerta pela necessidade de saber interpretar as notícias que nos são transmitidas por estes órgãos de comunicação social de forma crítica e analítica, sem cair no simplismo de considerá-las verdades inquestionáveis e absolutas. Igualmente faz menção ao preconceito racial no Brasil, com referências a Jorge Amado e a sua posição face a luta contra o preconceito racial.

O segundo fator considerado nas análises reside no objetivo central desta comunicação, qual seja: demonstrar que Cabral não debateu o feminismo e o género a partir de uma narrativa teórica e discursiva. Cabral recorreu sempre à praxis como mecanismo de demonstração do seu reconhecimento da igualdade de género, e do papel relevante da mulher na sociedade, enquanto protagonista

da sua história e sujeito de direitos, ou seja, fez desta perspectiva um modo de vida. E, para tal, julgamos que foi fundamental para esta conduta um conjunto de fatores que residem essencialmente na visão que Cabral possuía sobre a igualdade enquanto um princípio absoluto que norteia a sociedade, traduzido na repulsa a qualquer tipo de discriminação e preconceito. Assim como, no reconhecimento de que o indivíduo deve ser livre e desprovido de qualquer tipo de coação que fundamente as suas decisões, e de igual modo gozar os benefícios resultantes do desenvolvimento e dos avanços tecnológicos. Nas palavras de Cabral:

(...) quis dizer apenas que tenho, hoje, mais do que nunca, a consciência de que não basta ter e propalar ideias alicerçadas em princípios que visam acima de tudo o bem-estar dos homens. É necessário viver, cada dia, cada minuto, cada segundo, em coerência com essas ideias e princípios, de acordo com as suas implicações em todos os campos da atividade humana. (Cabral, 31 de outubro de 1955:378).

As palavras de Amílcar Cabral não deixam dúvidas sobre a importância da coerência entre o discurso e a praxis. Acredito que o pensamento de Cabral sobre as questões de gênero e os direitos das mulheres reflete uma praxis transformadora que se retrata de forma inequívoca na comunicação com Maria Helena e na projeção de suas expectativas sobre o imaginário da figura de uma mulher enquanto companheira no mais amplo sentido do termo.

A minha análise sobre o livro implica considerar o conceito histórico, cultural e social no qual as cartas foram escritas. Neste sentido, é, portanto, de extrema importância que se tome em consideração a trajetória de Cabral no que concerne os modos pelos quais ele percebeu a sociedade da sua época. A adoção desde muito cedo, de um comportamento contrário a qualquer forma de marginalização, discriminação e injustiça social.

(...) é que eu, Lena, entendo que o indivíduo, em si, não vale, quando absolutamente desligado de uma sociedade. Quero dizer, um indivíduo só vale na medida em que ele constrói alguma coisa para os seus semelhantes, para todos os seus semelhantes, sem distinção alguma. (Cabral, 24 de agosto de 1948:155).

Neste sentido, trazemos à colação o conceito de interseccionalidade, que abrange o reconhecimento de pontos de convergência entre diferentes for-

mas de discriminação baseadas não somente em relações desiguais de género, mas que se cruzam com outras categorias sociais, tais como raça, etnicidade, sexualidade, classe, idade, nacionalidade, localização, etc. Historicamente este conceito nasceu da necessidade de aprofundar o campo de conhecimento sobre o feminismo a partir do reconhecimento da diversidade do universo feminino e da constatação de que as desigualdades de género não afetam a todas as mulheres da mesma forma, sendo portanto, crucial o reconhecimento destas diferenças para a construção de uma epistemologia feminista que tenha em conta estes pontos de cruzamentos e promova visibilidade da história relacional das mulheres, com enfoque às diferenças¹.

A materialização concreta do conceito de interseccionalidade sem dúvida é evidente em Cabral. Acredito que o contato e conhecimento sobre outras formas de discriminação fundada na luta contra o preconceito, em outras categorias sociais baseadas em classes, localização, etnia, raça, etc. Possibilitou despertar em Cabral maior sensibilidade para a valorização do papel da mulher na sociedade, através da construção de potencialidades transversais de solidariedade. Vejamos a seguir:

(...) num canto, atrás de mim, uma geleira – sim, uma GELEIRA – na sua branca mudez, afirma simplesmente que tanto a Europa como a África têm o direito às benesses criadas pelo Homem. (Cabral, 24 de setembro de 1952:350). (...) estou agora lendo um livro interessantíssimo da autora de Maurice Delafosse, um conhecedor profundo dos problemas Negros. O livro intitula-se *Los Negros* e é uma tradução espanhola. Ensina-nos coisas que quase todos ignoram acerca dos Negros: história, sociologia, arte, literatura, etc. Há de ler este livro. No princípio, depois de ligeira referência ao desconhecimento geral sobre os Negros e de como é estéril comparar Negros com Brancos ou Africanos com Europeus, pergunta: “Não será mais útil indagarmos o que foram os Negros no passado em vista do que fizeram, e o que são no presente em vista do que fazem? Procedendo de outro modo continuaríamos a falar deles indefinidamente sem os conhecer (...)”. (Cabral, 18 de agosto de 1950:303).

Desta forma, torna-se relevante a compreensão não somente da forma como Cabral percecionou a função social da mulher e as relações de género, mas, igualmente, a forma como dialoga e se posiciona perante temas tão comple-

1 Para um maior aprofundamento do conceito de interseccionalidade ver: (Crenshaw 2002).

xos, nomeadamente: as relações de poder, o exercício do poder, as relações familiares, as desigualdades e as injustiças sociais, bem como a discriminação e o preconceito racial. Conceitos importantes que coadunam para a compreensão de como as desigualdades de género se constroem, são legitimadas e se reproduzem em submissão, invisibilidade e dificuldades de acesso aos direitos pelas mulheres.

Conforme mencionado, apesar das cartas estarem organizadas de forma cronológica, optei por analisá-las a partir de dois marcos temporais importantes na vida pessoal e profissional de Cabral relevantes para a compreensão dos seus discursos e praxis: a fase de estudante universitário, vivida em Lisboa, e a fase do regresso à África.

Marcas da fase de estudante:

Caracterizada sobretudo pelo apelo aos estudos, a capacitação profissional é a capacidade de saber fazer a leitura do mundo. O incentivo e apoio moral para a continuidade dos estudos, e não só os estudos enquanto um ato relacionado à academia, mas o estudo no seu sentido lato, de continuidade, de aperfeiçoamento, de aprendizagem e de conquista pelo saber marca em diversos momentos a comunicação entre o casal.

(...) nós havemos de falar francês, de estudar muito, para a vida. Eu sei que tu queres (...)

(...) quero, minha querida, que não tenhas arrelias nem aborrecimentos, que estudes o suficiente para triunfares, porque triunfarás. Confia em ti, em mim e na vida, porque eu confio em mim, em ti e na vida. Nada obstará aos nossos passos, no caminho que desejamos seguir. (Cabral, 25 de agosto de 1948:169).

(...) na primeira carta que te escrevi – uma bela carta por sinal – comuniquei-te que tinhas tido 13 em Economia Agrária e 15 em Zootecnia (quinze). E que eu tive 15 tanto em Economia como em Agricultura Comparada. Não te referiste a isso. A carta perdeu-se? (Cabral, 4 de abril de 1950:278).

Esta fase impressiona pelo sentido de auto-responsabilidade no processo de aprendizagem. Aponta um reconhecimento da educação como a principal ferramenta de transformação e mobilidade social tanto para o homem quanto para a mulher. Cabral enfatiza ao extremo a importância da educação como prática transformadora, associada à liberdade e emancipação do indivíduo. Para ele, o saber era a principal arma de combate a qualquer forma de discri-

minação e exclusão social. Neste sentido, o saber, deveria ser um exercício que despertasse no indivíduo (homem ou mulher) a capacidade de fazer a leitura do mundo de forma crítica, independente, ampliar os horizontes. A necessidade de despertar a curiosidade pelo processo de aprendizagem era um estímulo constante de Cabral para Maria Helena.

(...) já te disse, por duas ou três vezes, que tiveste 13 em Economia e 15 em Zootecnia. Eu tive 15 em Economia e Agronomia Comparada. Já comecei a estudar Entomologia. Não tens que te preocupar com os exames para que não te preocupes duas vezes. É, todavia, fundamental que estudes, tanto mais que as notas saídas prometem-te dispensa. (Cabral, 10 de abril de 1950:291).
(...) e tu, querida, quero que passes bem as férias e que estudes. (Cabral, 28 de agosto de 1948:189).

(...) já há alguns dias que estou para te dizer que tenho notado, com alegria, que escreves maravilhosamente. (Cabral, 26 de agosto de 1948:176).

(...) e, antes de nos dedicarmos inteiramente aos estudos (juntos ou separadamente, consoante o melhor para ti), iremos passear, porque eu tenho também, Lena, muito para te dizer. Muito. (Cabral, 15 de setembro de 1948:243).

A leitura da obra nos apresenta que para Cabral três fatores são preponderantes para o crescimento pessoal e profissional de um indivíduo: o esforço individual, ou coletivo e o reconhecimento da igualdade de oportunidades. Não podemos estabelecer comparações que não tenham em consideração o ponto de partida igual, ou seja, a igualdade de oportunidades é preponderante para o estabelecimento de critérios que tenham em conta qualquer avaliação de desempenho. É importante observar que está reflexão trava-se num contexto de análise que Cabral estabelece sobre as teorias racistas que tendem a considerar o indivíduo negro intelectualmente inferior ao branco. Este debate é perfeitamente transponível para a dicotomia homem e mulher, para as relações de género. Não obstante não o tê-lo feito expressamente a partir deste debate de género, tacitamente podemos considerar que há uma extensão para este campo na medida em que estabelece um campo de oportunidades que deve ser aberto a todos para o aproveitamento da utilidade do indivíduo a serviço da sociedade.

(...) é necessário que, de uma vez para sempre, todos os homens se convençam, conscientemente, de que uma determinada posição alcançada por este ou

por aquele, é apenas resultante dos esforços individuais ou coletivos, postos ao serviço de um dado fim, perante um campo de oportunidades aberto a todos. (Cabral, 5 de setembro de 1948:217).

Cabral demonstra uma preocupação muito intensa com o sentido de utilidade do indivíduo. Para ele a existência do indivíduo somente faz sentido se puder ser útil à sociedade e à humanidade, se cumprir a sua função social. E esta utilidade se manifesta através da consciência do seu valor e contributo para a sociedade. A aquisição de competências técnicas profissionais somente fazem sentido se for para ser disponibilizada ao serviço do bem comum. A utilidade do indivíduo não está associada a hierarquização social entre os sexos, ou relação de poder, não se estabelece a partir de hierarquias sociais, mas a partir da utilidade do que cada um predispõe a contribuir, do quão disponível e capaz seja de provocar transformações sociais e melhoria da qualidade de vida. No seu caso, fica evidente a todo o momento na comunicação com Lena, o objetivo essencial dos estudos em Portugal e na sua vida era o de lhe proporcionar competências técnicas/profissionais, para o cumprimento do seu propósito maior, contribuir para o desenvolvimento do continente africano. E este propósito somente faria sentido para Maria Helena se ela o entendesse também na sua condição de indivíduo, mulher, capaz de ser útil e disponibilizar suas competências ao serviço de um povo carente de apoio e necessitado de colaboração para prosseguir com o seu desenvolvimento.

(...) cada indivíduo, cada ser humano – homem ou mulher – tem uma função a desempenhar na vida. Esta afirmação não contém em si nem implica a admissão de qualquer determinismo, predestinação ou misticismo que destruiria a própria essência do pensamento que a gerou. A função que atribuo a cada ser humano, entendo-a resultante dos fenómenos, causas ou características que definem as condições mestras da sociedade, meio, ambiente ou mundo social em que esse ser humano vive. É evidente que a gradação medida na importância de tal função depende não só daquelas condições, mas também das qualidades intrínsecas (inteligência, emotividade, etc.) do indivíduo em causa. (Cabral, 6 de abril de 1950:275).

(...) antes de relegar para quando regressares mais referências ao problema que tanto nos atormentou, deixa que te diga uma coisa: não concordo com a tua expressão: resolvi deixar tudo para te ajudar e seguir-te. Não, querida, não quero que deixes tudo, e se vires bem, não deixarás. Se o facto de te decidires

a ajudar-me e a seguir-me é uma felicidade para mim, esta felicidade só será completa se, estejamos onde estivermos, conseguirmos estar sempre presentes junto dos teus, bem como junto dos meus. (Cabral, 26 de agosto de 1948:175).

Outro aspeto relevante que se deve ressaltar desta leitura de género da comunicação de Cabral com Lena é o recurso à linguagem como um elemento importante de inclusão e afirmação do feminismo. Na maioria das cartas nota-se uma preocupação com o uso de uma linguagem inclusiva, que seja contempladora da menção aos dois sexos, e mais que isto, uma linguagem abarcadora das relações de parcerias vivenciadas no âmbito familiar, desprovida de qualquer transposição de posse, poder e sobretudo de uma perspetiva em que o feminino aparece não numa abordagem de “subentendido”, em muitas situações a menção a homem e mulher é sem dúvida o ápice desta observação. A preferência por termos como indivíduo, humanidade, Homens (com H maiúsculo), o recurso a própria expressão homens e mulheres, e, por fim, homens no plural, deixa, mais uma vez, evidente a preocupação em não subentender a participação da mulher, mas demonstrar a sua presença de forma ativa e participativa. Desta forma trás à luz uma perspetiva histórica importante para um contributo sobre o debate género e linguagem, destaque para o reconhecimento da linguagem como um fator de inclusão e superação das desigualdades de género.

Relevante esta observação na medida em que, nos últimos anos, tem-se configurado tema de investigação o papel da língua enquanto um instrumento impulsionador da invisibilidade feminina e da reprodução de estereótipos que visam apresentar uma imagem de sub-representação do feminino. Desta forma regista-se igualmente o contributo de Cabral para este debate tão necessário de repensar novas formas de abordagens linguísticas mais compatíveis com o reconhecimento da inclusão feminina.

Marcas da fase do Regresso à África:

Caracterizada por uma visão progressista sobre o papel conciliador da função da maternidade e da inserção da mulher no mercado de trabalho. Não se verifica nenhuma proposta de limitação de Lena a uma vida pautada meramente no universo doméstico em função do exercício da maternidade e dos cuidados com a filha. Rutura completa com conceitos como o de domesticidade que se traduz na ideia de um determinismo biológico que vincula as mulheres puramente ao campo das relações domésticas.

(...) tens de vir a Paris. Creio que é fundamental estudares um bocado, melhorares os teus conhecimentos linguísticos. A Iva não pode ser obstáculo para essa necessidade e conveniência. Há escola para ela. A Karina pode arranjar-vos quarto na casa em que ela está. Terás tempo livre para estudar. Quanto tempo? Um ou dois meses, o suficiente para, em preparação intensa, melhorares o domínio da língua tão indispensável. A Sarah, que acha a ideia muito boa, ficará informada de tudo o que deves fazer aqui e por certo que te ajudará o mais possível em todos os aspetos da tua estadia e viagem. Terás de avisar quando chegas, para poderem tratar dos alojamentos”. (Cabral, 30 de abril de 1960:392).

Esse é sem dúvida um dos trechos das cartas em que Cabral deixa evidente a sua visão acerca das oportunidades e projeções profissionais para Maria Helena, associada a um fator importante: a maternidade. Cabral é enfático quando argumenta que a filha não pode ser um obstáculo ao crescimento profissional, ao crescimento académico, à aquisição de competências e ao desenvolvimento intelectual de Maria Helena. Apresenta soluções concretas de como superar as limitações de tempo decorrente da maternidade, através da inscrição da criança em uma boa escola, o que liberta a mãe em termos de tempo para se dedicar a outras atividades.

Há aqui toda uma contradição acerca do que se espera do papel da mulher após a maternidade. Se o senso comum, quer no contexto em que foram escritas as cartas, e ainda nos dias de hoje, de que o confinamento da mulher às atividades domésticas, dedicação aos filhos, a imersão da mulher na vida doméstica é uma realidade natural, o que Cabral fez a todo momento é distanciar Maria Helena desse universo limitado do papel destinado ao universo doméstico para as mulheres e mostra-lhe o mundo com toda a diversidade e possibilidades possíveis, dependendo unicamente dela (Lena) a opção por potencializar as suas competências profissionais e se fazer crescer no campo profissional.

Cabral não limita o seu olhar sobre Maria Helena, assim como não permite que haja limites de Lena sobre si mesma. Esse trecho demonstra a insistência de Cabral em não deixar morrer a construção de um pensamento crítico e aquisição de competências por Lena mesmo após terem concluído a licenciatura.

(...) estuda e trabalha, que muito depende do que fizeres. Havemos de levar a bom termo esta missão, sem ludíbrios nem milagres. (Cabral, 20 de agosto de 1953:357).

(...) somos dois seres válidos e desejosos de ser úteis. Temos as nossas profissões e a certeza de que necessitam de nós. As próprias passagens são uma prova de que necessitam de nós, de que contam com o nosso trabalho e com os nossos direitos. (Cabral, 30 de abril de 1960:391).

(...) Tua vinda – (...) não deixes que coisa alguma te impeça de embarcar a 25 de outubro. O Comandante do barco ofereceu-se para te proporcionar todas as comodidades e uma viagem boa. Não perca o barco do dia 25/10. (Cabral, 24 de setembro de 1952:350).

(...) espero que tudo corra pelo melhor e que consigas passar os belos dias no Norte. Não descures o teu emprego. (Cabral, 29 de agosto de 1955:361).

A comunicação entre o casal deixa evidente que a decisão de Maria Helena seguir para África não foi centrada unicamente na opção de um projeto de vida pensado exclusivamente a partir da construção de relações inseridas exclusivamente no contexto da vida doméstica. Havia desde o início, e por muita insistência de Cabral o reconhecimento da importância de Lena conseguir estabelecer-se em África de forma autónoma com independência económica e satisfação profissional. Os fragmentos da correspondência entre o casal que abordam as diligências feitas para a partida de Lena para África apresentam um contributo importante para analisar as perceções de Cabral acerca dos direitos económicos das mulheres, da posição da mulher trabalhadora, da função do trabalho na vida de um indivíduo não somente em relação ao aspecto económico, mas igualmente um campo relevante para a promoção da autoestima, fortalecimento da dignidade e consequentemente um instrumento de emancipação. A aposta de Cabral na educação como instrumento que permita tanto ao homem quanto à mulher definir os rumos da sua trajetória pessoal e coletiva. Nota-se nas suas narrativas que para ele, o conhecimento e as habilidades técnico-profissionais são as ferramentas que possibilitam aos indivíduos as capacidades para influenciar a sociedade e promover o desenvolvimento, e neste percurso, tanto os homens quanto as mulheres estão em condições iguais de contribuírem nesta jornada.

(...) Emprego para ti – Assunto importante, vou amanhã tratar dele junto de amigos influentes. Estou esperançado de que conseguiremos aquilo que pretendemos, além duma outra hipótese que ora se levantou. Hás de trabalhar e ganhar. (Cabral, 24 de setembro de 1952:349).

(...) fundamental também é que consigas trabalho, para o teu sossego. Tenho a certeza que conseguirás, meu Amor. (...) tenho estudado umas coisas de

solos e vou estudar mais. Estuda sempre, porque vale a pena (Cabral, 4 de novembro de 1955:382).

3. Considerações Finais

O livro permite apresentar fortes conclusões de que Amílcar Cabral foi um feminista inserido no seu tempo e para além do seu tempo. Concluo retomando a importância da compreensão de que o privado é político, na medida em que as trajetórias e percursos individuais representam mecanismos importantes de compreensão e análise da história e memória coletiva de uma determinada sociedade. Desta forma, a trajetória pessoal de Cabral poderá representar um fundamento importante para a compreensão da necessidade de se repensar novas formas de masculinidades que sejam mais engajadas e comprometidas com a superação das iniquidades de género. E que possa representar uma referência histórica de transformação do paradigma do papel da mulher na sociedade guineense e africana, e seja um contributo para a construção de novos olhares sobre as relações de género, poder e o papel da mulher na família.

Cito a Adrienne Rich (2002) que ressalta a importância da localização como um elemento essencial para demarcar as nossas formas de agir e sentir. Assim sendo, a trajetória de Cabral representa um marco referencial relevante para a fundamentação da história da construção de uma epistemológica feminista africana que promova a rutura dos paradigmas africanos hegemónicos de dominação masculina e submissão feminina, capaz de propor um novo discurso sobre a cultura que seja melhor entendido na sua dimensão dinâmica, enquanto um elemento transformador e não somente em uma ideologia determinista.

Para Aguiar (2007), há duas formas pelas quais os conceitos se formam nas Ciências Sociais: os conceitos nativos, que estão ligados à historicidade de um grupo e que se efetiva através da prática, e os conceitos analíticos, que resultam de uma teoria científica. Desta forma, não deixa de ser relevante a compreensão do contexto ao qual se inserem as teorias e a praxis de um determinado grupo para contribuição na fundamentação e construção epistemológica. A riqueza de conhecimento produzido a partir do resgate, compreensão e análise da trajetória histórica de Cabral é sem dúvida um fator importante para o reforço da identidade guineense e africana.

Referências Bibliográficas

- Adichie, Chimamanda Ngozi (2015). *Sejam todos feministas*. 1ª edição. São Paulo. Companhia das Letras.
- Aguiar, Márcio Mucedula (2007). A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. In: *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, nº. 36/37, ano 20. 83-88.
- Alves, Moreira Branca, e Pitanguy, Jacqueline. (1984). *O que é feminismo*. São Paulo. Coleção Primeiros Passos. Cultural/Brasiliense.
- Cabral, Iva, Souto, Márcia, e Elísio, Filinto(org.) (2016). *Cartas de Amílcar Cabral a Maria Helena: a Outra Face do Homem*. Lisboa. Editora Rosa de Porcelana.
- Collin, Françoise (1994). *Textualidade da liberação. Liberdade de texto*. Coloquio Internacional Brasil, França e Quebec. In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, Brasil. 142 -150.
- Crenshaw, Kimberlé (2002). *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. University of California. Los Angeles.
- Rich, Adrienne (2002). “Notas para uma política da localização”. Trad. Maria José Gomes. In: *Gênero, identidade e desejo: antologia crítica do feminismo contemporâneo*. Lisboa: Cotovia.

III. História e Cultura

Identidade Portuguesa Ultramarina – as oportunidades e os desafios na aplicação da Análise de Redes Sociais e *Digital Humanities* aos estudos historiográficos.¹

Agata Błoch

Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia

Demival Vasques Filho

Leibniz-Institut für Europäische Geschichte

Michał Bojanowski

Academia de Leon Koźmiński

Resumo: Identidade Portuguesa Ultramarina - as oportunidades e os desafios na aplicação da Análise de Redes Sociais e *Digital Humanities* aos estudos historiográficos.

O artigo explora as oportunidades e os desafios na aplicação das ferramentas de Análise de Redes Sociais e *Digital Humanities* aos estudos historiográficos sobre o Império Colonial Português. A Análise de Redes Sociais é uma área multidisciplinar de pesquisa que envolve ciências sociais, ciências da computação, matemática e estatística. A nossa intenção é demonstrar como os métodos acima mencionados podem ser proveitosamente usados para analisar dados históricos. Nós fazemo-lo examinando um conjunto de aproximadamente 160.000 documentos trocados por vários atores sociais (o rei, autoridades do império, pessoas privadas) entre os meados do século XVII ao início do século XIX, com o foco no reinado de D. João V (1706-1750).

Palavras-chave: Império Português, Análise de Redes Sociais, Pesquisa de Redes Históricas, Digital Humanities, Arquivo Histórico Ultramarino

Abstract: The Portuguese Overseas Identity - the opportunities and challenges in applying Social Network Analysis and *Digital Humanities* to the historiography.

The article explores the opportunities and challenges of applying Social Network Analysis and Digital Humanities tools to historiographic studies on the colonial Portuguese Empire. Social Network Analysis is a multidisciplinary area of research that involves social and computer sciences, as well as mathematics and statistics. Our intention is to demonstrate how the above mentioned methods can be fruitfully used to analyze historical data. We do that by examining a corpus of approximately 160'000 documents exchanged by various social actors

1 O projeto “Identidade Ultramarina Portuguesa” é apoiado pelo Centro Nacional de Ciências (National Science Center of Poland), sob o projeto de Preludium, 2017/27/N/HS3/01104, e faz parte da pesquisa de doutoramento de Agata Błoch, co-orientada por Michał Bojanowski (Universidade de Kozminski). Agradecemos a Monika Pawluczuk e Bartosz Lemiec por suas contribuições para a coleta e extração de dados. O apoio financeiro adicional do Instituto de História de Tadeusz Manteuffel da Academia Polaca de Ciências é reconhecido com gratidão.

(the king, empire officials, private persons) between the middle of the seventeenth century and the beginning of the nineteenth century, with a focus on the reign of King João V (1706-1750).

Keywords: Portuguese Empire, Social Network Analysis, Historical Network Research, Digital Humanities, Historical Overseas Archives

Introdução

Alberto Melucci definiu a noção de “identidade coletiva” como um processo de longo prazo de estabelecimento de redes de relações entre os atores sociais que interagem, comunicavam entre si e negociavam valores e termos de coexistência (Melucci 1995: 43– 44). Segundo esta teoria, a Identidade Ultramarina Portuguesa pode ser entendida como um processo de construção e negociação através das relações entre os indivíduos e a estrutura colonial burocrática. É do nosso interesse estudar como surgiu o sentimento de pertença dos portugueses às suas possessões marítimas na África e na América e, em particular, como evoluiu a posição social dos indivíduos marginalizados e dos grupos subalternos destas colônias.

Neste artigo apresentamos objetivos, dados, métodos e resultados preliminares de um projeto que visa aprofundar o entendimento da Identidade Ultramarina Portuguesa na bacia do Oceano Atlântico através da aplicação de métodos de *Social Network Analysis* (SNA), em português, Análise de Redes Sociais. A nossa base de dados abrange o período de meados do século XVII ao início do século XIX, ou seja, entre a criação do Conselho Ultramarino, órgão responsável pelos assuntos ultramarinos (1642) e a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil (1808). Neste artigo, porém, concentramo-nos no reinado oitocentista de D. João V. Assim, nossa intenção é aumentar o conhecimento sobre o funcionamento do antigo Império Português e potencialmente descobrir novas relações e dependências que ainda podem ser inexploradas. Esta pesquisa visa compreender os processos e mecanismos que governaram o mundo colonial, bem como enriquecer a historiografia.

No artigo descrevemos as principais questões de pesquisa do projeto na seção 2 e discutimos, na seção 3, como a análise de redes sociais pode ajudar a respondê-las. Em seguida, descrevemos a principal fonte de dados (seção 4) e os detalhes do processamento e análise de dados (seção 5). O artigo é concluído com uma apresentação de resultados preliminares na seção 6.

Objetivos e Questões de Pesquisa

Supõe-se que a rede social colonial é fruto de diálogo e resultado de estratégias de investimento, ambos baseados em necessidades individuais e coletivas. As relações sociais entre os habitantes das colônias portuguesas e as instituições

metropolitanas foram estabelecidas e reproduzidas conscientemente, resultando em obrigações duráveis, subjetivamente sentidas no nível individual como gratidão, respeito e misericórdia ou institucionalmente garantidos (direitos). Paul D. McLean, professor associado de Sociologia na Rutgers University e autor de *The Art of Network. Strategic interaction and patronage in Renaissance Florence* acredita que as sociedades da época moderna tinham uma compreensão muito mais profunda da importância de uma rede como um processo social do que os nossos contemporâneos (McLean 2007: 5). Essa afirmação poderia ser também aplicada aos estudos sobre o Império Português moderno, onde os indivíduos deveriam criar redes sociais complexas em nível nacional, internacional e transoceânico.

O projeto visa responder, entre outros, às seguintes questões:

- Como a administração portuguesa contribuiu para o nascimento da identidade ultramarina de seus habitantes, especialmente daqueles aparentemente marginalizados do ponto de vista do sistema colonial?
- Como os grupos subalternos representados por escravos, índios, forros e mulheres criaram as suas comunidades?
- De qual forma esses atores sociais formaram uma coletividade e se reconheceram como parte dela e como se conscientizaram de pertencer a uma estrutura colonial?
- Que tipos de relacionamentos envolveram os dois lados?
- Como mudaram as redes sociais coloniais no decorrer do tempo?

Considerando estas questões, supõe-se que o colonialismo português uniu os indivíduos em vez de excluí-los, fazendo até os grupos mais marginalizados se esforçarem para integrar-se no sistema colonial e criar redes sociais supranacionais. Acredita-se também que foi criada uma certa consciência e um sentimento de pertença dos moradores da periferia colonial a Portugal.

Este estudo, como já referimos, combina a historiografia tradicional com a *Network Science* e *Social Network Analysis* (de seção 3). É também um dos poucos estudos históricos que utiliza a perspectiva da rede como metodologia e análise de dados como ferramenta para a investigação baseada em arquivo. Os principais historiadores que aplicam a teoria da rede são Christian Rollinger, Marten Düring, Martin Stark e Robert Gramsch, os editores de *Journal of Historical Network Research*.²

2 Os artigos referentes a teoria de redes sociais nos estudos historiográficos encontram-se aqui http://historicalnetworkresearch.org/resources/hnr-bibliography/recent-additions_bib/.

Convém explicar que o conceito de redes foi sempre utilizado em estudos históricos, mas até recentemente apenas em sentido metafórico, porém, as ferramentas contemporâneas já permitem aplicar as ditas redes na prática. Portanto, o projeto visa disseminar a colaboração interdisciplinar da historiografia com outros campos, como ciência da computação e *Digital Humanities*. Uma ampla variedade de tecnologias avançadas está sendo utilizada na análise de *dados*, como, entre outros, *Natural Language Processing*, *text mining*, mapeamento e *visualização de dados*. Através da aplicação de tecnologias digitais às pesquisas históricas, surgem novas abordagens técnicas, cujos resultados ajudam, de uma maneira interdisciplinar, a explorar a ligação entre Portugal e as suas colônias atlânticas. Tal abordagem é crucial, já que a história social do Império Português é frequentemente analisada do ponto de vista das elites, das conexões familiares ou do comércio transatlântico. Desta maneira, o projeto discute o que a análise digital torna aparente e o que esconde sobre as questões ligadas à negritude, feminilidade e outros grupos subalternos.

No âmbito da historiografia portuguesa, este projeto representa uma reconstrução metafórica e matemática de redes sociais coloniais. A história deste império deve ser abordada em seu conjunto e não necessariamente como regiões separadas. Os estudos tradicionais costumavam enfocar principalmente em história econômica e as relações comerciais. Primeiras grandes mudanças ocorreram na virada do século XX para o século XXI, quando os novos estudos começaram a referir-se mais à história sociocultural e à pesquisa comparativa. Os historiadores ibéricos têm tentado entender a dinâmica dos impérios ultramarinos europeus. No que diz respeito ao Império Espanhol, o conceito de ‘monarquia composta’ foi sugerido por J. Elliott, e para o português – ‘a monarquia pluricontinental’ por Nuno G. Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, sendo este conceito fruto de colaboração teórica entre os acadêmicos brasileiros e portugueses (Guedes 2011: 15). No caso da ‘monarquia composta’ sugere-se que existiam vários reinos independentes, cada um protegido por leis e normas surgidas sob circunstâncias locais, enquanto na ‘monarquia pluricontinental’ havia apenas um reino, localizado em Lisboa, com suas várias colônias ultramarinas, nas quais foi estabelecido um conjunto de leis, regras e instituições para facilitar a interconexão de diferentes partes do seu império.

Thiago Rattes de Andrade, a sua vez, resumiu os conceitos de monarquia pluricontinental de seguinte maneira (Andrade 2014: 58):

Tabela 1: Características principais do conceito de monarquia pluricontinental.³

Elemento	Caracterização
Concepção de reino dentro da perspectiva territorial	Concepção de unicidade de reino, continuidade territorial, sem autonomia das posses ultramarinas
Relação do reino com a produção das riquezas das possessões	Mediante a incapacidade de produção e circulação no reino dependência das riquezas produzidas nas possessões ultramarinas para manutenção do reino
Caráter do regime político	Concepção corporativista, herdada do período medieval onde o rei é a “cabeça” que dá unidade e organização a uma sociedade de múltiplas características e interesses.
Efetivação de governança	Caráter polissinodal, através de instituições como juntas, tribunais e conselhos

No contexto de estudos sobre a globalização, os resultados da análise quantitativa, suplementada pela análise qualitativa, podem fornecer uma visão inovadora do estudo da história do império português. Pretende-se, assim, chegar a um compromisso entre as duas escolas antagônicas: a portuguesa e a brasileira. Enquanto a primeira propaga a visão de um „bom império” baseado na integração e miscigenação, a segunda, representada principalmente por F.A. Novais da Universidade de São Paulo, refere-se ao império da exploração econômica. O projeto apresentado neste artigo explora o império português com fim de entender as *conquistas* ultramarinas como um espaço de novas oportunidades sócio-políticas. As redes sociais podem revelar relações interessantes entre o império e a metrópole, mostrando que aqueles que tinham direito de expressar seus sentimentos e compartilhar as observações não foram apenas aqueles que o merecem, mas também os mais explorados e os mais excluídos. Portanto, a pesquisa traz resultados inovadores em muitos campos, destacando sempre como esse pequeno país ibérico conectou o mundo, criando, assim, a cultura transatlântica lusófona e a mentalidade ultramarina portuguesa. Em escala macro, de acordo com a *Network Science*, muitos conceitos são investigados matematicamente, enquanto em microescala, aprofunda-se a correspondência administrativa a fim de modificar a visão tradicional do centro e das suas periferias. Finalmente, o projeto oferece uma perspectiva inovadora sobre o estudo da globalização na área do antigo império português e pode fornecer

3 Elaborado por Thiago Rattes de Andrade (Andrade 2014: 58).

uma base para a compreensão das relações contemporâneas entre Portugal e suas antigas colônias.

O projeto tem também uma grande relevância para a Academia Polonesa, sendo uma continuação da escola polaca da investigação do império português, representada pelos seus três principais acadêmicos, Marian Małowist, autor de *Konkwistadorzy portugalscy* [Os conquistadores portugueses] (1992), Jan Kieniewicz, autor de *Od ekspansji do dominacji. Próba teorii kolonializmu* [Desde expansão até a dominação. A tentativa da teoria do colonialismo] (1986) e *Portugalczycy w Azji XV-XX wiek* [Os Portugueses em Ásia nos sécs. XV-XX] (1976) e Michał Tymowski, autor de *Europejczycy i Afrykanie. Wzajemne odkrycia i pierwsze kontakty*, [Os europeus e os africanos. Os descobrimentos mútuos e os primeiros contatos] (2017) e de vários artigos dedicados ao assunto, por exemplo “Organizacje typu imperialnego w Afryce przedkolonialnej a problem segmentacji władzy” [Organizações do tipo imperial na África pre-colonial e o problema de segmentação do poder] publicado em *Kwartalnik Historyczny* (2007). Os professores polacos concentraram-se no conceito de ‘*sea-borne empire*’ dos séculos XV e XVI, que se baseava na subjugação e na violência. O projeto de investigação que discutimos neste artigo refere-se ao período de relativa paz e estabilidade do império colonial, quando a conquista foi substituída por uma tentativa de diálogo intercultural e intercontinental. O valor agregado é a sua abordagem metodológica e teórica que mostra, como o sistema colonial mudou do “império marítimo” acima mencionado, localizado principalmente nas costas, até ao império terrestre que já incluiu o interior africano e americano. O projeto é a primeira contribuição polonesa aos estudos deste império na era colonial.

Por fim, a pesquisa pode trazer resultados inovadores para a análise de redes que se concentram em uma concepção de caráter estatístico. Os laços de tais redes estão sendo construídos e negociados ao longo do tempo, o que será apresentado na pesquisa sobre o império português, onde todas as ações aconteciam de forma bastante dinâmica.

Análise de Redes Sociais

Análise de Redes Sociais (Wetherell 1998; Marin e Wellman 2011; Wasserman e Faust 1994) é um paradigma que se baseia na teoria sociológica e na matemática, da teoria dos grafos para estudar a estrutura das relações entre vários tipos de entidades sociais.

Portanto, o objeto da análise não são as propriedades dos sujeitos estudados em si, mas uma ampla gama de relações entre estes. É uma ferramenta de

pesquisa bastante universal, utilizada para analisar todos os possíveis tipos de relacionamentos e examinar a dinâmica das conexões entre vários atores sociais. Relacionamentos, de fato, mudam no longo prazo, enquanto a rede é o que essas mudanças mostram em um dado momento. Essa metodologia, portanto, pode potencialmente explicar a formação de relacionamentos entre pessoas, lugares e eventos que compõem a rede e permite visualizados a fim de descobrir estruturas e padrões que não são facilmente detectáveis com outras abordagens e métodos mais tradicionais. Utilizando este método em relação à sociedade colonial portuguesa, pretende-se examinar a posição dos indivíduos na estrutura, distinguir grupos particulares, enfocar-se em tipos de relações (*edges*), e, no final, realizar uma análise global da estrutura de toda a rede. A análise de redes é apenas uma ferramenta para interpretar a dinâmica das ligações entre indivíduos (*nodes*) nas colônias portuguesas. É um complemento à pesquisa qualitativa que está sendo realizada no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, bem como nos arquivos localizados no Brasil.

Muitas contribuições da pesquisa em redes sociais são relevantes para o estudo do surgimento da Identidade Ultramarina Portuguesa. Por exemplo, Duncan James Watts, Peter Sheridan Dodds e Mark Newman observaram que as redes sociais permitem que as pessoas alcançassem, em poucos passos, os atores sociais mais importantes e distantes, utilizando apenas suas redes pessoais, confirmando que “as redes sociais têm a surpreendente propriedade de serem pesquisáveis: pessoas comuns são capazes de direcionar mensagens através de sua rede de conhecidos para alcançar uma pessoa-alvo específica, que seja mais distante, em apenas alguns passos” (Watts *et al.* 2002: 1302-1305). Como outro exemplo, pela aplicação da abordagem proposta por Daniel J. Brass, Martin Kilduff e Ajay Mehra, foi mostrado que os indivíduos marginalizados eram mais propensos a criar e compartilhar a identidade e promover tal grupo como base para a interação social (Brass *et al.* 1998).

As abordagens acima mencionadas para estudar a Identidade Ultramarina Portuguesa também permitem usar modelos matemáticos e algoritmos rigorosos para caracterizar posições individuais em redes maiores com conceitos como grau, centralidade, conectividade e *brokerage*.

A fonte de dados: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
A fonte de dados para realizar o projeto em questão é a correspondência administrativa trocada entre Portugal e suas colônias atlânticas de áreas como Brasil, Guiné, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe, datada dos séculos XVII-XVIII. Em

Portugal, destacam-se dois arquivos históricos: Arquivo Nacional Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino, sendo este segundo muito importante por conter uma volumosa documentação relacionada ao império português. Arquivo Histórico Ultramarino é, sobretudo, o herdeiro da coleção da documentação produzida por Conselho Ultramarino. Convém explicar que a expansão territorial do Império Português na época moderna exigia mudanças profundas nas suas estruturas políticas e administrativas, especialmente a partir do fim da União Ibérica e da consolidação da independência do Reino de Portugal. Na base do Regimento de 14 de Julho de 1642, criou-se o Conselho Ultramarino, justificado pela razão de “nao haver no reino de Portugal hum tribunal separado para se tratarem nelle os negócios daquellas partes Estado da Índia e dos mais ultramarinos e se fazer o despacho delles por Ministros obrigados a outras ocupações” (Acioli *et al.* 2006: 32-33).

No fundo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa encontram-se, fontes variadas – códices e livros de registro ou documentos avulsos relativos à história política, administrativa, financeira ou econômica – de todas as instituições que representavam a administração central portuguesa. Cite-se, portanto, o Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (criada em 1736), do período datado entre o século XVI até o ano de 1833. Além disso, o próprio Conselho Ultramarino também herdou toda a documentação produzida pelas instituições que geravam os negócios ultramarino antes da sua criação. Estas instituições foram representadas primeiro por vedor da Fazenda da Repartição da Índia, Brasil, Mina e Guiné, Mesa da Fazenda, depois por Conselho da Fazenda, após 1604 por Conselho da Índia, sendo substituído este, em 1614, de novo por Conselho da Fazenda que funcionou continuamente até ao ano da criação do Conselho Ultramarino.

Supõe-se que a documentação produzida pela administração central e pela administração colonial foi arquivada de duas maneiras distintas; a primeira, de acordo com o tipo de documento, enquanto a segunda, sob critérios geográficos, ambas mantendo sempre a ordem cronológica (*Boletim do Arquivo Histórico Colonial* 1950: 27). Por sua vez, observou-se que, até o fim do século XVII, os códices relacionados aos domínios ultramarinos costumavam ser arquivados em conjunto, contudo, diante uma administração colonial em rápido crescimento, os códices foram separados segundo três regiões: Brasil; Cabo Verde, Guiné e São Tomé; e, por último, Angola. Acredita-se que estas cartas trocadas entre os indivíduos e representantes da administração colonial, foram objeto das conversas e negociações dentro do Conselho Ultramarino, por muitas delas conterem notas e assinaturas dos membros deste Conselho.

Virgínia Rau observou que de Portugal para as colônias ultramarinas foram enviados

Cartas régias, regimentos, leis, provisões e consultas; instruções referentes à administração política, econômica e eclesiástica; à boa inteligência ou guerra com os naturais; à descoberta, troca e cultivo de plantas úteis e medicinais, projetos de construções e fortificações; normas e planos de exploração; missões e embaixadas; providências e preceitos sobre colonização de portugueses e estrangeiros, sobre guerras e delimitações; comércio e navegação, minas, escravo etc. Enquanto dos domínios ultramarinos vinham a Metrópole as mais variadas informações de caráter social, administrativo, econômico, político e religioso, ao lado de lista de produtos e culturas exóticas, de animais e plantas, vinham as memórias sobre os povoadores, os bandeirantes e pombeiros, os índios, os palmares, os piratas, e os engenhos, queixas, requerimentos, representações ou petições dos moradores eram ladeados por pedidos de socorro de armas e munições, relatórios das lutas e guerras com o gentio e os estrangeiros, autos de vassalagem acompanhavam os tratados de paz, relações de donativos e tribunais etc. (citado em Boschi 2011: 79-80).

Os documentos que são a base para esta pesquisa pertencem ao Catálogo de Manuscritos referentes às seguintes colônias, como séries no fundo do Conselho Ultramarino Português: Alagoas, Angola, Bahia, Cabo Verde, Guiné, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Moçambique, Nova Colônia de Sacramento, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio Negro, Santa Catarina, São Paulo, São Tomé, Sergipe, São Paulo.

Processamento e análise de dados

No decorrer deste projeto, o total de 169.222 documentos salvos em *Portable Document Format* (PDF) foram convertidos em arquivos de texto usando a ferramenta *pdftotext*. Em seguida, cada um destes arquivos de texto foi processado e dividido em posições individuais, usando scripts escritos em *JavaScript* e *Perl*. A aquisição de dados foi feita usando expressões regulares (*regular expressions*). No projeto, utilizamos o banco de dados *PostgreSQL*, que foi alocado em um servidor, com acesso externo para fim de consulta pública. O nosso banco de dados armazena todas as informações relacionadas à correspondência administrativa, isto é, cada carta representa uma linha separada da tabela que

contém informações como o conteúdo da carta e o arquivo de origem de onde ela vem. Além disso, cada carta é descrita com metadados, que são complementados com base no conteúdo da carta, tais como: *ID* - identificador único de carta gerado automaticamente, *sender* - remetente, *recipient* - destinatário, *send_date* - data de envio, *date_spec* - a data com os valores possíveis de ant. (antes da data) ou post. (após a data), *sender_loc* - localização do remetente, *recipient_loc* (localização do destinatário), *list_type* - um tipo de carta.

A partir da individualização dos arquivos, o projeto busca identificar os atores presentes em cada documento de comunicação. Além disso, procuramos também extrair informações adicionais, como por exemplo, quem são os remetentes e destinatários de tais documentos, suas localizações, se possuem algum tipo de parentesco e sua função no império (rei, governador, conselheiro, soldado, etc.). Para tal efeito, utilizamos técnicas de processamento de linguagem natural, *Natural Language Processing (NLP)*, um ramo da área de inteligência artificial e aprendizado de máquina *Machine Learning (ML)* e da linguística, que visa estudar a interação entre máquinas e línguas humanas, com o principal intuito de analisar, processar e compreender uma grande quantidade de dados linguísticos.

Mais especificamente, utilizamos a técnica de reconhecimento de entidade mencionada *Named Entity Recognizer (NER)*, cuja tarefa é exatamente a de localizar e extrair entidades mencionadas em um texto e então classificá-las em categorias previamente definidas, tais como: pessoa, localização, organização, produtos, eventos, entre outros.

O nosso primeiro grande desafio com o uso de processamento de linguagem natural é o fato de estarmos trabalhando com a língua portuguesa. Apesar de já existirem bibliotecas em português para o reconhecimento de entidades, tais bibliotecas ainda são pequenas, sem grande variedade de textos e a precisão da ferramenta, no reconhecimento das entidades mencionadas, é ainda muito baixa se comparada à precisão atingida com textos em inglês. A biblioteca de processamento de linguagem natural utilizada neste projeto é a *spaCy*, desenvolvida para a linguagem de programação *Python*. Nesta biblioteca por exemplo, a precisão do *NER* para o inglês é de aproximadamente 86%, enquanto para o português, a precisão está na casa de 78%. Além disso, pelo fato de os documentos serem relativamente antigos, muitas entidades como nomes de pessoas e localização já não são muito usuais, o que dificulta ainda mais o reconhecimento destas entidades pela ferramenta.

Para minimizar os efeitos dos problemas citados acima, decidimos usar a função de aprendizado de máquina (*Machine Learning*) da ferramenta de

reconhecimento de entidades. Assim, criamos uma amostra de 4.230 documentos, 2,5% do total, para extração e classificação manual das entidades mencionadas, trabalho este realizado com o auxílio do software *MaxQDA*. Ainda, para atender as particularidades dos documentos históricos, criamos também novas categorias para a classificação de entidades. São elas: *ROLE*, na qual identificamos as funções dos atores no império português e *AFFILIATION*, para extrair graus de parentesco entre os envolvidos na comunicação. Além destes, a ferramenta também classifica as entidades como *PERSON*, *LOCALIZATION* e *ORGANIZATION*.

Um segundo desafio é a separação das entidades classificadas como *PERSON*, ou seja, dos atores presentes na rede social do império português, assim como seus atributos, em remetente e destinatário de cada documento. Neste caso, nós usamos uma ferramenta de linguagem chamada expressões regulares (*Regular Expressions*). Esta ferramenta tem como base a identificação de padrões dentro de um texto, baseado na sequência de caracteres. Assim, a ferramenta é bastante dependente da estrutura dos documentos. Novamente pelo fato destes registros serem relativamente antigos, não existe uma padronização, uma estrutura bem definida, na escrita dos mesmos. Muitos deles possuem uma estrutura bastante similar, o que facilita muito o uso de *Regular Expressions*, porém isto não é uma realidade para a totalidade dos documentos.

É importante lembrar, portanto, que, devido aos dois desafios apresentados aqui, para a análise de dados linguísticos do império português entre os séculos XVII e XVIII, utilizando processamento de linguagem natural, é preciso um desenvolvimento contínuo dos métodos de análise utilizados neste projeto, a fim de se gerar resultados cada vez mais precisos. No momento, já podemos construir as redes sociais do império, como veremos na próxima seção, com as redes do reinado de D. João V, identificar seus principais atores, as comunidades formadas e o tipo de estrutura de rede criada pelo envio de correspondência administrativa entre pessoas do império e das colônias ultramarinas. No futuro, buscaremos agregar, às informações já disponíveis nestas redes sociais, mais atributos dos atores, como por exemplo, gênero, classe social e as funcionalidades já identificadas pelo reconhecimento de entidades mencionadas.

Resultados preliminares – o reinado de D. João V

O mapeamento de redes permite, entre outros, compreender a natureza da monarquia portuguesa e verificar se Portugal oitocentista governou de uma maneira absolutista e centralizadora ou se criou-se um sistema da monarquia

pluricontinental. Convém explicar que a historiografia portuguesa ainda não está unânime em relação ao reinado de D. João V (1706-1750). As pesquisas anteriores focaram-se no caráter despótico do governo joanino, assinalando tais circunstâncias como a descoberta de ouro no Brasil, quando o fluxo maciço desta pedra preciosa a este país ibérico, levou à independência política e econômica de D. João V, libertando-o da necessidade de recorrer ao povo à procura de subsídios.

Porém, os estudos realizados nos últimos anos contrariaram esta visão, infelizmente ainda sem fornecer a resposta definitiva à esta questão. Luís Ferrand de Almeida apontou que a política de fortalecimento do poder real em Lisboa veio de muito longe, sendo já uma prática dos antecessores de D. João V, a qual, avançou significativamente no governo joanino. A razão pela qual acredita-se que aquele reinado não era absolutista é a ausência de uma base doutrinária que fosse proposta oficialmente e consequentemente defendida, apesar de algumas concepções serem perceptíveis em documentos administrativos ou em jurisconsultas, contrariamente ao que aconteceu na época pombalina. Contudo, não se pode esquecer do que D. João V foi militado pelo direito moral, divino e natural, bem como pela ordem jurídica positiva e constituição tradicional da sociedade (Almeida 1995: 183).

Por sua vez, Maria Beatriz Nizza da Silva tentou analisar como a imagem positiva e negativa sobre D. João V foi construída no decorrer do tempo, descobrindo que os historiadores oitocentistas foram menos críticos do que os seus sucessores positivistas. Sebastião da Rocha Pita, autor da *História da América Portuguesa* avaliou positivamente a devoção e generosidade do monarca, enquanto os historiadores novecentistas avaliaram tais características como um grande defeito. Como relata a estudiosa, Oliveira e Costa criticou fortemente o seu exagero de luxo e grande desperdício de ouro, qual, Ribeiro Guimarães, autor de *Sumário de Vária História* viu como a futura crise. No final do século XIX Manuel Bernandes Branco tentou explicar que os defeitos do rei eram os defeitos do seu tempo, dominado pelo certo fanatismo religioso. Eduardo Brazão, na década dos anos trinta do século XX, tentou combater a imagem estereotipada do rei, explicando que a construção tão negativa da imagem de D. João V era diretamente ligada à tentativa de denegrir o reinado joanino. Atualmente, os historiadores parecem revelar mais simpatia pelo rei, elogiando os seus interesses pela política interna e externa, sendo a geração mais jovem de historiadores de arte que se focam na herança artística de D. João V (Silva 2009: 11-16).

No caso 1 abaixo, mostramos o resultado do mapeamento da rede limitado aos principais atores no período estudado. Encontram-se as pessoas e as instituições que enviaram, pelo menos, 25 documentos em nossos dados.

No caso 2, relaxamos o limite de 25 e mostramos redes maiores que surgem quando incluirmos atores que enviaram pelo menos 1 ou 2 documentos.

Caso 1: Principais atores da rede de João V

Observa-se que o mecanismo de tomada de decisões na corte joanina continua misterioso até hoje, porque o próprio D. João V não costumava revelar os segredos do seu reino. Sabe-se, porém, que o monarca português preferia trabalhar com as pessoas mais confiáveis ao seu redor, que foram cuidadosamente por ele escolhidas. Portanto, não recorria ao Conselho de Estado e, em vez disto, preferia pedir ‘pareceres’ aos seus conselheiros pessoais. Um destes conselheiros foi Diogo Mendonça Corte Real, secretário de Estado, com quem D. João V se reunia duas vezes por dia com fim de elaborar os relatórios na base de pareceres de cada um dos consultados funcionários do Conselho Ultramarino (*Idem*: 177-181). Acredita-se que D. João V era muito independente nas suas decisões e não sempre aceitava os pareceres votados nas reuniões do Conselho Ultramarino, enquanto Diogo Mendonça Corte Real era apenas um conselheiro executivo, sem poder influenciar o monarca.

A rede apresentada na Figura 1 mostra os principais atores da rede estudada, ou seja, apenas aqueles que enviaram pelo menos 25 documentos no período estudado.

Assim, vê-se as complexas relações entre D. João V, o seu conselheiro Diogo de Mendonça Corte-Real e os demais administradores coloniais, principalmente Gomes Freire de Andrade (governador colonial e capitão-general do Rio de Janeiro entre 1733-1766, exercendo controle também sobre Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e sul do Brasil) e Rodrigo César de Meneses (governador e capitão general de São Paulo entre 1721-1728 e do Reino de Angola 1732-1738).

Figura 1. As relações coloniais no reinado de D. João V (1706-1750). Outdegree de pelo menos 25.

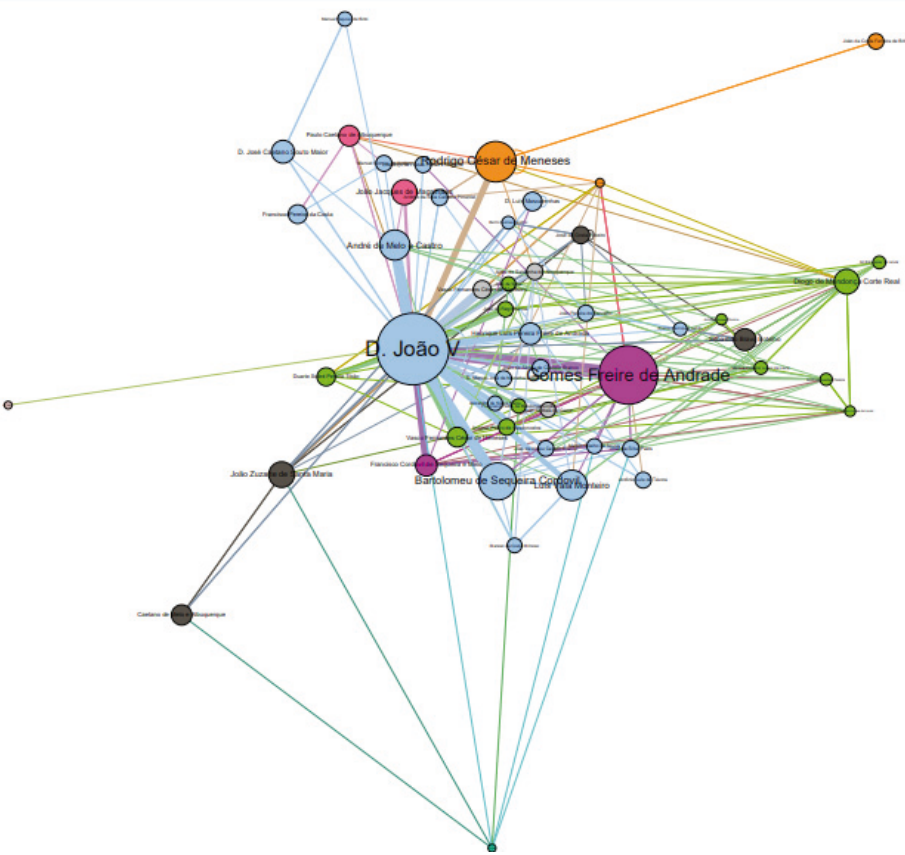


Tabela2. Os principais atores sociais no reinado de D. João V (1706-1750). Outdegree de pelo menos 25.

Remetente	Cargo	Localização
Gomes Freire de Andrade	Governador	Rio de Janeiro, Minas Gerias, São Paulo, Mato Grosso e sul do Brasil
Bartolomeu de Sequeira Cordovil	Provedor da Fazenda	Rio de Janeiro
André de Melo e Castro	Capitão-geral	Minas Gerais
Rodrigo César de Meneses	Governador	São Paulo (1721-1728) / Angola (1732-1738)
Vasco Fernandes César de Menezes	Vice-rei	Bahia
D. João V	Rei	Lisboa
Francisco Cordovil de Sequeira e Melo	Provedor da Fazenda	Rio de Janeiro
Luís Vaia Monteiro	Governador	Rio de Janeiro
João do Rego Barros	Provedor	Pernambuco
António Pedro de Vasconcelo	Governador	Nova Colônia de Sacramento
Henrique Luís Pereira Freire de Andrade	Governador	Pernambuco
Diogo de Mendonça Corte Real	Secretário do Estado e Ultramar	Lisboa

Caso 2: redes completas

Gráfico 2: *Degree 1*. *Outdegree* significa que aplicamos um filtro que, na rede, faz com que só apareçam os atores, que têm pelo menos um documento como remetente, enquanto Gráfico 3: *Degree 2-Outdegree*, pelo menos dois documentos como remetente.

O gráfico mostra como a administração joanina tentou aproximar-se de seu povo e estar presente na vida de seus súbditos não só de Portugal, mas também das suas conquistas ultramarinas, consequentemente diminuindo a distância entre o poder público e a sociedade.

Durante as audiências diretas, que ocorriam três vezes por semana, o rei recebia todos os que precisavam do seu conselho, independente da sua condição social ou cor. Os seus súditos de todo o país podiam contar com a ajuda régia, sendo exemplares os dois casos quando o monarca prestou auxílios à população lisboeta durante a febre amarela de 1723 e aos lavradores do Alentejo durante uma terrível seca entre 1734-1735. Desta maneira, D. João V passou a ser acessível para muitos, construindo uma imagem paternalista do rei que cuidava dos seus súditos (Almeida 1995: 187).

Acredita-se que a acessibilidade do rei para com os portugueses no país não era muito diferente da com os moradores das *conquistas* atlânticas. Os habitantes das regiões do Brasil, Cabo Verde, Guiné, São Tomé ou Angola, independente da sua posição social, política ou cor, tinham direito de enviar os requerimentos ao rei e pedir-lhe a mediação, nos conflitos locais, estatais ou, até mesmo, domésticos. No caso dos escravos ou forros, um indivíduo recorria primeiro a um procurador que lhe prestava um apoio jurídico (gratuitamente ou não) e redigia as petições. Em seguida, tal requerimento foi enviado à corte lisboeta, de onde a decisão voltava para as mãos das autoridades locais. Portanto, a metrópole tornou-se o verdadeiro centro das relações locais nas suas colônias. Convém explicar que estas relações podem ser observadas em várias colônias atlânticas. No Brasil, Maria Beatriz Nizza da Silva notou que a prática de apelação ao rei era mais frequente no estado da Bahia e nas capitâncias periféricas recorria-se mais às autoridades locais (Silva 2000: 300). Em relação ao empenho da Coroa nos conflitos entre o senhor e o escravo, Anthony John R. Russell-Wood observou que na primeira metade do século XVIII, o rei português concedia a liberdade ao escravo independentemente da opinião do seu senhor, porém, já na segunda metade do mesmo século, a prática era escutar as opiniões tanto do senhor e do seu escravo, como dos representantes das autoridades locais (Russell-Wood Russell 1995: 215-233).

Figura 2. As relações coloniais no reinado de D. João V (1706-1750). Degree 1. Outdegree.

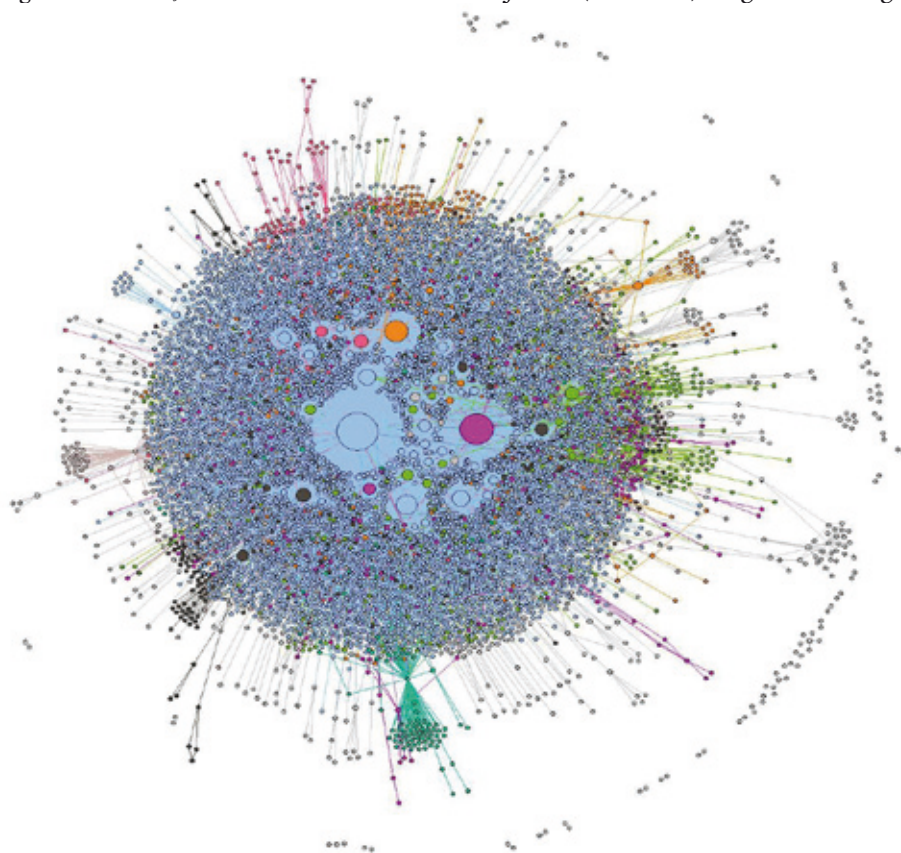


Figura 3. As relações coloniais no reinado de D. João V (1706-1750). Degree 2. Outdegree.



Conclusões preliminares

Levando em consideração os exemplos de redes sociais apresentados em cima, no decorrer desta pesquisa, pretende-se examinar o sistema político vigente no Império Português colonial e, principalmente, o conceito da monarquia pluricontinental. Roberto Guedes acredita que a “monarquia lusa espalhava-se em diversos territórios, porém nela existia apenas um reino e várias conquistas” (Guedes 2011: 15) enquanto a nobreza que vivia naquelas colônias via-se como subordinada a uma monarquia cujo centro estava localizado em Lisboa. Por outro lado, acredita-se que a sociedade colonial era fortemente controlada com os mecanismos de controle que, aparentemente, não foram visíveis, conforme observaram João Frago e Maria de Fátima Silva Gouvêa. A monarquia colonial portuguesa caracterizava-as por um grande conjunto de leis e normas legislativas, mas também pelas instituições corporativas ad-

ministrativas, miliares e religiosas como conselhos, ordenanças e irmandades vinculadas um ao outro (Fragoso e Gouvêa 2009: 42).

Espera-se que os resultados de *Social Network Analysis* aplicada aos estudos historiográficos sobre o Império Português levantarão uma questão crítica para consideração do funcionamento dos sistemas coloniais da época moderna. Vale a pena acrescentar que esta abordagem é uma das possíveis técnicas de transformar as datas dos arquivos para as datas de redes sociais. Esta abordagem visa explicar o *longue durée* das dinâmicas dos contatos desenvolvidas entre a administração central e seus principais atores. A análise pode ser continuada também na escala micro, tentando reconstruir as redes *Ego*, isto é de todos os indivíduos envolvidos na construção das redes sociais mais próximas e diretas entre o indivíduo e o ambiente dele.

Referências bibliográficas

- Acioli, Vera Lucia Costa e Barbosa et al. (2006): *Fontes Repatriadas. Anotações de História Colonial. Referencias para pesquisa. Índices do Catálogo da Capitania de Pernambuco*. Recife: Editora Universitária UFPE.
- Almeida, Luís Ferrand de (1995): *Páginas Dispersas- Estudos de História Moderna de Portugal*. Coimbra: IHES.
- Andrade, Thiago Rattes de (2014): “O conceito de Monarquia Pluricontinental em perspectiva: desafios e possibilidades para o exercício historiográfico”. In: *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. Ano 7, Ed. 18: 54-62.
- Boschi, Caio C. (2011): *O Brasil-Colônia nos arquivos históricos de Portugal*. São Paulo: Alameda.
- Fragoso, João, e Gouvêa, Maria de Fátima Silva (2009): “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. In: *Tempo*, vol.14, no.27: 36–50.
- Guedes, Roberto (org.) (2011): *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português – escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados*. Rio de Janeiro: Editora Mauad.
- Kieniewicz, Jan (1986): *Od ekspansji do dominacji. Próba teorii kolonializmu*. Warszawa: Czytelnik.
- _____ (1976): *Portugalczycy w Azji XV-XX wiek*. Wrocław: Zakład Narodowy im. Ossolińskich.
- McLean, Paul D. (2007): *The Art of Network. Strategic interaction and patronage in Renaissance Florence*. Durham & London: Duke University Press.

- Małowist, Marian (1992): *Konkwistadorzy portugalscy*. Warszawa: Państwowy Instytut Wydawniczy.
- Marin, Alexandra., e Wellman, Barry. (2011): "Social network analysis: An introduction". In: *The SAGE handbook of social network analysis*.
- Melucci, Alberto (1995): "The Process of Collective Identity". In: *Social Movements and Culture. Social Movements, Protest & Contention*. Hank Johnston e Bert Klandermans (orgs.), vol. IV. Minneapolis: University of Minnesota Press: 41-63.
- Russell-Wood, Anthony John. R (1995): "Vassalo e soberano – apelos extrajudiciais de africanos e de indivíduos de origem africana na América Portuguesa". In: *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*, Maria Beatriz Nizza da Silva (org.). Lisboa: Editorial Estampa: 215-233.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (2009): *D João V*. Lisboa: Temas e Debates.
- , (org.) (2000): "A luta pela Alforria". In: Maria Beatriz Nizza da Silva (org.), *Brasil – colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira: 296-310.
- Wasserman, Stanley., e Faust, Karoline (1994): *Social network analysis: Methods and applications* (Vol. 8). Cambridge: Cambridge University Press.
- Watts, Duncan James, Dodds, Peter Sheridan e Newman Mark (2002): "Identity and search in social networks". In: *Science, American Association for the Advancement of Science* 296: 1302-1305.
- Wetherell, Charles (1998): "Historical social network analysis". In: *International Review of Social History*, 43(S6): 125-144.

A viagem ao Egito de Eça de Queiroz pelo olhar duma egiptóloga¹ e não só...

Joanna Popielska-Grzybowska

Instituto das Culturas Mediterrâneas e Orientais, Academia Polaca das Ciências,
Investigadora Correspondente do Centro de Humanidades FCSH/NOVA-Uac

Resumo: A viagem ao Egito de Eça de Queiroz pelo olhar duma egiptóloga e não só...

José Maria de Eça de Queiroz é um dos maiores e reconhecido romancista português. Vivendo ele no século XIX, caracterizado pelo enorme interesse do Oriente, em concreto a Terra Santa, e pelo Egito, acabou por sucumbir ao fascínio de viajar para o Médio Oriente, experiência que muitos outros escritores da época tiveram. O artigo analisa o relato das viagens do escritor. Entre muitos locais percorridos por Eça de Queiroz as experiências mais relevantes e as mais cativantes para o egiptólogo são as narradas aquando das visitas ao Museu de Bulaq, em Héliopolis, Gizé, Sakkara e Mênfis. A autora pretende transmitir o encanto do Egito antigo e admiração pelas culturas antigas do escritor no século XIX. A autora revela ainda o seu espanto e apreço pela riqueza dos meios de expressão da língua portuguesa no relato da visita a um país encantador – o Egito.

Palavras-chave: Eça de Queiroz, Egito, século XIX, egiptomania, viagens ao Oriente

Abstract: The travel to Egypt of Eça de Queiroz seen by an Egyptologist and not only...

José Maria de Eça de Queiroz is undeniably one of the greatest Portuguese novelists. He lived in the 19th century, which was characterised by great interest in the Orient, the Holy Land and Egypt, and he succumbed to the fascination by the idea of the trip to the Middle East, being an experience that many writers of the time had as well. Among many other places he had been to and narrated about, vivid for consideration and captivating for an Egyptologist, are his visits to the Bulaq Museum in Heliopolis, Giza, Saqqara and Memphis. The author of the article intends to convey the enchantment by Ancient Egypt and admiration of the writer of the 19th century for ancient cultures. Likewise, the present author reveals her astonishment and appreciation for the richness of the means of expression of the Portuguese language in the account of the visit in the enchanting country that Egypt may be.

Keywords: Eça de Queiroz, Egypt, 19th century, Egyptomania, travels to the Middle East

1 Desejo exprimir o meu agradecimento aos organizadores do Congresso *A VOLTA AO MUNDO EM 40 ANOS. Encontros e reencontros em língua portuguesa*, que foi muito estimulante para o nosso trabalho. Agradeço também ao Senhor Miguel Ângelo Lobo Gonçalves pela sua participação nas conversas sobre a literatura portuguesa e pela ajuda na correção da língua portuguesa deste artigo. O meu muito obrigado aos meus colegas da Universidade Nova de Lisboa, em particular à Senhora Professora Maria Helena Trindade Lopes, que sempre foi a inspiração da nossa colaboração e incentivo dos meus trabalhos sobre egiptologia portuguesa. Por causa disso dedico este artigo à Senhora Professora Maria Helena Trindade Lopes.

Introdução – fundo histórico

O século XIX na Europa caracterizou-se por um grande espanto pelo Oriente e pelas viagens aos países orientais (Reychman 1972; Said 1978: 1-73; Kuźma 1980) e para fazer as peregrinações (Podemski 2005: 44-57). Viajavam todos aqueles a quem era permitido viajar e que estivessem bastante bem na vida. A maioria dos viajantes derivou dos países ricos, como Inglaterra, França, Prússia ou Áustria-Hungria (Starkey e Starkey 1998; *Voyages* 2003; Searight 2005). No que se refere aos viajantes ingleses, conhecemos muitos relatórios e guias (Budge 1890; Clayton 1982; Conner 1983), até das mulheres (Searight 2005; Tuson 2014). A perspectiva diferente foi demonstrada por um japonês Takejirō Hasegawa no diário de viagem ao Egito, intitulado *A Nile Voyage of Recovery* (Muñoz 2017).

O afeto geral pelo Egito na Europa no final do século XVIII e no século XIX era admirável, não obstante na vida dos polacos naquela época dominavam problemas de outra natureza, de maior importância, isto é, a não existência e dependência do país. Apesar disso, o interesse estava vivo e o Egito sempre teve um encanto irresistível. Esse interesse foi fortalecido pela “paixão” que muitos demonstraram por Napoleão Bonaparte (Vivant Denon 1802/2007; *Description de l’Égypte 1809–1828*/2006), em particular os polacos, pelo facto de lhes dar uma esperança ilusória da recuperação da pátria livre; aliás, isso mesmo teve algum efeito na criação do Reino Polaco.

Já no século XVI, Mikołaj Krzysztof Radziwiłł “Sierotka” escreveu *A Peregrinação à Terra Santa*, descrevendo também o Egito.

Os polacos enfeitiçados pelo charme do Oriente faziam os itinerários culturais e arqueológicos para aprender mais da antiguidade e adquirir os artefactos para as suas coleções privadas, como foi, por exemplo, o caso do conde Michał Tyszkiewicz (Niwiński 1994). Além disso, três homens chamados de José (Józef): Sułkowski, Zajaczek e Szumlański participaram na expedição egípcia de Napoleão. Dizia-se que o primeiro foi o iniciador daquela expedição. Maurycy Mann, a sua vez, deixou-nos a primeira reportagem intitulada *A viagem para o Este. 1854-1855*. A nossa tradição polaca é muito rica. Já naquela época existiam enciclopédias com artigos sobre Egito e a sua cultura (veja-se por exemplo os diários, relatórios ou memórias: Bystron 1930; Burkot 1988; Zinkow 2011; Śliwa 2012; Tkaczow/Sieroszewski 2016: 15-26, ou fotografias: Beato 1860-1900).

A mencionada tendência geral naquela época foi muito forte e irresistível, porque deu origem ao desejo de conhecer o “outro”, mas aquele orientalismo tinha também raízes sociais, sendo uma boa referência a situação dum país

não potente, como foi o Egito daquele tempo, e a “invasão” do Ocidente. E. Said arguiu que o Ocidente manifestava uma visão plenamente distorcida do Oriente como “o sujeito degradado do discurso imperial” (Said 1990), tratando os habitantes do mundo oriental como bárbaros (Tracz 2004: 207-231; Ayres Pereira e Bonnici 2008: 67). Este pensamento sentiu-se igualmente nas descrições literárias ou jornalísticas das viagens. Porém:

Ao contrário dos americanos, os franceses e os britânicos – e em menor medida os alemães, os russos, os portugueses, italianos e suíços – tiveram uma longa tradição daquilo que deverei chamar de *orientalismo*, um modo de resolver o Oriente que está baseado no lugar especial ocupado pelo Oriente na experiência ocidental européia. (Said 1990: 13)

De acordo com esta tendência, Portugal não podia faltar nesta corrente de fascinação. Afortunadamente um dos viajantes foi um dos maiores escritores da língua portuguesa de sempre, nomeadamente, José Maria de Eça de Queiroz. Felizmente, a sua profissão predestinou-o para descrever de modo inigualável e reconhecidamente deslumbrante os sítios que visitou.

Em 1869 foi convidado pelo jornal *Diário Nacional* para ser correspondente e assistir à inauguração do Canal do Suez, no Egito. O que Eça verdadeiramente desejou foi viajar e por isso o convite veio no tempo exato. Esta jornada faz parte da corrente do *orientalismo* da época. Partiu no dia 23 de outubro daquele ano, tomando o rumo de Alexandria, na companhia do seu amigo D. Luís de Castro, 5.º conde de Resende, General das Forças Armadas e irmão da sua futura mulher – D. Emília de Castro. Graças à companhia do conde, Eça chegou a ter o passaporte diplomático, sendo ele “um encarregado de negócios”, ou seja, o portador da correspondência diplomática.

A viagem pelo Egito não durou muito, mas Eça fez apontamentos altamente detalhados de tudo o que viu e sentiu. Graças àquela sua perspicácia e ao seu talento, somos felizardos por podermos “saborear” a cultura por ele descrita, em pormenor, e até as coisas pequenas do dia-a-dia.

Depois da inauguração, Eça aproveitou para visitar a Palestina, cujas notas de viagem serviram mais tarde para escrever o romance *A Relíquia*, no qual o protagonista, Teodorico, faz uma viagem a Jerusalém.

Vivendo Eça no século XIX, acabou por sucumbir ao fascínio da ideia da viagem para o Médio Oriente, sendo uma experiência que muitos escritores da época também tiveram.

Geralmente os egiptólogos acham que o Egito não faz parte dos países do Médio Oriente, uma vez que nos contos históricos ou políticos este país nilótico frequentemente faz parte do Oriente, sendo aqui um bom exemplo o discutido relatório das viagens de Eça de Queiroz. Entre muitos outros locais visitados pelo escritor, as mais relevantes experiências são estas que narra aquando das suas visitas ao Museu de Bulaq, em Héliopolis, Gizé, Sakkara e Mênfis, que não podiam deixar de ser cativantes para o egiptólogo.

Pelo olhar duma egiptóloga

A forma como o escritor descreve os monumentos egípcios antigos espanta. A sua sensibilidade pela beleza da simplicidade e da magnitude das coisas da vida antiga é incrível.

Obviamente que o autor não evitou lapsos ou imprecisões, e terá dado passos em falso, relatando as suas impressões do Egito e assim da cultura egípcia, mas o que mais importa aqui é que surpreende pela profundidade do seu saber da cultura egípcia, da sua consciência e intuição relativamente a acontecimentos antigos num país distante e diferente do da sua terra materna.

O autor foi muito perspicaz e, por isso mesmo, o seu relato é surpreendentemente minucioso e rico.

É manifesto e claro que a narração de Eça de Queiroz engloba o Egito todo, isto é, o conjunto ou a mistura da antiguidade e da contemporaneidade.

Em relação às lembranças da antiguidade, ele começa por descrever o Museu de Bulaq, cujos objetos transferidos para o Museu na Praça Tahir até aos dias de hoje são a maior coleção dos artefactos arqueológicos egípcios de todas as épocas da sua longa história. Foi o Senhor August Mariette (Radliński 1881: 566-570) quem fundou no Cairo, em Bulaq, junto ao porto, um museu de antiguidades egípcias, presumindo Eça, porém, que ninguém o iria ver. Felizmente errou completamente, já que se trata de um dos museus mais visitados no mundo.

Muito engraçado e curioso, porém, foi o encontro dos dois homens, a saber – Eça e August Mariette – no Cairo e o enlevo que o escritor demonstrou pelo cientista francês... ou se calhar o texto foi “temperado/apimentado” com ironia, cujo poder expressivo o literato gostou imenso. Porém, indubitavelmente demonstra também o verdadeiro arrebatamento por Mariette. Eis o excerto:

M. Mariette – no Cairo, Mariette Bei – é um homem extremamente sábio, paciente nos seus estudos como um beneditino. Porém, aquela vida de explo-

rações históricas não se passa toda na sombra pacífica dum gabinete, entre as almofadas duma poltrona. Passa-se no deserto, na tenda, penetrando nas velhas cavernas dos sepulcros, expulsando os escorpiões e as víboras, lutando com todas as dificuldades.

M. Mariette conhece, até ao mais pequeno pilone, até à mais derrubada coluna, todo o Egito faraónico. Poderia, creio, escrever o rol dum europeu em hieróglifos. É o amigo íntimo de todas as múmias.

Fui-lhe vagamente apresentado na sala da Ópera por um correspondente do *Times*, Mr. Russel: ele levou a mão ao tarbuche, eu levei-a polidamente ao peito; mas como eu não era Sitis I, da quinta dinastia, nem Ramsés III, da décima sexta, ele não me atendeu mais – e eu esqueci-me de o louvar pela descoberta do seu último faraó, desgraçado de mim, preocupado como estava pela excêntrica ideia de que conhecia uma mulher, que indistintamente se adivinhava por trás da cortina de gaze bordada, no camarote do serralho de Sheriff Paxá. E assim, perdi a maravilhosa ocasião de falar com um homem que distingue de longe, só com deitar-lhes a luneta, mulheres de Tutmés III ou de Aníenemhat IV, perfilando-se num baixo-relevo. (Eça de Queiroz 2016: 143-144)

Nem todos os nomes históricos dos faraós egípcios são corretos, mas, mesmo que não sejam muito parecidos com os verdadeiros, pode-se dizer que Tutmés III existiu de verdade; porém, já Sitis I, que foi Seti I, reinou na dinastia XIX, e não V; Ramsés III na dinastia XX, e não XVI, e Aníenemhat IV, que faz pensar no rei chamado de Amenehat IV da dinastia XII.

O museu, fundado por Mariette, fica perto do Rio Nilo, sendo que naquela altura era novo e com boas condições de ser utilizado, com antiguidades egípcias, velhas de milhares de anos, estátuas de faraós, esfinges, diversos deuses, com várias formas de cabeça de animais, nus, com colares sobre o peito, estátuas hieráticas, figuras de sacerdotes e de negros, múmias de faraós, de rainhas, de íbis, animais, colares, joias, símbolos religiosos, armas de guerra, pequenas figuras de deuses, anéis, escaravinhos e sinetes, tudo devidamente numerado e classificado. Tem ainda estátuas, com corpos delgados, esguios e musculosos, com bocas enérgicas, os ossos das faces levemente salientes, olhar fixo, forte, as caras redondas e os pés largos. Imensas múmias em caixões de forma oval, estreitos e compridos, feitos de uma madeira negra, coberta com hieróglifos dourados, com figuras do morto, incrustações a ouro.

Eça de Queiroz era muito suscetível pelo “discurso mudo” das figuras no Museu:

Vemos múmias sem conta; estão em caixões de forma oval, estreitos e compridos, feitos de uma madeira negra, coberta com hieróglifos dourados, ou trazendo a figura do morto, desenhada a traços primitivos, entre incrustações a ouro. O corpo é todo envolvido em faixas mortuárias. Os olhos, pintados com um extremo cuidado, fixos, negros, têm as pestanas indicadas por traços dourados... Nada mais triste do que aqueles corpos, que foram de conquistadores, de tiranos, de faraós, metidos dentro das suas urnas, numerados e enfileirados de encontro a uma parede. Que ressuscitar aquele para quem tinha preparado com tanto cuidado a imortalidade!

Fixa-me extraordinariamente uma figura: é uma cabeça de granito negro. Nada mais profundo do que o seu largo olhar cheio de serenidade e de tristeza: a boca grossa, fortemente acentuada, como repousando de grandes palavras, tem uma expressão poderosa de desdém. Há na testa alta e lisa uma imobilidade e uma placidez estranhas: os olhos, sem pupilas, têm uma fixidez de melancolia, de abstracção, de contemplação.

Fez-me cismar aquela enorme cabeça negra, sobre o seu pedestal envernizado. Foi um deus? Foi um faraó? Foi um sábio? Nem o catálogo o sabe. Está ali, tendo sido achada no fundo dum templo ou entre os destroços dum pilone. Algum persa bárbaro, soldado de Cambises, decerto a tinha derrubado e martelado. (Eça de Queiroz 2016: 146-147)

Que exatidão e atenção, ou por outras palavras, que bom sentido de observação ele tinha, para relatar cada pormenor da arte egípcia, que é tão diferente e pode parecer verdadeiramente esquisita para um europeu.

Um imenso desdém sereno habita naquela pedra; tem uma quietação tenebrosa e cheia de mistério. Alguma coisa a oprime: ou o segredo dos dogmas, ou o desprezo dos deuses. O que pensará aquela cabeça? Era algum dos faraós expulsos de Mênfis pelos Hiesos, que, desterrado e errante, vendo o fim das coisas humanas, se refugiara na aparência da imortalidade? Era algum sacerdote que compreendia a ilusão dos seus vinte mil deuses? Seria uma esfinge que possuía a secreta verdade da vida? Não sei. Mas aquela expressão, que tinha talvez três mil anos, entristeceu-me. (Eça de Queiroz 2016: 147)

A escultura que Eça contemplou provocou a sua reflexão profunda e fez-lhe pensar na condição do ser humano. De igual modo revela o seu conhecimento dos factos da cultura, da vida e das histórias do Egito antigo, para mencionar apenas que ele sabia da invasão dos Hicsos, embora os chamasse de Hiesos.

Além do Cairo, Eça de Queiroz visitou Heliópolis, a cidade, em que o Sol foi venerado:

Na cidade havia um templo, que era também uma escola de sacerdotes, e os filósofos gregos ali vieram em peregrinações consultar os velhos sábios que possuíam o segredo da tradição. Heródoto e Platão estiveram ali. No santuário mugia o santo boi Mnevis.

Diante do templo abria-se uma avenida, ladeada de esfinges, figuras medonhas e colossais, que o historiador árabe Abdel-Latif ainda viu, assentando em redor do templo a sua misteriosa impassibilidade.

[...]

Hoje, só há ali dunas de areia e o obelisco que ergue ainda, no meio do campo de milho, a sua pedra vetusta. Cobrem-no plantas trepadeiras, e na luz, no meio de larga planície, tem uma beleza severa e misteriosa. (Eça de Queiroz 2016: 186)

Sente-se tanto abatimento e melancolia... e se calhar alguma desilusão quanto à deterioração dos monumentos do passado magnífico, de esplendor...

Focando-nos na leitura, fica-se com a impressão de que o escritor leu muitíssimo e teve a coragem intelectual de transmitir as informações científicas lidas ou ouvidas no Egito. É digno de nota que Eça esteve muito atento e foi perspicaz nas suas observações gerais e particulares. Sabia muito sobre a cidade do Sol Heliópolis, como por exemplo do santuário de boi Mnevis e dos filósofos gregos, sendo até informado sobre as anotações do historiador árabe. No entanto, não chegou a ter consciência do maior papel desta cidade na religião egípcia, com a sua cosmogonia mais antiga do Egito, descrita nas paredes das pirâmides, sendo conhecidos como os *Textos das Pirâmides* – o mais velho “livro” do mundo e construída em torno do conto sobre o deus criador Atum. Em vez disso, Queiroz descreveu a árvore sob a qual Santa Maria, José e Jesus descansaram, tal como a fonte, em que Maria lavou a sua túnica. Eis a grande e impressionante tradição bíblica do século XIX!

Claramente que o viajante não podia perder a visita às pirâmides e à Esfinge: “Ao amanhecer, o espectáculo é maravilhoso. Uma estrada leva-nos até às Pi-

râmides, pelo meio da grande planície verde e fecunda.” Atualmente, o enlevo do autor sobre a fecundez e verdura dos arredores das pirâmides surpreende, mas foi uma menção verdadeira. Ele sabia muito bem que a água foi e era no Egito o deus fecundo e bom:

Em baixo, ao lado, a água puríssima. Na planície os tons sucedem-se: águas transparentes como vidro, azuladas como a pervinca, misturam-se aos verdes das plantas. O colorido da planície finda junto às Pirâmides: as águas, as ervas, as plantações húmidas encostam à orla do deserto a sua paisagem profunda – e as Pirâmides aparecem, erguendo-se sobre uma linha de terra árida, monótonas, enormes, misteriosas...

Quando chegámos às Pirâmides já o sol cobria a Esfinge com seu manto de ouro.

É certamente aquele o campo funerário do Egito. O Egito é um grande túmulo – e uma grande origem da vida. Em parte alguma o contraste da morte e da vida, no que elas têm de mais belo – a História e a Família –, oferece um aspecto mais profundo. Em parte alguma tem a história um cemitério mais largo do que na lívida terra do Egito, em toda aquela região que orla o vale do Nilo. Tudo ali é morto. Não só os Reis têm ali o seu sepulcro: têm-nos as Religiões, têm-no as Cidades: é o Deserto! (Eça de Queiroz 2016: 190-191)

Embora Eça achasse o Egito, como tantos outros, um país de morte (até a morte das religiões), foi muito intuitivo ao ver uma enorme vontade e um apetite pela vida dos egípcios antigos. Irresistível é esta intuição sobre uma das mais essenciais e marcantes mentalidades egípcias antigas, ou seja, a sua convicção ou o seu pressentimento de plenitude e, assim, a realização da vida pode-se alcançar unindo os paradoxos complementares. As coisas ou os conceitos que se completam para criar o *tudo*. A propósito vejamos este excerto:

O Nilo corre na sua majestosa serenidade sonora: as palmeiras formam o seu formidável claustro: aquela vegetação é religiosa: a imensa água do rio passa sob o largo pórtico das palmeiras, como o coro duma multidão sacerdotal. Ali, tudo é vida, movimento, verdura, esplendor das forças naturais.

E ao lado dessa incomensurável tira de vida, que cobre, desde a Núbia até ao fim do Delta, esta vasta terra do Egito, a grande linha dos sepulcros estende-se: são as Pirâmides, é Mênfis, é Biblos, é Tebas. Ali descansam os

faraós; ali jazem os templos; ali estão sepultadas as cidades. Tudo são ruínas, túmulos – infundável areal dos mortos! E o deserto, além, vai cimentando perpetuamente aquela linha de morte.

Contraste extraordinário e profundo: o Egito é um imenso celeiro e um imenso sepulcro. (Eça de Queiroz 2016: 191)

Outrossim, as pirâmides tratadas como os milagres feitos pelas mãos de seres humanos, para Eça também tinham duas “facetas”:

O que mais surpreende nas Pirâmides é o mistério. Aqueles muros, pedras, interiores, sarcófagos vazios, corredores solitários, tudo tem um aspecto de mudez e de segredo que espanta. Dá vontade de ferir, de espancar aquelas pedras, para as obrigar a dizer o seu segredo. Ali, não há esculturas nem inscrições: tudo escarnece a curiosidade humana!

De longe, envolvidas na luz, apresentando às vezes decorações adoráveis no fundo verde-negro da paisagem, as Pirâmides são transparentes, rosadas, penetradas e vivificadas pelo azul, limpas e graves. A quem as vê a distância, elas aparecem belas e compreensíveis: entram no conjunto da paisagem, são parte da decoração. De toda a parte elas surgem aos olhos – entre palmeiras, junto dos lagos, ou para além da linha da verdura – como a presença eterna da morte e do deserto. (Eça de Queiroz 2016: 191-192)

Porém, admirado, Eça de Queiroz não gostou, nem ficou maravilhado ou fascinado pelas tumbas dos reis do Reino Antigo egípcio – não sucumbiu ao feitiço de quase nenhum deles. Além disso, para ele as pirâmides vistas de perto não eram mais que uma “brutalidade gigantesca”:

Mas quando nos aproximamos, então toda a brutal imensidade daqueles imensos seres nos esmaga: não há na verdade paisagem nem decoração; nada que atraia o espírito poético, nada que alegre e chame a curiosidade dos olhos. Enormes, disformes, descarnadas, desconjuntadas, esfoladas, deixando ver a escabrosidade das pedras como pontas de osso, cheias de rugas, monstruosas, fazem sucumbir o espírito – e todas as ideias, todos os pensamentos, todas as sensações, fogem diante da sua brutalidade gigantesca, como aves assustadas.

É que não se tomam então no seu conjunto, na sua imortal beleza: vêem-se apenas como uma muralha imensa, desfeita e arruinada. Assim deviam ser os

antigos gigantes, que de longe, no crepúsculo, pareciam belos na sua argila divina, e ao verem-se de perto apareciam informes, brutais e repugnantes. Assim são as Pirâmides, vistas de perto: violentas e desconjuntadas. (Eça de Queiroz 2016: 192-193)

Se se desejar demonstrar algum pormenor em que o escritor português não acertou com as suas interpretações, sem dúvida que serão as questões dos deuses egípcios, isto é, da religião egípcia. O escritor pensou de forma totalmente errada que a religião egípcia verdadeira existiu apenas no Reino Novo em Tebas, que para ele foi a fé superior com os ritos religiosos. Nada mais enganador. A verdade é que a religião egípcia tinha raízes muito fortes e fundamentais na época das pirâmides e assim as ideias religiosas e sepulcrais dos *Textos das Pirâmides* – o mais velho “livro” religioso do mundo foi a base de todas as crenças e foram reescritas até ao fim da história do Egito antigo, sendo certo ainda que os reis ptolemaicos apreciaram-nas de igual modo ou até mais para poder manifestar os laços com os monarcas de origem egípcia, usando aqueles conceitos. Diz o escritor:

No antigo Egito, os deuses eram a representação simbólica das suas qualidades: Osíris era a bondade do Nilo; Ísis, o seu amor, a sua caridade fecunda. Ao pé dele se construía os templos, e as íbis sagradas viviam nas suas águas. Para ele está voltada a face da Esfinge – e quem possuía o Nilo, governava o Egito! (Eça de Queiroz 2016: 194)

Os cientistas não concordavam que a religião egípcia era tão simples e que os deuses representavam simbolicamente as suas qualidades. O conceito da divindade egípcia é dos mais complexos no mundo antigo e aqui não temos a possibilidade de o ver e estudar de perto. Porém, mesmo com essas imprecisões, nada abala a minha convicção que Eça sabia imenso e conhecia muitos pormenores da história do país que visitou, como por exemplo as informações do melhor calcário usado na altura dos faraós, transportado da pedreira de Turâ. Nada igualmente abala a minha convicção do grande valor do relato vivo, envolvente e altamente cativante para um leitor.

Eça de Queiroz igualmente chegou a descrever as relações entre os ingleses e os egípcios nos artigos publicados na brasileira *Gazeta de Notícias*, um dos mais influentes jornais do Rio de Janeiro da época. Ele narrou a crônica de Alexandria – antigo centro artístico e literário do Oriente. Justapôs a ex-riqueza

da cidade com a imagem dos navios de guerra esperando no porto (vesja-se também: Tracz 2004: 207-231). A linguagem nos artigos não-ficcionais era cheia de paradoxos, hipérboles, ironia subtil e sábia. Estes contos do Egito sublinham muito mais os aspetos sociais, do que os relatos que discutimos em cima. “Os ingleses no Egito” deixam-nos perceber a “outremização e rebaixamento dos egípcios ao poder hegemônico franco-inglês.” (Ayres Pereira e Bonnici 2008: 69). Vejamos:

Apesar dos seus dois mil anos de idade, de ter sido, depois de Atenas e Roma, o maior centro de luxo, de letras e de comércio, que floresceu no Mediterrâneo, a velha cidade dos Ptolomeus não possuía hoje nenhum monumento do seu passado, a não contarmos, ao lado de um velho cemitério muçulmano, uma coluna erigida outrora por um prefeito romano em honra de Diocleciano, conhecida pelo sobrenome singular de Pilar de Pompeu, e mais longe, estendido num areal, um obelisco faraônico do templo de Luxor, que gozava a grotesca alcunha de Agulha de Cleópatra. E esta mesma relíquia está agora em Londres, no aterro do Tâmis, pousada numa peanha de bronze, alumada pela luz eléctrica, aturdida pelo estrondo dos comboios...

Pela quarta vez na história, Alexandria deixou de existir. Tratando-se do Egito, terra das antigas maldições, pode-se pensar, em presença de tal catástrofe, que passou por ali a cólera de Jeová – uma dessas cóleras de que ainda estremecem as páginas da Bíblia, quando o Deus único, vendo uma cidade cobrir-se da negra crosta do pecado, corria de entre as nuvens a cicatrizá-la pelo fogo como uma chaga viva da Terra. Mas desta vez não foi Jeová. Foi simplesmente o almirante inglês Sir Beauchamp Seymour, em nome da Inglaterra, e usando com vagar e método por ordens do governo liberal do Sr. Gladstone os seus canhões de oitenta toneladas. (Eça de Queiroz 1882: s. p.)

A amargura e a tristeza das palavras do escritor são grandes, não deixando dúvidas sobre a nostalgia daquilo que estava a desaparecer para sempre.

Pelo olhar dum leitor português²

O fragmento seguinte do artigo é uma pequena introdução, um prolegómenos à pesquisa sociológica e cultural conduzida pela autora como parte de seus

2 O relato vem do questionário sobre a literatura portuguesa, e neste caso em particular sobre o livro dos relatos das viagens de Eça, efetuado pelo Senhor Miguel Ângelo Lobo Gon-

estudos sobre a recepção da antiguidade em cooperação com colegas da Universidade Nova de Lisboa. Esses são os estudos da recepção de obras dos autores portugueses e polacos, que deixaram-nos os relatórios das viagens ao Egito. Continuação dos estudos engloba os temas mais abrangentes e serão realizadas as pesquisas científicas baseadas em métodos adequados às ciências sociais.

A recepção das descrições de Eça de Queiroz pelo leitor português é como descrito debaixo. Na viagem que Eça de Queiroz faz ao Oriente (Eça de Queiroz 2019), o mais relevante é a forma como ele nos mostra a cultura egípcia, os pormenores de cada lugar que visitou, os quais, não só são divulgados como singularidades, mas em especial reveladores de uma cultura geral muito elevada, porque o escritor consegue aliar perfeita e espantosamente muito daquilo que vê com os conhecimentos que já possui.

A cultura egípcia da época, só possível de compreender através da atenção que Eça de Queiroz dá às suas viagens, é mostrada com uma subtileza enorme, com um modo de observação diferente e atento, sobretudo relativamente às pequenas coisas que rodeiam todo o povo, às ruas, ao Rio Nilo, às pirâmides e todos os objetos. Porém, não se tratou apenas daquilo que viu, mas também do que sentiu. São os cheiros das águas, das paisagens, das lojas, das pessoas, do ambiente de dia ou de noite, dos aromas diversificados, dos locais recônditos ou dos exibidos, em especial através do museu que visita, pelo que, também aqui, Eça de Queiroz é capaz de especificar aquilo que sente e o que as pessoas exibem, numa forma de estar única, em que tudo o que é importante é apontado, para mais tarde ser compilado para todos os que quiserem ler sobre as suas viagens. Eis o que pensa Miguel Ângelo Lobo Gonçalves sobre a escrita de Eça:

Não é do meu conhecimento se tudo o que descreve corresponde à verdade, em especial aos objetos ou às relíquias que estão expostos no dito museu, se o que representa as pirâmides ou o Rio Nilo são como Eça descreve, ou o significado que lhes dá, se as margens das ruas, a essência do que é o museu e tudo o mais que relata são uma realidade única, inabalável ou sólida, mas sei que é cuidadoso nas suas convicções, que são muito profundas e que exigem um saber que vai muito além do de qualquer pessoa que na altura visitasse o Egito. Interessante é ainda o significado que dá a quase tudo o que observa, aqui mais uma vez muito em

calves. Esta opinião serve para realizar os estudos sociológicos demonstrando as diferenças na percepção da publicação de Eça de Queiroz entre um especialista egiptólogo e um leitor português, que vê e aprecia a riqueza das formas de expressão da língua portuguesa.

especial aos objetos do museu. Questiono-me, inclusive, como era possível ser possuidor de tantos conhecimentos concretos, estes mesmos do Egito, se na altura não existiam os livros ou tecnologias de hoje, ademais porque a arqueologia nem era sequer a especialidade de Eça de Queiroz. Mesmo quando jovem estudante, tendo trocado ideias e livros com os seus amigos estudantes, de certeza que essas trocas não englobavam tudo o que é descrito por ele nas suas visitas, já que serviriam mais para uma eventual posição política no futuro, ou então, tratou-se de obras que abrangiam em geral a cultura portuguesa, que não a Egípcia. (Contacto pessoal com o Senhor Miguel Ângelo Lobo Gonçalves)

Eça de Queiroz, talvez por ter exercido as profissões de advogado e jornalista, consegue ter uma forma de escrever única, caraterizar objetos, locais ou pessoas como ninguém, por vezes de uma maneira um pouco “enfadonha”, muito longa. Porém, sempre era original nos seus escritos, mais uma vez como ninguém, tantas vezes subtil nas suas ideias, mas em tantas outras muito realista e direto, com um toque de humor em muitas situações, talvez querendo criticar a sociedade portuguesa, no entanto, demonstrando intensamente e muito em particular a simplicidade do povo português, e ainda em especial, aqueles que fazia parte dos campos, das lavouras e trabalhadores da terra. Demos voz a Miguel Ângelo Lobo Gonçalves:

Por tudo isto, e por muito mais que quase não teria fim e de difícil descrição, acredito que Eça de Queiroz foi um romancista puro, atualizado e que soube modernizar de certa forma toda a literatura portuguesa.

As suas obras são agradáveis de ler, as ideias que transmite são fáceis de entender, o nível cultural que possui é elevado e a forma como revela tal sabedoria é única, tratando-se dum romancista que soube aproveitar bem tudo o que viveu. Soube moldar, em grande parte, o saber dos outros, a cultura dos povos e a forma de estar na sociedade, evoluindo e mostrando a evolução da escrita e das ideias ou forma de escrever, numa harmonia agradável e natural do que representa e significa o verdadeiro romance. (Contacto pessoal com o Senhor Miguel Ângelo Lobo Gonçalves)

Algumas palavras sobre os estudos históricos e literários
Para completar o quadro da receção geral das descrições de viagem de Eça de Queiroz ao Egito, são necessárias algumas reflexões literárias e históricas.

Embora as obras do escritor português tenham recebido muita atenção dos estudiosos (compare, por exemplo: Saraiva 1944; Saraiva 1990; Campos Matos 1993; Reis, 1999; Reis; Mónica, 2001, Mónica 2003), como podemos imaginar, os relatórios das viagens são incomparavelmente menos.³ Outrossim, existem umas análises históricas dessa viagem apresentada no ano de 1987 como a comunicação oral na Universiade de Lisboa pelo Luís M. de Araújo “*Eça de Queirós e o Egipto Faraónico*”, publicado depois na forma da introdução do *Dicionário de Eça de Queirós* intitulada “(O) Egipto na obra de Eça de Queirós” (Araújo 1988: 220-224) e mais tarde em francês (Araújo 2010: 83-106). O artigo fornece-nos minuciosa descrição da viagem e da estadia de Eça no Egito e simultaneamente apresentá-lo como um cronista. As palavras de recapitulação transmitem o núcleo da análise da escrita relatória do nosso escritor:

Après tout, en revoyant une civilisation millénaire et en l’absorbant du sol même où s’élèvent aujourd’hui encore quelques-unes des plus grandes constructions bâties par l’homme le long de l’histoire, impressionné par le paysage exotique et d’intense chromatisme, émerveillé par les usages et les coutumes, le jeune et enthousiaste Eça peint littérairement ce monde inconnu qu’il voit, en engendrant en lui même un passage franc de l’analyse introspective vers l’observation de l’extérieur. (Araújo 2010: 100)

L.M. de Araújo dedicou mais dois artigos aos detalhes da viagem de Eça ao Egito, como a visita do escritor no túmulo de Ti em Saqqara (Araújo 1993-1994: 125-141) e o outro mais geral, bem baseado no contexto do orientalismo (Araújo 2000: 68-74). Ambos textos escritos para os leitores não especialistas, para um público mais amplo.

Outro aspeto que aborda questões geográficas das viagens do escritor português foi estudado por Frederico Cruz (Cruz 1952).

Porém, não houve nenhuma comparação da compatibilidade dessas descrições com a realidade arqueológica. Igualmente não há muitos estudos sobre o fenómeno de viajar na criação literaria dos autores da época. Os aliciantes

3 Algumas informações relevantes o leitor pode encontrar em prefácios às edições das obras de Eça de Queiroz. Veja, por exemplo: J. Batalha Reis, Introdução, *Prosas Bárbaras*, Obras de Eça de Queiroz, Porto, s.d., vol. I: 567; M.F. Mónica, Prefácio, *Eça de Queiroz, O Egipto e os outros textos sobre o Médio Oriente*, 2016: 9-23. Uma interessante leitura é o livro de Eça “*Ecos do mundo*”, publicado pela CARAMBAIA, em que os artigos foram organizados pelo escritor, tradutor e editor Rodrigo Lacerda.

exemplos são dois artigos; um de E. Losada Soler (1999: 13-32) e outro de C.J. Figueiredo Jorge sobre as viagens de Eça (Figueiredo Jorge s.d), em que o autor conclui:

Nele se concentra, de modo muito versátil, essa dupla ambição da época, ao escrever relatos de viagens: apresentar um mundo tal como o concebem os “sábios” mas colocando-o sob a mirada do “autor”. Tal escrita mantém, por um lado, as marcas da reportagem e, por outro, as da elaboração literária. (Figueiredo Jorge s.d.: 4)

Por outro lado, não há pesquisas sobre a receção de relatos sobre países como o Egito ou os outros do Médio Oriente na sociedade portuguesa.

Para apreciar a precisão e os detalhes da descrição de Eça podemos comparar os seus textos com esses de Ricardo Guimarães, que viajou ao Egito poucos meses antes e que descreveu as suas memórias num relato intitulado “De Lisboa ao Cairo”, por outro lado, como também os editores das obras de Eça sabem bem, a letra dele era difícil e a sua pontuação muito particular e pessoal.

Para finalizar esta parte, vale a pena mencionar os estudos literários em francês de Jean Girodon, “*O Egito*” d’Eça de Queiroz, publicado separadamente do *Bulletin des Etudes Portugaises* (Girodon 1959), e de Isabel Pires de Lima, que descreveu o imaginário nos relatos das viagens de Flaubert e Eça de Queiroz (Lima 1992: 19-33).

Conclusão

O Oriente foi o lugar ou a representação dos sonhos de romanticismo e mesmo os dum realista-naturalista, tal como foi Eça de Queiroz, o chamado “divisor de águas entre a tradição e a modernidade” (Ayres Pereira e Bonnici 2008: 66) não escapou a esse fascínio, embora o tivesse “temperado ou apimentado” com umas gotas de ironia e de humor.

De igual modo, no relato do leitor português referido, sente-se a apreciação da linguagem de Eça de Queiroz, sobretudo pela sua perspicácia na observação do país, que considera espantoso, distante e bem diferente de Portugal e da Europa. É também salientado que as notas da viagem do escritor são uma boa fonte de informações sobre o Egito, sendo isso mesmo verdade também do ponto de vista dum egiptólogo.

O escritor não só descreveu as suas impressões do país dos faraós, mas também, vivendo ele muitos anos na Inglaterra, relatou sobre o contacto dos

ingleses com o Egito. Essa sua mundividência permitiu formá-lo na sua visão crítica do mundo, em que lhe foi dado viver. Entretanto, parece nunca deixar de sentir paixão em a transmitir nas publicações, mesmo que fosse sempre uma paixão a roçar a sátira.

Mesmo que Eça ironizou o Egito da época dos faraós, deixou a um dos seus heróis, Teodorico Raposo do livro “*A Reliquia*”, pronunciar o encanto pelo Egito e a Palestina, chamando-os a suprema glória da sua carreira.

O Egito, sendo ele a união visível daquilo que, arcaico e remoto no tempo com a modernidade árabe e muçulmana, encantou o escritor português pela tranquilidade e falta de pressa e inquietação onnipresente no mundo europeu, como já foi na época de Eça. Entretanto, parece que nada mudou assim substancialmente. A vida dos egípcios é muito mais sossegada e natural (Stepniewska-Holzer 2002), ligada e regulada pelo sol e pelo ritmo do dia e da noite, tal como das épocas do ano. Como diz o escritor oitocentista:

As nossas sensações, as nossas contrariedades, as nossas inquietações desaparecem. Não se pode ser nervoso, romântico ou nostálgico, diante duma larga água, plana e cintilante, duma linha de terra cheia duma vegetação forte e sã, e do grande céu, do magnífico sol, da luz imortal e inesgotável.

Das três grandes linhas naturais, nascem instintivamente as três grandes ideias: a família, o trabalho, a imortalidade. (Eça de Queiroz 2016: 148)

A autora deste artigo não encontraria melhores palavras para recapitular o conceito da vida egípcia antiga.

É impossível não sucumbir ao espanto e apreço pela riqueza dos meios de expressão da língua portuguesa usada por um dos romancistas indubitavelmente dos mais importantes da literatura portuguesa.

Referências Bibliográficas

- Araújo, Luís Manuel de (1988): “O Egipto na obra de Eça de Queirós”. In: A. Campos Matos (org.), *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa: Editorial Caminho: 220-224.
- (1993/1994): “Eça na mastaba de Ti”. In: *Queirosiana. Estudos sobre Eça de Queirós e a sua Geração*, 5/6, Associação dos Amigos de Eça de Queirós, Tormes: 125-141.
- (2000): “A viagem oriental de Eça”. In: *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas* 9/10, Instituto Camões: 68-74.

- (2010): Eça de Queirós en Egypte. In: *Res Antiquitatis. Journal of Ancient History* 1: 83-106.
- Ayres Pereira, Patrícia e Bonnici, Thomas (2008): “Eça de Queirós em os Ingleses no Egito: Na Mira do Orientalismo”. In: *Estação Literária* 1: 66-73.
- Budge, Ernest Alfred Wallis (1890): *The Nile: notes for travellers in Egypt and in the Egyptian Sudan*. London: Greenwood Press.
- Burkot, Stanisław (1988): *Polskie podróżopisarstwo romantyczne*. Warszawa: Wydawnictwo Naukowe PWN.
- Bystron, Jan Stanisław (1930): *Polacy w Ziemi Świętej, Syrii i Egipcie 1147-1914*. Kraków: Księgarnia geograficzna “Orbis” w Krakowie.
- Campos Matos, Alfredo (1993): *Dicionário de Eça de Queirós*, Lisboa: Editorial Caminho.
- Clayton, Peter (1982): *The Rediscovery of Ancient Egypt. Artists and Travellers in the Nineteenth Century*. London: Thames & Hudson Ltd.
- Conner, Patrick, *The Inspiration of Egypt: Its Influences on British Artists, Travellers and Designers, 1700-1900*. Brighton: Brighton County Council.
- Cruz, Frederico (1952): “Eça de Queiroz, Viajante”. In: *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (Janeiro a Março de 1952), vol. XXX, Lisboa: Sociedade Astória Lda.
- Description de l’Egypte publiée par les ordres de Sa Majesté l’Empereur Napoléon le Grand (1809-1828 /2006): Édition impériale*. Paris-Le Mans, Éditions Harpocrate (DVD).
- Eça de Queiroz, José Maria de (s.d.): *De Port Said a Suez, Notas Contemporâneas*. Lisboa: Livros do Brasil: 5-21.
- (1979): *Obras de Eça de Queiroz*. vol. III: *O Egito: Notas de Viagem*. Porto: Lello: 681-818.
- (1986): *Obras de Eça de Queiroz*. vol. IV: *Palestina, em Folhas Soltas*. Porto: Lello: 1043-1078.
- (1986): *Obras de Eça de Queiroz*. vol. IV: *Alta Síria, em Folhas Soltas*. Porto: Lello: 1079-1089.
- (2016): *O Egito e Outros Textos sobre o Médio Oriente*. Lisboa: Relógio D’Água Editores.
- (2019): *Ecos do Mundo*. Organização e apresentação: Rodrigo Lacerda. São Paulo: Carambaia.
- Figueiredo Jorge, Carlos Jorge (s.d.): “Eça e a viagem”, publicado na Academia.edu: https://www.academia.edu/34560621/E%C3%87A_E_A_VIAGEM (consultado em 05 de Abril de 2020).
- Girodon, Jean (1959): “O Egito” d’Eça de Queiroz, Lisboa: Livraria Bertrand, 1959 (publicado à parte do *Bulletin des Etudes Portugaises*, tomo XXII).

- Lobo Gonçalves, Miguel Ângelo (2018): Questionário realizado pelo contacto pessoal.
- Kuźma, Erazm (1980): *Mit Orientu i kultury Zachodu w literaturze XIX i XX wieku*. Szczecin: Wydawnictwo Naukowe Wyższej Szkoły Pedagogicznej w Szczecinie.
- Pires de Lima, Isabel (1992): "L'imaginaire oriental chez Flaubert et Eça de Queirós: Le Voyage en Egypte", In: *Intercâmbio*, 2, Porto: Instituto de Estudos da Universidade do Porto: 19-33.
- Mónica, Maria Filomena (2001): *Eça de Queiroz*, Lisboa: Livros Quetzal.
- Mónica, Maria Filomena, elaboração (2003): *Eça de Queiroz, Jornalista. Os Ingleses no Egipto*. Lisboa: Principia: 204–238.
- Muñoz, Roberta (2017): *An Illustrated 19th-Century Japanese Travelogue of Egypt*. Internet. Disponível em <https://hyperallergic.com/375907/an-illustrated-19th-century-japanese-travelogue-of-egypt/> (consultado em 21 de Julho de 2018)
- Niwiński, Andrzej (elaboração e introdução) (1994): *Egipt zapomniany czyli Michała hr. Tyszkiewicza Dziennik podróży do Egiptu i Nubii (1861-1862)*. Warszawa: Wydawnictwo »Pro-Egipt«.
- Podemski, Krzysztof (2005): *Socjologia podróży*. Poznań: Wydawnictwo Naukowe UAM.
- Radliński, Ignacy Józef (1881) "August Mariette (1821-1881)". In: *Ateneum*: 566-570.
- Reis, Carlos (1999): *Estudos Queirosianos. Ensaio sobre Eça de Queirós e a sua obra*, Lisboa: Presença.
- (2014): *Eça de Queirós e o Oriente*. In: *Portugal e China, 500 anos*, Lisboa: BNP/Babel: 221-225.
- Reychman, Jan (1972): *Podróżnicy polscy na Bliskim Wschodzie w XIX w.* Warszawa: Wiedza Powszechna.
- Said, Edward W. (1978): *Orientalism*. New York: Pantheon.
- (1990) *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Saraiva, António José (1944): *As Ideias de Eça de Queirós*, Lisboa: Editorial Ádito.
- (1990): *A Tertúlia Ocidental. Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e outros*, Lisboa: Gradiva.
- Searight, Sarah (ed.) (2005): *Women Travellers in the Near East*. London: Oxbow Books.
- Losada Soler, Elena (1999): "A viagem em Eça de Queirós". In *Queirosiana. Estudos sobre Eça de Queirós e a sua Geração*, 9, Tormes: Fundação Eça de Queirós: 13-32.
- Starkey, Paul and Starkey, Janet (eds.) (1998): *Travellers in Egypt*. London – New York: I.B. Tauris.
- Stępniewska-Holzer, Barbara (2002): *Życie codzienne na Bliskim Wschodzie w XIX wieku*. Warszawa: Państwowy Instytut Wydawniczy.

- Śliwa, Joachim (2012): *Badacze, kolekcjonerzy, podróżnicy. Studia z dziejów zainteresowań starożytnych* (introdução e edição Leszek Zinkow). Kraków: Księgarnia Akademicka.
- Tkaczow, Barbara (2016): Waław Sieroszewki, *Aleksandria (z podróży notatek)/ Alexandria (notes from the journey)*. Warszawa: Wydawnictwo IKŚiO PAN.
- Tracz, Marek (2004): “«Zejście do piekieł» – debarkacja w dziewiętnastowiecznej Aleksandrii jako europejskie doświadczenie szoku kulturowego”. In: *Portolana. Studia Mediterranea* 1: 207-231.
- Tuson, Penelope (2014): *Western Women Travelling East, 1716-1916*. London: The Arcadian Library (veja-se também Internet. Disponível em: <http://www.arcadian-library.com/study-series-no-10.php> (consultado em 21 de Julho de 2018).
- Vivant Denon, Dominique (2007 [1802]): *Voyage dans la basse et la haute Egypte pendant les campagnes du général Bonaparte*. Paris-Le Mans, Éditions Harpocrate (DVD). *Voyages en Égypte de l'Antiquité au début du XXe siècle. Musée d'art et d'histoire Geneve* (2003): Geneve: La Baconnière/Arts.
- Zinkow, Leszek (elaboração e introdução) (2011): *Kto nie widział Kairu, nie widział piękności świata... Egipt w relacjach prasowych polskich podróżników drugiej połowy XIX wieku*. Kraków: Księgarnia Akademicka.

Referências às fotografias

- Beato, Antonio (1860-1900): *Collection of Photographs of Egypt and Nubia*, Brooklyn Museum Libraries and Archives. Disponível em <https://fotografiahistorica.com/tag/francis-frith/> (consultado em 21 de Julho de 2018)
- e em https://archive.org/details/SCR_Folio_N376_B14 (consultado em 21 de Julho de 2018)

Percepção da China e dos chineses em Angola¹

Paulo de Carvalho

Universidade Agostinho Neto (Luanda, Angola)

Jarosław Jura

Lazarski University / Universidade Lazarski

Resumo: Percepção da China e dos chineses em Angola

Esta comunicação é resultado de um estudo com 71 entrevistas semiestruturadas realizadas em junho e julho de 2013, nas cidades angolanas de Luanda, Benguela e Caxito. Discutimos aqui a forma como os angolanos percebem “hoje” a China e os chineses, o que vai certamente exercer influência nas futuras relações de Angola com o país asiático.

Palavras-chave: Cooperação, expansão chinesa, neocolonização, reconstrução de Angola

Summary: Perception of China and Chinese in Angola

This paper is the result of a field study with 71 unstructured interviews conducted in summer 2013 in three Angolan cities: Luanda, Benguela and Caxito. We discuss how Angolans perceive China and Chinese nowadays, and to what extent it may influence the future shape of China-Angola relations.

Key words: Cooperation, chinese expansion, neocolonisation, Angolan reconstruction

A presente comunicação é parte integrante de um mais amplo projeto respeitante à percepção da China e dos chineses na Zâmbia e em Angola, que inclui uma análise de conteúdo de jornais angolanos e zambianos e entrevistas semi-aprofundadas realizadas nos dois países.

A ideia central do projeto dá conta que o sucesso (ainda que parcial) da expansão chinesa em África está relacionado com uma sua percepção positiva neste continente. Mas esta percepção vai-se lentamente modificando, em função de uma cada vez mais massiva presença chinesa no continente africano e das diferenças culturais entre chineses e africanos. Estamos em crer que estas mudanças vão exercer influência sobre as futuras relações da China com os países africanos.

1 O estudo foi financiado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (Luanda, Angola) e pelo Centro Nacional de Ciência (*Narodowe Centrum Nauki* – Varsóvia, Polónia – projecto nº 4781/B/H03/2011/40).

Foram feitas algumas dezenas de entrevistas semi-estruturadas (de modo a permitir uma análise quali-quantitativa), tendo para o efeito sido escolhidas três cidades de diferente dimensão, nomeadamente: uma cidade de pequena dimensão (a escolha recaiu sobre Caxito, tendo em conta a proximidade de Luanda), uma cidade de média dimensão (foi escolhida Benguela, por ser um ponto central de confluência a partir de outras localidades) e a capital cosmopolita com vários milhões de habitantes, Luanda. Em todas as cidades escolhidas foi garantida à partida a residência de cidadãos chineses. Foi programado um total de 70 entrevistas, distribuídas pelas três cidades indicadas, com maior número de entrevistas em Luanda.

Tratando-se de um estudo exploratório, com utilização do método qualitativo e sem utilizar qualquer amostra representativa, não vamos aqui apresentar teses, com fatores de dependência e correlações estatísticas. Também não vamos aqui fazer análise estatística pura, seja porque estamos a trabalhar com um número pequeno de entrevistados, seja porque não trabalhamos com qualquer amostra representativa. Podemos realmente olhar para indicadores estatísticos (e vamos fazê-lo, porém sempre com reticências), mas vamos cingir-nos sobretudo a uma análise qualitativa, que aponte ou não na direção indicada pelas hipóteses.

Pelas razões apresentadas, as hipóteses não vão ser testadas do ponto de vista estatístico, mas vamos limitar-nos a uma análise qualitativa, com menção a tendências, que necessitam depois de ser estatisticamente testadas num estudo quantitativo.

Vamos, pois, verificar aqui tendências. É assim que deve ser entendida a comprovação ou não das hipóteses do estudo.

Presença chinesa em África

A crescente presença chinesa em África é um facto que não pode ser ignorado por quem está interessado na China, em África ou em assuntos internacionais. Na última década, os chineses têm vindo a fazer um esforço considerável no sentido de reforçar as suas relações com os países africanos. Têm organizado fóruns sino-africanos, altos funcionários chineses visitam África todos os anos e grande quantidade de assistência financeira é encaminhada para países africanos.

No entanto, ouvem-se comentários negativos a respeito das actividades chinesas em África, especialmente através dos meios de comunicação e da literatura ocidentais. Os líderes chineses são acusados de apoiar alguns regimes

africanos (como os de Bashir no Sudão ou Mugabe no Zimbabué) e de fazer comércio antiético de armas. Os chineses são frequentemente considerados neocolonialistas que tentam explorar terras e recursos africanos (p. ex., Taylor 2004). No entanto, tanto os autores que tratam da expansão chinesa em África como uma ameaça potencial para a região ou para a posição da Europa (p. ex., Alden 2007: 105-114), quanto os que percebem positivamente essa presença chinesa (p. ex., Li 2008) concordam que, especialmente durante os últimos 10-15 anos, a posição chinesa em África reforçou-se significativamente, seja no domínio económico, seja na esfera política.

Portanto, devemos perguntar-nos: como foi possível os chineses conseguirem ser tão bem-sucedidos numa região onde a sua presença não tem sido significativa?

Vários factores contribuíram para isso. Numa perspectiva política, o envolvimento chinês no Movimento dos Países Não-Alinhados foi bastante útil. Por seu turno, a doutrina chinesa que rege as suas relações internacionais (o chamado “Consenso de Pequim” (Pang 2009)) actua no sentido de convencer muitos dos governos africanos a reforçar relações com a China. O Fórum Sino-Africano também é um elemento que contribui para o sucesso global chinês. Simultaneamente, a ajuda financeira chinesa, o seu envolvimento no desenvolvimento de infraestruturas e da capacidade chinesa para iniciar e conduzir negócios num ambiente difícil como é o africano são outros factores relevantes a considerar.

Acreditamos, entretanto, que um dos elementos mais importantes para o sucesso da expansão chinesa em África é o modelo de expansão criado ainda no tempo da dinastia Han (século II a. C.). Ainda na época dos Han Ocidentais existia na China um modelo de expansão política baseado não no poderio militar, mas na força da atividade económica e daquilo que hoje designaríamos por engenharia social de grande dimensão.

Esta maneira de pensar refletiu-se já no primeiro sistema, que visava a dependência económica e a sinização dos grupos Xiongnu (hunos), conhecidos por *heqin*. Este sistema consistia principalmente no envio de valiosos presentes e na organização de casamentos, sobretudo entre os líderes Xiongnu e princesas chinesas (Yu 1967: 10). O objetivo desta prática foi anexar e aculturar sobretudo as tribos Xiongnu vizinhas do império, alterando o seu modo de vida. Desta

2 Segundo Alden (2007), a presença chinesa em África começou a fortalecer-se na década de 1950.

forma, desapareceu uma ameaça directa sobre as fronteiras do país, porque elas passaram a ser habitadas por “bárbaros domesticados”.

Mas este sistema acabou por não se revelar completamente eficaz. Primeiro, por sair caro ao império, pois exigia o constante transporte de produtos e bens de luxo nos quais os “bárbaros” se tornaram viciados. Em segundo lugar, nalguns casos as relações daí resultantes provaram não ser duradouras (Yu 1967: 36-39).

Os inconvenientes acabados de mencionar foram em grande medida ultrapassados pelo sistema tributário introduzido durante a dinastia Han. Este sistema tributário foi uma tentativa bem-sucedida de reforço das ligações entre o império chinês e os futuros estados tributários. Isso permitiu que a China criasse uma espécie de tampão de segurança que protegia o império dos “bárbaros”. Na luta entre os “bárbaros” (muitas vezes com a mesma origem étnica), o império assegurava uma posição geopolítica relativamente estável e segura.

O sistema tributário era composto por três elementos, a saber: homenagem, reféns e tributo. Vamos referir dois deles (os reféns e o tributo), que são importantes para os objetivos deste trabalho.

Um elemento-chave do sistema tributário é, sem dúvida, a relação entre o tributo pago pelo estado vassalo e aquilo que o imperador atribui às elites políticas do país vassalo. É extremamente interessante o facto de (especialmente no início do relacionamento tributário) o valor da oferta imperial ser significativamente maior do que o tributo pago pelos vassalos. Esta estratégia (que, à primeira vista, parece irracional) tinha razões profundas, que geralmente conduzem ao efeito desejado.

Em primeiro lugar, temos de assumir que o sistema tributário tinha o objetivo de educar (dizia-se, civilizar) os “bárbaros” que se tornaram dependentes dos produtos e da cultura chinesa. Portanto, era preciso prever um certo número de bens que podiam ser distribuídos no país vassalo.

Em segundo lugar, devem mencionar-se (especialmente no período inicial do relacionamento) as demonstrações de generosidade por parte do império chinês, que garantiam o bom relacionamento com as elites dos grupos vassalos – às quais se destinavam as ofertas imperiais. Os líderes bárbaros podiam, portanto, sentir a generosidade do império (que demonstrava apreço pelos seus súbditos) e dar conta que tinha valido a pena aceitar a proposta de submissão ao império. Além disso, talvez o mais importante a longo prazo, passou a haver clara dependência dos produtos chineses, passando (consciente ou inconscientemente) as elites a ser o mais importante agente da sinização nos seus próprios países.

Em terceiro lugar, com a passagem do tempo e devido a essa cada vez maior dependência dos produtos chineses, um número crescente de comerciantes chi-

neses deslocava-se para os países vassallos. Desta forma e com este olhar holístico para todo este processo, a oferta imperial pode ser considerada como um tipo de investimento a longo prazo, a ser pago tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista económico.

Um importante complemento da relação entre o tributo e a oferta imperial era a forma como se faziam reféns. O refém era quase sempre alguém pertencente à família real vassala, como por exemplo o herdeiro do trono. A razão óbvia e principal para introdução da instituição dos reféns era a garantia de lealdade do vassalo diante do senhor. É preciso adiantar, entretanto, que a permanência do herdeiro do trono de um estado feudal dependente, por um longo período de tempo, em território chinês tinha ainda um segundo (mas não menos importante) significado: esse herdeiro do trono instruía-se segundo a cultura chinesa, de modo que, após o seu regresso à terra natal, tornava-se em grande medida agente de sinização no seu próprio país (cf. Yu 1967). Mas é preciso acrescentar que, por regra, os chineses não intervinham nos assuntos internos dos estados tributários.

Após a queda do império, a China afastou durante muito tempo essa forma de expansão económica. No tempo da República da China (1911-1949), o Estado tinha de defender a sua integridade, mais do que expandir-se. Mas durante as primeiras décadas da República Popular da China (até à morte de Mao Tse Tung), a política externa chinesa tinha prioridades completamente diferentes. Foi um período de política revolucionária ativa, com apoio a movimentos comunistas, principalmente nos chamados países em desenvolvimento: sobretudo no Sudeste Asiático, em África e na América Latina. Este foi também o período de participação ativa da China no Movimento dos Países Não-Alinhados e no estabelecimento de boas relações com vários países africanos, tais como a Zâmbia e a Tanzânia. O caso de Angola é bastante específico, devido às tentativas nem sempre bem-sucedidas de envolvimento militar neste país, o que provocou diferentes formas de encarar as relações com a China por parte da elite dirigente angolana.

Geralmente, no entanto, durante a liderança de Mao Tse Tung (que foi, sem dúvida, a altura em que a China construiu um verdadeiro marco nas relações contemporâneas com os países africanos) não se construíram relações entre a China e África através da utilização do modelo económico tradicional de expansão; em vez disso, foi utilizado um modelo mais do tipo ocidental, baseado em atividade militar e ideológica (Alden 2007: 10). É de ressaltar que, durante o governo de Mao, com o país relativamente pobre, a China envolveu relativamente grandes somas monetárias em assistência no continente africano. Um dos mais espectaculares

exemplos dessa assistência, enquanto gesto de amizade, foi sem dúvida o Tan-Zam – a famosa linha de caminho-de-ferro que retirou a Zâmbia do isolamento, ligando-a ao porto de Dar es Salaam, na Tanzânia (Brautigam 2010: 31-41)³.

Só a morte de Mao Tse Tung (ocorrida em 1976) e a subida ao poder de Deng Xiaoping resultam numa significativa mudança de estratégia da China. Essa mudança começou com uma política de normalização das relações na arena internacional, ao contrário da tese anteriormente utilizada de expandir o ideal comunista através da revolução. Esta nova política possibilitou a normalização das relações da República Popular da China com a maioria dos países do mundo e o desenvolvimento do comércio com base no rápido crescimento do potencial de exportação da China (Van Dijk 2009: 10).

No caso do continente africano, tudo indica que o primeiro passo que direccionou o interesse do governo chinês para o continente foram as consequências internacionais do massacre na Praça de Tiananmen, a 4 de Junho de 1989, nomeadamente a imposição de sérias sanções à China por parte dos países ocidentais⁴ (cf. Marchal 2008). Desde o início das reformas da década de 1980 (até 1989), a política chinesa de exportação baseava-se principalmente no comércio com os Estados Unidos da América, tendo a partir daí entendido a necessidade de diferenciação dos mercados e dos parceiros económicos. Um outro aspeto a considerar tem a ver com a necessidade que a China tem de suporte nas organizações internacionais, onde a representação africana reúne grande número de votos. É por tudo isso que se regista um significativo aumento do interesse da China em países africanos, aparecendo em segundo lugar a América Latina. Um último elemento a considerar na análise tem a ver com uma crescente procura chinesa por recursos naturais (com destaque para o petróleo) e a instabilidade do Oriente Médio, com a primeira guerra no Iraque (cf. p. ex. Rotberg 2008: 4).

Na verdade, porém, desde o início da década de 2000 que ocorre a aceleração do desenvolvimento das relações no eixo Pequim–África, o que se reflete no estabelecimento do FOCAC (Fórum de Cooperação China-África) e no acentuado incremento no comércio (ver Cunha 2012: 341-342). O valor do comércio

3 A obra terminou em 1976, sendo considerada o “símbolo da boa vontade” chinesa. Trata-se de 1.860 quilómetros de carris, 18 túneis e 47 pontes, tendo requerido o engajamento directo de 50 mil chineses (Michel & Beuret 2009: 90).

4 Em 2008 houve na China 128 mil protestos coletivos, envolvendo acima de 500 pessoas cada um. Em 2011, esse número aumentou para 180 mil (cf. Caeiro 2013: 140).

entre a China e os países da África Subsariana nos anos 2001-2007 aumentou de cerca de 10 para cerca de 60 mil milhões de dólares (Foster & All 2009: 4).

Ao mesmo tempo, tudo indica que a expansão moderna da China no continente africano esteja a ser implementada de uma forma que lembra os métodos tradicionais de expansão (similar, nalguns aspectos, ao sistema tributário descrito acima).

Primeiro, os chineses oferecem vários pacotes de ajuda, tais como linhas de crédito bonificadas ou investimentos em infra-estruturas (cf. p. ex. Alden 2007: 22-24). Exemplos destes podem ser a construção do estádio em Ndola ou do Hospital Provincial de Luanda. Depois, os chineses procuram manter excelentes relações com os líderes dos países africanos, seja através da manutenção de boas relações bilaterais, seja organizando reuniões e conferências, como as que ocorreram no âmbito do FOCAC, em Pequim, nos anos 2000, 2006 e 2012 (Alden 2007: 27-32).

Deve-se acrescentar que, tal como os chineses não interferiam antes nos assuntos internos dos estados tributários, também agora não interferem nos assuntos internos dos Estados com os quais se envolvem em trocas económicas. Dessa forma se justifica que mantenham boas relações com líderes não reconhecidos pelo Ocidente, como por exemplo Robert Mugabe (do Zimbabué) e Omar Al Bashir (do Sudão do Norte).

Como se pode verificar, parece que o sucesso da política chinesa contemporânea em África se baseia, pelo menos em parte, na imagem positiva que a China criou neste continente.

A imagem da China e dos chineses em África é diferente e muito melhor do que a percepção que existe do Ocidente e dos ocidentais (pelo menos no início da expansão chinesa). A China pode ser genericamente percebida mais como um daqueles países que também sofreram durante o período colonial e agora (devido ao seu sucesso económico contemporâneo) e pode ser tratado como um “irmão mais velho” cujo caminho deve ser seguido e copiado em África (cf. Versi 2007).

No entanto, durante os últimos anos, a imagem da China em África não parece ser tão claramente positiva como no início da expansão chinesa, em virtude de problemas de vária ordem que surgiram juntamente com a crescente presença chinesa. Os conflitos interculturais, o medo de os chineses estarem a ocupar empregos que deveriam ser destinados a africanos, o apoio chinês a regimes caducos africanos, a destruição da terra e a exploração de recursos naturais são os fatores mais frequentemente mencionados, que podem causar alterações na percepção que se possui da presença chinesa na região africana.

É assim que, embora no início da expansão essa percepção tenha sido bastante positiva, ao longo dos próximos anos a imagem da China e dos chineses pode mudar em sentido negativo. Se isso acontecer, a expansão chinesa em África pode

não vir a ser tão facilmente bem-sucedida como é no presente. Esta presunção, contudo, é apenas uma hipótese de trabalho que precisa de ser explorada e verificada. O estudo cujos resultados aqui apresentamos visa esclarecer a percepção que os angolanos possuem da China e dos chineses e o possível resultado disso sobre as relações entre os dois países.

Metodologia e entrevistados

O estudo que serviu de base à presente comunicação é um *estudo qualitativo*, com utilização da *entrevista semi-aprofundada* enquanto técnica de investigação sociológica.

Foram entrevistados cidadãos angolanos residentes em três cidades de Angola, nomeadamente uma cidade metropolitana (Luanda), uma cidade de média dimensão (Benguela) e uma cidade de pequena dimensão (Caxito). As três cidades escolhidas são sedes de província, mas a primeira é simultaneamente a capital do país.

Previu-se um total de 70 entrevistas, sendo 30 em Luanda e 20 em cada uma das outras duas cidades. Foram programadas entrevistas a alunos do ensino médio, estudantes universitários, vendedores ambulantes, trabalhadores da construção civil, jornalistas, empresários e outros cidadãos, em cada uma das cidades.

Foram feitas 71 entrevistas, o que corresponde a 101,4% do programado. As tabelas 1 a 5 apresentam as características dos entrevistados.

Tal como se pode aí comprovar, os entrevistados estão diferenciados segundo uma série de variáveis: 31% são mulheres e 69% são homens, 63% têm idade abaixo dos 35 anos, 65% têm instrução até ao nível médio e 38% são estudantes, professores ou técnicos. No que respeita aos rendimentos mensais declarados, 59% dos entrevistados declaram valores até 100 mil kwanzas⁵. Já em relação à posição social, 6% pertencem às elites, 49% pertencem às camadas médias e 41% pertencem às camadas menos favorecidas da hierarquia social.

Tabela 1 – Sexo dos entrevistados, por cidade

Sexo	Benguela	Caxito	Luanda	Total
Feminino	7	7	8	22
Masculino	13	14	22	49
Total	20	21	30	71

5 À data do estudo, a um dólar americano equivaliam cerca de 100 kwanzas. Estando o valor real de câmbio entre 97 e 98 kwanzas por dólar, a verdade é que se utiliza a referência de 100 kwanzas por dólar americano.

Tabela 2 – Idade dos entrevistados, por cidade

Idade	Benguela	Caxito	Luanda	Total
Menos de 25 anos	8	5	6	19
25-34 anos	6	2	18	26
35-44 anos	3	7	2	12
45-54 anos	2	4	4	10
55 anos e mais	1	3	-	4
Total	20	21	30	71

Tabela 3 – Grau de instrução dos entrevistados, por cidade

Grau de instrução	Benguela	Caxito	Luanda	Total
Até à 8ª classe	2	2	3	7
Ensino de base	2	9	8	19
Ensino médio	11	4	5	20
Ensino superior	5	6	13	24
Sem dados	-	-	1	1
Total	20	21	30	71

Tabela 4 – Ocupação dos entrevistados, por cidade

Ocupação	Benguela	Caxito	Luanda	Total
Serviços	6	9	6	21
Professor	4	1	7	12
Operário	3	4	5	12
Estudante	4	2	3	9
Jornalista/repórter	2	1	3	6
Chefia	1	1	2	4
Mercado informal	-	2	2	4
Outros	-	1	2	3
Total	20	21	30	71

Tabela 5 – Posição social dos entrevistados, por cidade

Camada social	Benguela	Caxito	Luanda	Total
Baixa	6	9	14	29
Média	13	10	12	35
Elite	1	1	2	4
Sem elementos	-	1	2	3
Total	20	21	30	71

Perguntas de partida e hipóteses

Passar de repente a haver tantos chineses em Angola deve ter provocado reações junto da sociedade, dos grupos sociais e dos angolanos. Mais ainda, porque a vinda em massa de chineses foi objeto de acordo que o governo angolano firmou com o seu congénere chinês. E a partir do momento em que a expansão chinesa passa a atingir também Angola, os angolanos devem perguntar-se a respeito do futuro da cooperação e do futuro das relações entre chineses e angolanos e entre Angola e a China.

Pelo que acaba de se expor, as perguntas de partida do nosso estudo foram as seguintes:

- Até que ponto haver contactos frequentes com chineses condiciona a aceitação da sua presença em Angola e da cooperação com a China?
- Até que ponto existe a convicção de possibilidade de neocolonização de Angola por parte da China?

Tendo em conta tais perguntas de partida, formulámos as seguintes hipóteses:

- *Hipótese 1:* Quanto mais positivamente se avaliam os contactos diretos com chineses, mais facilmente se aceita a presença chinesa em Angola.
- *Hipótese 2:* A opinião sobre a continuidade da cooperação com a China é diretamente proporcional à avaliação acerca da forma como se avalia essa mesma cooperação até hoje.
- *Hipótese 3:* Os angolanos estão convencidos do sucesso da política expansionista chinesa em Angola, que se consubstancia numa ideia crescente de dependência económica e neocolonização.
- *Hipótese 4 (hipótese adicional):* A esperada contestação à presença chinesa no mercado informal angolano é independente da avaliação que se faz dos chineses e da cooperação com a China.

Apesar de se tratar de um estudo qualitativo, sem utilização de qualquer amostra representativa dos habitantes das três cidades mencionadas (como já foi referido acima), vamos tratar de testar as hipóteses consideradas no estudo. Tendo em conta o método utilizado, obviamente que os resultados que aqui vamos descrever não serão definitivos, mas ilustram somente a opinião dos entrevistados, sendo um indicador da possível opinião dos habitantes das três cidades envolvidas no estudo. Optámos por apresentar adiante uma análise qualitativa, por refletir melhor os objetivos do estudo e a metodologia utilizada.

A vinda de chineses para Angola

A presença chinesa em Angola sempre foi diminuta e inexpressiva do ponto de vista político e demográfico. No quadro da guerra colonial, a China prestou algum apoio aos movimentos de libertação (cf. Cunha 2012: 341), tendo após a proclamação da independência havido alguma cooperação, mas sempre com o estigma da forte presença da União Soviética (com quem a China Popular rivalizava).

Após o término da guerra⁶, em 2002, o governo angolano sugeriu a realização de uma conferência de doadores, com o concurso de países ocidentais – que, assim, se dirimiriam devido ao apoio que (na sua maioria) deram à guerra civil. O objetivo era a contribuição internacional para a reconstrução de Angola, ainda que isso implicasse a posterior devolução do dinheiro gasto. Uma vez que tal apoio não foi concedido pelos países ocidentais, o governo angolano recorreu a outros países, tendo obtido resposta positiva da China.

Foi assim que a China começou a investir fortemente em Angola, seja no domínio da reconstrução de estradas e pontes, seja para construção de infraestruturas várias e, até, de bairros habitacionais. Não sendo conhecidos os termos contratuais, o que se pode dizer é que o governo chinês impôs a presença massiva de operários chineses em Angola, que deveriam trabalhar ao lado de operários angolanos.

O que pensam os angolanos da decisão do governo angolano, de cooperação com a China, tendo em conta a necessidade de aceitação da vinda em massa de chineses para Angola?

A maioria dos entrevistados mostrou-se favorável à decisão do governo angolano, de cooperação com a China⁷. Portanto, há maioritariamente acordo em relação à vinda de chineses para Angola. São sobretudo homens, pessoas com idade acima dos 35 anos, com instrução a partir do nível médio e residentes em meio urbano.

Quanto aos aspetos positivos dessa opção, prevalecem as opiniões relativas à necessidade de reconstrução de infraestruturas e à necessidade que Angola

6 Acerca da guerra civil angolana (1975-2002), ver por exemplo: Messiant 1994, Anstee 1996 e 1997, Correia 1996a e 1996b; Guimarães 1998, Kissinger 1999, Jorge 2000, Wright 2000 e 2001, Frynas & Wood 2001, Carvalho 2002. Sobre as consequências económicas e sociais da guerra civil, vide: Torres 1990 e 1999, Ferreira 1992, 1993 e 1999, Jorge 1997, Sousa 1998, Rocha 2000 e 2001, Hodges 2002, Carvalho 2002 e 2008.

7 61% dos entrevistados que emitiram opinião sobre este assunto declararam aprovação à medida.

tem de cooperar com países mais desenvolvidos. Os entrevistados com maior grau de instrução apresentam opiniões mais elaboradas, tais como: “Angola necessita de investimento estrangeiro”; “Não havia alternativa”. Já os entrevistados das camadas menos favorecidas optam em maior grau por mencionar aspectos concretos, tais como: “Necessidade de reconstrução do país”. Eis duas opiniões a esse respeito:

- “Um país que esteve em guerra (...) pediu investimentos à Europa, aos Estados Unidos da América, como é o caso específico do plano Marshall na Europa proposto pelos Estados Unidos. (...) O governo encontrou uma variante, está a se aplicar este plano Marshall, só que é um plano chinês para Angola. O que se construiu em tão pouco tempo, não seria possível se não fossem os chineses.” {homem, 56 anos, mestre, professor, Benguela}
- “De positivo é o conjunto de obras que emergiu. As infraestruturas estão aí, foram reabilitadas. O país estava paralisado, voltou a andar. Criaram-se condições que podem vir a dar lugar a outros desenvolvimentos e ao crescimento do país.” {homem, 47 anos, licenciado, jornalista, Luanda}

Para além da construção e reconstrução de infraestruturas, devem assinalar-se outros ganhos sociais com o incremento da cooperação com a China, tal como se pode comprovar pela seguinte declaração:

- “Um dos aspectos positivos, por exemplo, é o facto de nós podermos coabitar com a medicina chinesa, que ... é muito conhecida. É uma grande mais-valia que nós temos aqui em Angola.” {homem, 42 anos, licenciado, professor, Caxito}

Mas há quem, mesmo achando positiva a cooperação com a China, considere haver lacunas a suprir, tal como se pode comprovar pelas seguintes declarações:

- “Esta obra tem de ser fiscalizada pelos proprietários. Porque se não for fiscalizada vai acontecer o que aconteceu, por exemplo, no Hospital Geral de Luanda que, como outras obras, depois de 3 meses, 4 meses, as obras começam a rachar, começam a estragar. Acho que de negativo é isso. Eles são rápidos a fazerem os seus trabalhos, mas não fazem bem. Não é uma obra durável.” {mulher, 27 anos, licenciada, jornalista, Luanda}

- “Tem-se visto que fundamentalmente a mão-de-obra chinesa utilizada não é mão-de-obra qualificada, quando provavelmente com esse volume de actividades que têm surgido a nível da construção civil, poderia resolver muitos problemas de desemprego da juventude. E nós temos quadros (quase de certeza não qualificados) chineses que têm desenvolvido actividades que podiam ser desenvolvidas por angolanos,” {homem, 42 anos, licenciado, professor, Caxito}

No que respeita aos aspectos negativos, destaque vai para a falta de fiscalização das obras feitas por empreiteiros chineses (de que resulta a sua baixa qualidade) e para o facto de o contrato com a China não ter previsto a protecção dos interesses dos angolanos (seja em relação ao mercado de trabalho, seja no que respeita à entrada em massa de chineses em Angola). Por outras palavras, considera-se que o contrato firmado com o governo chinês protege quase somente os interesses chineses e, por outro lado, que não existe o devido controlo de qualidade às obras públicas feitas por chineses. A falta de controlo por parte do governo angolano foi mencionada em todas as cidades, mas com bastante maior insistência em Benguela⁸.

Enquanto os entrevistados das classes médias se mostram mais preocupados com os termos do acordo entre os dois governos, os entrevistados das camadas menos favorecidas referem em maior grau a ausência de controlo das obras e o facto de o governo angolano não proteger os seus cidadãos no que respeita ao acesso ao emprego.

Finalmente, vamos transcrever a opinião de um dirigente da oposição entrevistado, que referiu o desconhecimento dos termos contratuais e a necessidade de preocupação com os interesses do Estado angolano e dos angolanos:

- “O Estado angolano é obrigado a estabelecer parcerias com todos os países do mundo, onde a China não poderia estar de fora quer seja pelo ponto de vista económico, tecnológico e de desenvolvimento. Fazer negócios com a China é salutar (...) porém, o segredo reside nos termos dos acordos de cooperação. O Estado angolano deve ter o cuidado de salvaguardar acima

8 Benguela (ao contrário de Caxito, por exemplo) é uma cidade onde se contesta amiúde a ação governativa – até mesmo as pessoas próximas ao governo o fazem com regularidade e isenção.

de tudo o interesse nacional, (prevendo-se) vantagens mútuas para ambos os países envolvidos em qualquer processo de cooperação. (...) [Se o seu partido governasse, teria tido uma opção similar?] Sim, desde que se considerasse de modo diferente os termos da cooperação, analisando-a em três níveis: político, económico e social.” {homem, 48 anos, licenciado, historiador, Luanda}

Contacto com chineses

A grande maioria dos entrevistados (84%) já teve contacto com chineses. Quem declarou nunca ter contactado qualquer chinês são pessoas com baixa instrução, baixo rendimento e das classes baixas. Por outro lado, quanto mais pequena a cidade, menor é a frequência de contactos com chineses.

Tais contactos ocorrem fundamentalmente nos seguintes locais:

- Estabelecimentos comerciais (normalmente, propriedade de chineses);
- Atividade ligada à construção civil (chineses como empreiteiros ou como operários);
- Nos próprios locais de trabalho (tem colegas chineses);
- Na rua.

Com menor incidência, ocorrem contactos no bairro (vizinhos chineses ou chineses alugam espaço em casa), na escola (colegas na faculdade), em hospitais e em clínicas de medicina chinesa.

Pedimos a cada entrevistado que avaliasse genericamente os contactos mantidos com chineses. Em 31% dos casos, não foi emitida qualquer opinião. Quanto aos que emitiram opinião, prevalecem nitidamente quantos avaliam positivamente tais contactos (49% dos casos), enquanto apenas 7% dos entrevistados apresenta opinião negativa. É em Benguela (cidade de média dimensão) que se registam opiniões mais positivas, sendo em Caxito (cidade de pequena dimensão) que se notam menos opiniões positivas.

De modo a levar mais longe a análise, pedimos aos entrevistados para indicarem experiências positivas e experiências negativas dos contactos que mantêm com chineses. A tabela 6 dá conta que predominam claramente as avaliações positivas, devendo assinalar-se que em 42% dos casos se mencionaram experiências positivas e negativas. Tal como sucede com a opinião genérica de cada um, também ao nível das experiências, as avaliações são mais positivas em Benguela, vindo a seguir Luanda; e são bastante mais negativas em Caxito.

Tabela 6 – Avaliação dos contactos com chineses*

Avaliação	Benguela	Caxito	Luanda	Total
Positiva	18	16	27	61
Neutra	1	1	4	6
Negativa	6	13	15	34
Total	(20)	(21)	(30)	(71)

* Nesta tabela, o número total de menções é superior ao número total de entrevistados, em virtude de aqui considerarmos, não a resposta a uma pergunta (como se esclarece no texto), mas o conjunto de experiências mencionadas pelos entrevistados, incluindo experiências positivas e negativas num mesmo caso.

Dentre os mencionados aspectos positivos da relação com chineses, destacam-se o seu elevado sentido de profissionalismo, o facto de praticarem os melhores preços do mercado, serem sociáveis e não serem agressivos. Quanto aos aspectos negativos mais referidos, podemos mencionar a dificuldade de comunicação resultante do desconhecimento da língua portuguesa, as más condições em que trabalham (coisa que os angolanos não aceitam), a falta de qualidade das suas obras e os baixos salários que praticam.

Mas quando se pede para os entrevistados indicarem aquilo que têm ouvido da relação com chineses no dia-a-dia, por parte de familiares, amigos e outros conhecidos, há clara predominância de dois elementos negativos, a saber:

- Maltratam os angolanos (no local de trabalho)⁹;
- Hábitos diferentes conduzem a comportamentos diferentes dos nossos.

Os entrevistados das camadas menos favorecidas (com menor grau de instrução, salários mais baixos e da classe baixa), bem como os homens e pessoas jovens (idade abaixo dos 35 anos) optam por referenciar em maior grau os maus-tratos a angolanos. Uma vez que tais maus-tratos ocorrem fundamentalmente com pessoas das camadas menos favorecidas (que trabalham como operários com chineses), são eles próprios ou outros dessas mesmas camadas

9 “Há uma relação de exploração, digamos assim. Mas já noto que no caso dos angolanos que têm ... maior nível de escolaridade, que tenham maior conhecimento profissional, a relação acaba por ser... não chega a ser de subordinação do angolano; mas acaba por ser uma relação de paridade, acaba por existir essa paridade. Só que infelizmente a maior parte dos angolanos que eu vejo que se relacionam com os chineses são os que têm um menor nível de escolaridade.” {homem, 42 anos, licenciado, professor, Caxito}

sociais que em maior grau têm conhecimento de tais episódios. Eis algumas declarações a este respeito:

- “Faz muito angolano sofrer. Eu já vi mesmo na minha vida. O meu marido trabalhou com os chineses, passou muito mal. Só para lhe pagar, você imagina, por um salário de 45 dias, 15 mil kwanzas. 45 dias...” {mulher, 30 anos, 4ª classe, vendedora ambulante, Luanda}
- “Penso que são em alguns casos desumanos, porque tratam mal o nacional na relação que têm de trabalho... São desumanos.” {mulher, 34 anos, licenciada, jornalista, Luanda}
- “Negativo é só isso de não assumirem a responsabilidade das refeições dos trabalhadores (angolanos)” {mulher, 58 anos, 10ª classe, comerciante, Caxito}

Já os entrevistados das camadas mais favorecidas referem em maior grau a diferença de culturas e de hábitos, ou elaboram mais a sua análise:

- “Trazem hábitos que não são os nossos. E é complicado. Não deveria ser assim. É um número exagerado (de chineses).” {homem, 38 anos, 12ª classe, técnico de construção civil, Caxito}
- “Eles têm os seus hábitos alimentares também, não é a sua maneira de ser, de estar. Os angolanos também têm a sua. Acho que um num lado e outro do outro lado. E por aquilo que também há racismo da parte deles. Tamos aqui, mas não nos misturamos.” {mulher, 55 anos, gerente, licenciada, Caxito}
- “Há também o facto de haver essa grande disponibilidade de mão-de-obra chinesa para os grandes projectos, que tenho certeza que se fossem angolanos à frente, provavelmente ainda hoje estaríamos na metade. (...) O próprio processo de reconstrução nacional hoje só é real, as estradas que nós temos que ligam o país de uma ponta à outra hoje são reais, porque houve essa mão-de-obra chinesa que foi disponibilizada e os recursos financeiros e materiais chineses.” {homem, 42 anos, licenciado, professor, Caxito}

Para além desses dois elementos de contraste, são mencionados ainda os seguintes aspectos¹⁰:

- São pessoas fechadas;

10 Para além destes, foram ainda mencionados os seguintes (por somente um ou dois entrevistados): desarrumados, egoístas e mentirosos.

- Não se preocupam com a qualidade do serviço que prestam;
- Não sabem conduzir¹¹;
- Não se preocupam com a higiene.

Quase todos os dias se ouvem histórias de má condução por parte de chineses, algumas das quais terminam de forma trágica. A maioria dessas histórias dizem respeito à condução de viaturas pesadas, muitas vezes transportando tractores ou materiais de construção.

Muitos de nós cruzamo-nos com chineses conduzindo camiões pela faixa da esquerda e não se importando com as regras do código de estrada. Há entrevistados que se perguntam onde param as autoridades, que não combatem tais atentados ao código de estrada, fazendo parecer haver alguma impunidade por parte dos chineses na estrada. Eis algumas das mais significativas declarações sobre esta matéria:

- “Negativo é o comportamento deles na condução. A condução deles não é das melhores. Devem adaptar-se melhor ao nosso tipo de condução, porque aquilo que eles fazem aqui em Angola não é saudável.” {homem, 46 anos, licenciado, professor, Caxito}
- “A semana passada, quando estava a vir para aqui, no Caxito, dois chineses estavam a ir de camião. Ele estava a andar mal, estava a entrar numa faixa que não é dele.” {mulher, 21 anos, 9ª classe, vendedora ambulante, Caxito}
- “Em relação à condução, é horrível. Não sei se na China eles conduzem do lado direito ou esquerdo, mas... Nós falamos da condução chinesa, porque acredito que a maior parte desses chineses que conduzem não têm carta de condução, não passaram pelas escolas de condução.” {mulher, 55 anos, gerente, licenciada, Caxito}

Vejamos, agora, até que ponto se considera haver amizade entre angolanos e chineses. Pouco mais de metade dos inquiridos consideram haver tal amizade, mas é significativo o facto de 40% acharem que não pode haver amizade entre as duas nacionalidades (em território angolano, entenda-se). São pessoas com formação académica superior que em maior grau apontam para a ausência de amizade, enquanto no extremo oposto estão estudantes, com idade até aos 25 anos.

11 Esta menção foi mais significativa em Caxito, o que se justifica, por a cidade ser atravessada por uma estrada nacional, bastante utilizada por camiões conduzidos por chineses.

São apontadas razões de natureza cultural e o facto de os chineses se isolarem, como causas da ausência de amizade entre angolanos e chineses. Há quem considere também que “a amizade surge apenas quando há interesse”¹², para além da menção ao facto de os chineses serem tímidos ou de terem a proteção de militares angolanos.

E o que dizer a respeito do investimento chinês em Angola? Será que os angolanos aceitam tal investimento ou nem por isso?

Os entrevistados não apenas aceitam o facto de haver investimento chinês em Angola, como estão convencidos da oportunidade de continuidade desse mesmo investimento.

É vivamente aplaudida pela maioria dos entrevistados a opção do governo angolano pelo investimento chinês, numa altura em que os países ocidentais se negaram apoiar Angola:

- “Verdade se diga, que qualquer um precisa de ajuda. E quando eu posso fazer 3, significa que com mais gente fazemos 6, 9 e por aí fora. Então a ideia não é má... Não vejo nada contra.” {homem, 39 anos, 12^a classe, pedreiro, Benguela}
- “Acho que é positivo, independentemente das mazelas de algumas obras que foram criticadas. Mas acho que é positivo.” {homem, 47 anos, licenciado, economista, Luanda}
- “A China mostrou-se aberta a cooperar e a ajudar Angola numa situação em que o país estava absolutamente necessitado.” {homem, 47 anos, licenciado, jornalista, Luanda}

Considera-se que o investimento chinês em Angola serve os desígnios da reconstrução do país depois de terminada a guerra civil de longa duração, para além de se mencionarem também a formação de quadros angolanos e o aparecimento de produtos a preço mais baixo. Mas há aspectos negativos a destacar, como sejam a má qualidade das obras devido à ausência de fiscali-

¹² “Eu acho que é amizade estritamente com base nos interesses. Se há interesse económico, acho que pode haver amizade deles com os angolanos” {homem, 33 anos, licenciado, professor, Luanda}; “Não acredito que essa relação entre Angola e China seja uma relação de amizade; é uma relação puramente de interesse” {homem, 42 anos, mestre, linguista, Caxito}; “Como eu disse, são pessoas muito fechadas e só se interessam por nós, angolanos, pelos seus interesses” {homem, 26 anos, licenciado, sociólogo, Luanda}.

zação, a diminuição da procura por empresas angolanas e o desrespeito pela legislação laboral angolana¹³:

· “Não se respeita [a legislação laboral angolana], a começar pelo tempo de trabalho. Mesmo os contratos não estão assinados. Nem verbais nem escritos. Não há nenhum termo de contrato oficial, plasmado ou que se baseie na lei geral do trabalho. As pessoas são recrutadas (passe o termo) de qualquer maneira, são empregadas de qualquer maneira também e são despedidas de qualquer maneira. Não há garantia de respeito pelos direitos dos trabalhadores.” {homem, 38 anos, jornalista, licenciado, Luanda}

Vejamos agora até que ponto haver bons contactos com chineses determina uma maior aceitação da presença chinesa em Angola. A *hipótese 1*, que está relacionada com este assunto, diz o seguinte: *Quanto mais positivamente se avaliam os contactos diretos com chineses, mais facilmente se aceita a presença chinesa em Angola*.

Tal como foi dito no início, recordamos que não vamos aqui fazer análise estatística pura, seja porque estamos a trabalhar com um número pequeno de entrevistados, seja porque não trabalhamos com qualquer amostra representativa. Podemos realmente olhar para indicadores estatísticos, mas vamos cingir-nos sobretudo a uma análise qualitativa, que aponte ou não na direção indicada pelas hipóteses (sem as podermos comprovar taxativamente).

Apesar de, inicialmente, parecer não haver qualquer relação entre uma avaliação positiva dos contactos com chineses e a aceitação da sua presença em Angola, uma análise mais aprofundada permite constatar que os entrevistados que avaliam positivamente a sua relação com chineses aceitam em maior grau a vinda em massa de chineses para Angola e a cooperação com a República da China. Portanto, a primeira grande conclusão a que chegamos dá conta de se comprovar a primeira hipótese, apenas quando consideramos a aceitação da vinda em massa de chineses para Angola¹⁴.

Mas se há maioritariamente acordo em relação à decisão governamental pela cooperação chinesa, o mesmo não se pode dizer em relação à presença

13 Segundo se diz, com a “convivência de militares” ou, mais propriamente, de pessoal da Casa Militar do Presidente da República de Angola.

14 Mas é preciso referir que a aceitação da vinda em massa de chineses para Angola não implica que não se assuma uma postura crítica em relação a não se ter garantido à partida o respeito pelos interesses angolanos. Voltaremos a este assunto adiante.

chinesa no mercado informal. Se vinham inicialmente para Angola operários chineses para trabalharem nas obras de construção civil, passado pouco tempo começaram a vir também outras pessoas, que foram engrossando o comércio informal (incluindo o comércio de rua) e os pequenos negócios. Já se vêem chineses com banca montada em passeios e, mesmo, a zungar¹⁵.

A maioria dos entrevistados (70%) considera que o mercado informal deveria destinar-se somente a angolanos. As seguintes opiniões descrevem esse sentimento:

- “É mau, é muito mau. Eu acho isso como um indicativo de que as coisas fugiram do controlo.” {homem, 26 anos, estudante do ensino superior, Luanda}
- “Já há chineses a mais em Angola. A entrada de chineses em Angola, não foi esse o propósito. O Estado ficou desatento. Estamos a ver que eles vão se expandir até em negócios que deveriam ser do próprio angolano, pequenos negócios. Então já não é bom.” {homem, 42 anos, licenciado, funcionário público, Caxito}
- “Esses chineses são ilegais, porque não acredito que um chinês sai da terra dele, pega nas imbambas, arranja passaporte, arranja uma passagem e vem para Angola. Eu acredito que uma boa parte desses chineses, o que está a ocorrer é que eles vieram aqui sem um controlo.” {homem, 38 anos, 12^a classe, técnico de construção civil, Caxito}

Esta opinião ocorre nas três cidades objeto de estudo. São os homens quem em maior grau se opõe à presença chinesa no comércio informal¹⁶. Para além disso, quanto mais baixa a posição social e quanto mais baixo o declarado rendimento, maior é o grau de aceitação de chineses no comércio informal em Angola. A conclusão aponta para o facto de os angolanos das camadas menos favorecidas demonstrarem maior sentimento de solidariedade e de compreensão em relação à necessidade que os chineses mais pobres têm de sobreviver.

Eis os aspectos negativos referidos pelos entrevistados, em relação à presença chinesa no comércio informal:

- Os chineses tiram emprego aos angolanos;
- Há falta de controlo governamental;
- Há chineses a mais em Angola;

15 Zunga – venda ambulante (termo proveniente da língua kimbundu).

16 A opinião das mulheres a este respeito é mais neutra.

- Têm também vindo para Angola chineses sem qualificação;
- Presença chinesa na prostituição;
- Angola é um país vulnerável.

A hipótese 4 do nosso estudo (uma hipótese adicional) diz o seguinte: *A esperada contestação à presença chinesa no mercado informal angolano é independente da avaliação que se faz dos chineses e da cooperação com a China.*

De facto, tudo indica que exista esta ausência de correlação no seio dos habitantes adultos das três cidades¹⁷. Mas os resultados obtidos junto deste grupo de entrevistados apontam exatamente na direção indicada na hipótese de pesquisa: a rejeição à presença chinesa no mercado informal é independente da avaliação que os entrevistados fazem dos chineses, da presença chinesa em Angola e da cooperação de Angola com a China.

Perguntámos ainda o que o governo deveria fazer com o comércio informal dos chineses. A opinião mais comum aponta na direcção de legalização e de criação de espaços apropriados para venda:

- “Para prática da venda ambulante, as administrações locais têm pressionado as pessoas a legalizarem-se e tratarem da sua sanidade, etc.” {homem, 49 anos, 12^a classe, jornalista, Benguela}
- “Eu como governante faria o seguinte: primeiro registava todos os chineses que praticam este tipo de trabalho, zungar na rua; e depois de os ter controlados, talvez achar uma maneira de legalizar a sua actividade para tirar algum benefício disso.” {homem, 36 anos, 12^a classe, técnico de obras, Benguela}

Mas há quem tenha referido ser preciso averiguar por que razão as pessoas zungam, apontando-se, pois, na necessidade de um sério estudo sobre essa matéria.

Dentre aqueles que se pronunciaram contra a presença chinesa no comércio informal em Angola, perguntámos se o governo os deveria repatriar. A esmagadora maioria (91%) é favorável ao repatriamento¹⁸.

17 A análise de correlação não faz sentido neste estudo, uma vez que não trabalhamos com qualquer amostra representativa.

18 Alguns dos entrevistados falaram na necessidade e oportunidade de repatriamento, sem ter havido necessidade de lhes perguntar a respeito.

Conclusão: Como é vista a expansão chinesa em Angola
A terminar, vejamos como é vista a presença chinesa em Angola (no presente e no futuro), no quadro da prática expansionista que referimos no princípio.

Os contactos com chineses são maioritariamente avaliados de forma positiva, seja no quadro de uma avaliação global de cada um, seja no quadro das experiências que os entrevistados relataram. Num caso e noutro, as avaliações são mais positivas numa cidade de média dimensão (Benguela), sendo bastante mais negativas em cidades de pequena dimensão, com presença chinesa (Caxito). Tudo indica que as experiências negativas sejam mais difundidas e retidas durante mais tempo em comunidades de menor dimensão. Já numa capital cosmopolita como Luanda, tal como era de prever, existe maior diferenciação de opiniões do que em cidades de média dimensão.

Por outro lado, vimos que a maioria dos nossos entrevistados considera legítima e concorda com a opção do governo angolano, de contratar o investimento chinês para a reconstrução de Angola. Os efeitos disso, aliás, estão à vista de todos: estradas e pontes reconstruídas, novas escolas, novos hospitais e novos centros de saúde construídos por todo o país, vilas reconstruídas e novas cidades e novos bairros em construção, um pouco por todo o país.

O senão tem a ver com os termos desse acordo, que são desconhecidos do comum dos habitantes (e, se calhar, não deveriam ser desconhecidos). Os entrevistados consideram que seria necessário garantir, à partida, o controlo e a fiscalização cerrados sobre as obras feitas por empreiteiros chineses. A debilidade dessa fiscalização conduziu, por exemplo, à declaração de “impróprio para o fim destinado” em relação ao Hospital Provincial de Luanda¹⁹.

O que dizer, agora, em relação ao futuro dessa cooperação? Haverá futuro? Os angolanos consideram ser de manter a cooperação com a República da China, ou acham que seria de acabar com ela?

Obviamente que as opiniões a este respeito são diferenciadas. Mas pode dizer-se que em cada dez entrevistados, oito consideram ser de manter o investimento chinês em Angola. O sexo, o grupo etário e a posição social parecem diferenciar claramente esta opinião: são os jovens com idade abaixo de 25 anos, as mulheres e os estudantes quem em maior grau considera ser de terminar com o investimento chinês. Em contrapartida, os entrevistados com

19 “Isso foi evidenciado principalmente na construção do Hospital Geral de Luanda, que foi o caso mais falado, mais badalado, de que nós temos cá os chineses de uma categoria muito baixa, muito inferior aos próprios quadros angolanos, que já temos aqui formados.” {homem, 26 anos, estudante do ensino superior, Luanda}

idade acima dos 25 anos, os homens e as elites são quem mais considera ser de prosseguir com a cooperação chinesa, sendo, porém, necessário rever os termos dessa cooperação, de modo que os angolanos deixem de ser prejudicados com a presença massiva de mão-de-obra chinesa, que até começa já a ocupar espaço no mercado informal angolano. Refere-se também a necessidade de maior controlo e fiscalização sobre as obras chinesas, sendo até de rever os termos contratuais também nesse sentido.

As seguintes declarações comprovam quanto acaba de ser dito:

- “Seria fundamental o investimento chinês aliado à formação do quadro nacional, que permitisse a seu tempo ganharmos autonomia, e não estarmos num quadro onde teremos dependência total do investimento chinês. (...) Manter o investimento, manter a cooperação, rever os termos da cooperação, defendendo um quadro onde o interesse nacional seja salvaguardado.” {homem, 48 anos, licenciado, historiador, Luanda}
- “O único problema que existe é, não sei se a falha de fiscalização, se o tal imediatismo, porque no meu ponto de vista acho que ... a aposta foi certa porque são capazes de cumprir prazos, mas também tenho certeza que seriam capazes de cumprir os prazos mesmo com uma fiscalização rígida.” {homem, 36 anos, 12^a classe, técnico de obras, Benguela}

As razões evocadas para a continuidade da cooperação são as seguintes:

- O desenvolvimento de Angola,
- A necessidade de acabarem as obras iniciadas,
- A ausência de mão-de-obra qualificada em Angola,
- Não é possível, hoje, algum país deixar de cooperar com a China.

Mas há quem considere que a cooperação de Angola com a China tem os dias contados:

- “Essa nossa relação com os chineses, eu vou-lhe dizer aí muito friamente que isso muito dificilmente... a relação com os chineses vai terminar um dia, como terminou com os cubanos, com os soviéticos... É isso, eu tenho muitas dúvidas de como não venha a terminar.” {homem, 38 anos, 12^a classe, técnico de construção civil, Caxito}

Vejamos, pois, até que ponto se comprova a nossa *segunda hipótese*: *A opinião sobre a continuidade da cooperação com a China é diretamente proporcional à avaliação acerca da forma como se avalia essa mesma cooperação até hoje.*

Comprova-se esta hipótese, uma vez que (no seio dos entrevistados) existe relação entre a avaliação da presença chinesa e a possibilidade de continuidade. Mas é preciso sublinhar que se considera que a continuidade de cooperação deve necessariamente prever a revisão dos termos do acordo, de modo a beneficiar em maior grau os angolanos (seja no acesso ao emprego, seja na limitação de movimentos no mercado por parte dos chineses que vêm para Angola).

E o que dizer a respeito da prática expansionista chinesa? Será que *os angolanos estão convencidos do sucesso da política expansionista chinesa em Angola, que se consubstancia numa ideia crescente de dependência económica e neocolonização (hipótese 3)?*

Não há dúvida em relação ao sucesso da prática expansionista chinesa, mas não se pode dizer o mesmo em relação à possibilidade de neocolonização de Angola por parte da China. Somente 39% dos entrevistados considera ser possível tal neocolonização. É em Benguela que mais se considera essa possibilidade (seguindo-se Luanda), enquanto em Caxito se considera que isso está fora de hipótese. Para além disso, são pessoas com idade abaixo dos 35 anos e os estudantes quem em maior considera a hipótese de neocolonização.

As razões evocadas para a possibilidade de neocolonização são as seguintes:

- A vinda em massa de chineses,
- Dependência económica da China,
- Os chineses estão a ter filhos com angolanas²⁰,
- O caso angolano enquadra-se num projeto mais amplo de expansão chinesa.

Eis duas declarações que o demonstram:

- “Acho que [a vinda em massa de chineses] é mal. Tenho um tio que diz que os chineses vão nos colonizar. Sim, porque ele disse que estão a vir em muita quantidade, já encontramos chineses em interior também.” {mulher, 22 anos, 12^a classe, cabeleireira, Benguela}

20 Os entrevistados consideram em elevado grau não ser positivo os chineses fazerem filhos com angolanas (o contrário quase não ocorre). São os homens e as pessoas das camadas sociais menos favorecidas que em maior grau se opõem a essa possibilidade.

- “A China, digamos que tá abarrotada, tem muito chinês na China, de maneira que não precisam de carro para fazer engarrafamento. Então, é bem possível que eles estão a pensar em colonização. É bem possível que o próprio governo chinês está a pensar nesta possibilidade de dispersar as pessoas para emigrarem, muitas vezes sem currículo, sem qualidade nenhuma.” {homem, 29 anos, estudante do ensino superior, Benguela}

Já quem está convencido de não ser possível a neocolonização, considera que o governo angolano controla a situação, que os angolanos nunca permitiriam isso ou que os próprios chineses possam não estar interessados nisso:

- “Tudo depende dos angolanos... Esta presença não se revela a nível das instituições públicas, não. Nós tivemos cooperação cubana, que estava muito presente nas instituições com esta figura do assessor. Tivemos os soviéticos e temos ainda assessorias de vários níveis, mas não se verifica isso a nível dos chineses. Portanto, utiliza-se esse termo de neocolonização talvez baseado apenas no poder económico que a China tem.” {homem, 52 anos, licenciado, jurista, Benguela}
- “Não julgo que [os chineses] sejam um povo talhado para colonizar, ou neocolonizar no sentido que eu conheço. Agora, poderiam estabelecer dependências e essas dependências poderiam talvez até ser piores do que o conceito que existe de colonização. Porque, do seu país, mesmo não se fazendo presentes, podem ser donos de determinadas possessões, de determinadas empresas estratégicas.” {homem, 42 anos, linguista, mestre, Caxito}

Referências bibliográficas

- Alden, Chris (2007): *China in Africa. Partner, competitor or hegemony?*. Londres: Zed Books.
- Anstee, Margaret (1996): “Vencer a desconfiança é um factor chave para a resolução diplomática de conflitos. Lições retiradas das negociações para a paz em Angola”. In: Manuel Bravo (coord.), *Angola. Transição para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento*. Lisboa: Hugin, pp. 85-98.
- _____ (1997): *Órfão da Guerra Fria. Radiografia do colapso do processo de paz angolano. 1992/93*, Porto: Campo das Letras.
- Brautigam, Deborah (2010): *The Dragon's Gift. The real story of China in Africa*. Oxford: Oxford University Press.

- Caeiro, António (2013): *Novas coisas da China. «Mudo, logo existo!»*. Alfragide: Dom Quixote.
- Carvalho, Paulo de (2002): *Angola. Quanto Tempo Falta para Amanhã? Reflexões sobre as crises política, económica e social*. Oeiras: Celta.
- _____ (2008): *Exclusão social em Angola. O caso dos deficientes físicos de Luanda, Luanda: Kilombelombe*.
- Correia, Pedro de Pezarat (1996^a): *Angola. Do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin.
- _____ (1996b): “As Implicações da Descolonização de Angola no Conflito Pós-Independência”. In: Manuel Bravo (coord.), *Angola. Transição para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento*, Lisboa: Hugin, pp. 31-54.
- Cunha, Luís (2012): *A Hora do Dragão. Política externa da China*, Lisboa: Zebra.
- Ferreira, Manuel Ennes (1992): “Despesas militares e ambiente condicionador na política económica angolana (1975-1992)”. In: *Estudos de Economia*. vol. 12. n.º 4: 419-438.
- _____ (1993): “Angola: Política Económica num Contexto de Incerteza e Instabilidade”. In: *Actas do Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*. vol. VI. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto: 1360-1386.
- _____ (1999): *A Indústria em Tempo de Guerra (Angola, 1975-1991)*. Lisboa: Cosmos + Instituto de Defesa Nacional.
- Foster, Vivien; William Butterfield; Chuan Chen & Nataliya Pushak (2009): *Building Bridges. China's Growing Role as Infrastructure Financier for Sub-Saharan Africa*. Washington DC: World Bank.
- Frynas, Jędrzej George & Geoffrey Wood (2001): “Oli & War in Angola”. In: *Review of African Political Economy*. vol. 28 (90): 587-606.
- Guimarães, Fernando Andersen (1998): *The Origins of the Angolan Civil War. Foreign intervention and domestic political conflict*. Londres: Macmillan.
- Hodges, Tony (2002): *Angola. Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. Cascais: Principia.
- Jorge, Manuel (1997): *Pour Comprendre l'Angola*. Paris: Présence Africaine.
- _____ (2000): “O conflito em Angola: natureza e perspectivas”. In: *La Réconciliation en Angola. Une Contribution pour la Paix en Afrique Australe*. Paris : Centre Culturel Angolais : 111-124.
- Kissinger, Henry (1999): *Years of Renewal. The Concluding Volume of His Memoirs*. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- Li, Anshan (2008): “China new policy towards Africa”. In: R. I. Rotberg (ed.), *China into Africa. Trade aid and influence*. Washington DC: Brookings Institution Press: 21-49.
- Marchal, Roland (2008): *Afrique-Asie. Une autre mondialisation?*. Paris: Presses de Sciences.

- Messiant, Christine (1994): "Angola: Les voies de l'ethnisation et de la décomposition". In: *Lusotopie*, Paris: L'Harmattan: 155-210.
- Michel, Serge & Michel, Beuret (2009): *O Safari Chinês. Pequim à conquista do continente negro*, Alfragide: Dom Quixote.
- Pang, Zhongying (2009): "China's soft power dilemma: the Beijing Consensus revisited". In: M. Li (ed.), *China's Emerging Strategy in International Politics*. Lanham: Lexington Books: 125-143.
- Rocha, Alves da (2000): *Por Onde Vai a Economia Angolana?*. Luanda: Executive Center + Luana Antena Comercial.
- _____ (2001): *Os Limites do Crescimento Económico em Angola. As fronteiras entre o possível e o desejável*. Luanda: LAC + Executive Center.
- Rotberg, Robert I. (2008): "China's quest for resources, opportunities, and influence in Africa". In: Robert I. Rotberg *China into Africa. Trade, aid, and influence*. Washington DC: Brookings Institution Press: 1-21.
- Sousa, Mário Adauta de (1998): *Sector Informal de Luanda. Contribuição para um melhor conhecimento*, Luanda: s.e.
- Taylor, Ian (2004): "The 'all-weather friend'? Sino-African interaction in the twenty-first century". In: I. Taylor (ed.), *Africa. International Politics: External involvement on the continent*. Nova Iorque: Routledge: 83-100.
- Torres, Adelino (1990): "Angola e Moçambique: Estratégias de desenvolvimento". In: *Estratégia*. n.º 7.: 105-128.
- _____ (1999): "Prefácio" a *A Indústria em Tempo de Guerra (Angola, 1975-1991)*. Lisboa: Cosmos + Instituto de Defesa Nacional: XXIX-XXXVIII.
- Van Dijk, Maïne Peter (2009): "Introduction: objectives of and instruments for China's new presence in Africa". In: Maïne Peter Van Dijk (ed.), *The new presence of China in Africa*. Amesterdão: Amsterdam University Press: 9-31.
- Versi, Anver (2007): "China is good for Africa". In: *African Business*. n.º 329 (March).
- Wright, George (2000): *A Destruição de um País. A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*. Lisboa: Caminho.
- _____ (2001): "The Clinton Administration's Policy Toward Angola: Na Assessment". In: *Review of African Political Economy*. vol. 28 (90): 563-576.
- Yu, Ying-shih (1967): *Trade and Expansion in Han China. A study in the structure of sino-barbarian economic relations*, Berkeley+Los Angeles+California: University of California Press.

Uma Leitura de *Tanto Mar* (1975, 1978) e de *Meu Caro Amigo Chico* (2012): Utopia num Diálogo entre Amigos sobre a Revolução?

Margarida Rendeiro

CHAM, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa

Sumário: Uma Leitura de *Tanto Mar* (1975, 1978) e de *Meu Caro Amigo Chico* (2012): Utopia num Diálogo entre Amigos sobre a Revolução?

Em 2012, Joana Barra Vaz lançou *Meu Caro Amigo Chico*, um documentário musical estruturado como resposta a *Tanto Mar* (1975, 1978) de Chico Buarque. Com a participação de vários músicos portugueses nascidos depois de 1974, *Meu Caro Amigo Chico* é um filme que pensa sobre os músicos portugueses na sociedade construída após a Revolução dos Cravos, imersa numa crise socioeconómica entre 2006 e 2010. O presente artigo defende que, *Meu Caro Amigo Chico* revela que, ao configurar-se como comunidade musical imaginada no espaço luso-brasileiro-africano, a discursividade prevalecente sobre a lusofonia procura a utopia, mas o posicionamento denota ainda persistências nostálgicas do espaço imperial atlântico do imaginário luso para superar a condição semiperiférica portuguesa. Ultrapassar a nostalgia é a condição necessária para resgatar o potencial utópico que a Revolução dos Cravos deixou.

Palavras-chave: Revolução, Utopia, Memória, Documentário Musical, Lusofonia

Abstract: Reading *Tanto Mar* (1975, 1978) and *Meu Caro Amigo Chico* (2012): Utopia in a Dialogue between Friends about the Revolution?

In 2012, Portuguese filmmaker Joana Barra Vaz launched *Meu Caro Amigo Chico*, a music documentary structured as a reply to Chico Buarque's *Tanto Mar* (1975, 1978). Counting on the participation of various Portuguese singer-songwriters born after 1974, this documentary discusses the Portuguese music singer-songwriters in the society developed after the Carnation Revolution, in a socio-economic crisis between 2006 and 2010. This paper argues that *Meu Caro Amigo Chico* shows that the positioning of the prevailing Portuguese discursiveness on Lusophony still shows nostalgia of the Atlantic imperialism as a way to overcome the semiperipheral condition, despite seeking the utopia of the imagined music community in the African-Brazilian-Portuguese space. Overcoming nostalgia is the necessary condition to convey the utopian potential left by the Carnation Revolution.

Keywords: Revolution, Utopia, Memory, Music Documentary, Lusophony

Contextualizações

Um ano após a eclosão da Revolução dos Cravos e durante a euforia que rodeou o processo revolucionário português, Chico Buarque lançou *Tanto Mar* no Brasil. Exaltando a queda do Estado Novo que vigorara em Portugal durante mais de quarenta anos e a sua substituição por um regime democrático, *Tanto Mar* canta o encantamento por esta mudança política que tinha sido uma conquista do povo português e o desejo de que ventos de mudança semelhantes chegassem ao Brasil. Em 1974, o Brasil debatia-se ainda com uma longa ditadura militar que se estenderia até 1985, com a implantação da Sexta República. Deste modo, e num contexto de forte repressão, a letra desta canção foi censurada porque era a expressão clara da rejeição da situação política brasileira. *Tanto Mar* foi gravado para o álbum *Chico Buarque & Maria Bethânia ao vivo* como tema instrumental. Não obstante a proibição, a versão cantada tornou-se popular nas rádios portuguesas, onde, naturalmente, a censura não tinha efeito. Em 1978, foi lançada e autorizada no Brasil uma segunda versão com letra modificada. Contudo, o processo revolucionário português fora interrompido no dia 25 de novembro de 1975 quando forças militares sob a direção do então tenente-coronel Ramalho Eanes goraram o que entenderam ser uma tentativa de golpe de estado liderada pelos setores militares afetos ao Processo Revolucionário em Curso (PREC). A versão corrigida de *Tanto Mar* dava conta deste desfecho, lamentando o fim do que considerara ter sido uma “festa”.

A letra de *Tanto Mar* organiza-se em torno da imagem de Portugal como um jardim, introduzindo elementos de subversão na metáfora do país como um “jardim à beira-mar plantado”, amplamente promovida durante o Estado Novo. Nessa metáfora, colhe-se o “cravo”, a flor que metaforiza a “liberdade” que deu o nome ao dia 25 de abril em Portugal e que escasseava no Brasil.¹ A conquista da liberdade é uma experiência de fruição plena de significados que se apreendem através da visão. Aristóteles atribuía a este sentido o poder de alcançar o conhecimento, metamorfoseado em liberdade na canção. O olfato é um sentido complementar para a construção da liberdade como experiência

1 A metáfora “Jardim da Europa à beira-mar plantado” fez parte de uma imagética amplamente difundida durante o Estado Novo (1933-1974) que estimulou a construção de uma visão atemporal de paisagens estetizadas de Portugal, materializando-se em iniciativas do SPN/SNI, incluindo, entre elas, o Concurso da *Aldeia Mais Portuguesa de Portugal* (1938) e o conceito da *Casa Portuguesa*. Constitui o primeiro verso da terceira oitava do poema nacionalista “A Portugal” de Tomás Ribeiro (1831-1901) que abre o seu livro *D. Jaime* (1862).

sinestésica.² O jardim oferece o cravo e o alecrim, a erva que se constitui em paliativo para a depressão brasileira. São estas as ervas que podem dar alento no caminho para a conquista da democracia no Brasil e para a retoma do processo revolucionário em Portugal.³

E colher pessoalmente alguma flor no teu jardim” (1975) / Esqueceram uma semente nalgum canto de jardim (1978)

Guarda um cravo para mim (1975) / um velho cravo para mim (1978)

Manda urgentemente algum cheirinho de alecrim (1975) / Manda novamente algum cheirinho de alecrim (1978)

Uma outra linha de significação em *Tanto Mar* encontra-se presente numa estrofe que se manteve inalterada da versão de 1975 para a de 1978: “Sei que há léguas a nos separar/ Tanto mar, tanto mar / Sei também quanto é preciso, pá/ Navegar, navegar”. A ligação entre o Brasil e Portugal define-se em geografias delineadas a partir do oceano Atlântico que introduz o elo de relacionamento entre os dois países. Por um lado, a referência a uma geografia que posiciona Brasil e Portugal em dois pontos distintos que o oceano separa. Esta estrofe convoca igualmente memórias de outros espaços. O verso “Navegar, navegar” encerra o esforço para alcançar a democracia no Brasil e consolidar os efeitos benéficos de uma revolução em Portugal. Todavia, a expressão guarda igualmente a memória da história que levou os portugueses pelo mar a terras brasileiras. *Tanto Mar* oferece-se à dimensão da memória do espaço de

2 Aristóteles escreveu:

Todos os homens, por natureza, tendem ao saber. Sinal disso é o amor pelas sensações. De fato, eles amam as sensações por si mesmas, independentemente da sua utilidade e amam, acima de todas, a sensação da visão. Com efeito, não só em vista da ação, mas mesmo sem ter nenhuma intenção de agir, nós preferimos o ver, em certo sentido, a todas as outras sensações. E o motivo está no fato de que a visão nos proporciona mais conhecimento do que todas as outras sensações e nos torna manifestas numerosas diferenças entre as coisas. (Aristóteles 2002: 980 – 25).

3 O cravo, flor do craveiro, planta herbácea, e o alecrim, erva condimentar e aromática, são típicas de Portugal como país mediterrânico. Atribui-se ao alecrim propriedades medicinais de reforço da memória e de combate à depressão. Além de *Tanto Mar*, também o fado-canção “Cheira a Lisboa” (letra de César de Oliveira e música de Carlos Dias), estreado na revista *Peço a Palavra* em 1969, popularizado por Anita Guerreiro e, mais tarde, por Amália Rodrigues, também constrói a vivência urbana da capital enquanto sinestesia proporcionada pela visão e pelos cheiros da “terra prometida”, do rosmaninho, do craveiro, da rosa, dos cheiros “de flores e de mar”, castanha, fruta e manjerico.

ação do colonialismo português, da consciencialização da independência do Brasil e da sua autonomização face a Portugal. Acentua a relação entre duas identidades separadas que deve continuar a ser construída e consolidar-se ao mesmo tempo que se asseguram percursos distintos. Esta linha de pensamento encontra-se presente similarmente em outras obras de Chico Buarque.⁴ Não existe em *Tanto Mar* – como, de resto, não está presente nas várias composições musicais de Buarque – qualquer formulação de desejo da constituição de uma comunidade luso-brasileira tecida por relações que ultrapassem a cordialidade entre dois países.⁵

Tanto Mar constitui uma expressão de apoio a uma vida democrática consolidada. Nesse sentido, a sua preservação na memória, associada ao que poderemos definir como canção de 25 de abril como marco histórico e parte da memória do processo revolucionário interrompido é significativa na viragem do século. As políticas oficiais de memória sobre 1974 – particularmente durante a década de 80 e até metade da década seguinte – assentaram numa desnaturalização do projeto revolucionário que presidiu à realização do golpe, silenciando a resistência durante o período da ditadura que só adquiriu maior visibilidade no final da década de 90. No confronto entre esquerda e direita políticas, as memórias do projeto revolucionário foram assumidas pela esquerda, ao mesmo tempo que a direita concentrava uma atenção despolitizada na democracia estabelecida, desvalorizando a ação que esteve na sua génese (Loff 2015: 132). As interpretações portuguesas da versão de *Tanto Mar* de 1975 por Maria de Medeiros, em 2007, e de António Zambujo, em 2016, sublinham a vitalidade da memória do 25 de abril, um sinal que vai ao encontro das conclusões da sondagem do Instituto de Ciências Sociais, em 2014, que concluía que o 25 de abril é visto como “um símbolo político positivo que democratizou o país” (Loff 2014: s/p).⁶

4 Em 1973, Chico Buarque e Ruy Guerra escreveram a peça de teatro musical *Calabar: o elogio da traição*, sobre a figura histórica de Domingos Fernandes Calabar que tomou o partido dos holandeses contra a coroa portuguesa no momento da *Insurreição Pernambucana* em 1645. “Fado Tropical”, uma das músicas do teatro musical *Calabar: o elogio da traição* (1973), vinca a memória de um passado do poder colonial português que almejava fazer “cumprir o seu ideal” de “tornar-se um imenso Portugal”.

5 Em 1977, Chico Buarque lançou “Maravilha”, uma canção sobre Cuba e a experiência da revolução cubana, em que cantava “Eu quero a tua esperança/ A tua primavera”.

6 Em 2007, Maria de Medeiros gravou uma versão de *Tanto Mar* que combinava sequencialmente a letra de 1975 e a de 1978 e que integrou no seu álbum *A little more blue* que juntava temas de Buarque, Gilberto Gil, Vinicius de Moraes e Ivan Lins. Em 2016, António Zambujo

Em 2012, Joana Barra Vaz lançou o filme *Meu Caro Amigo Chico*, um documentário musical estruturado como uma carta em resposta ao *Tanto Mar*, em que uma nova geração de músicos portugueses e alguns músicos brasileiros residentes em Portugal canta e comenta os problemas atuais do país. O documentário foi filmado entre 2006 e 2010, e alguns dos músicos foram entrevistados duas vezes, dando conta da evolução de alguns dos seus projetos. Entre os músicos que colaboraram neste documentário incluem-se JP Simões, Os Quais, Real Combo Lisbonense, Roda do Choro de Lisboa, Zelig, António Zambujo, João Afonso, Couple Coffee, Feromona e Márcia. Sérgio Godinho e José Eduardo Agualusa juntaram-se-lhes.⁷

Quase quarenta anos depois do 25 de Abril e de *Tanto Mar* e no final da primeira década do séc. XXI, Portugal encontrava-se mergulhado numa profunda crise económica que degradou significativamente as condições sociais internas. Entre o início das filmagens de *Meu Caro Amigo Chico* até ao seu lançamento, decorre o período em que o Fundo Monetário Internacional chamou Grande Depressão por ter sido a maior recessão global desde a década de 1930. O que iniciou como uma crise financeira e de hipotecas *subprime* nos Estados Unidos da América alastrou-se até ao colapso da economia europeia, com especial incidência nas economias dos países europeus do sul. Devido à incapacidade financeira de se refinar sem ajuda de terceiros, o governo português apresentou um pedido de resgate financeiro. Formalizado o pedido de assistência em 2011, as medidas de austeridade daí resultantes geraram um impacto tal que conduziram à contestação generalizada. No final de 2012, a taxa de desemprego disparara para valores acima dos 15%, ao mesmo tempo que atingia cerca de 40% dos jovens. Cerca de 30% dos contratos de trabalho era a termo. Em 2013, perto de 20% dos portugueses tinha emigrado (Soeiro 2014: 63). Às greves e manifestações nas ruas, em que se empunharam as bandeiras negras simbolizando a fome do povo, juntou-se a frase de protesto “povo unido jamais será vencido”, tantas vezes repetida na década de 70. Grupos de resis-

gravou *Tanto Mar* (1975), para o seu álbum *Pensei que fosse minha*, um álbum com 16 releituras de músicas de Chico Buarque. Há a assinalar igualmente, no âmbito do terceiro volume da coletânea *Songbook Chico Buarque*, produzido por Almir Chediak em 2004, a interpretação de Eugénia Melo e Castro e Wagner.

⁷ *Meu Caro Amigo Chico* foi exibido no festival de cinema independente *IndieLisboa* 2012 e na 36ª Mostra de Cinema de São Paulo, onde participou na competição Novos Realizadores, juntamente com outros quatro realizadores portugueses. Foi também a seleção do público para o MUVI' 14 (mostra de curtas e longas metragens sobre música).

tência popular interrompiam sessões parlamentares e outros eventos sociais, entoando o *Grândola Vila Morena*, manifestação que ficou conhecida como “Grandolar”. A música de protesto ocupa um lugar destacado na memória da resistência ao Estado Novo. À medida que a crise se intensificou, ela também se assumiu como expressão da revolta, sobretudo entre os que pertenciam à chamada *Geração Y* ou *Millennials*, nascidos depois de 1980, quer sob a forma de expressão de memória do passado reinventada no tempo presente – como foi o caso do “Grandolar” – quer sob a forma de novas criações musicais.⁸

É neste enquadramento que *Meu Caro Amigo Chico* se insere. Um filme realizado num cenário de instabilidade económico-social, lançado a dois anos do quadragésimo aniversário da Revolução dos Cravos. O filme da Joana Barra Vaz encena um diálogo virtual entre o Chico Buarque da década de 70 e a geração de músicos portugueses nascida depois de 1974 e que também se debate com a frustração perante as medidas de austeridade. O diálogo é reforçado por um excerto de uma entrevista dada por Zeca Afonso, em 1984, em que o cantautor português fala da ansiedade dos jovens pelo facto de as promessas de abril não terem sido cumpridas. Este excerto promove uma linha de continuidade de problemas e angústias entre o final da década de 70 e o final da primeira década de 2000. *Meu Caro Amigo Chico* recupera a memória musical do projeto revolucionário nas figuras de Chico Buarque e de Zeca Afonso, utilizada como resistência ao contexto de crise, quer através das suas canções de intervenção quer através de excertos de entrevistas de ambos. O filme organiza a sua resposta assente na existência de uma comunidade luso-brasileira que progressivamente se alarga para incluir a comunidade africana de expressão portuguesa e timorense. Em termos espaciais, é Portugal o espaço central, o espaço da ação filmada, onde residem e trabalham os músicos en-

8 *Homens da Luta* eram Nuno Duarte aka *Jel*, nascido em 1974, e o seu irmão mais novo Vasco Duarte aka *Falâncio*. Projeto inspirado nas canções de protesto durante o período do PREC, lançaram em 2010, o CD *A Cantiga é uma Arma*. “A Luta é Alegria” foi selecionada para representar Portugal na Eurovisão Festival da Canção de 2011. Apesar de não atingir mais do que a 18ª posição e de ter sido eliminada nas semifinais, esta canção dos *Homens da Luta* expressava uma empatia com o clima de inconformismo generalizado. Outra canção que deu voz ao protesto foi “Parva que sou”, dos Deolinda, sobre a precariedade profissional dos jovens. Em 5 de outubro, a jovem cantora lírica Ana Maria Pinto interrompeu a cerimónia oficial da proclamação da República no Pátio da Galé, Lisboa, cantando “Firmeza” como ato de protesto e a 21 de setembro, cantou “Acordai” numa concentração em frente ao Palácio da Presidência da República, ambos os poemas musicados por Fernando Lopes-Graça.

trevistados e onde se encontram com Chico Buarque. O espaço brasileiro está presente na evocação das digressões musicais e na participação dos músicos brasileiros residentes em Portugal. O espaço africano, evocado no trânsito entre os músicos brasileiros africanos e portugueses, é aludido por José Eduardo Agualusa e João Afonso e o espaço de Timor-Leste é remotamente lembrado numa performance musical de José de Castro.⁹ A comunidade imaginada luso-brasileira musical facilita a partilha entre músicos portugueses e brasileiros dentro desta geografia e a consolidação de influências de ritmos musicais.¹⁰ Depoimentos e letras das canções dos músicos que participam neste filme constroem uma narrativa que aponta que é no aprofundamento das relações desta comunidade musical que poderá emergir a solução de fazer germinar “a semente [esquecida] em algum canto do jardim” e dar o necessário “cheirinho de alecrim” à geração portuguesa herdeira da Revolução dos Cravos.

Legados e Gerações

A evolução da sociedade portuguesa desde a Revolução dos Cravos é analisada e cantada a partir da descrição feita por Chico Buarque na sua canção *Meu Caro Amigo* (1976) que dá o título ao filme de Joana Barra Vaz para apresentar a sua resposta. Na canção de Chico Buarque, a vida no Brasil é uma luta diária de sobrevivência, sob uma capa de uma aparente normalidade estereotipada: “Aqui na terra “tão jogando futebol/Tem muito samba, muito choro e rock’n’roll”. No filme de Barra Vaz, o mote é dado por um jogo de futebol entre a equipa dos músicos portugueses e a equipa dos “cariocas”, liderados por Chico Buarque, num campo de futebol de sete em Oeiras, em 2006. Sérgio Godinho é o treinador da equipa dos músicos portugueses, uma função que assume uma dimensão metafórica, trazendo consigo a me-

9 Em Portugal, a primeira década de 2000 correspondeu a uma deterioração económica. No Brasil, sob a presidência de Lula da Silva, correspondeu a anos sucessivos de crescimento económico, com variações anuais do PIB de mais de 5%. Mesmo no ano em que *Meu Caro Amigo Chico* foi lançado e já sob a presidência de Dilma Rousseff, o crescimento tinha abrandado, mas continuava a ser superior a 3%, com uma boa reputação internacional. Este contraste exacerba ainda mais a imagem do Brasil como caso bem-sucedido no qual Portugal poderia inspirar-se para ultrapassar a depressão agravada pelos problemas socioeconómicos e descrita nas músicas de Sérgio Godinho, J.P. Simões, os Quais, Nuno Prata ou Foge Foge Bandido.

10 *Imagined Communities* de Benedict Anderson (2006) desenvolve o conceito de comunidade imaginada para falar do conceito de “nação” e de nacionalismos: na comunidade imaginada, os seus membros não se conhecem todos verdadeiramente, embora tragam nas suas mentes a imagem de uma partilha de interesses ou aspetos identitários comuns.

mória da transição para a democracia e da partilha de experiências entre o universo musical brasileiro e o português contada na primeira pessoa desde o período da resistência ao Estado Novo. As canções escolhidas sugerem três linhas de pensamento que assentam numa lógica de continuidades entre os tempos revolucionários e os atuais: os traços caracterizadores do povo português, os traços que definem a geração herdeira da Revolução e o espaço de partilha musical como forma de resistência para ultrapassar as dificuldades conjunturais.

Meu Caro Amigo Chico (2012) d’Os Quais é uma canção trabalhada a partir da estrutura da canção de Chico Buarque. Emprestando o título ao filme, nesta canção, a vivência estereotipada não é aparência de sobrevivência, tal como em *Meu Caro Amigo*; é uma vivência em movimento perpetuado pela inércia dos portugueses. Os “projetos” não se materializam porque o espírito que lhes preside não se renova e extrema-se nas emoções:

Meu caro amigo Chico, aqui na terra estamos/ Sob esses céus de sempre/
Há muito bailarico/ em junho, mês dos Santos, e projetos são tantos/E festa eternamente e, no entanto, é fatal a dor em Portugal/ (...) Parece que foi ontem, aqui tudo tão ontem, jovem alma caduca/ (...) Meu caro amigo Chico, aqui na terra vamos tristes para a alegria (...).

São também os extremos emocionais que definem os portugueses para Sérgio Godinho. Assim o indicia a expressão que dá título à sua canção: *Só neste País* (2006) que realça a imagem do passado glorificado no presente:

Unamo-nos/ Nós somos os famosos anónimos/Mesmo assim já cumprimos os mínimos/Somos todos únicos/Que mais vão querer de nós/P’ra provar quem vai à frente ou fica atrás/ (...) Sempre complicamos a coisa mais simples / E simplificamos a complicada/ Sai em rajada o tiro pela culatra/ Às vezes mata, às vezes ressurreição/ Foi de raspão (...) São muitos séculos em morna ebulição/A transitar entre o granizo e a combustão/E um qualquer hino para qualquer situação/Pessimista, otimista”.

A construção da identidade nacional é desestabilizadora, sendo a bipolaridade um sintoma desse distúrbio. José Gil aclara que a bipolaridade advém do desfasamento entre a memória idealizada do passado e uma realidade que pouco parece concorrer para o orgulho nacional, gerando um excesso do peso

da identidade nacional (Gil 2009).¹¹ Em *Meu Caro Amigo Chico*, ela é representada pelo oxímoro “jovem alma caduca”. Em *Só neste País*, outro oxímoro, “famosos anónimos”, carrega o peso do excesso de passado identitário que torna a ação errante. Gil radica esta fatalidade no facto de sermos “portugueses antes de sermos homens”, sendo “a doença da hiperidentidade que nos corrói” (Gil 2009:10). Eduardo Lourenço também alude a uma hiperidentidade que se manifesta em traços estereotipados amplamente explorados pelo Estado Novo e que a Revolução de Abril não conseguiu suprimir (Lourenço 1994[1988]: 10).

Os efeitos socioeconómicos da crise deixam a descoberto a incapacidade emocional do coletivo de gerir o um passado interpretado de forma dourada e um presente que não reflete essa glória e de abandonar uma abordagem que reutiliza o mesmo recorte estereotipado porque não se reinventou uma linguagem, como defende Vítor Sousa:

Mesmo perante as referidas desconstruções, necessárias cada vez mais para que se «limpe» o espírito e se enverede por um olhar lúcido em relação ao que é e ao que representa Portugal na contemporaneidade (não fazendo, no entanto, tábua rasa do passado, mesmo que «mítico», embora contextualizando-o), são recorrentes as reutilizações míticas e imaginárias na sociedade portuguesa, provavelmente na tentativa de explicação de dinâmicas tidas como pouco compreensíveis nos tempos que correm (Sousa 2017: 389).

O filme de Barra Vaz mostra, contudo, que no final da primeira década do século XXI e num contexto de crise, esta discussão não se esgota na academia. Ela também se sente na música e parece refletir a consciência da geração herdeira do 25 de abril. Se Sérgio Godinho tutela essa consciência enquanto músico que participou na resistência ao regime – e partilhou com Chico e outros músicos brasileiros essas resistências – e nos anos revolucionários, ela também está presente n’Os Quais; mostra-se em Bernardo Barata que, em *Desperdício*

11 Pouco depois da Revolução de Abril, Eduardo Lourenço chamou à atenção para o facto de a historiografia portuguesa revelar o “*irrealismo* prodigioso da imagem que os Portugueses se fazem de si mesmos” (Lourenço, 2000 (1978): 23). Por outro lado, a abordagem historiográfica mais recente igualmente chama à atenção para uma certa tradição historiográfica portuguesa que, por contraste com a ideia de passado remoto glorioso, habitualmente analisava os índices de modernização e progresso em Portugal numa ideologia de progresso que toma os Estados Unidos, França, Alemanha e o Reino Unido como casos exemplares, retratando Portugal em estado de permanente atraso centrada estrutural (Trindade 2013:7).

(2007), se interroga “Quem é culpado de não saber ver-se ao espelho”; ou em Manel Cruz, que em *Ninguém é quem queria ser* (2008) do projeto Foge, Foge Bandido que conclui que “somos fachada de uma coisa morta” e “estás a ver o mundo feito um velho arquivo”. Em 1970 (*Retrato*) (2006), J.P. Simões retrata a geração que viveu os anos revolucionários durante a infância:

A minha geração já se calou, já se perdeu, já amou / Já se cansou, desapareceu, ou então casou, ou então mudou / Ou então morreu; já se acabou. / A minha geração de hedonistas e de ateus, de antclubistas / de anarquistas, deprimidos e de artistas, e de autistas estatelou-se docemente contra o céu. () brincou às mil revoluções amando gestos e protestos e canções, pelo seu estilo controverso.

Se esta canção e *Reader's Digest* (2010) de António Zambujo promovem uma leitura de continuidade histórica entre a década de 70 e as seguintes, elas também deixam patente que essa continuidade se faz sentir no peso da memória de modelos de suficiência social e individual e no esgotamento de reinvenção desses modelos:

Quero vida pacata, pataca, gravata, sapato barato, basta na boca uma sopa com pão, com cupão de desconto, emprego, sossego, renego o chamego e faço de conta fato janota, quota na conta e a nota de conto

Vou dizer que sim, ser assim-assim, assinar *Reader's Digest* haja este sonho que desde rebento acalento em mim, ter mulher fiel, filhos, fado, anel, e lua de mel em França.

Apesar da conquista da democracia em 1974, os efeitos da crise financeira despoletada em 2009 mostram que o que sobreveio ao 25 de abril de 1974 foi a melancolia por uma utopia perdida, *do que podia ter sido e se perdeu*. Como Traverso afirmou, recorrendo a uma expressão de Koselleck:

As utopias do século passado desapareceram, deixando um presente carregado de memória, mas incapaz de se projetar para o futuro. Não existe um “horizonte de expectativas” visível (...) A história surge ela mesma como uma paisagem de ruínas, um legado vivo de dor (Traverso 2017:7)¹²

12 Original: The utopias of the past century have disappeared, leaving a present charged with memory but unable to project itself into the future. There is no visible «horizon of ex-

O panorama musical português, na primeira década de 2000, reflete a ausência de projetos conjuntos entre músicos que os ajudem a ultrapassar as dificuldades. É o que deixam em depoimento Nuno Prata, Manel Cruz, Peixe, ex-membros dos Ornatos Violeta, formação musical que terminou a sua atividade regular em 2002, tendo os músicos seguido carreiras a solo. A maioria dos músicos que participam neste filme encontra-se pela primeira vez no jogo de futebol com Chico Buarque. Os depoimentos de J.P. Simões, Bernardo Barata e Peixe apontam que a sobrevivência das carreiras musicais depende do grau de subordinação da criação artística a imperativos da indústria e às necessidades de mercado. Segundo Traverso, a reificação do mundo presente significou a privatização e aniquilação da utopia: “Deste modo, o «presentismo» torna-se um tempo suspenso entre um passado não dominável e um futuro negado, entre um «passado que não se irá embora» e um futuro que não pode ser inventado ou previsto” (Traverso 2017: 8)¹³ O imperativo a indústria musical é condicionante porque mercantiliza a utopia e da criação de futuros.

O filme *Meu Caro Amigo Chico* faz um exercício de rememoração da música de resistência enquanto espaço partilhado entre o Brasil e Portugal, sob a égide de Chico Buarque. O potencial interventivo dos “sons de abril” é mitificado na revisitação dos relatos de Sérgio Godinho e Chico Buarque na primeira pessoa. As canções de abril constituíram um “modo de propagação de ideias e, (...) modo de afirmação de correntes estéticas de elevada qualidade, alternativas à arte oficial do regime salazarista e marcelista”, sendo este aspeto que claramente secundário no filme (Corte-Real 1996: 171). A inclusão de músicas como a de Luís Cília (*A Bola*, 1966) e as de Zeca Afonso (*Grândola Vila Morena*, 1971, e *A Balada de Outono*, 1960) é relevante para a potencialidade na definição de um mapa de geografias sentimentais que se insinua com a gravação de *Fado Tropical* (de Buarque e Ruy Guerra), cantado Chico Buarque, tocado por Carlos Paredes e Carlos Alberto Moniz e declamado por José Nuno Martins em 1977. No alinhamento do filme, a lusofonia musical como potencial utópico procura sobrepor-se às marcas legadas pela herança colonial, lembrada no *Fado Tropical*.

Uma vez mais, a linha de continuidade entre os anos revolucionários do século XX e os anos de crise do século XXI, em que o espaço luso-brasileiro

pectation». (...) History itself appears as a landscape of ruins, a living legacy of pain (Traverso 2017:7). Todas as traduções são minhas, salvo indicação contrária.

13 Original: Thus, «presentism» becomes a suspended time between an unmasterable past and a denied future, between a «past that won't go away» and a future that cannot be invented or predicted” (Traverso 2017: 8)

progressivamente alargado ao espaço lusófono se apresenta como uma estratégia de parceria e a lusofonia como utopia, impulsionadora de uma visão de futuro. No presente, ela encontra-se nos projetos concluídos de António Zambujo no Brasil; em Godinho, em *Só neste país*, que jura “p’lo fado, p’lo baile e p’lo kuduro que este país tem futuro”; e em “Reino da Costa Azul” (2010), Márcia canta “Não queiras ser tão grande assim/No pequeno reino costa azul/sempre virado ao sul”. Este é o mesmo Sul metafórico em que Saramago fez rumar Portugal feito jangada em direção ao Brasil e a África e que se fazia mais forte para diminuir as léguas a separar Portugal e o Brasil que Chico Buarque lembrou.

Lusofonia e Utopia

Na narrativa do filme, uma comunidade restrita de músicos portugueses não constitui uma possibilidade profícua. Assume-se como forma de sobrevivência constrangida num contexto de crise. A distância geográfica constrange a partilha. Não obstante Benedict Anderson ter considerado a criação do sentimento de nação e nacionalismo quando criou o conceito de “comunidade imaginada”, facto é que a comunidade lusófona, tal como se desenha em *Meu Caro Amigo Chico*, se encaixa quando se configura como uma comunidade alternativa e unida na história de fusão dos ritmos musicais, limitada pelos seus interesses e que se legitima numa camaradagem horizontal, características adaptadas a partir das enunciadas por Anderson (Anderson 2006:7).

Esta comunidade assenta em referências tutelares: A música de Chico Buarque no panorama brasileiro e português, nas palavras de Luanda Cozetti (Couple Coffee), de Sérgio Godinho e na fascinação dos músicos portugueses; e uma história de raízes comuns dos do fado, da morna, do choro ou do corridinho, explanada pelos membros do projeto luso-brasileiro Roda de Choro de Lisboa. Ela concretiza-se em canções portuguesas que utilizam ritmos de Bossa Nova, como em *1970 (Retrato)*, *Meu Caro Amigo Chico* e *Isaura* (2010) de Miguel Araújo, na interpretação da *Balada de Outono* de Zeca Afonso pelos Couple Coffee e nas colaborações do António Zambujo com vários músicos brasileiros. Alarga-se ao espaço africano, com *Estrada do Sumbe*, com letra de José Eduardo Agualusa, cantada por João Afonso, evocando igualmente o espaço timorense em “Lusitânia Expresso” (2010), uma performance musical de José de Castro.¹⁴ A Roda de Choro de Lisboa, conjunto de músicos portugueses

14 *Estrada do Sumbe* integra o álbum *Sangue Bom* do músico/cantor João Afonso que se divide entre Portugal e Moçambique, lançado em 2014, com letras de José Eduardo Agualusa

e brasileiros residentes em Portugal, cujas composições de choro, muitas de autoria de Pixinguinha, Jacob do Bandolim e Waldir Azevedo, evoca o espírito do Rio no século XIX. O Real Combo Lisbonense, enquanto grupo de baile, recupera o estilo de música tocada nas décadas que sucederam à 2ª Guerra Mundial. No filme, cantam uma versão adaptada de *O fado é bom para xuxu*, canção cantada por Amália Rodrigues no Teatro República, no Rio de Janeiro, em 1945, e interpretam igualmente *O vento mudou*, a canção portuguesa concorrente ao Festival Eurovisão da Canção em 1967. A versão original, cujo excerto antecede a interpretação dos Real Combo no filme foi cantada por Eduardo Nascimento, vocalista do grupo angolano The Rocks, para mostrar um colonialismo bem-sucedido à Europa. A expressão dessa partilha musical no presente materializa-se na revisitação de velhas canções remisturadas e do espírito de tempos passados.

Considerar a comunidade musical luso-brasileira em *Meu Caro Amigo Chico*, como primeiro espaço de discussão entre músicos portugueses e brasileiros num enquadramento de crise conjuntural, não deixa de dar conta do que Fernando Arenas definiu ser uma “existência mítica e superlativa do Brasil” no imaginário português (Arenas 2003: 9), atualizando o que Eduardo Lourenço afirmara em 1959: “(...) diremos que o Brasil representa na consciência média dos portugueses um papel absolutamente desproporcionado com a imagem verdadeira das relações concretas de um país com o outro.” (Lourenço 2015: 73-74). São relações que se desenham a partir de um mapa do sul da memória dos afetos. Na geografia musical portuguesa, a música brasileira situa-se “em territórios ocultos definidos pelo diálogo estético e emocional” (Sardo, Almeida e Godinho 2012: 58). A lógica de estruturação de *Meu Caro Amigo Chico* deixa a descoberto a consciência da persistência dessa existência mítica do Brasil no imaginário português depois de 1974 e que, de certa forma, surge como forma de colmatar o que da Revolução não se cumpriu. A crise conjuntural revela um desapontamento face ao rumo

e Mia Couto. Embora a referência mais direta desta performance seja o comboio internacional, Lusitânia Comboio Hotel que liga Lisboa e Madrid, não deixa de evocar a viagem do ferryboat *Lusitânia Expresso* a Timor-Leste, uma iniciativa da revista Fórum Estudante, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública internacional para a causa de Timor independente, na sequência do massacre de timorenses no cemitério de Santa Cruz, em Díli, em 1992. Contou com o apoio de figuras públicas, incluindo o General Ramalho Eanes. Não chegou a atracar em Timor porque foi intercetado à entrada das águas territoriais de Timor por navios de guerra indonésios. Após lançar flores ao mar, em memória dos mortos de Timor-Leste, foi obrigado a regressar a Portugal.

da evolução da sociedade portuguesa, conforme fica claro nas palavras de Bernardo Barata que conclui, no filme, que, para além da liberdade, pouco restou das promessas de abril cuja valoração se mantêm inalteradas.

A língua pode ser a sinédoque do território. Em *Meu Caro Amigo Chico*, a língua portuguesa é a agulha que orienta a geografia dos afetos para pensar o futuro num determinado espaço físico. Luanda Cozetti, afirma que o entendimento musical entre portugueses e brasileiros sobrevem do facto de trabalharem “as mesmas metáforas (...) as mesmas possibilidades de vocabulário” (*Meu Caro Amigo Chico* 2012: 1:09:31), João Afonso, citando Fernando Pessoa, defende que “a minha pátria é a língua portuguesa” (*Meu Caro Amigo Chico* 2012: 54:10) e no âmbito do crescente trânsito de músicos entre o Brasil, Portugal e África; e findo o império, diz Agualusa, Lisboa “emerge como cidade imperial, no sentido em que se tornou ponto de passagem obrigatório para músicos brasileiros e africanos” (*Meu Caro Amigo Chico* 2012: 59:56).¹⁵ É a língua que dá conta da nossa interpretação do mundo. Mas é igualmente a língua que dá conta do legado das construções simbólicas que perduram no imaginário do coletivo, de impérios que esvaziados, permanecem como legados simbólicos que a história naturalizou nas palavras. A formulação de um espaço entendido como partilha musical num espaço triangular cujo ângulo central é Lisboa não dá conta da “inevitabilidade da fragmentação que cobre um espaço cultural tão diverso”, revelando um lusocentrismo – mais desejado do que real, mas sobretudo naturalizado (Martins 2006: 81). Assumindo-se na língua portuguesa o efeito homogeneizador das diferenças culturais, a lusofonia emerge como uma bolha insensível à especificidade: “uma coisa pequenina que protege, sem arestas (...) Fechada no seu umbigo, não querendo ver nada mais (...)” (Lança 2010: s/p). De resto, pensar Lisboa como capital musical constrói a lusofonia musical em uma comunidade imaginada,

15 Em 2006, foi lançado o filme *Lusofonia, A (R)evolução*, um filme sobre o movimento musical que emerge em Lisboa. *Lusofonia é (R)evolução*, realizado pela delegação portuguesa na Red Bull Music Academy, é um documentário sobre a evolução da música no espaço lusófono desde 1974 até ao sec. XXI. Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=JaBjo0TQTfk>. O título deste filme joga com a escolha do slogan em torno do qual se estruturaram as comemorações dos 30 anos do 25 de abril, em 2004: *Abril é Evolução*. Músicos portugueses, afrodescendentes, angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos e brasileiros, muitos com carreira musical desenvolvida essencialmente fora de Portugal, mostram as potencialidades de uma lusofonia musical, com aspetos de fusão entre elementos musicais autóctones de Portugal, Brasil e PALOPs, que não se esgota no uso da língua portuguesa. Chullage, um dos entrevistados, defende mesmo o uso da língua crioula na música lusófona como forma de alargar o mercado potencial da música lusófona.

com sede própria, territorial e linguística, recentralizando o país e retirando-o de qualquer periferia recalcada no imaginário português.¹⁶

Ainda na década de 50, Eduardo Lourenço realçou a fragilidade do mito da comunidade luso-brasileira por estar assente em nostalgia (Lourenço 2015: 94). Em *Meu Caro Amigo Chico*, as relações e o entendimento entre músicos portugueses e brasileiros entroncam no período de resistência às ditaduras e à adversidade, assinalado com *Tanto Mar* como canção de júbilo e resistência, e atualiza-se como expressão de resistência face à crise em solo português, uma forma de resgate do potencial utópico da Revolução. A construção de uma comunidade lusófona musical pretende-se que assente numa consolidada rede de afetos que colmate fragilidades da história que a política complexificou. A fragilidade da correspondência do mito português da lusofonia a uma partilha de projetos entres músicos portugueses, brasileiros e africanos (e timorenses por implicação) reside no facto de que a legitimação histórica de uma utopia possa ser construída sem ser marcada pela nostalgia da memória.

Agradecimentos

Agradeço à Joana Barra Vaz a gentileza de me ter dado acesso ao visionamento do filme *Meu Caro Amigo Chico*. O filme não pode ainda ser utilizado para fins comerciais e, por conseguinte, tem visionamento condicionado nos termos descritos das normas legais.

Referências Bibliográficas

Anderson, Benedict (2006 [1983]): *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.

Arenas, Fernando (2003): *Utopias of Otherness: Nationhood and Subjectivity in Portugal and Brazil*. Minneapolis e London: University of Minnesota Press.

16 Na sua investigação sobre o *Musidanças*, Vanspauwen vê neste festival de música uma forma lusófona intervencionista “através da noção émica de mestiçagem, com o objetivo de promover uma realidade alternativa em termos sociais, musicais e raciais” (Vanspauwen 2017: 341). O *Musidanças* é um festival cuja missão é promover o trabalho de artistas portugueses, brasileiros, angolanos, moçambicanos, goeses, cabo-verdianos, santomenses, guineenses e timorenses. Decorre anualmente desde 2001 em solo português: principalmente – mas não exclusivamente – em Lisboa. Pensar a mestiçagem como categoria descentralizadora nos mapas de afetos e legados pode constituir um exercício útil da construção de comunidade lusófona musical.

- Aristóteles (2002): *Metafísica*. São Paulo: Edições Loyola.
- Buarque, Chico (1975): *Tanto Mar*. In: *Chico Buarque & Maria Bethânia ao Vivo*. LP. Rio de Janeiro: Phonogram.
- _____ (1978): *Tanto Mar*. LP. In: Chico Buarque. Rio de Janeiro: Polygram.
- Corte-Real, Maria de São José (1996): “Sons de Abril: estilos musicais e movimentos de intervenção político-cultural na Revolução de 1974”. In: *Revista Portuguesa de Musicologia*, 6:141-171.
- Gil, José (2009): *Em busca da identidade - o desnorde*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Lança, Marta (2010). “A lusofonia é uma bolha.” *BUALA. Cultura africana contemporânea*, maio 26. Disponível em <http://www.buala.org/pt/a-ler/a-lusofonia-e-uma-bolha> (consultado em 23 de dezembro de 2018)
- Loff, Manuel (2015): “Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014). In: Manuel Loff, Filipe Piedade & Luciana Castro Soutelo (orgs), *Ditaduras e Revolução: democracia e políticas de memória*. Lisboa: Almedina: 23-143.
- _____ (2014): “A Memória da Ditadura e da Revolução”. In: *Público*, 17 abril. Disponível em <https://www.publico.pt/2014/04/17/politica/opiniao/a-memoria-da-ditadura-e-da-revolucao-1632560>. (consultado em 23 de dezembro de 2018)
- Lourenço, Eduardo (2015): *Do Brasil: Fascínio e Miragem*. Org. e Pref. Maria de Lourdes Soares. Lisboa: Gradiva.
- _____ (1994 [1988]): *Nós e a Europa ou As Duas Razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- _____ (2000 [1978]): *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva
- Martins, Moisés de Lemos, Sousa, Helena & Cabecinhas, Rosas (orgs.) (2006): *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica de cultura e dos media*. Porto: Campos das Letras.
- Meu Caro Amigo Chico* (2012). Argumento de Joana Barra Vaz, Maria João Marques e Rui Pires. Dir. Joana Barra Vaz. Perf. António Zambujo, Bernardo Barata, Chico Buarque, Couple Coffee, Feromona, Foge Foge Bandido, João Afonso, José de Castro, José Eduardo Agualusa, J.P. Simões, Manel Cruz, Márcia, Miguel Araújo, Nuno Prata, Nuno Rafael, Peixe, Os Quais, Roda de Choro de Lisboa, Real Combo Lisbonense, Sérgio Godinho, Sérgio Costa, Zelig. London Sessions Productions.
- Santos, Boaventura Sousa e Menezes, Maria Paula Menezes (Orgs) (2009): *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- Sardo, Susana, Almeida, Pedro Faria de e Godinho, Sérgio (2012): “Portugal e Brasil: partilha e despatrialização da música”. In: *Camões: revista de letras e culturas lusófonas* 20 (7): 57-67.

- Soeiro, José. (2014) “Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto”. In: *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVIII: 55-79.
- Sousa, Vítor de (2017): *Da ‘Portugalidade’ à Lusofonia*. Lisboa: Edições Húmus.
- Traverso, Enzo (2017): *Left-Wing Melancholia: Marxism, History and Memory*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Trindade, Luís (Org) (2013): *The Making of Modern Portugal*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Vanspauwen, Bart Paul (2017): *Lusofonia in Musidanças. Governance, discourse and performance*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Musicais, especialidade em Etnomusicologia não publicada. Lisboa: FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.

As mulheres que prepararam o 25 de Abril

Anna Kalewska

Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia

Resumo: As mulheres que prepararam o 25 de Abril.

O artigo trata das mulheres que optaram por uma luta clandestina, desenvolvendo a atividade propagandística, preparação das greves, colocação das bombas nos quartéis, ministérios e instituições fascistas. Mencionam-se os vultos femininos arquetípicos e desconhecidos para a história das mulheres em Portugal. A perspectiva metodológica é histórica (dentro da história das mentalidades), com alguma sugestão para literatura e outras artes.

Palavras-chave: História de Portugal, Emancipação de mulheres, Propaganda democrática, Movimentos de libertação, Revolução dos Cravos.

Abstract: The women who prepared the 25th of April.

The article tells the story of the women who chose the underground struggle, developing activity of propaganda, strike preparation, bombs placing in quarters, ministries and Fascist institutions. The archetypical feminine figures as well as the ones still unknown for the history of women in Portugal are referred to. The methodical approach is historic (within the history of mentalities), with some of the suggestions for literature and other arts.

Keywords: History of Portugal, Women's emancipation, Democratic propaganda, Liberation Movements, Carnations' Revolution.

Para a Fátima Fernandes

(e para uma leitora feminina sensível, estudante, amadora das “portuguesíssimas histórias” de exemplo e proveito...)

Durante o tempo que estive na capital francesa, [Elisa] teve ainda contacto estreito (facilitado pela organização) com uma polaca antropóloga que ali vivia e que dava apoio aos portugueses, muitas vezes nas questões logísticas como roupa ou comida.

(Lindim 2012: 133)

Tudo quanto era publicado na comunicação social portuguesa, a respeito dos países ditos socialistas, era utilizado como propaganda fascista contra

o comunismo e como tal o considerávamos. E o Partido Comunista, por sua vez, fornecia-nos uma mentira a respeito daqueles países. Não havia terceira fonte de informação. Os canais de informação de e para a Europa eram estreitos.
(Lindim 2012: 57)

Os soviéticos viram uma oportunidade em Portugal e em África, assim como os cubanos. E, inicialmente, tanto Moscovo como Havana estavam mais bem informados do que os seus rivais geopolíticos em Washington, Londres e Bona. De início, o envolvimento das potências ocidentais em Portugal foi lento, e assim se manteve durante os meses a seguir ao golpe de Abril, por causa da incerteza dos seus objectivos.
(Maxwell 2014: 24)

Porque «Não houve pão para nós à mesa dos homens»¹ ... O estatuto político, cívico e cultural da mulher na época do Estado Novo (1933-1974) foi criado em torno do conceito da desigualdade dos sexos, proclamado na Constituição de 1933, que resultava na funcionalização das mulheres como mães e domésticas. Na ideologia do Estado Novo a mulher teve uma posição submissa e marginalizada. O salazarismo reafirmou, no campo ideológico e político a apologia do «regresso ao lar», a glorificação da maternidade e de um certo modelo de família enquanto função primordial, ao mesmo tempo que se confrontara com a questão da integração das mulheres no campo político (Cova e Costa Pinto 1997: 71-94). O empenho político ou social das mulheres era uma coisa inaudita e maquiavelicamente escamoteada, que somente a Revolução dos Cravos vai mudar completamente como «a madrugada inteira e limpa» de que falou Sophia de Mello Breyner Andresen (1919-2004), uma das mais importantes poetisas portuguesas do século XX, para se referir ao 25 de Abril de 1974.

O objectivo deste artigo é o de apresentar as atitudes e actividades das mulheres portuguesas perante os movimentos preparativos do 25 de Abril e as suas organizações (com especial enfoque nas Brigadas Revolucionárias), esboçando algumas comparações com o panorama sócio-político e cultural

1 Esta frase repercute nas *Novas Cartas Portuguesas* (Barreno, Horta e Velho da Costa 2010: 68, 69).

do mundo nos últimos três decénios do século XX. Pensado para um público académico estrangeiro e com severas restrições de síntese ou uma vista parcial endividada na obra matricial de Isabel Lindim: *Mulheres de Armas. Histórias das Brigadas Revolucionárias, as acções armadas, os riscos, as motivações*, com introdução de Isabel do Carmo (2012), ele tem intenções modestas, representando apenas uma introdução a um tema ainda desconhecido na Polónia e relativamente bem investigado no Departamento de Estudos Interdisciplinares sobre Os Países de Língua Portuguesa do Instituto de Estudos Ibéricos e Iberoamericanos da Universidade de Varsóvia, abordado na perspectiva histórica, sociológica e literária. A autora quer agradecer a possibilidade de o escrever à Fátima Fernandes, leitora de Português na Universidade de Varsóvia na ida década de 90 do séc. XX – pela inspiração e incentivo às leituras e posturas abertamente feministas, à Professora Doutora Anna Działak – pela organização do Colóquio Comemorativo dos 40 anos do 25 de Abril – o (Re)Pensar Abril na mesma Universidade (no dia 25.04.2014) e ainda à Kamila Choroszevska, à Aleksandra Wilkos e à Magdalena Doktorska por algumas informações prestadas e importantes para *mise en abîme* do feminismo que não constitui, porém, a referência ideológica nossa. Nós somos, porém, «as vozes umas das outras, um longuíssimo enlaçamento de escritas, de linhas e laços e versos e histórias narradas pelo inverso, quantas vezes avesso das nossas vidas. De recusa em recusa» (Horta 2014: 19).

Em 1926 aconteceu o golpe militar contra a República (a República essa cuja Constituição, em 1911, conferiu alguns direitos às mulheres: separou a Igreja do Estado, admitiu o divórcio, retirou a concepção de uma mulher «esposa e mãe», outorgou às mulheres o direito de trabalhar na função pública).² Logo em 1911 a escolaridade obrigatória dos sete aos onze anos passou a aplicar-se aos dois sexos. Em 1918 as mulheres ganharam direito a exercer advocacia e em 1920 passaram a poder frequentar liceus masculinos, onde também podiam leccionar a partir de 1926. Sem esperar que as mulheres obtivessem o direito

2 Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos (Berlim, 15.03.1851-Porto, 22.10.1925) – crítica literária, escritora e lexicógrafa, foi a primeira mulher a ser nomeada professora catedrática numa Universidade portuguesa (a Universidade de Coimbra) e Maria Amália Vaz de Carvalho (2.02.1847-24.03.1921, Lisboa) – escritora polígrafa e poetisa, autora de contos, biografias e ensaios em que analisou a condição e o papel da mulher na sociedade do seu tempo foram nomeadas sócias por mérito da Academia de Ciências de Lisboa. Regina Quintanilha (Miranda do Douro, 9.05.1893-Lisboa, 19.03.1967) – foi a primeira mulher licenciada em Direito com a autorização para advogar; estabeleceu escritórios em Lisboa, Rio de Janeiro e Nova Iorque.

de sufrágio, uma médica cirurgiã Carolina Beatriz Ângelo, exerceu o direito de voto a 28 de Maio 1911, invocando a sua qualidade de “chefe de família” visto ser mãe e viúva. Porém, os republicanos corrigiram rapidamente esta “falha” com a lei de 3 de Julho de 1913, que atribuiu direito ao voto unicamente aos cidadãos de sexo masculino, sabendo ler e escrever, excluindo assim as mulheres (Cova e Costa Pinto 1997: 78).

Depois do golpe militar de 28 de Maio de 1926, António de Oliveria Salazar veio a ser nomeado Presidente do Conselho em 1932 e aí permaneceu até 1968, só tendo saído por sequelas do traumatismo craniano após ter caído da cadeira. Apesar disso, manteve-se como «fantasma lusitano», julgando-se ainda no poder com falsas primeiras páginas do *Diário de Notícias* e falsos Conselhos de Ministros. Ditador beato, misantropo e solteirão, imprimiu com o seu espírito o ambiente que durante décadas se viveu em Portugal. Oficialmente nem teve a turbulência amorosa do fascista Mussolini, nem teve uma Eva Braun, nem teve uma Evita Péron, nem sequer uma Carmen Franco. Em Portugal o ambiente era de sacristia, o ditador tinha cara de frieza e de desprezo. A Constituição de 1933 enunciou a igualdade dos cidadãos perante a lei, e como consequência, «a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo ou condição social», mas não se esqueceu de ressaltar, no artigo 5º, que «quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família» (*apud* Cova e Costa Pinto 1997: 72). O Salazarismo permaneceu profundamente enraizado na ideia tradicional de que as mulheres se situam do lado da natureza e os homens do lado da cultura. O Estado Novo manteve-se fiel, desta forma, às mensagens inalteravelmente repetidas pela Igreja Católica (*cf. Quadragesimo anno*, 1931), em que a «natureza» teria predisposto as mulheres «a ficarem em casa a fim de educarem os seus filhos e de se consagrarem às tarefas domésticas. O Salazarismo acrescentou que uma mulher deve ser uma mãe devota à pátria e ocupar-se do “governo doméstico”» (Cova e Costa Pinto 1997: 72).

Em 1946 a capacidade eleitoral é alargada às mulheres «chefes de família», mas é retirado às casadas o direito de voto. O debate que então se trava, mesmo no interior do regime, é completamente delirante. A Câmara Corporativa assevera que «a intervenção directa das mulheres na vida política facilita ou prejudica o bem comum» (*apud* Lindim 2012: 22). A mulher divorciada podia gozar do direito de voto para que as divergências de pensamento político entre ela e o ex-marido não se traduzissem em diversidade de votos.

As mulheres dividiam-se em «honestas» e «desavergonhadas». As «criadas de servir» eram jovens muito pobres vindas da província e que se submetiam a todos os vexames.³ O aborto clandestino era causa frequente de morte em casa ou nos serviços de urgência. As famílias escondiam «esqueltos no armário», de que faziam parte questões de honra sexual feminina e de honra económica masculina (Lindim 2012: 23).

Estabelecida em 1940 a Concordata entre a Santa Sé e o Portugal salazarista (o seu objectivo consistiu na reposição da paz entre o Estado Português e a Igreja Católica, sendo o pomo da discórdia proclamação da separação do Estado da Igreja em 1911, após a implantação da república, pelos dirigentes republicanos mais algumas medidas anticlericais), deixou de ser permitido o divórcio aos casados pela Igreja, o que abarcava grande parte dos casais, pois casar pelo civil era um atrevimento. Nos hotéis tinha de se mostrar a certidão do casamento. O Código Civil estabelecia que a família era chefiada pelo marido, a quem compete decidir em relação à vida conjugal comum e aos filhos. Os homens tinham acesso aos salários das mulheres (e à correspondência delas).

Neste ambiente, a publicação das *Novas Cartas Portuguesas* de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, em 1972, foi um escândalo que levou a julgamento as «três Marias». Porquê? As autoras, contestatárias do patriarcado e do mundo dos homens em que (metaforicamente falando, ao contrário dos Evangelhos) não «teria chegado o pão para as mulheres à mesa dos homens» propunham-se como lutadoras pela igualdade e justiça de todos os seres humanos, indiferentemente do sexo, raça e religião. A voz pela igualdade de direitos femininos soava muito fortemente em Portugal onde a atrás-mencionada Constituição de 1933 enunciava que o marido era chefe da família e que era ele que detinha a autoridade, enquanto a mulher devia desempenhar o papel de mãe, consagrando-se aos seu lar (Cova e Costa Pinto 1997: 73). As *Novas Cartas Portuguesas* encontram a sua continuação discursiva

3 Situação descrita por Paulo M. Morais no romance *Revolução Paraíso* - um romance sobre a liberdade e revolta, em que a voz dos arquivistas e jornalistas da revolução se mistura com os fragmentos dos jornais da época e alguns trechos discursivos, veja por exemplo o capítulo sobre a *Ascensão e queda da prostituta Amália* (2013: 123-132), em que uma rapariga alentejana (homónima de Amália Rodrigues, referida pejorativamente no romance como «fadista-fascista») chega a Lisboa para trabalhar a dias mas começa a prostituir-se, sendo explorada pelo proxeneta Marcelinho. Não discutimos as contingências ideológicas da famosa fadista Amália Rodrigues e recomendamos a obra de Ruy Vieira Nery (2004) - a biografia sobre o género: *Para a História do Fado*. (Prémio Amália de Ensaio e Divulgação em 2006).

na prosa contemporânea portuguesa (cf. Marciniak 2013). A conferência de série *Cultras Ibero-Eslavas em Contacto e Comparação*, realizada em Maio de 2013; o valioso texto inicial deste volume, da autoria de Maria Teresa Horta, ao desvendar *A Voz – As Vozes*, propõe a continuação da «Literatura do corpo, o da escrita feminina, onde há que descobrir a ligação entre o olhar e o desejo. Entre o olhar do desejo e a linguagem do olhar, onde a imagem se reflecte com um espelho» (Horta 2014:24). Enfim, um «imaginário transgressor» feminino (2014:26) em todos os sentidos possíveis, do político ao quotidiano, do individual até ao plural e coletivo.

De qualquer modo, o mundo ia girando. No ensino superior em 1970 as alunas já ascendiam a cerca de 41% do total, embora a maioria estivesse em Letras, matrícula tradicional para o sexo feminino. Em Engenharia eram cerca de 14% (Lindim 2012: 24). No entanto, «Não houve pão para nós à mesa dos homens/ Nosso corpo fértil no cavaleiro foi maridado (...)/ Nosso corpo de trabalho aos senhores alugamos» (Barreno, Horta e Velho da Costa 2010: 68 e 69) – escreviam as «Três Marias» no primeiro romance considerado expressão de feminismo em Portugal, enraizando não somente a escrita, mas antes de mais nada a militância política e social da mulher no domínio cultural português. A atividade das «formiguinhas» em prol da preparação da revolução dos cravos podemos considerar uma voz consoante no libelo contra a ideologia vigente no período pré-25 de Abril, afirmada pelas *Novas Cartas Portuguesas*. Uma voz baixa, abafada pela fama guerreira dos «rapazes dos tanques».⁴

Era esta a situação das mulheres no Estado Novo. Foi durante essa época, nos anos da ditadura salazarista, no ambiente de mentalidade abafada, de uma forte taxa de analfabetismo⁵, da forçada «estabilidade familiar», mas também de uma aparente ascensão que nasceram as «incógnitas formiguinhas» ou,

4 Seria este um dos melhores livros até agora publicados nos 40 anos do 25 de Abril (Cf. Gomes e Cunha 2014).

5 «Uma forte taxa de analfabetismo caracterizou Portugal no período do Estado Novo: em 1930, 61,8 por cento da população com mais de sete anos era analfabeta, percentagem que diminuiu quase para metade, mas que continuava a ser considerável, trinta anos mais tarde: em 1960, subsistiam ainda 31,1 por cento de analfabetos. As mulheres, em particular, eram vítimas do analfabetismo: em 1930, 69,9 por cento das mulheres eram analfabetas, contra 52,8 por cento de homens e em 1960 essas percentagens eram, respectivamente, de 36,7 por cento contra 24,9 por cento. Deste modo, a diferença homens-mulheres diminuiu, mas continuando, porém, a ser significativa. Neste domínio, Portugal situava-se na cauda da Europa» (1997: 76).

sempre no dizer de Isabel Lindim, filha de Isabel do Carmo⁶, «verdadeiras heroínas duplamente na sombra» (2012: 27-28). Eram as destemidas e desesperadas mulheres que prepararam o 25 de Abril, antigamente remetidas para um passado escondido (porque masculino e guerreiro com as armas na mão que as «formiguinhas» quase nunca usaram), lembradas agora no contexto de mais de quarenta anos passados de vida democrática e pluripartidária em Portugal.

Neste contexto consideramos fundamental este ato de «repensar» o papel da mulher portuguesa para o 25 de Abril, pois permitir-nos-á compreender o caminho percorrido pela sociedade lusa no século XX assim como no dealbar do século XXI, enquadrando o papel da «(in)cógnita formiguinha» ao abrigo da missão histórica e social que mulheres lusófonas têm desempenhado desde a época dos Descobrimentos (cf. Reynolds de Souza *et al.* 1994) até à contemporaneidade, assim como, no sentido mais imediato de preparação da revolução dos cravos, fazer lembrar «os sentimentos de injustiça e revolta quanto à causa da guerra colonial» (Amaral apud Barreno, Horta e Velho da Costa 2010: XVI) que germinavam antes e no decurso da escrita de *Novas Cartas Portuguesas* entre os elementos mais progressistas da sociedade portuguesa.

O aparecimento das «formiguinhas» ou as circunstâncias sociais do nascimento e da vida das jovens guerreiras As avós das «formiguinhas» tinham nascido no final do século XIX ou no princípio do século XX, tiveram um cheiro da I república e beneficiaram de alguma abertura, alfabetizaram-se ou estudaram. As mães delas nasceram nos anos vinte do século passado. A maior parte eram domésticas, integrando a estrutura familiar hierárquica, assente em «muito respeitinho» ao chefe de família e muita aprendizagem de ocultação, manipulação, dissimulação.

6 Isabel do Carmo – ex-revolucionária e médica (reformada do Hospital S. Maria em Lisboa em 2013) cresceu no ambiente social do Barreiro. Antes do 25 de Abril fundara com o marido, Carlos Antunes, as Brigadas Revolucionárias e, mais tarde, do Partido Revolucionário do Proletariado. Teve militares e civis do seu lado. Saiu do Partido Comunista Português (PCP) pela leitura dos Processos de Moscovo e a invasão soviética da ex-Tchecoslováquia. Considerou que o Partido Comunista Português ficava aquém das suas possibilidades, não contemplando a luta armada. (cf. Carmo 2012, *snp*). Isabel Lindim, autora de *Mulheres de Armas...* (2012), foi inspirada para lembrar o passado das mulheres e das Brigadas Revolucionárias que prepararam o 25 de Abril pela sua mãe, Isabel de Carmo.

Mesmo no Partido Comunista clandestino a estrutura era patriarcal e a mulher era claramente a «companheira do homem». Aliás é esse o título de um livro de poemas de Sidónio Muralha, com desenho de Júlio Pomar na capa, editado nos anos cinquenta do século passado. As mulheres que estavam nas casas do partido acabavam por ter um papel não reconhecido: tratavam da vigilância e da lida da casa, davam de comer às crianças e aos doentes. Isabel Lindim recorda:

... um casal constituído por um conhecido político de esquerda e a sua mulher, em que esta o seguia com cuidados de mãezinha, pondo-lhe o chapéu na cabeça por causa do sol e dando-lhe iogurtes à hora certa, porque tinha uma úlcera no duodeno. Cena típica do político e da sua companheira ou «esposa», anjo da guarda, apagada e inexistente como pessoa. (2012: 32-33).

Lembrando aquele tempo exceto casos raríssimos, não podemos falar de mulheres envolvidas na acção armada em Portugal durante o período da ditadura salazarista. Trata-se das mulheres-coragem e não das mulheres-criminosas, mas sem vinculação partidária nem organizativa (tão-pouco ideológica, se não fossem as simpatias *pró-esquerdistas*) bem definidas até surgirem as Brigadas Revolucionárias (BR) que se constituíram em 1970 por dissidentes do Partido Comunista Português, tendo como objetivo a realização de acções armadas contra a ditadura que dominava Portugal e as ex-colónias portuguesas desde 1926 como forma de derrubar aquilo que se considerava um regime fascista e de conseguir a autonomia das colónias.

Um «anjo da guarda» ou uma mulher romântica descrita por Lindim? O último, certamente não! Aqui, ao abrigo da actividade das BR, revelaram-se as «incógnitas formiguinhas» como as mulheres na acção nova, não programada anteriormente, revelando-se um novo conteúdo e uma ruptura com o passado. Foi a nova geração que se organizou nos finais dos anos sessenta. As «formiguinhas», melhor, as verdadeiras heroínas do pré-25 de Abril (da acção dos homens e das armas) protagonizaram acções de agitação e propaganda, estabeleceram redes de fuga para o estrangeiro, arriscaram as jovens vidas e decentes reputações burguesas, algumas delas foram presas e torturadas. Algumas ainda se revelaram capazes de grande qualidade e liderança: Maria José Morgado, Ana Gomes, Paula Godinho, Diana Andringa, Aurora Rodrigues (Lindim 2012: 29) para além de Maria Lamas, Maria Isabel Aboim Inglês,

Virgínia Moura, Maria Barroso, Aida Magro e muitas outras mulheres independentes e corajosas. Entre elas uma mulher há pouco tempo desconhecida, Celeste Caeiro, quem ofereceu um cravo a um militar, o primeiro dos muitos que os militares portugueses colocaram nas espingardas do 25 de Abril. De muitas activistas clandestinas, até se lhes desconhece o nome. Mas algumas vão ser referidas no presente trabalho, com as suas ideias, inspirações, acções e paixões.

Nas vésperas do 25 de Abril havia mulheres portuguesas que lutavam contra o ambiente político em que não se punham em causa as colónias e falava-se de «territórios ultramarinos» e que não se conformavam com o ambiente social em que as mulheres sofredoras arrastaram-se de joelhos em Fátima, pagando promessas para que «o filho não fosse chamado para o Ultramar» ou para que «viesse de lá são e salvo». As «formiguinhas» lutaram contra a estagnação política e social dos últimos anos do salazarismo-marcelismo.

Nas organizações académicas masculinocratas as raparigas organizaram assembleias, mobilizaram-se a si próprias e aos seus parceiros para as greves. Germinava nelas a construção do futuro no ambiente de desinformação e da propaganda fascista. É verdade que as «formiguinhas» eram rebeldes e um tanto ingénuas, apaixonadas pelas ideias tidas como novas em Portugal. Diz Isabel Lindim:

Elas tinham na memória a luta contra a guerra no Vietname e os movimentos dos jovens nos anos 60. Tinha ficado para trás outras lutas anticoloniais – Argélia, Índia, África – que haviam decorrido enquanto elas eram ainda crianças. Mas de alguma forma tinha-lhes chegado um vento, um cheiro de liberdade, que, mal-grado as barreiras levantadas pelos Pirinéus, corria através de um familiar, de um livro. Não havia continuidade e quase nenhuma delas evocava narrativas familiares. Nenhuma tinha antecedentes familiares no «revirinho» contra o início da ditadura (...).

A verdade é que estas raparigas eram rebeldes. Nelas fermentava a rebeldia contra a sociedade e as suas leis de desigualdade, contra a realidade e a sua miséria. Isso batia-lhes na cabeça, como elas próprias explicaram. Ora, a acção pela violência funciona como desafio e como transgressão. (2012: 71).

As raparigas, as mulheres, pobres ou ricas, arriscaram tudo. Não tinham precedência nem modelo direto da acção. As «formiguinhas» estiveram nas redes de apoio, de propaganda, de informação; outras mulheres ainda entraram em

acção de armas na mão. As acções em que participaram eram, na maioria dos casos, assaltos a bancos, colocações de bombas. Eram principalmente lisboetas ou portuenses, com famílias no Alentejo e Ribatejo, oriundas de famílias de uma sólida classe média (engenheiros, médicos e juristas) o que lhes permitia algum conforto a nível económico. As mães eram domésticas, como muitas senhoras na altura. Algumas adolescências femininas foram marcadas positivamente pelo ambiente familiar republicano e leigo. Outras viviam na «redoma» do fascismo, com pais extremamente cultos e acesso às leituras consideradas «perigosas» ou mesmo tidas como subversivas ou revolucionárias para a altura da época.

Uma mulher há pouco tempo desconhecida, Celeste Caeiro⁷, ofereceu um cravo a um militar, o primeiro dos muitos que os militares portugueses colocaram nas espingardas do 25 de Abril.

Política, corpo e artes femininas

Neste ensaio abordam-se diversas perspetivas no âmbito histórico e feminino sobre a participação de mulheres no movimento do 25 de Abril, promovendo-se um debate intercultural através da sua contextualização histórica, história das mentalidades, implicações nas diversas áreas do saber. Estas tendências científicas (conjugadas, às vezes, com um punho de anedotas), demonstrarão ainda os exemplos de mulheres bravas que agiram no fundo da Revolução dos Cravos, invisíveis mas sempre presentes, convidando-nos para metodologias cruzadas e olhares igualmente destemidos, ou servindo de uns simples exemplos de acção ainda não valorizada de mulheres na sociedade portuguesa no último quartel do século XX.

7 No dia 25 de Abril, Celeste Caeiro, empregada no bengaleiro do restaurante Sirene, o primeiro *self-service* de Lisboa, saiu de casa, no Chiado, para ir trabalhar. O restaurante, instalado no Edifício Franjinhas, na Rua Braamcamp, fazia um ano. Mas quando Celeste lá chegou disseram-lhe para ir para casa, porque «andava uma revolução nas ruas». E que levasse as flores da celebração, para que não murchassem. Ela pegou em dois molhos de cravos, vermelhos e brancos, mas não foi para casa. Ficou pelas ruas a ver a revolução. Perto do Rossio, meteu conversa com os militares. Um pediu-lhe um cigarro. Ela, que nunca fumara na vida, deu-lhe um cravo. O jovem militar colocou-o no cano da espingarda. Depois, à medida que ia para casa, Celeste foi distribuindo o resto das flores, que foram colocadas nas armas e nos chaimites. O gesto valeu-lhe um papel inesperado na história: deu nome à revolução. Revolução dos Cravos. Graças a isso, conheceu todos os capitães de Abril e até Salgueiro Maia lhe ofereceu um dia um molho de cravos. Só que não sabe quem é nem nunca mais viu o militar a quem deu a primeira flor, que era de cor branca. O momento foi preservado numa fotografia de Alfredo Cunha e descrito pelo jornalista Adelino Gomes (Moleiro 2014: 22).

Graça (pseudónimo) – que era provavelmente a primeira mulher a assaltar um banco em Portugal, chamada por Isabel Lindim «a jovem de minissaia azul» (2012: 77) passava as noites em branco a olhar para a lua, o rio Tejo, a conversar, a fumar cigarros, a ler Sartre, Simone de Beauvoir, *O Príncipezinho*. O ambiente em casa de Graça era de esquerda. Discutia-se abertamente os temas ligados ao antifacismo, à guerra colonial e à repressão. As amigas e os parentes dela – tanto em Lisboa como nas férias no Ribatejo – partilhavam leituras, devoravam às escondidas os escritos de Marx, Mao e Lenine, punham tudo em causa e sonhavam sobre as formas de mudar o mundo, como é habitual entre os jovens de dezasseis e dezassete anos.

O jornal *Diário de Lisboa* do dia 25 de Maio de 1973 anunciava na primeira página a ocorrência de um assalto ao banco em Alhos Vedros; do dinheiro existente no cofre foram levados cerca de mil e quinhentos contos em notas velhas. A «jovem de minissaia azul» ainda devolveu uns trocos a um dos empregados e seguiu no carro dos assaltantes. A missão dela foi guardar o dinheiro no saco. Os relatos da imprensa sublinharam a «aparência física bastante agradável dela», o facto de usar a minissaia azul, o aspecto exterior franzino, a voz suave e ainda o facto de apresentar a cara nua, sem qualquer máscara. A testemunha, D. Olívia, pasteleira de profissão, dizia ainda que os assaltantes tinham boa postura e estavam bem vestidos, «saíram sorridentes, bem-dispostos quando se meteram no carro antes de fugirem» (Lindim 2012: 79). Em nenhuma altura, o jornal refere o assalto como um acto ligado a uma organização política de luta armada. Para Graça, no entanto, era a primeira acção nas BR. Ficou sempre conhecida como «o assalto de minissaia». A minissaia tornou-se o símbolo de emancipação da mulher daquele tempo, assim como o cravo foi o símbolo da Revolução (*ibid.* : 79).

Graça tinha dezanove anos. Nasceu em Lisboa, numa família republicana, de simpatias esquerdistas e relativamente abastada. Vivia no meio progressista das primas e parentes que cultivaram o espírito anti-regime salazarista. Participou na luta política contra o regime salazarista (mesmo que o assalto ao banco tivesse mais a ver com a luta armada que seria uma opção difícil de entender neste meio social). Levava uma vida paralela, sem contar o que andava a fazer aos seus familiares, para não pôr em perigo a vida deles. Guardou, para si, as atividades de militância nas BR.

Foi assim que Graça se tornou o primeiro exemplo e o modelo das «incógnitas formiguinhas» do 25 de Abril como também um dos elementos das BR (*ibid.*: 81). Pouco tempo depois, Graça participou numa acção de duplo assalto,

em Cabo Ruivo. O objectivo era assaltar dois bancos ao mesmo tempo, em dois grupos. A amiga Joana ficou no outro grupo. Graça trabalhava como secretária *part-time* numa associação de planeamento familiar. Nunca esteve directamente envolvida na colocação de um explosivo, era apenas um elemento de observação e reconhecimento de locais. A sua luta tinha sido clandestina. Era a altura de celebrar ideias e de viver as ilusões.

Depois da Revolução dos Cravos, Graça trabalhou no Serviço de Apoio ao Alojamento Local (SAAL) – movimento de organização de novos bairros para alojamento de pessoas que viviam em barracas ou casas degradadas. Vários bairros foram construídos em Portugal no desenvolvimento deste processo. Quando entrevistada em 2011, Graça disse que agora é muito mais difícil saber como lutar na sociedade globalizada como também que «é muito triste que trinta e sete anos após o 25 de Abril tenhamos construído um país com tamanhas injustiças» (*ibid.*: 93). Conclusões de Graça: as questões que se colocavam antes do 25 de Abril, que tinham a ver com a igualdade e desigualdade, continuam a ser questões que se levantam hoje em dia, mas associadas a uma sensação de impotência sobre o que fazer. Graça, assim como a sua amiga Joana que adiante referiremos, preferiram manter os seus nomes fictícios que usaram na altura do pré-25 de Abril.

Joana (referida por Isabel Lindim como Joana II) nasceu numa família de direita, conservadora, era a rapariga mais velha entre muitos irmãos (dezasseis!), filhos de pais católicos praticantes. O pai era da Opus Dei. Joana cedo descobriu que os livros eram uma porta para um mundo desconhecido. Punha tudo em causa. Optou por realizar dois cursos superiores ao mesmo tempo: Filosofia e Serviço Social, que acabou por concluir. Adorou os estágios nos bairros populares de Lisboa e os trabalhos práticos. O material de propaganda democrática (de teor anticolonial) acabou por ser confiscado pela PIDE e a responsável do centro social (e o pároco local) tiveram problemas políticos. Joana, diferentemente da sua homónima (uma Joana I essa que se adestrou, como a maioria das «formiguinhas», na colocação de petardos com panfletos propagandísticos que tinham sido espalhados por diferentes cidades e pontos de Portugal) resolveu partir para o estrangeiro em busca de liberdade, inspiração e sabedoria. Foi para Paris, para continuar a formação na área das ciências sociais e «aterrou» no rescaldo do Maio de 68. Na altura, a discussão era entre o comunismo soviético e o chinês, a guerra no Vietname, os assassinatos de Martin Luther King e de Robert Kennedy. Era o ambiente do anti-imperialismo, do *flower-power*, do amor livre, da presença massiva das raparigas nos movimentos sociais. O ambiente mental antes e depois da revolução dita dos

cravos – vivida por jovens portugueses em Lisboa e Paris – teve o seu reflexo em obras de Almeida Faria, de cunho inovador, dialógico e polémico.

Paris foi para Joana o contacto com a teoria social e *antropológica*, com a sociologia (inexistente na altura nas universidades portuguesas), com as correntes políticas e com uma nação que vivia em liberdade. Joana conviveu com colegas, estudou, leu livros que em Portugal seriam censurados (marxistas, leninistas, trotskistas...) e conheceu muitos portugueses que escapavam ao regime. Depois viveu por um ano nos Estados Unidos da América. Regressou a Portugal e passou a trabalhar em Setúbal, numa livraria, onde encontrou o seu futuro marido, também de esquerda.

O contacto de Isabel com as Brigadas Revolucionárias – assim como o contacto de que desfrutaram outras «formiguinhas» era Isabel do Carmo – fundadora das BR e, mais tarde, do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP). A partir de 1974 foi a bandeira agitadora dos anos quentes, protagonizando nas ruas, nas empresas e nas fábricas alguns dos piores excessos com a assinatura da extrema-esquerda. Teve militares e civis do seu lado, assustou a burguesia e fez o PCP – onde militara desde muito jovem – olhá-la com uma desconfiança hostil. Perdeu no golpe de 25 de Novembro⁸, passou depois alguns anos na cadeia, acusada da autoria de ações armadas. Saiu, ingressou na sua profissão – era médica num hospital de Lisboa – refletiu, fez contas. Havia tempo para tudo. Definiu-se desde o início a regra de não matar ninguém. A clandestinidade ora a luta armada serviram para a liberdade e para o direito da palavra. Isabel do Carmo – a «formiguinha» mais conhecida da Revolução dos Cravos (ou a verdadeira formiga!) foi entrevistada, juntamente com Carlos Antunes e José Ernesto de Sousa, numa manifestação de 1 de Maio de 1975, sofreu prisão e saiu de um julgamento (ainda em 1980!) juntamente com o companheiro da sua vida.⁹

Joana foi a protagonista de uma das acções mais arriscadas das Brigadas Revolucionárias: assalto bombista ao gabinete do Ministério do Interior que acabou por não resultar. Planeou-se a colocação de um explosivo na casa de banho deste serviço, de forma a chegar pelo cano de esgoto até à casa de banho

8 O 25 de Novembro foi o golpe militar que pôs fim à influência da esquerda radical iniciada em Portugal com o 25 de Abril de 1974.

9 Recomendamos o link: http://memoriando.net/?page_id=24 (consultado em 21 de Agosto de 2014 e antes), em que se encontram as fotos de João Freire das manifestações dos Conselhos Revolucionários e das contingências da vida política de Isabel de Carmo, Carlos Antunes e outros ativistas revolucionários.

do gabinete do ministro. Joana fez de grávida, mas teve medo de desmontar a bomba e saiu do Ministério montada na barriga artificial. Depois, a Joana e o marido foram denunciados o que os obrigou a viverem no Porto, em situação clandestina.

Havia também acções planeadas para acontecer no Ultramar, por exemplo na Guiné Bissau, em que participou uma «formiguinha» chamada Paula, incumbida de colocar uma bomba no local de uma reunião de chefias militares lideradas pelo general António Spínola. Por ironia do destino, mesmo que o susto provocado pela explosão fosse grande, a reunião não se realizou: Paula não se lembra se a bomba viajou de barco ou de avião, mas tem a certeza de que foi dentro de um livro, uma edição de *Os Lusíadas* ou da Bíblia, à qual cortaram as páginas e onde encaixaram o plástico da bomba (Lindim 2012: 157).

Foi a única vez que uma «formiguinha» recebeu dos seus chefes a ideia de se discutir a possibilidade de haver vítimas. O objectivo era um tanto infantil – fazer sentir aos comandantes o risco de vida que os soldados, combatentes nas guerras coloniais, sentiam a cada momento (*ibid.*).

Passados quarenta anos, as Graças, Joanas, Paulas, Elis, Rosas, Teresas, Alexandras, Fátimas e muitas outras «formiguinhas do 25 de Abril» continuam ligadas à área de serviços sociais, da urbanização e habitação. Continuam também a agir localmente, colaborando com as Câmaras Municipais e os organismos regionais de autarquias e organizações não-governamentais. Algumas delas, nascidas em África (como, por exemplo, Teresa Gaivão Veloso, que nasceu em Moçambique), passaram a ajudar organizações como a FRELIMO, a FPLN na Argélia ou outros movimentos de libertação de antigas colónias (FPLN, MPLA, PAIGC ou MLSTP). Foram várias as mulheres que exerciam árduo trabalho clandestino nos bastidores das Brigadas Revolucionárias. Seria muito difícil reunir todos os nomes e entrevistar todas as intervenientes.

Mais um exemplo da missão bem cumprida de uma «formiguinha». Maria Elisa da Costa – “Fátima”, filha única de um casal modesto que vivia em Lisboa (o pai era salazarista e mãe cuidava da filha e da casa). Sentia-se sufocada no meio familiar, foi então procurar outros desafios. Por quase quinze anos esteve em casa da família dos Burnay como preceptora de gente conservadora e rica. Entrou depois no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) onde esteve quarenta e quatro anos. Desistiu de um curso de Direito. Participou num grupo de teatro criado no LNEC que se tornou um ponto de confluência

de interesses e contestações. Este grupo de teatro funcionou por pouco tempo como motor de algumas posições progressistas. Chegaram a levar lá o Zeca Afonso para cantar. Certas peças não eram permitidas ou foram canceladas logo depois de ensaiadas. «E para nós o Sttau Monteiro» – diz Isabel Lindim – «era extremamente revolucionário» (2012: 120).¹⁰

Elisa viveu também um tempo em Paris onde teve contacto com uma antropológa polaca que ali vivia e que dava apoio aos portugueses (anos passados, era interessante descobrir o nome desta activista polaca...). No 25 de Abril voltou a Portugal e retomou o emprego no laboratório. Voltou à pátria portuguesa com uma filha nos braços, de um companheiro barbudo com quem não estava casada que era activo politicamente. Tudo isto não foi muito bem aceite pelo pai... Maria Elisa continuou a viver entre dois mundos diferentes (o conservador e o progressista), sem saber como os compatibilizar. Pertenceu à geração que construiu o Portugal democrático, moderno e aberto.

Outras «formiguinhas» desenvolveram vários trabalhos relacionados com as línguas africanas (assim como a atrás-mencionada Teresa Gaivão Veloso), levaram a cabo política justa, antiracista das organizações a que pertenceram, educaram os moçambicanos e os angolanos a distinguirem o verdadeiro inimigo – o regime colonial e os seus dirigentes – do povo português e dos líderes da Revolução dos Cravos (sem decidirmos aqui sobre o papel do MFA tão-pouco da «consciência lusíada» contemporânea).¹¹ Identificámos, pois, as vivências femininas de índole politicamente comprometida ou a cinzenta

10 Luís Infante de Lacerda de Sttau Monteiro (1926 – 1993) inscreve-se na vanguarda teatral de seu tempo: «Like [Jorge] de Sena, Torga and Régio, many of Portugal's great writers in the twentieth century also wrote poetry and plays. As with Portuguese narrative, European trends exercised considerable influence over theatrical endeavours. Perhaps the two most notable playwrights of the era were Bernardo Santareno (1924-80) and Luís de Sttau Monteiro (1926-93). Both had plays banned, and both brought European innovations to traditional Portuguese themes» (Rothwell *apud* Parkinson *et al.* 2013: 164).

11 «Aqui se manifesta o laço que une a atitude geral dos Portugueses perante o problema do Estado e a suas necessidades (de que o problema das Forças Armadas faz parte) com a atitude espiritual genérica da consciência portuguesa contemporânea. O abismo da nossa situação irrealista é tão insondável que a coragem falta para nos debruçarmos sobre um poço que parece aumentar com o eco das palavras que debruçadas sobre ele pronunciamos. Contudo, nada há hoje que mais nos dê o sentimento dessa vacuidade infinita da consciência lusíada que a convicção contente, sorna, cretina, partilhada pelas duas falsas metades da consciência normal única que não há: a de que não existe problema nenhum, a de que afinal, vendo bem, não há razão alguma para quaisquer dilaceramentos, nem do corpo nem da alma» (Lourenço 2013: 33).

(porque esquecida ou quae ocultada pela propaganda oficial da época) actividade que desempenharam as «formiguinhas» do 25 de Abril, para além do seu grande papel dos trabalhos preparativos realizados nos bastidores da Revolução dos Cravos, a importante missão de conciliar os opostos – a produção do registo de memórias femininas sobre o passado colonial português e a luta da libertação nacional em África. Ficam ainda por conhecer muitas histórias de mulheres apanhadas pelos breves olhares jornalísticos, antropológicos e etnográficos, inseridas na história e na geografia do Portugal rural e urbano e do império colonial lusófono, tão desigual e repressivo, como assimétrico e obsoleto durante os quase cinquenta anos de ditadura política de Salazar.

Conclusões (para uma nova mentalidade lusófona)

As «(in)cógnitas» (porque algumas já conhecidas!) «formiguinhas» da Revolução dos Cravos ou do 25 de Abril em Portugal viveram com a vontade de continuar a luta por uma justiça social, mas foram incapazes de se ligar a um partido, *i.e.*, assumir uma forma de organização ideológica. Além disso, admirava o carácter autónomo da organização das acções em que participaram as «formiguinhas». A geração das raparigas e mulheres que preparavam o 25 de abril foi uma geração visionária, muito virada para fora de Portugal, empenhada na justa causa da solidariedade e da justiça social, rebelde contra a «não-inscrição»¹² de Portugal e do seu sexo no processo histórico mundial, coisa que hoje em dia é muito difícil de encontrar como ideal dos mais jovens (mesmo que, passadas quatro décadas, possamos dizer que os portugueses construíram um país novo). As «formiguinhas»

12 José Gil considerou Portugal «o país da não-inscrição» ou da desresponsabilização histórica e ética. Diz o filósofo português sobre o fenómeno do (Re)Pensar Abril: «O 25 de Abril recusou-se, de um modo completamente diferente, a inscrever no real os 48 anos de autoritarismo salazarista. Não houve julgamentos de Pides nem de responsáveis do antigo regime. Pelo contrário, um imenso perdão recobriu com um véu a realidade repressiva, castradora, humilhante de onde provínhamos. Como se a exaltação afirmativa da Revolução pudesse varrer, de uma penada, esse passado negro. Assim se obliterou das consciências e da vida a guerra colonial, as vexações, os crimes, a cultura do medo e da pequenez medíocre que o salazarismo engendrou» (Gil 2005: 16). Porém, «[o] 25 de Abril abriu um processo complexo de luta intensa contra a não-inscrição, pelo menos num plano restrito, com os governos provisórios a tomarem medidas definitivas, a criarem factos (leis, instituições) irreversíveis antes de caírem, na ânsia desesperada de deixarem obra feita, indestrutível, com a qual contribuiriam para a construção da nova sociedade. Simplesmente, o substrato da não-inscrição continuava vivo, e toda essa atividade frenética e delirante para inscrever a Revolução – escrevendo a História – não fazia mais do que eliminar a impossibilidade de inscrever, essa sim, inscrita no mais profundo (ou à superfície inteira) dos inconscientes dos portugueses» (*ibid.*: 17-18).

esgotaram-se no seu quotidiano intimista, sem perceber (nem prever) que havia e ainda haverá uma realidade toda ela sofredora, com as chagas do desemprego e da precarização dos vínculos laborais. Tudo isso causa importantes danos no exercício da democracia, da liberdade de acção, de cidadania e até do pensamento – segundo a dialética de mudança-imobilismo, diagnosticada na «consciência lusíada» perscrutada no pré e pós-25 de Abril por Boaventura de Sousa Santos:

Nem o tempo do salazarismo foi só de immobilismo, nem o tempo do 25 de Abril tem sido só de mudança. Se no primeiro tempo a mudança ocorreu sob a forma do immobilismo, no segundo tempo o immobilismo pode estar a ocorrer sob a forma de mudança. Esta mudança nas formas vivenciais dos dois tempos é em si mesma significativa. No primeiro tempo, a mudança foi socialmente desvalorizada, ocorrendo subterrânea e anonimamente. Foi por isso que o 25 de Abril colheu de surpresa a grande maioria dos portugueses (...). O facto de o 25 de Abril ser desvalorizado e não ser ensinado na grande maioria das escolas não significa que se desvalorize a ruptura com o immobilismo da sociedade anterior. Desvaloriza-se, isso sim, a ideia de que a sociedade anterior alguma vez tenha existido de forma diferente e relevante para a sociedade de hoje (Sousa Santos 2011: 47-48).

Ainda bem que as «formiguinhas» foram corajosas, souberam exercer a sua «paixão [que] era o mundo» (para citar as «Três Marias» e as *Novas Cartas Portuguesas*), contradizendo a não-inscrição e o immobilismo suprareferidos, também como características femininas impostas no antigo regime e continuadas no presente ao abrigo dos enunciados televisivos mais drásticos e seus comentários dubitativos e inóculos (cf. Gil 2005: 10-11).

Com o legado espiritual das «formiguinhas», temos a liberdade de falar sem um nó na garganta sobre a paz, a liberdade e a rotatividade de ideias, conceitos e objetivos. Entre as grandes fracturas do 25 de Abril «que não têm data de ratificação», para além do desenvolvimento de Portugal, da criação do Estado social, do aparecimento da classe média solidificadora da democracia, das liberdades, direitos e garantias consagradas enumera-se o estatuto da mulher. Lembrando as primeiras eleições, um ano depois da Revolução dos Cravos, a historiadora Maria de Fátima Bonifácio diz que naquele tempo podiam votar também mulheres, «quaisquer mulheres, e não apenas chefes de família e licenciadas» (2014: 4). A emancipação das mulheres portuguesas não somente começava (*ibid.*), como estava em pleno curso. Mas o movimento tectónico

que o 25 de Abril representou na vida da mulher em Portugal precisa ainda de um estudo sólido e bem estruturado.

As eleições livres de mulheres e homens, a minissaia, a pílula, a roupa descapotável, a liberalização dos costumes, mas antes de mais nada a ideia de uma vida livre, solidária e igual para todos, indiferentemente do sexo, seduzia as «formiguinhas» e suas sucessoras. As jovens revolucionárias integraram-se na sociedade democrática com ou sem rupturas, em convulsões ou de forma entusiástica e organizada. Tiveram êxito, regressaram a casa juntamente com os seus soldados-varões (ou sem eles), concretizaram projectos vários, por vezes díspares e contraditórios do seu 25 de Abril (ou do Abril deles). O êxito, esse que significou também a instauração do novo poder local, a nacionalização das grandes herdades abandonadas no Alentejo (também abandonado) e a devastação quase total da economia, como também o crescimento do desemprego, da violência doméstica e da agressividade do capital privado.

O sorriso feminino, a confiança ilimitada no futuro deu lugar a um novo enclausuramento – das mulheres aceites livremente à mesa (e à empresa multinacional) dos homens, trabalhando ambos de mãos dadas pela sobrevivência, no tempo de austeridade (e da Covid 19!) quando a revolução das flores teria significado apenas de um sonho captado nas fotografias e filmes daquele tempo. Deixamos por aqui os «gritos e sussoros de tantas mulheres que então ficcionámos: de Mariana de Alcoforado, de Anas, de Marias (...), de Fátimas e de Isabeís, de Teresas (...) de viúvas de vivos, de madrinhas de guerra» (Horta 2014: 28), julgando poder contribuir para uma mitologia particular da mulher que preparou o 25 de Abril como parte de um programa ideológico, filosófico e estético da derradeira vanguarda histórica do século XX. Enfim, um convite para repensar também algumas concepções do cânone literário e construir «o bairro» literário de mulheres portuguesas politicamente empenhadas, até agora essencialmente (mas não unicamente) masculino. Pois, o Abril «fica comigo, fica também contigo», em pinturas murais de Lisboa, romances, dramas, música, textos jornalísticos, discursos vários e dissertações académicas, que se circunscrevem na mundividência feminina cada vez mais rica e plurifacetada.

Figura 1 (Abril Comigo, Abril Contigo)



Abril Comigo, Abril Contigo – pintura mural em Lisboa (foto Diana Couch).

Referências Bibliográficas

- Abril Comigo, Abril Contigo – Pintura mural em Lisboa (foto por Diana Couch).
Associação José Afonso: <http://www.aja.pt/> (consultado em 27 de Abril de 2016).
Barreno, Maria Isabel; Horta, Maria Teresa e Costa, Maria Velho da ([1972] 2010):
Novas Cartas Portuguesas. Lisboa: D. Quixote.
Bonifácio, Maria de Fátima (2014): “25 de Abril 40 Anos de Democracia – Foi muito bonita a festa, pá! [4 - 5 -6 -7 - 8 - 9]”. In: *Público* 8778 (25 de Abril de 2014): 4.

- Carmo, Isabel do (2012): "Entrevista com Isabel do Carmo" In: *Centro de Documentação 25 de Abril*, Universidade de Coimbra: Coimbra, *snp*. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=eicarmo> (consultado em 27 de Abril de 2016).
- Cova, Anne e Costa Pinto, António (1997): "O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa". In: *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais* 17: 71-94. Internet. Disponível em http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_17/17_07_CovaPinto.pdf (consultado em 27 de Abril de 2016).
- Cruz, Valdemar (2014): "Família Caetano. Uma transição tranquila". In: *Revista Expresso* 2165 (25 de Abril de 2014): 58-63.
- Faria, Almeida (1999): *A Reviravolta*. Lisboa: Caminho.
- Gil, José ([2004] 2005): *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Horta, Maria Teresa (2014): "A Voz – As Vozes". In: Beata Cieszyńska, Fabio Mario da Silva (org.) *Os Estudos de Género na Perspetiva Ibérica e Eslava*. Lisboa: CLEPUL. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/20150902-cieszyńska_beata_silva_fabio_mario_estudos_de_genero.pdf (consultado em 7 de Fevereiro de 2020).
- Lindim, Isabel (2012): *Mulheres de armas. Histórias das Brigadas Revolucionárias. As acções armadas, os riscos, as motivações*. Carnaxide: Objectiva.
- Lourenço, Eduardo (2013): *Os Militares e o Poder seguido de O Fim de Todas as Guerras e a Guerra Sem Fim*. Lisboa: gradiva.
- Marciniak, Agata (2013): *Mariana Alcoforado – a voz feminina portuguesa em continuacões discursivas das Cartas Portuguesas (1669) na prosa contemporânea portuguesa*. Dissertação de Mestrado (orientada por Anna Kalewska). Instituto de Estudos Ibéricos e Iberoamericanos da Universidade de Varsóvia: Varsóvia.
- Maxwell, Kenneth (2014): "25 de Abril, do Yom Kippur às reticências de Kissinger". In: *Público* 8778 (25 de Abril de 2014): 24-27.
- Moleiro, Raquel (2014): "40 Perguntas sobre o 25 de Abril". In: *Revista Expresso* 2165 (25 de Abril 2014): 22-25.
- Morais, Paulo M. (2013): *Revolução Paraíso*. Porto Editora: Porto.
- Parkinson, Stephen *et al.* (org.) ([2009] 2013): *A Companion to Portuguese Literature*. Woodbridge: Tamesis.
- Souza, Maria Reynolds de *et al.* (org.) (1995): *O Rosto feminino da expansão portuguesa: congresso internacional realizado em Lisboa, Portugal 21-25 de novembro de 1994: actas*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, vol. 1-2.
- Santos, Boaventura de Sousa ([2011] 2012): *Ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.

Entre Portugal e Brasil: o rap como *língua franca*

Federica Lupati

CHAM, FCSH, Universidade Nova de Lisboa

Resumo: Entre Portugal e Brasil: o rap como *língua franca*

O presente trabalho visa refletir sobre a manifestação das relações culturais entre Portugal e Brasil na atualidade. A primeira parte debate-se a formação das identidades nacionais e culturais. Mais precisamente, observa-se como a teoria lusotropicalista foi impondo-se como referência não apenas na definição da identidade brasileira, mas sobretudo na relação entre Portugal e os seus ex-domínios. Contudo, a globalização favoreceu o aparecimento de narrativas alternativas às nacionais e nesta ótica a cultura e hip hop e o rap podem considerar-se novos dispositivos expressivos e identitários, sobretudo dos sujeitos excluídos. Com base nisso, a segunda parte do trabalho é dedicada a debater como o rap tem vindo a impor-se a nível global e local como uma poderosa ferramenta de afirmação das mais diversas vozes, ao mesmo tempo constituindo uma ponte cultural entre espaços geográficos como por exemplo Portugal e Brasil. Contudo, a recente colaboração entre os *rappers* portugueses Capicua e Valete e os brasileiros Real e Emicida no projeto *Língua Franca* (Sony, 2017) levanta algumas questões e manifesta certa ambiguidade, sobretudo em relação à ideologia lusotropicalista. O presente trabalho, portanto, visa analisar esta recente colaboração a partir desta perspetiva, isto é, na tentativa de perceber até que ponto a ideologia lusotropicalista persiste como referência na definição das atuais relações entre Portugal e Brasil. **Palavras-chave:** identidades culturais e nacionais; globalização; luso-tropicalismo; rap; Língua Franca.

Abstract: Between Portugal and Brasil: rap as a *língua franca*

The present work debates the cultural relationship between Portugal and Brazil and how these find their manifestation in the present times. In the first part of the paper I discuss the building of national and cultural identities. More precisely, I discuss how the lusotropicalist theory became a reference not only in the definition of the Brazilian identity, but more importantly for the relationship between Portugal and its former domains. However, globalization favored the emergence of alternative narratives to the national ones and, in this perspective, hip hop and rap can be considered new expressive and identity devices for the excluded subjects. Based on this idea, in the second part of the paper I focus on rap as a global and local powerful tool for the affirmation of the most diverse voices, also working as a cultural bridge between geographical spaces such as Portugal and Brazil, for instance. Yet, the recent collaboration of Portuguese rappers Capicua and Valete and Brazilians Rael and Emicida in the project *Língua Franca* (Sony, 2017) raises some questions and shows some ambiguities mainly about the lusotropicalist ideology. Hence, the present work aims at investigating this recent collaboration from this perspective, that is, in an attempt to understand the extent to which the lusotropicalist ideology persists as a reference in the definition of the present-day cultural relations between Portugal and Brazil. **Keywords:** cultural and national identities; globalisation; luso-tropicalism; rap; Língua Franca.

1. As nações são narrativas

Por razões controversas e historicamente pouco felizes, as relações entre Portugal e Brasil já datam mais de quatro séculos. Como é sabido, os contactos entre estes dois espaços tiveram o seu maior palco na longa colonização, cujos importantes rastros – também controversos – constituem profundas feridas históricas e culturais. Entre estes, uma língua comum e diferentes formas de miscigenação (étnica, cultural), juntamente com um posicionamento ideológico tendencialmente aglutinante, funcionam como apenas alguns exemplos da herança dum passado narrado e experienciado de forma ambígua.

Contudo, um passado “comum” não é sinónimo de identidades comparilhadas ou assumidamente conexas. No mundo ocidental, os processos de construção das identidades culturais passaram por longos mecanismos de conquista violenta, que na maioria dos casos visaram suprimir as diferenças culturais, unificar as classes e os grupos étnicos e de género ao longo de divisões sociais, acabando também por oferecer uma versão forçadamente homogénea e fortemente *generificada* da nação – cuja identidade se apresenta desde então como sendo quase sempre de género masculino (Hall 2006).

Neste sentido, é importante considerar que as nações são comunidades simbólicas ou imaginadas (Anderson 1983), e que são construídas como narrativas (Bhabha 1990). Noutras palavras, em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas (como se pretendia fazer na modernidade), “deveríamos pensá-las como constituindo um «dispositivo discursivo» que representa a diferença como unidade ou entidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo «unificadas» apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (Hall 2006: 62). Na realidade, é sabido hoje que não existem nações que sejam compostas por um único povo, uma única cultura ou uma única etnia. As nações modernas, não obstante a imposição duma narrativa homogeneizante e unificadora, são, todas, híbridos culturais: uma representação da identidade nacional como uma entidade uniforme nunca coincidirá com a sua natureza, que, de facto, é heterogénea.

Entre as diferentes abordagens e estudos sobre o tema, as reflexões de Homi Bhabha e a sua famosa coletânea de ensaios *Nation and Narration* (1990), representam um bom ponto de partida para o tipo de argumentação que se pretende empreender no presente trabalho. Na introdução do texto mencionado o professor Bhabha afirma logo que é impossível negar a constante tentativa dos discursos nacionalistas para produzirem uma imagem das nações como narrativas de progresso nacional; isso geraria uma forte ambivalência no inte-

rior do próprio conceito de nação, na linguagem dos que escrevem sobre ela e até nas vidas dos que dela fazem experiência. Homi Bhabha acaba por afirmar que “o nacionalismo, em si, é por natureza ambivalente” (Bhabha 1990: 2).¹

Estrita e estruturalmente dependente da linguagem em que é narrada, a nação acaba por ser o produto dum discurso de poder, duma retórica ambígua porque ambígua é a própria linguagem que a produz. Resultam, portanto, fundamentais os discursos com que se constrói a identidade nacional, pois forjam profundamente a percepção que os indivíduos acabam por ter da sua área de pertença. Porém, a identidade nacional não pode constituir algo fixo, estável e pré-determinado, mas está refere-se a práticas, experiências, estereótipos, discursos reiterados e amiúde em conflito entre si que dependem dum determinado contexto histórico, ideológico e cultural. Noutras palavras, as narrativas através das quais as identidades são contruídas passam por contínuos processos de mudanças pelo quais conseguem adaptar-se a diferentes necessidades histórico-culturais.

2. A teoria lusotropicalisada na definição da identidade portuguesa

O caso português, neste sentido, resulta interessante. Apesar de António Costa Pinto considerar que “Portugal chegou à «era das massas» sem alguns dos fatores de perturbação que marcaram [...] muitos regimes democráticos” (Pinto 2004: 11), referindo-se às poucas mudanças sofridas a nível de fronteiras políticas – que hoje são quase completamente iguais às da baixa idade média – e à quase ausência de minorias nacionais ou étnico-culturais, o impacto de algumas importantes transformações na definição da identidade do povo, quer a nível social, quer a nível cultural, é indubitável.

A longa duração do regime ditatorial, a eclosão e o fim da Guerra Colonial, o processo revolucionário de 1974-75 e a integração de Portugal na União Europeia, foram particularmente relevantes a nível histórico, social e ideológico. Particularmente o contexto histórico produziu e condicionou as ideologias que marcaram a percepção da identidade nacional e a consequente imprescindível relação com a alteridade. Poderia dizer-se, com as palavras de Eduardo Lourenço que “o horizonte próprio onde melhor se apercebe o que é e o que não é a realidade nacional [...] revela o *irrealismo* prodigioso da imagem que

1 Tradução nossa. Todas as citações traduzidas são da responsabilidade da autora do presente artigo.

os Portugueses se fazem de si mesmos” (Lourenço 2010: 23) na tentativa de “esconder de nós mesmos a nossa autêntica situação de ser histórico em estado de intrínseca fragilidade” (Lourenço 2010: 25).

Esta fragilidade começou a aparecer desde tempos mais remotos. De facto, observa-se que frequentemente os mitos e as memórias através dos quais a identidade foi construindo-se, formaram-se em contraposição a um elemento *outro*, exterior e até ameaçador. Noutras palavras, é possível supor que a construção do discurso sobre a identidade portuguesa desde o princípio esteve caracterizada pela necessidade de manifestar-se através de mecanismos de oposição ou conflito. Isto lembra em parte o que Stuart Hall menciona em relação à identidade de muitas nações ocidentais modernas, ou seja, que estas foram construindo-se através de processos de comparação entre as suas virtudes e os traços negativos de outras culturas, nomeadamente as que antigamente estavam sob o seu domínio (Hall 2006).

De facto, é sobretudo com o Estado Novo que se consolida da fusão entre nacionalismo e colonialismo na cultura e política portuguesas: de facto, este apropriou-se do binómio acima mencionado, transformando-o num dos seus dogmas mais duráveis e sólidos. Mais uma vez, a identidade nacional portuguesa estava a apoiar-se num elemento *outro* graças ao qual estava a afirmar e consolidar como dominadora. É nesta altura, aliás, que os textos oficiais começam a construir um discurso sobre a “especificidade” do colonialismo português, legitimando a sua presença extraeuropeia com a teoria lusotropicalista de Gilberto Freyre: para responder às pressões internacionais a favor do desmantelamento do império, na fase tardia do regime na narrativa oficial do Estado justificava-se cada vez mais a presença lusitana no mundo com base na sua “miscigenação espontânea” e pela existência duma entidade chamada “luso-tropical” (Castelo 2013).

No seu livro *Casa-Grande & Senzala* (1933), Gilberto Freyre inspirara-se nas teorias culturalistas de Franz Boas, em que o fenómeno cultural desvinculava-se de qualquer característica biológica, para oferecer a sua perspetiva sobre a construção da identidade brasileira que recusava as doutrinas racistas e a tese do branqueamento em voga no início do século XX no Brasil. O intuito fora o de definir e distinguir os traços característicos do colonialismo português, partindo da consideração de que, dada a origem étnica híbrida do próprio povo português e os seus longos contactos com outros povos (nomeadamente os judeus e os mouros), este manifestara desde sempre uma empatia inata e uma forte aptidão à miscigenação e à interpenetração cultural. Com base nisso, o

moderno povo brasileiro seria caracterizado pela mesma miscigenação cultural. Objetivo de Freyre era de desmistificar a noção de determinação racial e dar relevância aos fatores culturais e ambientais na formação e definição do povo brasileiro. Neste sentido, por um lado a obra de Gilberto Freyre pode ser considerada extremamente inovadora para os seus contributos na revisitação e redefinição da identidade cultural brasileira como culturalmente miscigenada e racialmente democrática, sobretudo se consideramos que foi publicada numa altura em que predominava um discurso de tipo eugenético na definição do povo brasileiro. Contudo, por outro lado o seu impacto foi mais profundo, pois acabou por legitimar uma narrativa, quer no Brasil, quer em Portugal, em que se silenciavam o passado colonial e as suas violências.

A análise proposta por Gilberto Freyre foi inicialmente rejeitada por Salazar e pelos políticos do Estado Novo, sobretudo pela relevância dada pelo sociólogo brasileiro à mestiçagem. Cláudia Castelo explica que

a política colonial do Estado Novo nas décadas de 1930-1940 andava longe da teoria de Gilberto Freyre. Armindo Monteiro, ministro das Colónias entre 1931 e 1935, e principal ideólogo da «mística imperial», filia-se nas teses do «darwinismo social». Não concebe um relacionamento harmonioso e fraterno, numa base igualitária, entre brancos e negros. Atribui a Portugal o «dever histórico» de civilizar as «raças inferiores» que se encontram sob o seu domínio. Trata-se de proteger os «indígenas», de os converter ao cristianismo, de os educar pelo (e para) o trabalho, de os elevar moral, intelectual e materialmente (Castelo 2013).

A mistura racial, portanto, não estava exatamente em linha com um dos mitos da fundação da identidade portuguesa mais antigos, isto é, o da heroica “reconquista cristã”, que de todo não se conformava com a teoria das origens árabes e africanas do povo português levantada por Freyre (Castelo 2013). O único aspeto do pensamento do sociólogo brasileiro a ser bem recebido na fase inicial do regime é o que se referia à especial capacidade dos portugueses para com a colonização e à sua particular adaptação aos climas tropicais. Contudo, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a condenação do projeto de pureza racial promovido pelo regime nazista, Portugal viu-se confrontado com a pressão internacional que incitava para a autodeterminação dos países africanos ainda sob o domínio europeu. É nesta altura que a teoria de Gilberto Freyre é retomada, com o objetivo de propor uma justificação “científica”,

ou melhor, uma narrativa legitimadora, que justificasse a sua presença nos territórios africanos. Como explica Cláudia Castelo:

No discurso oficial, Portugal constitui uma comunidade multirracial, composta por parcelas territoriais geograficamente distantes, habitadas por populações de origens étnicas diversas, unidas pelo mesmo sentimento e pela mesma cultura. Como se comprova pela leitura dos estudos supostamente insuspeitos de Freyre, o poder exercido nas «províncias ultramarinas» portuguesas não é de natureza colonial, ao contrário do que sucede em territórios sob soberania de outros países (Castelo 2013).

As teorias do Freyre foram adaptadas às necessidades da época e repropostas no discurso oficial numa versão simplificada e nacionalista, utilizada na propaganda e como estratégia na política externa. Entretanto, a ideologia luso-tropicalista acabou por penetrar os diferentes meios de produção cultural da altura, isto é, o académico e científico, sobretudo para responder à urgente necessidade de manter o *status quo* nos territórios ultramarinos. Como consequência disso, concordámos com as observações levantadas por Cláudia Castelo quando afirma que “desde então, uma versão simplificada do luso-tropicalismo foi entrando no imaginário nacional contribuindo para a consolidação da autoimagem em que os portugueses melhor se reveem: a de um povo tolerante, fraterno, plástico e de vocação ecuménica” (Castelo 2013). A ideologia luso-tropicalista continua presente e continua a condicionar o discurso sobre a identidade nacional em Portugal e a percepção da sua relação com a alteridade e com o passado colonial.

3. A identidade cultural na globalização: o rap como *língua franca*

As abordagens ao tema da identidade cultural nacional têm estado a mudar ao longo das últimas décadas, sobretudo devido às radicais transformações introduzidas pela globalização. De facto, nos últimos 40 anos assistiu-se à imposição duma nova ordem global e abrangente, de origem económica, mas cujo impacto alcançou todas as esferas da vida social, cujos efeitos levaram ao desmantelamento das fronteiras nacionais e à criação de novas combinações espaço-tempo, bem como à interconexão do mundo a nível de realidade mas também de experiência vivida por cada um. Ainda por cima, a problemática das identidades, nas suas múltiplas dimensões – das identidades individuais

às identidades nacionais, passando pelas identidades étnicas, regionais, locais, de grupos profissionais e familiares – ocupa, desde a década de 1980, um lugar central na investigação e reflexão que se têm desenvolvido no campo das ciências sociais, prova, esta última, de que efetivamente foi necessário rever os postulados que tinham definido os sujeitos durante a modernidade.

A função social e cultural das histórias nacionais, das memórias coletivas e dos patrimónios na legitimação das nações teve grande relevância no século XIX, e até à II Guerra Mundial o tópico carácter nacional, muito ligado a conceções organicistas e essencialistas das sociedades, constituía um lugar-comum, apto no entanto a captar um conjunto – a nação – que precisava de ser representado como uma totalidade, como uma comunidade (imaginada). Hoje, esta visão já não reponde às necessidades levantadas por um contexto que, entretanto, mudou radicalmente e em que as identidades foram redefinindo-se com base em novos postulados e que se identificam com outro tipo de comunidades. De facto, o desmantelamento das estruturas sociais e culturais típicas da modernidade e a consequente implantação de sistemas de referência mais “líquidos” caracterizados por constantes e rápidas mudanças, levou a um profundo questionamento das identidades, cuja dimensão já não se pode considerar uniforme e cujo horizonte já não é apenas o nacional. Este ritmo de mudanças incansável, que caracteriza a época pós-moderna, pode ser descrito com as palavras de Anthony Giddens: “à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (Giddens 1990: 6).

De acordo com Ernest Lacau (1989), na pós-modernidade assiste-se, através de ruturas e transformações, à deslocação dos antigos centros, e à consequente imposição de uma pluralidade de centros de poder. Esta nova dimensão múltipla acaba por descentrar as sociedades e deslocá-las fora de si mesmas. Nesta ótica, pode-se afirmar que “as sociedades a modernidade tardia é caracterizada pela “«diferença»[...] uma variedade de diferentes «posições de sujeito», isto é, identidades” (Hall 2006: 17). As culturas então fragmentam-se e novas possibilidades e espaços são criados para o aparecimento de novas estratégias e, sobretudo, de novas narrativas.

Portanto, a partir dos anos 80 assiste-se não apenas ao aceleração daqueles processos de transformação em direção do pós-moderno global, mas também à consolidação de produtos culturais e estratégias expressivas em que a diferença acima mencionada, e antigamente sujeitada, encontra uma poderosa ferramenta de reivindicação. Quanto mais o mercado dos estilos, imagens e referências se

tornar global, mais estas diferenças, ou noutras palavras, este novo conjunto de identidades, podem tornar-se desvinculadas de tempos, lugares e histórias e flutuar livremente. O consumismo, também de matriz global, desempenha um papel fundamental na propagação dos novos fluxos culturais, criando possibilidades para o aparecimento de identidades partilhadas. Com as palavras de Stuart Hall, isto se pode resumir da seguinte maneira:

No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a *identidade*, ficam reduzidas a uma espécie de *língua franca* internacional ou de moeda global, em termos dos quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas (Hall 2006: 75-56).

No presente artigo, portanto, a cultura hip hop, e mais especificadamente o rap, são observados a partir destas considerações, com o objetivo de evidenciar como se consolidaram como dispositivos narrativos globais. Além disso, o intuito aqui é também de debater como o rap possa oferecer uma narrativa alternativa na interpretação das identidades culturais sendo que se estabelece como uma referência para um conjunto de identidades (a negra, a jovem, a excluída, a marginalizada, a periférica, entre outras) antigamente silenciadas, que nele encontram a sua expressão cultural, social e política. Neste sentido, o rap funciona como uma língua franca, um discurso supranacional e uma ponte entre espaços geográficos e culturais diferente. Portugal e o Brasil também participam deste diálogo global e intercultural. Contudo, o recente lançamento do disco titulado precisamente *Língua Franca* (2017) dos rappers portugueses Capicua e Valete, e os brasileiros Rael e Emicida, levanta algumas dúvidas sobre a persistência da ideologia lusotropicalista nas relações culturais entre os dois países manifestadas através do mercado musical.

Já não faltam estudos sobre o hip hop norte-americano e sobre a prática do rap, a sua vertente poética e falada. Desde a sua consolidação como prática expressiva e cultural de grupos étnicos e étnicos específicos, o mundo académico tem-lhe dirigido o seu olhar com vivacidade e entusiasmo. Segundo Andy Bennett, o rap é “uma forma narrativa de entrega vocal que é expressa numa gíria ritmada em cima dum breakbeat continuado” (Bennett 2001: 89). A origem desta técnica vocal própria do rap pode ser atribuída às tradições orais da África ocidental e às posteriores expressões dos afro-americanos das zonas rurais do Sul dos Estado Unidos (blues, *toasts*, sermones, etc.) cuja

peculiaridade era serem recitadas em rimas cantadas ou com um estilo fortemente poético. De facto, o rap impôs-se na segunda década de 1970 como uma prática de expressão negra através da qual foi (e ainda é) possível desfazer e revelar as complexas relações raciais que afetavam os Estados Unidos e que se manifestavam no abismo existente entre as experiências urbanas vividas pelos negros e a ideologia neoliberal dominadora que defendia a igualdade racial e de direitos e oportunidades (Rose 1994).

Contudo, foi só no início dos anos 1980 que se começa a assistir à passagem da cultura hip hop de um fenómeno subterrâneo e subversivo a uma prática cultural popular *mainstream*, e à sua crescente popularidade a nível global. Resultado dum ato de “reterritorialização cultural” (Lull 1995) segundo o qual as expressões culturais são adaptadas a diferentes contextos locais que se apropriam delas e as reformulam com novos significados específicos deles, o hip hop chega a Portugal e ao Brasil mesmo em meados da década de 1980.

Como veículo expressivo, pelos seus conteúdos e pela sua capacidade de fornecer aos jovens pontos de referência na sua construção identitária, o rap lembra-nos da definição de literatura menor oferecida por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Isto é:

Aquela que uma minoria constrói numa língua maior. [...] A primeira característica duma literatura menor, em todo o caso, é que nela a língua é afetada por um alto coeficiente de desterritorialização. [...] A segunda característica das literaturas menores é que tudo nelas é político. [...] A terceira característica duma literatura menor é que nela tudo adquire valor coletivo (Deleuze & Guattari 1986: 16-17).

No rap, entendido como palavra poética ritmada, estes aspetos intrínsecos às literaturas menores parecem encontrar a sua realização mais subversiva. Contudo, ele também representa uma forma de arte tipicamente pós-moderna sobretudo pela função de resgate social e cultural que desempenha e pela dialética entre forças e poderes de que é o resultado. Como refere o prof. Roberto Vecchi no *Abecedário Pós-colonial*:

A modernização que criou centros, periferias e semiperiferias através das suas assimetrias. [...] De facto, é preciso um conglomerado muito amplo, um sistema-mundo, para produzir diferenças, modernidades que procedem em ritmos diferentes de marcha que, hoje, a globalização tende a ocultar, mas que

na verdade não faz senão semear em todos os contextos, [...] pela ação duma “economia-mundo” que se organiza em centros e periferias, cuja hierarquia de relações é condicionada por formas de acumulação e relações de intercâmbio e de domínio desiguais. (Vecchi & Albertazzi 2004: 223).²

Nesta ótica, as periferias são uma consequência das assimetrias da modernidade. A pós-modernidade, com o seu desmantelamento das tradicionais estruturas e a sua abertura em direção de uma circulação mais fluida de capitais, pessoas e bens culturais, não conseguiu equilibrar a distribuição real destes últimos. Noutras palavras, se a modernidade foi caracterizada por relações de poder entre dominadores e dominados, entre centros e periferias, a pós-modernidade é caracterizada por relações de inclusão e exclusão que encontram no tecido social e urbano a sua manifestação mais evidente. Com as palavras do prof. Roberto Francavilla, gostaríamos de lembrar que:

A favela é ao mesmo tempo um conceito espacial produzido pelas falhas congênitas ao projeto de urbanização, um conceito social produzido pelo fracasso do capitalismo e um conceito político produzido por um deficit patente e reiterado [...] de democracia e de direito, suscetível de tornar lícita a inclusão de várias das suas dinâmicas naquele espaço suspenso (uma outra margem) e biopolítico denominado estado de exceção (Francavilla 2012: 77).³

Não obstante as falhas de que é o resultado, a periferia (favela ou comunidade, no caso brasileiro) é também um “laboratório cultural, [...] um território de resgate e de afirmação” (Francavilla 2012: 78) que acaba por dar vida a poderosas estratégias criativas. O rap, é parte destas estratégias e o seu sucesso

2 Texto original: “È la modernizzazione che ha creato, attraverso le sue asimmetrie, centri, periferie e semiperiferie. [...] Infatti è necessario un conglomerato molto ampio, un sistema-mondo, per produrre differenze, modernità che procedono a passo variato di marcia che, oggi, la globalizzazione tende ad occultare, ma che in verità non fa che seminare in ogni contesto, [...] attraverso l’azione di una “economia-mondo” che si organizza in centri e periferie, la cui gerarchia di rapporti è condizionata da forme di accumulazione e relazione di scambio e di dominio disuguali.” (Vecchi & Albertazzi 2004: 223)

3 “La favela è al contempo un concetto spaziale prodotto dalle fraglie congenite al progetto urbanistico, un concetto sociale prodotto dal fallimento del capitalismo e un concetto politico prodotto da un deficit palese e reiterato [...] di democrazia e di diritto tale da rendere lecita l’inclusione di molte delle sue dinamiche in quello spazio sospeso (un altro margine) e biopolitico che prende il nome di stato d’eccezione.” (Francavilla 2012: 77)

global prova que existem fatores de exclusão parecidos que afetam os jovens e as minorias nas diferentes partes do globo.

Para além de patentear os limites do sistema-mundo e do mercado global, o rap pode ser considerado a voz da primeira geração de jovens que cresceu em direto contacto com a globalização. Bakari Kitwana, ao falar do surgimento do Hip Hop na América do Norte, explica os lados positivos e negativos do impacto desta última nos jovens afroamericanos da época:

Os jovens afroamericanos nascidos entre 1965 e 1984 são a primeira geração de negros americanos que cresceu na era da globalização. [...] Com certeza, a globalização dá conta de alguns resultados “positivos”, como o sucesso da música rap [...]. A verdadeira história do impacto da globalização sobre a geração hip hop revela-se na crescente divisão entre o que as pessoas tinham e que não tinham entre a década de 1980 e a de 1990 (Kitwana 2002: 12-13).⁴

Na era pós-moderna, portanto, as identidades acabam por criar-se à volta de novas narrativas, desta vez de resistência e de denúncia, que nada têm a ver com as que foram necessárias para construir as antigas nações – isto é, os mitos, as lendas, as epopeias e os heróis. Estas novas narrativas conseguem, de facto, ultrapassar fronteiras geográficas, étnicas e até culturais, e criar espaços de expressão e identificação alternativos aos tradicionais onde as novas identidades, desterritorializadas e fluídas, podem encontrar-se.

Contudo, o caso português é interessante. Ao lembrarmos as palavras de António Costa Pinto que já foram citadas na primeira parte deste trabalho – isto é, que Portugal chegou à era das massas sem “grandes alterações” –, queremos salientar que, ao nosso ver e não obstante alguma evidente movimentação em direção do sistema-mundo global, em Portugal persistem ideologias e narrativas fortemente ligadas à glorificação do passado colonial e às teorias luso-tropicais. Adaptando-se ao novo contexto do país e do mundo, estas têm encontrado formas alternativas, e talvez mais subtis, de manifestação, continuando a permear a realidade nacional e a percepção da identidade do país.

4 “Young Black Americans born between 1965 and 1984 are the first generation of Black Americans to come of age in the era of globalization. [...] Globalization certainly accounts for some «positive» outcomes, such as the success of rap music [...]. The real story of globalization’s impact on the hip-hop generation is revealed in the widening division between the haves and the have-nots that occurred during the 1980s and the 1990s.” (Kitwana 2002: 12-13)

Com base nas observações levantadas, então, e como exemplo dos rumos identitários que afetam e (re)definem o mundo lusófono, optamos por apresentar o projeto *Língua Franca*, isto é, o disco que resultou da recente colaboração entre os rappers Capicua e Valete – de Portugal – e os brasileiros Emicida e Rael e que foi produzido pela Sony Music e comercializado em junho de 2017.

O álbum consiste de dez faixas em que os quatro rappers se alternam entre rimas e refrões acerca de vários temas (a amizade, o amor pela música, alguma preocupação com a atualidade, entre outros), cujo denominador comum é, sem dúvida, a língua portuguesa. De acordo com o que refere Rute Correia na plataforma virtual Rimas e Batidas,

ainda que a música tenha surgido de modo relativamente orgânico, *Língua Franca* começou como um desafio (ou devia dizer desejo?) da Sony Portugal e da Sony Brasil, duas importantes editoras nos seus respectivos territórios que procuravam lançar um álbum de rap luso-brasileiro (Correia 2017).

O projeto, portanto, nasce da visão duma *major* – a Sony – para celebrar a língua comum através duma prática comum, o rap. Surpreendentemente, é o próprio Emicida a declarar na entrevista de apresentação do disco que esta ponte luso-brasileira pode vir a funcionar como poderoso meio de informação e de exemplo para futuras colaborações: “com este tipo de iniciativa, com este tipo de fusão [...] acho que a gente cria um fluxo de informação que vai fazer com que mais pessoas, mais veículos falem disso” (Capicua, Valete, Emicida, Rael 2017). Se, por um lado, o projeto é um sinal da madurez alcançada pelo rap ao longo dos seus trinta e passa anos de vida em ambos os lados do oceano (quarenta e passa no mundo) e da heterogeneidade adquirida durante a sua evolução, por outro lado parece a celebração moderna da possibilidade de criar um espaço comum entre Portugal e Brasil, muito familiar com aquela ideologia luso-tropical que continua viva no interior do mundo lusófono.

Neste sentido, o título do projeto é emblemático e de grande impacto: “*Língua Franca* assume-se como um disco de reflexão, em que os pontos de vista se cruzam para lá do óbvio e a palavra revela-se como ponte entre os dois lados do Atlântico” (Correia 2017). A palavra, o rap, são, de facto, a língua de contacto e o espaço simbólico de encontro entre indivíduos procedentes dos lugares mais diferentes, que cujo denominador comum é que “nasceram entre 1965 e 1984 e que cresceram nos anos 80 e 90, partilhando um conjunto específico de valores e de atitudes” (Kitwana 2002, 4), ou noutras palavras, o

facto de pertencerem a o que Bakari Kitwana chama a “Geração Hip-Hop” (Kitwana 2002).⁵

No caso específico deste coletivo, o rap pode adquirir ainda mais este valor de conexão e de união, ao nosso ver não tanto pelo uso duma mesma língua, quanto mais pelo seu ser uma prática criativa e um veículo expressivo capaz de colaborar na superação das tensões do passado e sanar as feridas deixadas pela história através dum novo caminho coletivo e global. Segundo o Valete, “agora está na altura de levar as coisas para uma outra dimensão” (Capicua, Valete, Emicida, Rael 2017).

Segundo o que afirmam os próprios artistas nas entrevistas dadas durante a promoção do disco, todas as letras foram fruto da colaboração mútua durante uma convivência de dez dias – como explica o Emicida: “são dez dias para dez músicas” – enquanto a produção das bases e finalização do disco foi obra da colaboração entre Fred Ferreira, Nave e Kassin – produtores também já afirmados dentro do mundo musical Hip Hop. Contudo, nem todos os temas preveem a intervenção vogal de todos os rappers: Capicua e Emicida sem dúvida são as vozes mais ouvidas já que aparecem em nove dos dez temas, Rael está em oito enquanto o Valete em três. A atitude dos rappers ao longo do disco é aberta e positiva – o que pode surpreender se comparada com o seu posicionamento como artistas a solo –, sem deixar de dar espaço à reflexividade e a alguns conteúdos, bastante em linha com a missão rap consciente que faz da intervenção (social, política, cultural) e sua marca distintiva. Como explica Rute Correia,

sem ser um registo particularmente disruptivo tanto a nível lírico como sónico, *Língua Franca* estabelece-se desde o início como um registo focado numa abordagem positiva, ao invés de vincar críticas moralistas. [...] Apesar de trazer uma invulgar fusão de géneros, mantém-se fiel à missão primordial de denúncia da injustiça social (Correia 2017).

De facto, o disco apresenta influências que vão do funk carioca, ao reggae, passando pelos ritmos africanos – como de costume, há muito hibridismo musical – e apresenta muitos instrumentais, porém sem que as letras percam o seu fundamental protagonismo.

5 “[...] hip-hop generationers [were] those young African Americans born between 1965 and 1984 who came of age in the eighties and nineties and who share a specific set of values and attitude” (Kitwana 2002: 4).

A abertura e o fecho também são emblemáticos, já que são das poucas faixas onde todas cantam. O tema “Amigos”, que dá início à obra, é uma ode às pessoas mais próximas: apesar de não haver referências diretas à amizade entre os rappers, a intervenção de todos parece “abrir as danças” não apenas do disco em si, mas também da relação que se criou entre os artistas ao ideá-lo. O fecho é feito através do tema “Ela”, dedicado à música, em que cada artista declara à sua maneira, cada um através do seu estilo tão reconhecível, o seu amor, dedicação e gratidão à música, concluindo assim esta viagem simbólica entre Brasil e Portugal com uma mensagem de união e comunhão.

Ao avaliarmos o trabalho na sua inteireza não podemos deixar de notar que os conteúdos são de fácil acesso e há uma clara predominância de temas e atitudes “levianos”. Ademais, se o compararmos com as tradicionais produções de cada um dos seus componentes, a exceção – talvez – da Capicua, notamos que não se encaixa muito no percurso artístico de cada um, sobretudo pela sua leveza e, digamos, forte componente comercial. Finalmente, o facto de ter sido ideado e financiado pela *Sony Music* fortalece ainda mais a suspeita de que a já mencionada ideologia luso-tropical ainda condicione – e perturbe – as trocas no interior do mundo e do mercado lusófono.

Em conclusão, no presente trabalho, visou-se debater algumas questões ligadas às identidades (nacionais, culturais, globais) com o intuito de mostrar os complexos mecanismos a intervirem na sua construção. Mediante o exemplo do rap quisemos evidenciar como que hoje se assiste a novas tendências e novas estratégias, ou noutras palavras, novas narrativas, cujo poder não é apenas o de criar outras comunidades imaginadas que ultrapassam os limites das fronteiras nacionais e as antigas estruturas de referência, mas também funcionam como poderosas ferramentas de afirmação e partilha.

Contudo, Portugal representa um caso particular, já que os antigos mecanismos ideológicos têm mantido uma certa presença na atualidade. Nesta ótica e através do projeto Língua Franca, se por um lado o rap funciona como ponte cultural entre Portugal e Brasil, superando assim as barreiras construídas no tempo entre dois espaços cuja língua comum, parece também funcionar como ferramenta para a propagação da antiga ideologia luso-tropical, tão radicada até hoje na perceção comum da identidade nacional e do papel desempenhado pelo país durante o passado colonial.

Referências Bibliográficas

- Albertazzi, Silvia; Vecchi, Roberto (2004): *Abbecedario postcoloniale. Venti voci per un lessico della postcolonialità*. Macerata: Quodlibet.
- Anderson, Benedict (1983): *Imagined Communities*. London: Verso.
- Barbato, Luís Fernando Tosta (2014): “A construção da identidade nacional brasileira: necessidade e contexto”. In: *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 8 n. 15. UFGD. Dourados. Jan/Jun: 1-15.
- Bennett, Andy (2001): *Cultures of Popular Music*. London/New York: Open University Press.
- Bhabha, Homi (1990): *Nation and narration*. London: Routledge.
- (1998) *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.
- Capicua, Valet, Emicida, Rael (2017): *Teaser: Língua Franca*. Internet. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=38&v=2VEGIAPEz2c (consultado em 1 de junho de 2018).
- Castelo, Cláudia (2013): “O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio”. Buala. Internet.
- Disponível em: <http://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio> (consultado em 1 de junho de 2018).
- Correia, Rute (2017): “Língua Franca”. *Rimas e Batidas*. Internet. Disponível em: <http://www.rimasebatidas.pt/lingua-franca-lingua-franca/> (consultado em 1 de junho de 2018).
- Deleuze, Gilles; Guattari, Félix (1986): *Kafka: towards a minor literature*. Minneapolis – London: University of Minnesota Press.
- Francavilla, Roberto (2012): *Voci dal margine – La letteratura di ghetto, favela, frontiera*. Roma: Artemide.
- Giddens, Anthony (1990): *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Hall, Stuart (2006): *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hebdige, Dick (1979): *The Meaning of Style*. London/New York: Routledge.
- Kitwana, Bakari (2002): *The Hip Hop Generation. Young Blacks and the Crisis in African American Culture*. New York: Basic Civitas Books.
- Lazarus, Neil (1999) *Nationalism and cultural practice in the postcolonial world*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lévi-strauss, Claude (2008) *O Pensamento Selvagem*. Rio de Janeiro: Papyrus.
- Lourenço, Eduardo (2010): *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- Lull, James. (1995): *Media, Communication, Culture: A Global Approach*. Oxford: Polity Press.
- Pinto, António Costa (2004): *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote.
- Rose, Tricia (1994): *Black Noise: Rap Music and Black Culture in Contemporary America*. London: Wesleyan University Press.

